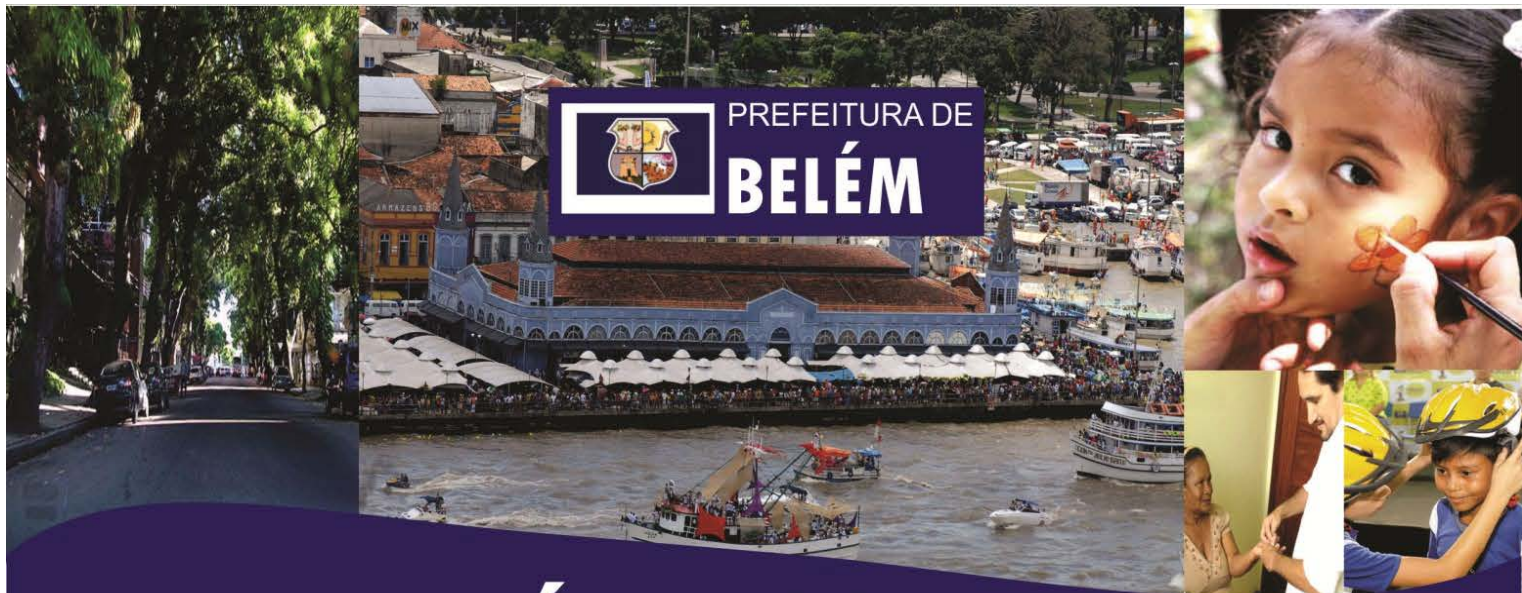




BELÉM 400 ANOS

RELATÓRIO GERAL DE GESTÃO

(Dados Consolidados 2013 – 2016)

**Reconstrução da Cidade Rumo ao
Desenvolvimento Sustentável**



PREFEITURA DE BELÉM

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR

PREFEITO DE BELÉM

KARLA MARTINS DIAS BARBOSA

VICE-PREFEITA DE BELÉM

SUELI LIMA RAMOS AZEVEDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO -
SEGEPI

LUIZ FLÁVIO MOURA DE CARVALHO

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - DEDM

HENRIQUE CORREA PINTO DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - DDO

MONIQUE KELLY TAVARES GOMES

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO - DPI

Equipe Técnica

Alice da Silva Rodrigues Rosas

Henrique Gabriel Fernandes da Mota

José Amilcar Lyra Pereira

Estagiário

Renan Souza Guedes

SUMÁRIO

Índice de Tabelas	i
Índice de Figuras	vi
Índice de Quadros	x
IGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL	1
PROGRAMA SAÚDE E ASSISTÊNCIA	1
PROGRAMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	63
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MODELO ECONÔMICO	103
PROGRAMA SEGURANÇA MUNICIPAL	130
INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO URBANO	137
PROGRAMA ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA URBANA E GESTÃO AMBIENTAL	137
PROGRAMA SANEAMENTO AMBIENTAL	172
PROGRAMA MOBILIDADE URBANA	182
GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA	188
PROGRAMA GESTÃO INOVADORA PARA HOJE E AMANHÃ	188
PROGRAMA GENTE QUE INOVA E TRANSFORMA	214
PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA	226
EQUILÍBRIO FISCAL.....	233

Índice de Tabelas

Tabela 01 - Incidência das 10 Doenças de maior Importância Epidemiológica em Residentes no município de Belém - 2010 a Out/2016.

Tabela 02 – Número de Casos Notificados e Confirmados de Dengue em Residentes de Belém - 2010 a 2016.

Tabela 03 – Número de Casos Notificados e Confirmados de Chikungunya em Residentes de Belém, de 2014 a agosto de 2016.

Tabela 04 - Nº Casos Notificados e Confirmados de Zika Vírus em Residentes de Belém, 2015 a agosto de 2016.

Tabela 05 - Campanha Nacional de Vacinação Contra Influenza Belém, 2013 a outubro de 2016.

Tabela 06 - Doses aplicadas da vacina contra o Papiloma Vírus Humano- HPV por faixa Etária em Belém, de 2014 a outubro de 2016.

Tabela 07 - Cobertura Vacinal em Crianças menores de 1 ano em Belém por Imuno e ano, de 2013 a outubro de 2016.

Tabela 08 – Casos de Leptospirose Humana em Belém de 2014 a Out /2016.

Tabela 09 - Profilaxia da raiva humana em Belém, de 2014 a agosto de 2016.

Tabela 10 - Nº de Nascidos Vivos por Faixa Etária da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016.

Tabela 11 - Número de Nascidos Vivos segundo peso ao nascer da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016.

Tabela 12 - Quantidade e percentual de consultas pré-natal realizada pelas mães residentes em Belém, de 2013 a 2016.

Tabela 13 - Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos de mães residentes de Belém no período de 2015 a 2016.

Tabela 14 - Mortalidade Infantil por componente Neonatal em residentes de Belém, de 2015 a 2016.

Tabela 15 – Número de Inspeções realizadas nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 16 – Número de Licenciamentos realizados nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 17 – Arrecadação total promovida pela VISA, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 18 – Produção das Unidades Básicas Municipais de Saúde. Quantidade apresentada por grupo de Procedimentos, de 2015 a 2016.

Tabela 19 – Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém e quantidade apresentada por grupo de procedimentos de Média Complexidade, 2015 a 2016.

Tabela 20 – Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém e quantidade apresentada por grupo de Alta Complexidade, de 2015 a 2016.

Tabela 21 – Produção Ambulatorial de U/E da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 22 – Internações Hospitalares nos Hospitais Municipais de U/E, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 23 - Internações Hospitalares da Rede SUS Municipal, de 2013 a 2016.

Tabela 24 - Número de famílias atendidas pelos 12 CRAS do Município, 2013 - 2016*.

Tabela 25 - Número de famílias acompanhadas no PAIF pelos 12 CRAS do município de Belém, 2013 - 2016*.

Tabela 26: Encaminhamentos realizados a Rede do Sistema de Garantia de Direitos pelos 12 CRAS entre 2013 - 2016*.

Tabela 27 - Número de usuários atendidos no SCFV, por ciclo de vida, pelos 12 CRAS do município de Belém, 2013 - 2016*.

Tabela 28 - SCFV às pessoas idosas promovido pelo C.C. Zoé Gueiros, 2013-2016*.

Tabela 29 - Número de vagas ofertadas pelo CIP/PRONATEC entre os anos de 2013 e 2016*.

Tabela 30 - Número de famílias atendidas pelos CRAS nos deslocamentos à comunidades distantes, 2013 – 2016*.

Tabela 31 - Quantitativo de atendimento às famílias pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2013 – 2016*.

Tabela 32 - Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 a 2016*.

Tabela 33 - Total de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa através dos CREAS, 2013 a 2016*.

Tabela 34 - Quantitativo de atendimentos realizados pelos Centros Pop, 2014 a 2016*.

Tabela 35 - Quantitativo de atendimentos de pessoas com deficiência atendidas pelo Centro Dia, 2014 a 2016*.

Tabela 36 - Volume de Pessoas com Deficiência acompanhadas pelo Centro Dia por Tipologia, 2014 a 2016*.

Tabela 37 - Número de Unidades Educacionais, em Belém, nos Anos de 2004, 2012, 2015 e 2016.

Tabela 38 - Tipos de Transporte Escolar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, de 2004 a 2016.

Tabela 39 – Demonstrativo geral do atendimento ao trabalhador até agosto de 2016 (SECON, 2016).

Tabela 40 - Demonstrativo geral dos serviços do SINE, de 2013 a julho de 2016 (SECON, 2016).

Tabela 41 – Demonstrativo das operações anuais e eventuais realizadas pela SECON (SECON, 2016).

Tabela 42 – Quantitativo de produtos comercializados/Kg (SECON, 2016).

Tabela 43 – Demonstrativo de produtos comercializados por tipo e em quantidade de fornecimento/centro de abastecimento, no período de 2013 a 2015 (SECON, 2016).

Tabela 44 - Relação de Unidades que possuem boxes de venda de Açaí adequados à legislação. (SECON, 2016).

Tabela 45 - Financiamentos por Gênero.

Tabela 46 - Financiamentos por Utilização do Crédito.

Tabela 47 - Financiamentos por Ramo de Atividade.

Tabela 48 - Financiamentos por gênero.

Tabela 49 - Financiamentos por idade.

Tabela 50 - Financiamentos por Quantidade de créditos concedidos e Valor Concedido.

Tabela 51 - Financiamentos por faixa etária do tomador.

Tabela 52 - Financiamentos por constituição do tomador.

Tabela 53 - Inadimplência no período: 01/03/2015 a 12/11/2015.

Tabela 54 - Resultado da cobrança da inadimplência.

Tabela 55 - Natureza das 07 (sete) maiores ocorrências atendidas pela GMB de janeiro a outubro de 2016.

Tabela 56 - Ocorrências atendidas no mesmo período nos anos de 2012 a outubro de 2016.

Tabela 57 - Número de cursos ofertados dos anos de 2013 a 2016.

Tabela 58 – Situação dos do efetivo da GMB em relação ao porte de arma.

Tabela 59 - Áreas Protegidas de responsabilidade do município de Belém por dimensão, em hectares (ha) e em m², 2016.

Tabela 60 – Evolução dos produtos obtidos com a execução do PROMABEN I (Sub-bacia 1).

Tabela 61 – Evolução dos produtos obtidos com a execução do PROMABEN I (Sub-bacias 3 e 4).

Tabela 62 - Valor total das operações, cujos projetos foram selecionados no período 2013/2016 (Data base: 15/12/2016)

Tabela 63 - Valor total das operações, cujos projetos/programas em negociação (2016, ano de referência).

Tabela 64 - Capacidade de Endividamento da PMB (projeção em 31/10/2016).

Tabela 65 - Evolução do total geral de beneficiários do PABSS, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 66 - Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas no Ambulatório Central e Postos Avançados, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 67 - Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas na rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 68 – Evolução do quantitativo de consultas de enfermagem no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 69 – Evolução do quantitativo de atendimentos de urgência e emergência no Pronto Atendimento e encaminhados à rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 70 - Evolução do quantitativo de consultas odontológicas no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 71 - Evolução do quantitativo de procedimentos odontológicos no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 72 - Evolução do quantitativo de consultas odontológicas na rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 73 - Evolução do quantitativo de procedimentos ginecológicos e mastológicos no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 74 - Evolução do quantitativo de procedimentos na Sala de Pequenas Cirurgias no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 75 - Evolução do quantitativo de exames e procedimentos ambulatoriais na rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 76 - Evolução do quantitativo de exames realizados no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 77 - Evolução do quantitativo de exames realizados no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 78 - Distribuição dos atendimentos realizados por programa preventivo ao segurados do PABSS no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 79 - Atividades de educação em saúde realizadas pelos programas preventivos, de 2013 a agosto de 2016.

Tabela 80 – Demonstrativo da Evolução da Receita Tributária 2013 - 2016 (SEFIN, 2016).

Tabela 81 - Receitas Gerenciáveis do Tesouro Municipal Prevista x Realizada – 2016.

Índice de Figuras

Figura 01 - Nº Casos Notificados e Confirmados de Dengue em Residentes de Belém, 2010 a 2016.

Figura 02 - Taxa de Mortalidade Prematura (30<70 anos), de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).

Figura 03 – Número de Nascidos Vivos por Faixa Etária da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016 (SESMA, 2016).

Figura 04 – Número de Nascidos Vivos segundo peso ao nascer da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016 (SESMA, 2016).

Figura 05 – Quantidade e percentual de consultas pré-natal realizada pelas mães residentes em Belém, de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).

Figura 06 - Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo cinco principais causas residentes em Belém, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).

Figura 07 - Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo Faixa Etária residentes em Belém, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).

Figura 08 - Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos de mães residentes de Belém no período de 2015 a 2016 (SESMA, 2016).

Figura 09 - Mortalidade infantil por componente Neonatal em residentes de Belém, de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).

Figura 10 - Taxa de Mortalidade infantil em residentes de Belém por mil Nascidos Vivos, de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).

Figura 11 - Controle dos manipuladores dos alimentos o DEVISA (vigilância e controle de qualidade do açaí, SESMA 2016).

Figura 12 - Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, de 2013 a 2016.

Figura 13 – Quantidade de produção das UBSs, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).

Figura 14 – Quantidade de produção ambulatorial de média complexidade, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).

Figura 15 – Quantidade de produção da alta complexidade, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).

Figura 16 – Novos espaços do CRAS Tapanã e Bengui (FUNPAPA, 2016).

Figura 17 – SCFV, atividades realizadas (FUNPAPA, 2016).

Figura 18 – Atividades desenvolvidas no C. C. Zoé Gueiros.

Figura 19 - Semana do Bebê 2016, palestra sobre “Microcefalia e BPC” (CRAS Mosqueiro – FUNPAPA, 2016).

Figura 20 - Deslocamento da equipe do CRAS à ilha de Murucutu com atendimento realizado pelo CRAS Guamá (FUNPAPA 2016).

Figura 20 - Espaço de Acolhimento Euclides Coelho (FUNPAPA, 2015).

Figura 21 – Dados gerais da pesquisa realizada com os frequentadores do Restaurante Popular (FVOS, 2016).

Figura 22 - Receptivos a Navios de turismo, 2015/2016.

Figura 23 - Aplicativo Turístico de Belém.

Figura 24 - Posto de Informações Turísticas.

Figura 25 – Projeto Ilhas de Belém e Mapas Turísticos.

Figura 26 - Projeto Turismo na Escola, 2016.

Figura 27 - Número de Postos Atendidos pela GMB nos anos de 2013 e 2016.

Figura 28 - Esferas de Atendimento referente aos meses de maio a outubro de 2016.

Figura 29 - Servidores que concluíram e em processo de tramitação ao Porte de Arma em 2016.

Figura 30 – Evolução do quantitativo de processos e da arrecadação gerado pelo licenciamento de empresas no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

Figura 31 – Evolução do quantitativo dos processos de fiscalização de obras irregulares por tipo de procedimento administrativo no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

Figura 32 – Evolução do quantitativo dos processos de regularização de obras por tipo de documento expedido no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

Figura 33 – Tipos de projetos analisados pela CAP, de março a novembro de 2016 (SEURB, 2016).

Figura 34 – Ações da SEHAB na Vila da Barca – 2ª Etapa (SEHAB, 2016).

Figura 35 – Ações da SEHAB na Vila da Barca – 3ª Etapa (SEHAB, 2016).

Figura 36 – Ações da SEHAB no Residencial Neuton Miranda, antes e depois (SEHAB, 2016).

Figura 37 – Ações da SEHAB na Bacia do Paracuri (SEHAB, 2016).

Figura 38 – Ações da SEHAB no Portal da Amazônia (SEHAB, 2016).

Figura 39 – Entrega dos Cheques Moradias (SEHAB, 2016).

Figura 40 – Etapas do processo de regularização fundiária (CODEM, 2016).

Figura 41 – Comparativo geral dos títulos entregues entre 2010 – 2012 e 2013 – 2016 (CODEM, 2016).

Figura 42 – Comparativo entre as operações de compra/venda e resgate, no período de 2013 a 2016 (CODEM, 2016).

Figura 43 – Comemorações do aniversário de 400 Anos de Belém (CODEM, 2016).

Figura 44 - Quantidade de plantio realizada pela SEMMA nos anos de 2013 a novembro de 2016, Belém/PA.

Figura 45 - Quantidade de mensal de mudas produzidas por espécie nos anos de 2013 a novembro de 2016, Belém/PA.

Figura 46 - Quantidade de Arbóreas Podadas pela SEMMA nos anos de 2013 2015 em Belém/PA.

Figura 47 – Quantidade de logradouros públicos por tipo, cujo paisagismo foi revitalizado pela SEMMA, nos anos de 2013 a outubro de 2016.

Figura 48 - Quantidade de licenças realizadas pela SEMMA nos anos de 2013 a 2015 em Belém/PA.

Figura 49 - Mapeamentos do CAR. Atualização - Belém/ PA 2015.

Figura 50 – Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova subdivida em quatro Sub-bacias.

Figura 51 – Demonstrativo das manifestações/mês recebidas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016 (OGM, 2016).

Figura 52 – Percentual das manifestações atendidas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016.

Figura 53 - Plataforma de Mídias Sociais.

Figura 54 - Material de Campanha (obras).

Figura 55 - Material de Campanha (desconto de pagamento de impostos).

Figura 56 - Material de Campanha (atualização do Cadastro - CTM).

Figura 57 – Representatividade do numero de internações, despesa/internação (IPAMB, 2016).

Figura 58 – Demonstrativo da Arrecadação Tributária 2013 a outubro de 2016 (SEFIN, 2016)

Índice de Quadros

Quadro 01 - Ações/Eventos realizadas anualmente em datas alusivas nas campanhas educativas de 2013 a 2016.

Quadro 02 - Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, de 2013 a 2016.

Quadro 03 - Entidades Conveniadas para oferta do SCFV entre os anos de 2013 e 2016.

Quadro 04 - Beneficiários do BPC no município de Belém, 2013 a 2016*.

Quadro 05 - Quantidade de crianças beneficiadas pelo BPC que estão na Escola, no município de Belém, 2013 - 2016.

Quadro 06 - Número de famílias inscritas no CadÚnico e no PBF no município de Belém, 2013 - 2016*.

Quadro 07 - % de alunos ativos com frequência recomendada e % de famílias acompanhadas pela saúde, 2013 - 2016*.

Quadro 08 - Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 – 2016*.

Quadro 09 - Quantificação e Modalidade de violências ou violações de direitos identificadas pelo SEAS, 2014 a 2016*.

Quadro 10 - Quantitativo de encaminhamentos à Rede Intersetorial realizados pelos Centros Pop, 2014 a 2016*.

Quadro 11 - Atendimento espaços de acolhimento no município, 2013 a 2016*.

Quadro 12 - Total de Crianças e Adolescentes Atendidos nos Espaços de Acolhimento Temporário, 2013 a 2016*.

Quadro 13 - Principais Modalidades de Violações de Direitos que Geraram os Acolhimentos, 2013 - 2016*.

Quadro 14 - Quantitativo de Mulheres e Acompanhantes Acolhidos no CAERD, 2013 - 2016*.

Quadro 15 – Principais Modalidades de Atendimentos Técnicos Realizados na CAERD, 2013 -2016*.

Quadro 16 - Pessoas acolhidas no CAMAR I e II, 2013 a 2016*.

Quadro 17 - Demonstrativo da Ocorrência de Sinistros, dos Imóveis Atingidos e das Pessoas Vitimizadas, de 2013 a 2016*.

Quadro 18 - Concessão de benefícios eventuais pelo SICAPE, quadriênio 2013 - 2016.

Quadro 19 - Investimento financeiro da política de assistência social no Município de Belém, 2013-2016*.

Quadro 20 - Número de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino e Ano na RME, 2013 a 2016.

Quadro 21 - Matrícula na Educação Infantil por Etapa 2013-2016.

Quadro 22 - Número de Matrículas de alunos por turno na RME-2013-2016.

Quadro 23 - Quantitativo de alunos por turno/nível de ensino 2013-2016.

Quadro 24 - Número de alunos matriculados por turno no Ensino Médio 2013-2016.

Quadro 25 - Quantitativo do Atendimento Educacional Especializado – AEE por matrícula realizada.

Quadro 26 - Evolução das ações desenvolvidas: CRIE - 2013 a 2016

Quadro 27 - Demonstrativo da evolução do Regime de Tempo Integral na RME – 2012 a 2016.

Quadro 28 - Demonstrativo consolidado das atividades de avaliação Geraldo estado nutricional do aluno e quantitativo de manipuladores de alimentos capacitados.

Quadro 28 - Quantitativo de bibliotecas implantas.

Quadro 29 – Quantitativo de formações realizadas, 2013 - 2016.

Quadro 30 – Quantitativo de assessoramentos realizados, 2013 – 2016.

Quadro 31 – Quantitativo de professores/alunos/oficinas/realizadas no período 2013 – 2016.

Quadro 32 - Quantitativo de professores participantes das oficinas de Informática Educativa realizadas de 2013 a 2016.

Quadro 33 – Demonstrativo de reajuste salarial conforme piso nacional e municipal de professores, 2012 – 2016.

Quadro 34 - Servidores Concursados e Nomeados na SEMEC, 2012 – 2016.

Quadro 35 – Formações realizadas pelo NAST 2013-2016.

Quadro 36 – Ações desenvolvidas pelo NAST 2013-2016.

Quadro 37 – Demonstrativo de reformas e construção de unidades escolares, 2013 – 2016.

Quadro 38 – Demonstrativo de obras em andamento, 2016 – 2017.

Quadro 39 – Demonstrativo das unidades escolares climatizadas, 2013 - 2016.

Quadro 40 – Demonstrativo de quadras escolares construídas, 2014 – 2016.

Quadro 41 – Demonstrativo financeiro consolidado das obras e serviços executados, 2013 – 2016.

Quadro 42 – Demonstrativo dos bens adquiridos, em quantidade aproximada, por valor financiado no período 2013 – 2016.

Quadro 43 - Total de alunos transportados/ano por lanchas/barcos.

Quadro 44 – Receitas vinculadas à educação.

Quadro 45 – Distribuição das despesas em educação.

Quadro 46 – Cumprimento da vinculação dos recursos destinados à educação.

Quadro 47 – IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental.

Quadro 48 - IDEB dos anos finais do ensino fundamental.

Quadro 49 - Demonstrativo geral de atendimento ao público da BPMAR, de 2013 a outubro de 2016.

Quadro 50 - Demonstrativo geral de atendimento ao público da biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros, de 2013 a outubro de 2016.

Quadro 51 - Demonstrativo geral do quantitativo de atividades culturais de promoção da leitura da BPMAR, de 2013 a outubro de 2016.

Quadro 52 - Demonstrativo geral do quantitativo de atividades culturais de promoção da leitura da biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros, de 2013 a outubro de 2016.

Quadro 53 - Demonstrativo geral do processamento técnico do acervo da BPMAR, de 2013 a outubro de 2016.

Quadro 54 - Demonstrativo geral do processamento técnico do acervo da biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros, de 2013 a outubro de 2016.

Quadro 55 - Número de participantes no projeto “Escola de Esporte” e Espaços Esportivos, até outubro 2016.

Quadro 56 - Número de participantes no projeto “Escola sem Barreiras” e Espaços Esportivos, até outubro 2016.

Quadro 57 – Quantitativo de atendimentos/dia no projeto “Saúde e Qualidade de vida” em 2016 e número de Academias ao Ar por atendimento.

Quadro 58 – Espaços de atuação do projeto “Despertar na 3ª Idade”.

Quadro 59 – Espaços de atuação do projeto “Dança Belém”.

Quadro 60 – Quantitativo atual de permissionários por localidade (SECON, 2016).

Quadro 61 - Acompanhamento da revitalizações/reformas.

Quadro 62 – Demonstrativo de permissionário por equipamento/ano (SECON, 2016)

Quadro 63 – Demonstrativo geral do resultado operacional de capacitação (FVOS, 2016).

Quadro 64 - Composição da Movimentação Financeira, 2015.

Quadro 65 – Demonstrativo do atendimento ao turista em outubro, 2016.

Quadro 66 – Demonstrativo geral dos processos de licenciamento de empresas no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

Quadro 67 – Demonstrativo geral dos processos de fiscalização de obras irregulares no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

Quadro 68 – Demonstrativo geral dos processos de regularização de obras no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

Quadro 69 – Demonstrativo geral das atividades de rotina executadas pela CAP, de março a novembro de 2016 (SEURB, 2016).

Quadro 70 – Demonstrativo geral dos empreendimentos habitacionais contratados (SEHAB, 2016).

Quadro 71 – Demonstrativo geral do Programa Chão Legal, quadriênio 2013 – 2016 (CODEM, 2016).

Quadro 72 – Demonstrativo geral da evolução das atividades do Programa Chão Legal, 2012 a novembro de 2016 (CODEM, 2016).

Quadro 73 - Resultados da Regularização Patrimonial por atividade realizada até outubro de 2016 (CODEM, 2016).

Quadro 74 – Comparativo da arrecadação com regularização patrimonial no quadriênio 2013 – 2016 (CODEM, 2016).

Quadro 75 – Totalização da rede de ciclofaixas e ciclovias no município de Belém, existente e a ser implantada. Dados até 2016 (SEMOB, 2016).

Quadro 76 - Rede de ciclofaixa implantada até outubro de 2016 (SEMOB, 2016).

Quadro 77 - Rede cicloviária implantada até outubro de 2016 (SEMOB, 2016).

Quadro 78 - Instituições e Vigência da Avaliação de Risco da PMB.

Quadro 79 - Resumo de iniciais protocoladas em regime de mutirão e excepcionalmente no balcão de distribuição do TJ-Pa apurado até 21/10/2016.

Quadro 80 - Controle de recebimentos de processos através de mandados judiciais 2016 – apurado até 21/10/2016.

Quadro 81 - Resumo das petições protocoladas durante o exercício 2016 – apurado até 21/10/2016.

Quadro 82 – Demonstrativo das manifestações/mês e concluídas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016.

Quadro 83 - Evolução das Principais Receitas 2012 a 2016

Quadro 84 - Estrutura de Financiamento do Município 2016.

Quadro 85 - Comprometimento de Pessoal na Receita Corrente Líquida - 2012/2016.

Quadro 86 - Despesa Realizada – 2014/2016.

Quadro 87 - Indicadores Fiscais – 2016.

IGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL

PROGRAMA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

A Secretaria Municipal de Saúde – SESMA promove a política pública de saúde do Sistema Municipal SUS de Belém a partir de ações estratégicas para a qualificação das práticas gerenciais do Sistema Único de Saúde – SUS e no fortalecimento da gestão conforme Decreto Nº 7.508/2011 e Lei Complementar Nº 141/2012 do Ministério da Saúde – MS. Assim, a SESMA pauta suas ações no Plano Operativo das Ações Prioritárias na Programação Anual de Saúde - PAS/2015, na Agenda Mínima de Governo, em estratégias para o alcance dos objetivos do Plano Municipal de Saúde e no cumprimento das metas pré-estabelecidas dos Indicadores de Saúde de Transição do Contrato Organizativo de Ações de Saúde Pública – COAP para o município de Belém.

As ações de promoção à saúde desenvolvida pela SESMA no período de 2013 a Out/2016 vem se intensificando, através das políticas de saúde da mulher, criança, homem, pessoa com deficiência, pessoa idosa, na atenção psicossocial, saúde bucal, nas DSTs/AIDS e hepatites virais, política nutricional e humanização, objetivando a estimulação às ações que buscam melhoria na qualidade de vida dos usuários do Sistema Municipal de Saúde, onde se destacam as ações/eventos prioritários realizadas em datas alusivas nas campanhas educativas.

Quadro 01 - Ações/Eventos realizadas anualmente em datas alusivas nas campanhas educativas de 2013 a 2016.

Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna
Campanha “Outubro Rosa” para Prevenção do Câncer Cérvico Uterino e de Mama nas mulheres
Implementação das ações da Saúde da Mulher: no pré- natal, parto e nascimento na Rede SUS Municipal
Implementação do Planejamento Reprodutivo nas Unidades de Saúde
Intensificação do exame Preventivo do Câncer do Colo Uterino (PCCU)
Realização de evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher
Semana do BEBÊ no município de Belém
Semana Mundial do Aleitamento Materno – Implantação de 1(um) posto de coleta de leite humano e de 2 (duas) salas de apoio a mulher trabalhadora que amamenta
Implantação em 10 (dez) unidades de Saúde a Triagem Neonatal (teste do pezinho)
Campanha “Novembro Azul” para Prevenção do Câncer de Próstata em Atenção à Saúde do Homem

Ações educativas em saúde bucal
Oferta de Testes Rápidos nas Unidades de Saúde
Atualização do Calendário Vacinal – 1026 doses dispensadas
Implantação do Projeto Piloto da Triagem Auditiva, no Distrito do Guamá
Campanhas Educativas de Promoção, Prevenção e Testagem das DSTs/AIDS e Hepatites Virais: (Aniversário de Belém, Carnaval, Dia Internacional da Mulher, Verão e Aniversário do Distrito de Outeiro e apoio as ações de prevenção na Parada LGBT de Belém)
Realização em massa da Testagem da Sífilis nas Unidades de Saúde (Icoaraci, Marambaia, Bengui II, Providência, Telégrafo, Tapanã, Guamá, Jurunas e Terra Firme)
Campanhas de Testagem e Fluído oral de HIV em parceria com as ONGs, Oficinas de Capacitação em Teste Rápido e Aconselhamento de HIV e Sífilis, aos profissionais saúde
Programação alusiva ao Dia Mundial de Pessoas com Deficiência, no Portal da Amazônia
Ação do SPE na Escola da Pesca, com grande ênfase na saúde do Adolescente
Programação alusiva ao Dia Mundial de Combate à Sífilis (19/10), com grande ênfase no Dia Nacional de Combate à Sífilis
Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT nas empresas Andrade Gutierrez, SILNAVE, Athenas Construtora, Camargo Corrêa, Urbana Engenharia (01 a 29/11)
Dia Nacional de Combate à Dengue
Campanha do dia Mundial de Combate a AIDS
Dia Mundial de Combate à AIDS, Caminhada da Prevenção com falas direcionadas a prevenção das DST/AIDS e Hepatites Virais e ao tratamento as pessoas que vivem com HIV/AIDS
Campanha de Testagem Rápida para HIV nas Unidades de Saúde (UMS)

Fonte: NUPS/SESMA, 2016.

No período de 2013 a outubro/2016 foram efetivadas ações/atividades e medidas de controle e de monitoramento nas áreas prioritárias para o desenvolvimento das ações de Vigilância em Saúde, no desempenho das ações de promoção à saúde, proteção e prevenção das doenças e/ou agravos à saúde da população, voltada às diversas áreas da Vigilância Epidemiológica, Controle de Endemias, Informações e Análises Epidemiológicas em Saúde e Centro de Controle de Zoonoses. Desenvolve projetos, programas e ações de orientação, educação, intervenção e fiscalização pertinentes às suas respectivas áreas de atuação. Atua ainda na observância de situações epidemiológicas das doenças de notificação compulsória sobre os agravos inusitados de saúde, como é o caso da Febre do Chikungunya e Zika vírus no período analisado.

No período de 2013 a out/2016, onde se observa o comportamento da incidência dos agravos de maior destaque no município de Belém, bem como se observa importantes avanços no controle da incidência de Dengue que em 2013 era de 28,20/100.000 hab., com um acréscimo em 2015, e redução para

41,77/100.000 hab. em agosto de 2016. Atribui-se a redução do número de casos a melhoria das atividades de controle vetorial, associado à educação em saúde, mobilização social, assistência precoce e manejo clínico adequado aos casos.

Quanto ao controle da Malária, os casos importados foram reduzidos e os autóctones estão sem registro desde de 2014. Ressalta-se que as estratégias epidemiológicas a nível de estado e municípios contribuem para redução de casos positivos tanto importados como autóctones. Assim como a redução de casos de tuberculose mostrando um coeficiente de 116,5/100000/2013 para 95,72/100000 hab. em 2015. O quadro se repete para vários agravos que apresentaram redução da incidência no período analisado. Na perspectiva de redução de danos causados por doenças e agravos evitáveis, a aplicação de medidas de controle contribuíram para melhoria da saúde e da qualidade de vida da população.

Tabela 01 - Incidência das 10 Doenças de maior Importância Epidemiológica em Residentes no município de Belém - 2010 a Out/2016.

AGRAVOS	2010 (Pop: 1.393.393)		2011 (Pop: 1.402.056)		2012 (Pop: 1.410.430)		2013 (Pop: 1.425.922)		2014 (Pop: 1.432.844)		2015 (Pop: 1.439.561)		2016* (Pop: 1.446.042)	
	Casos	Tx.Incid.	Casos	Tx.Incid.	Casos	Tx.Incid.	Casos	Tx.Incid.	Casos	Tx.Incid.	Casos	Tx.Incid.	Casos	Tx.Incid.
Dengue	2.571	184,5	1981	141,3	1919	136,1	402	28,2	337	23,5	1.377	95,65	604	41,77
Malária	24	1,72	8	0,57	20	1,42	12	0,84	0	0	0	0	0	0
AIDS	403	28,92	279	19,9	203	14,39	273	19,15	170	11,86	292	20,28	195	13,49
Doenças de Chagas														
Aguda	14	1	45	3,21	25	1,77	26	1,82	25	1,7	39	2,71	31	2,14
Hanseníase	406	29,14	411	29,5	332	23,54	326	22,86	242	16,9	241	16,74	96	6,64
Hepatites Virais	410	29,42	65	4,64	93	6,59	120	8,42	48	3,35	150	10,42	107	7,4
Leptospirose	50	3,59	61	4,35	26	1,84	61	4,28	64	4,32	60	4,17	40	2,77
Meningite	115	8,25	126	8,99	117	8,3	109	7,64	123	8,5	158	10,98	107	7,4
Tétano Acidental	3	0,22	3	0,21	4	0,28	0	0	4	0,28	6	0,42	3	0,21
Tuberculose	1.485	106,6	1679	119,7	1591	112,8	1662	116,5	1.399	97,6	1.378	95,72	844	58,37

Fonte: IBGE/SINAN / DEVS/SESMA, 2016.

Nota: Dados sujeitos a alterações - agosto/2016*, (*) Por 100.000 habitantes.

A Dengue é uma doença infecciosa aguda de etiologia viral que pode se apresentar de forma benigna ou grave, podendo ser classificada como: Dengue, Dengue com Sinais de Alarme, Dengue Grave.

A Vigilância Epidemiológica, com o objetivo de monitorar o agravo desenvolve as seguintes atividades: investigação de todos os casos suspeitos notificados, coleta de amostra de sangue dos casos suspeitos para realização

de exame específico para o diagnóstico da Dengue, busca ativa de casos suspeitos nos Hospitais e Prontos-Socorros, realização de treinamento para os técnicos e de atividades de educação em saúde.

Dados da Tabela 2 indicam que o comportamento da doença que vem apresentando declínio, tanto de casos notificados quanto de confirmados, a sensibilidade dos profissionais de saúde em relação à suspeição da doença e a notificação da mesma, como também a intensificação das ações do combate as doenças realizadas pela vigilância em saúde (DEVS/SESMA).

Tabela 02 – Número de Casos Notificados e Confirmados de Dengue em Residentes de Belém - 2010 a 2016.

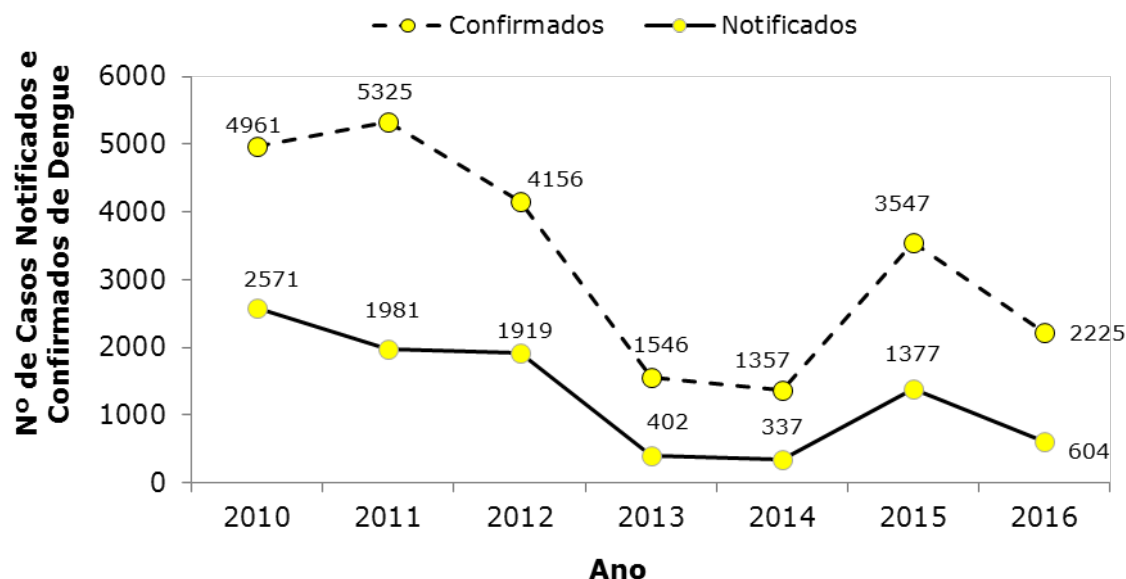
Ano	Confirmados	Notificados
2010	4.961	2.571
2011	5.325	1.981
2012	4.156	1.919
2013	1.546	402
2014	1.357	337
2015	3.547	1.377
2016	2.225	604

Fonte: SINAN/Dengue on line/DEVS/SESMA, 2016

Nota: Dados de 2016, considereou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Com relação ao controle da Dengue observa-se que houve redução dos casos nos anos de 2013 a 2014 apresentando um acréscimo em 2015. Na atenção básica, as ações de controle e prevenção de dengue têm que estar integradas às demais ações de saúde, além de realizar atividades de educação em saúde para evitar o agravamento ou situações de óbito pela doença. Belém apresentou 2 óbitos em 2015 e 01 óbito em investigação no 1º quadrimestre/2016 em Belém.

Figura 01 - Nº Casos Notificados e Confirmados de Dengue em Residentes de Belém, 2010 a 2016.



Fonte: SINAN/Dengue on line/DEVS/SESMA, 2016.

Nota: Dados de 2016 considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

A Febre do Chikungunya é uma doença causada por um vírus do gênero *Alphavirus* transmitida por mosquitos do gênero *Aedes*, sendo *Ae. aegypti* e *Ae. albopictus* os principais vetores.

A definição de caso, proposta pela Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS para vigilância na Américas, e adotada pelo Ministério da Saúde, segue os seguintes critérios: *Caso suspeito*: paciente com febre de início súbito maior de 38,5°C e artralgia ou artrite intensa com início agudo, não explicado por outras condições.

No município de Belém em 2015, foram notificados 151 casos sendo 2 confirmados, todos importados (Venezuela e Bahia), nos distritos DABEN e DAENT.

No período de janeiro a agosto/2016* 163 casos foram notificados em residentes de Belém, sendo 01 caso confirmado importado (com história de viagem), 9 descartados e 71 aguardando resultado no segundo quadrimestre /2016, conforme demonstra tabela a seguir.

Tabela 03 – Número de Casos Notificados e Confirmados de Chikungunya em Residentes de Belém, de 2014 a agosto de 2016.

Ano	Notificados	Confirmados
2014	25	8
2015	151	2
2016	163	21

Fonte: SINAN/Dengue on line/DEVS/SESMA, 2016.

Nota: Dados de 2016 considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

A febre por Zika vírus (ZIKAV) é uma doença auto limitada, normalmente de evolução benigna. É uma doença viral aguda, transmitida principalmente por mosquitos, tais como *Aedes aegypti*.

No município de Belém o primeiro caso de ZIKAV foi notificado maio 2015, (doença inusitada). Neste mesmo ano foram notificados 169 casos, 25 confirmados por critério laboratorial e 17 casos confirmados; 8 casos foram confirmados por critério clínico no distrito DABEL, que apresenta o maior número de casos confirmados. No período de janeiro a agosto de 2016 foram realizadas 1693 notificações com 1226 casos confirmados, sendo 1525 casos suspeitos de ZIKAV notificados no 1ª quadrimestre de 2016. Destes, 284 são grávidas que realizaram o exame para diagnóstico específico da doença sendo esta confirmada em 9 casos e 19 descartados, os demais seguem em investigação, conforme tabela a seguir.

Tabela 04 - Nº Casos Notificados e Confirmados de Zika Vírus em Residentes de Belém, 2015 a agosto de 2016.

Ano	Confirmados	Notificados
2015	25	169
2016	1.226	1693

Fonte: SINAN/Dengue on line/DEVS/SESMA, 2016

Nota: Dados de 2016 considerou mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

O Programa Nacional de Imunizações promove as ações de vacinação de rotina, durante as Campanhas Nacionais de Vacinação, vacinação de bloqueio e outras estratégias, sendo atestada a redução dos indicadores epidemiológicos pertinentes às doenças imuno-previníveis, no município de Belém.

Dentre as ações, temos a vacina contra influenza que apresentou resultados positivos, mostrando-se como uma das medidas mais efetivas para prevenção da Influenza grave e suas complicações nos grupos prioritários, tais como: gestantes (81,53%) e idosos com 86,34% de cobertura. Apresentando uma cobertura no período acima de 100% a 88,58% em 2016, conforme Tabela 5.

Tabela 05 - Campanha Nacional de Vacinação Contra Influenza Belém, 2013 a outubro de 2016.

Ano	População	Vacinação	Cobertura %
2013	195.304	201.680	103,26
2014	263.739	257.376	97,59
2015	264.950	255.632	96,48
2016	312.647	276.955	88,58

Fonte: SIPNI / DEVS/SESMA- Ago/2016

Nota: Dados de 2016, considerou mês de competência agosto/2016, sujeitos a retificação

A vacina quadrivalente contra o papiloma vírus humano 6, 11, 16 e 18 (recombinante) foi introduzida no SUS em março de 2014, fazendo parte do Calendário Nacional de Vacinação tendo como população alvo meninas de 11 a 13 anos de idade.

No ano de 2015 foi ofertada, para meninas de 09 a 11 anos de idade e ampliada para as mulheres de 14 a 26 anos de idade portadoras do HIV. Esta população foi incorporada como prioritária, considerando que as complicações decorrentes do HPV ocorrem com mais frequência em pacientes portadores de HIV e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS.

Tabela 06 - Doses aplicadas da vacina contra o Papiloma Vírus Humano- HPV por faixa Etária em Belém, de 2014 a outubro de 2016.

Ano	Faixa etária	Meta	Vacinados	%
2014	11 - 13 anos	34.135	37.187	108,94
2015	09 - 11 anos	34.242	16.396	47,80
2016	09 - 11 anos	34.242	12.588	37,00

Fonte: SIPNI / SESMA/DEVS

Nota: Dados provisórios sujeitos a alterações Out/2016.

A cobertura vacinal em crianças menores de 1 ano, manteve-se ao longo da série histórica com os indicadores abaixo do preconizado pelo PNI / MS, para garantir o controle/eliminação e/ou erradicação das doenças, conforme tabela a seguir.

Tabela 07 - Cobertura Vacinal em Crianças menores de 1 ano em Belém por Imuno e ano, de 2013 a outubro de 2016.

Imunobiológicos	2013	2014	2015	2016
BCG	146,43	140,94	110,87	54,35
Hepatite B < 1mês	83,91	127,81	102,32	31,78
Rotavírus Humano	83,95	86,24	59,55	56,38
Meningococo C	84,4	86,41	59,07	59,66
Pentavalente	81,6	84,07	52,31	55,65
Pneumocócica 10 V	71,5	74,3	44,32	59,83
VIP e VOP	88,89	78,47	58,31	48,59
Febre Amarela	75,23	56,83	41,16	47,79

Fonte: Programa Nacional de Imunizações/DATASUS/MS

Nota: Data de atualização dos dados: 19/10/2016 – dados sujeitos a alterações.

No período de 2014 a agosto de 2016, o Centro de Controle de Zoonoses - CCZ com objetivo de controlar a população de animais de pequeno porte (cães e gatos) errantes, especialmente aqueles portadores de zoonoses que representam risco a saúde pública, além dos mordedores viciosos (animal causador de mordeduras repetidamente, em pessoas ou outros animais, sem provocação), efetua o recolhimento desses animais (canil/gatil) para garantia da saúde da população de Belém.

A presença de roedores em espaços públicos (feiras, mercados, praças) constitui um potencial risco de transmissão de doenças à população, especialmente de leptospirose. No período de 2014 a agosto de 2016, o CCZ realizou 668 desratizações (159 em 2014, 244 em 2015, 265 em 2016), a fim de reduzir essa população de roedores e os casos de leptospirose à população.

O monitoramento dos casos de leptospirose, através da busca ativa nos hospitais de referência no período de janeiro a agosto de 2016, apresentou a ocorrência de 5 óbitos.

Tabela 08 – Casos de Leptospirose Humana em Belém de 2014 a Out /2016.

Nº Casos	Notificados	Confirm.	Diag. Laborat.	Diag. Epidemiol.	Curados	Óbitos
2014	110	43	36	07	30	13
2015	121	44	23	21	32	0
2016	52	32	2	30	27	5

Fonte: CCZ/DEVS/SESMA, Out/2016*

Nota: Dados Sujeitos a alterações – Agosto/2016

A profilaxia da raiva humana, nos casos de leptospirose, de leishmaniose visceral e tegumentária americana, além de toxoplasmose e de acidentes por animais peçonhentos são monitorados pela equipe técnica do CCZ, através da busca ativa dos casos nos hospitais de referência de Belém.

No controle da raiva humana o CCZ faz o monitoramento do aparecimento do vírus rábico com envio de amostras de encéfalos de cães, gatos e morcegos para o Instituto Evandro Chagas - IEC. É importante ressaltar que, todos os exames foram negativos com a manutenção zero da raiva humana ao longo dos anos no município.

Tabela 09 - Profilaxia da raiva humana em Belém, de 2014 a agosto de 2016.

Profilaxia da Raiva Humana/ 1º e 2º Quadrimestre / 2016.										
Ano	Atendimento	Tratamento			Abandono tratamento	Vac. Aplicadas	Animal agressor			
		Vac.	Vac/Soro	Total		(Doses)	Cão	Gato	Morcego	Outros
2014	3224	2829	246	3075	1184	5929	2587	499	10	12
2015	3279	2755	258	3031	1316	5976	2775	447	1	38
2016	2227	1964	155	2119	919	4013	1877	310	17	22

Fonte: CCZ/DEVS/SESMA, Out/2016.

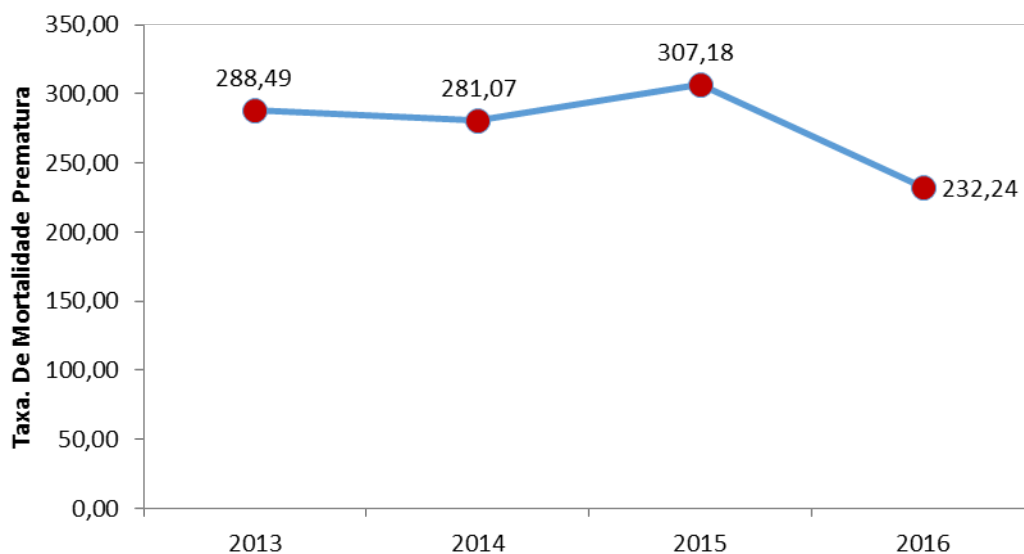
A superpopulação de cães e gatos, em centros urbanos, é um problema que afeta a maioria dos países, sendo seu controle um desafio constante para todas as sociedades. Nesse sentido, a adequada conscientização da sociedade sobre a necessidade do correto controle da natalidade de cães e gatos, vem tornando a castração, o método mais realizado nas clínicas veterinárias.

Em 2016, o CCZ implantou uma programação contínua direcionada para o controle populacional de cães e gatos, através de castrações cirúrgicas. No segundo quadrimestre foram castrados 2.762 animais, dos quais 32.44% foram cães (926 animais) e 67,56% gatos (1.866 animais).

A mortalidade geral do município de Belém para Doenças não Transmissíveis - DANTs registrou em 2013, 8.826 óbitos de pessoas residentes, apresentando um coeficiente geral de mortalidade - CGM de 6,19 óbitos/1.000 hab. Até agosto de 2016 foram registrados 7.484 óbitos de pessoas residentes no município, apresentando queda do CGM de 5,18 óbitos/1000 hab.

No que se refere às Doenças Crônicas não Transmissíveis - DCNT na faixa etária de 30 a <70 anos, ocorreu uma redução de óbitos apresentando uma taxa de mortalidade prematura - TMP de 281,07/100.000 hab. em relação a 2013, com redução até agosto de 2016, que atestou uma TMP de 232,24 óbitos/100.000 hab. A primeira grande causa de óbitos, estão as neoplasias com um percentual de 24.17% do total dos óbitos, sendo as doenças do aparelho circulatório a segunda maior causa de morte foram as correspondendo a 22.99%.

Figura 02 - Taxa de Mortalidade Prematura (30<70 anos), de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).



Segundo o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, de janeiro a agosto de 2016, foram cadastrados 14.167 nascimentos em Belém. A série histórica atesta uma redução de 2,88% do número de partos cesáreos realizados em 2015 em relação aos realizados no ano de 2013. Verificou-se que em 2015, 55,30% dos partos foram de mães residentes na faixa etária de 20 a 30 e que a gravidez na adolescência reduziu na proporção 19,10% em 2013 para 18,06% em /2015, chegando a 17,6% até agosto de 2016. Ressalta-se também, uma redução de 10,78% dos partos cesáreos, visto que em 2013 os partos cesáreos totalizaram 71,33%, enquanto em 2015 este percentual reduziu para 65,53%; bem observou-se redução de 10% para 9,46% dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer. Estes dados atestam que o município está em acordo com o que preconiza a “Rede Cegonha”.

Tabela 10 - Nº de Nascidos Vivos por Faixa Etária da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016.

Faixa etaria	Ano							
	2013		2014		2015		2016	
	n	%	n	%	n	%	n	%
10 a 14	190	0,87	199	0,92	162	0,76	112	0,79
15 a 19	4.180	19,10	4.055	18,83	3.839	18,06	2.474	17,46
20-30a	11.359	51,91	11.056	51,35	11.752	55,30	7.763	54,80
31-40a	5.716	26,12	5.785	26,87	5.205	24,49	3.623	25,57
41-50a	438	2,00	431	2,00	292	1,37	194	1,37
51-55a	1	0,00	4	0,02	3	0,01	1	0,01
TOTAL	21.884	100,00	21.530	100,00	21.253	100,00	14.167	100,00

Fonte: SINASCDIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2016 considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 03 – Número de Nascidos Vivos por Faixa Etária da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016 (SESMA, 2016).

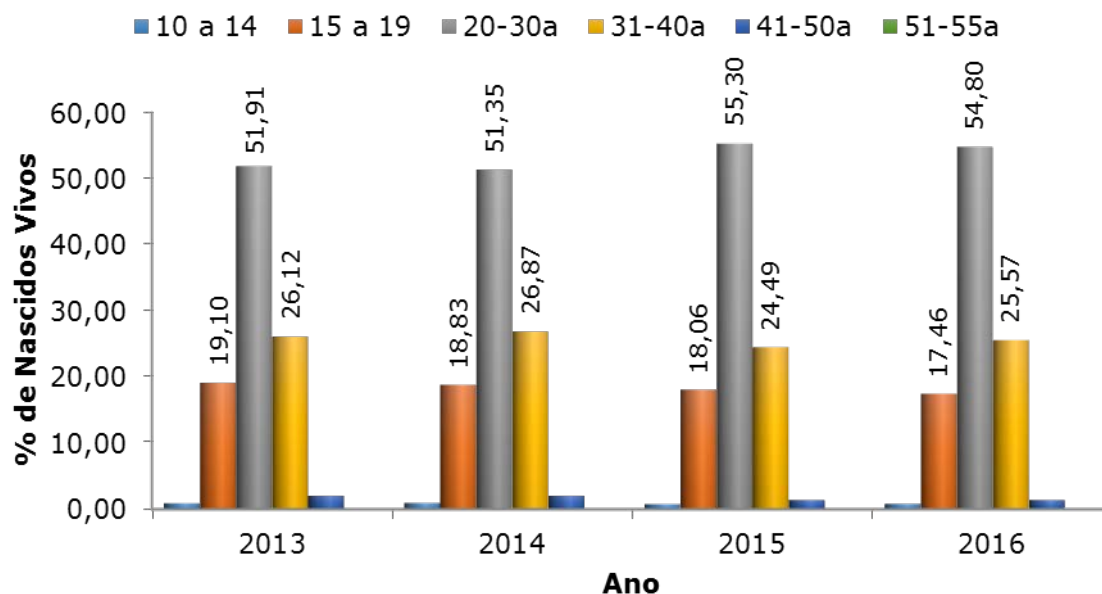


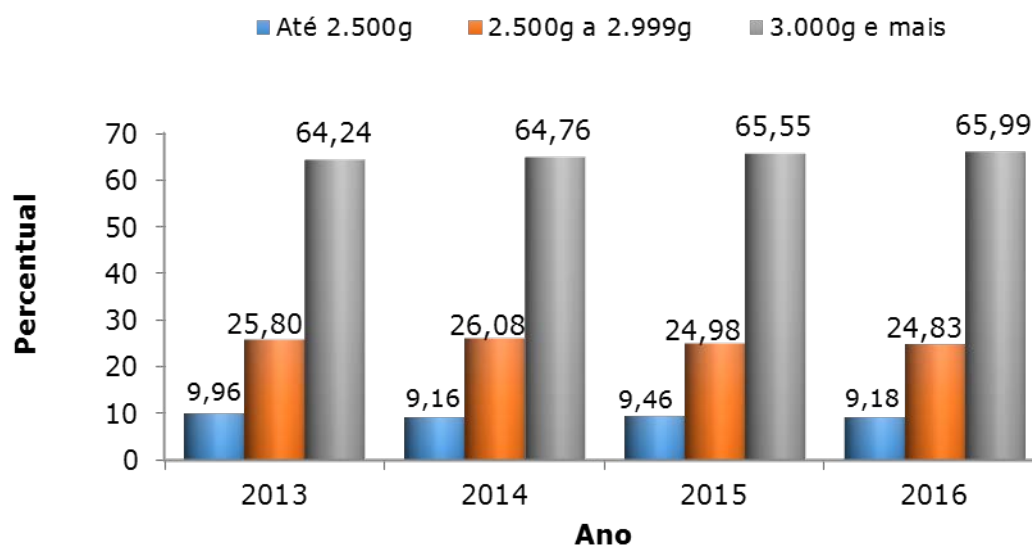
Tabela 11 - Número de Nascidos Vivos segundo peso ao nascer da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016.

Peso ao Nascer	Ano							
	2013		2014		2015		2016	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 2.500g	2.180	9,96	1.972	9,16	2.011	9,46	1.300	9,18
2.500g a 2.999g	5.646	25,80	5.615	26,08	5.310	24,98	3.518	24,83
3.000g e mais	14.058	64,24	13.943	64,76	13.932	65,55	9.349	65,99
TOTAL	21.884	100,00	21.530	100,00	21.253	100,00	14.167	100,00

Fonte: SINASCDIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2016, considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 04 – Número de Nascidos Vivos segundo peso ao nascer da Mãe Residentes em Belém, de 2015 a 2016 (SESMA, 2016).



No que se refere às consultas de pré-natal das mães residentes em Belém, houve acréscimo no quantitativo de gestantes com que realizaram mais de 07 consultas pré-natais, passando de 57,81% em 2013 para 62,16% em 2015 e, em agosto de 2016 este percentual foi de 59,68%, o que atesta um forte indício de aumento quando da finalização do ano corrente em relação a 2015. Em 2015, somente 3,43% dessas mães não realizaram nenhuma consulta de pré-natal na gestação.

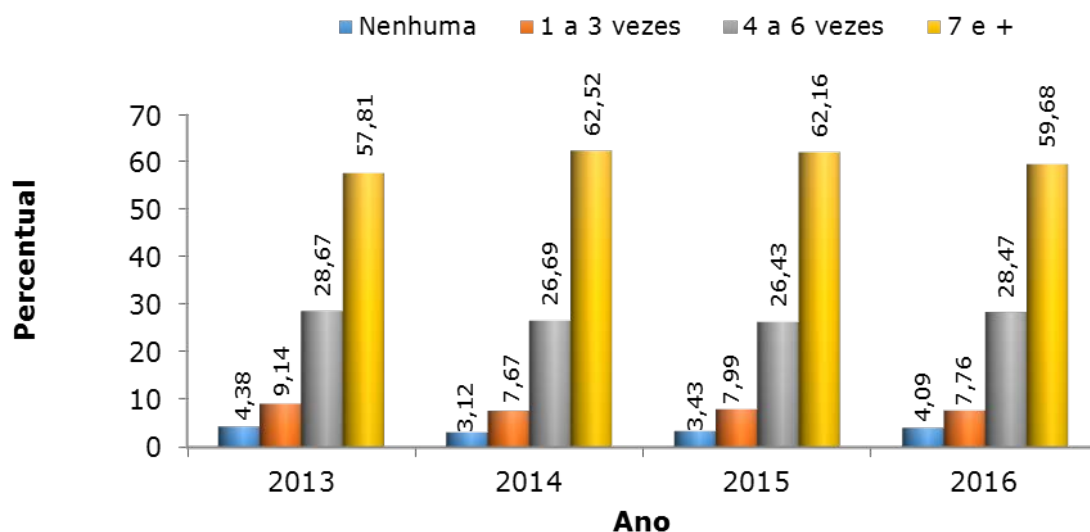
Tabela 12 - Quantidade e percentual de consultas pré-natal realizada pelas mães residentes em Belém, de 2013 a 2016.

Consultas pré-natal	Ano							
	2013		2014		2015		2016	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Nenhuma	958	4,38	671	3,12	728	3,43	579	4,09
1 a 3 vezes	1.999	9,14	1.651	7,67	1.696	7,99	1.099	7,76
4 a 6 vezes	6.270	28,67	5.743	26,69	5.613	26,43	4.033	28,47
7 e +	12.641	57,81	13.455	62,52	13.202	62,16	8.453	59,68
TOTAL	21.868	100,00	21.520	100,00	21.239	100	14.164	100,00

Fonte: SINASCDIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2016, considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 05 – Quantidade e percentual de consultas pré-natal realizada pelas mães residentes em Belém, de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).



Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM, no período de 2013 a agosto de 2016 houve uma redução de 12,87% no óbito de Mulheres em Idade Fértil – MIF, na faixa etária de 10 a 49 anos residentes em Belém. Em 2013, o maior número de óbitos ocorreu na faixa etária de 30 a 39 anos, tendo como causa principal de morte enfermidades contraídas pelo vírus da imunodeficiência humana, resultando em doenças infecciosas e parasitárias. Verifica-se que as neoplasias malignas do colo do útero e da mama tiveram um acréscimo na faixa de 40 a 49 anos em 2014, mostrando uma redução em 2015 com 36,17% (mama) e 64,57% (colo), em relação a

2013. Ressalta-se ainda, um acréscimo de 67,17% dos óbitos por causa de agressões por meio de disparo de armas de fogo ou não especificadas, sendo a faixa etária de 20 a 29 anos mais acometida por este tipo de violência.

Figura 06 - Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo cinco principais causas residentes em Belém, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).

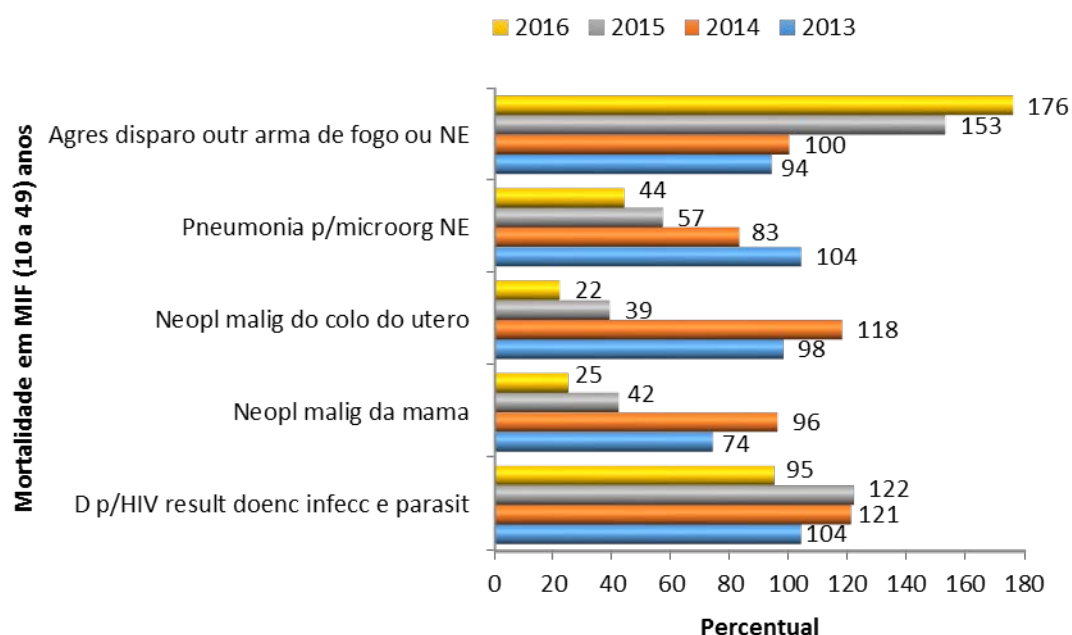
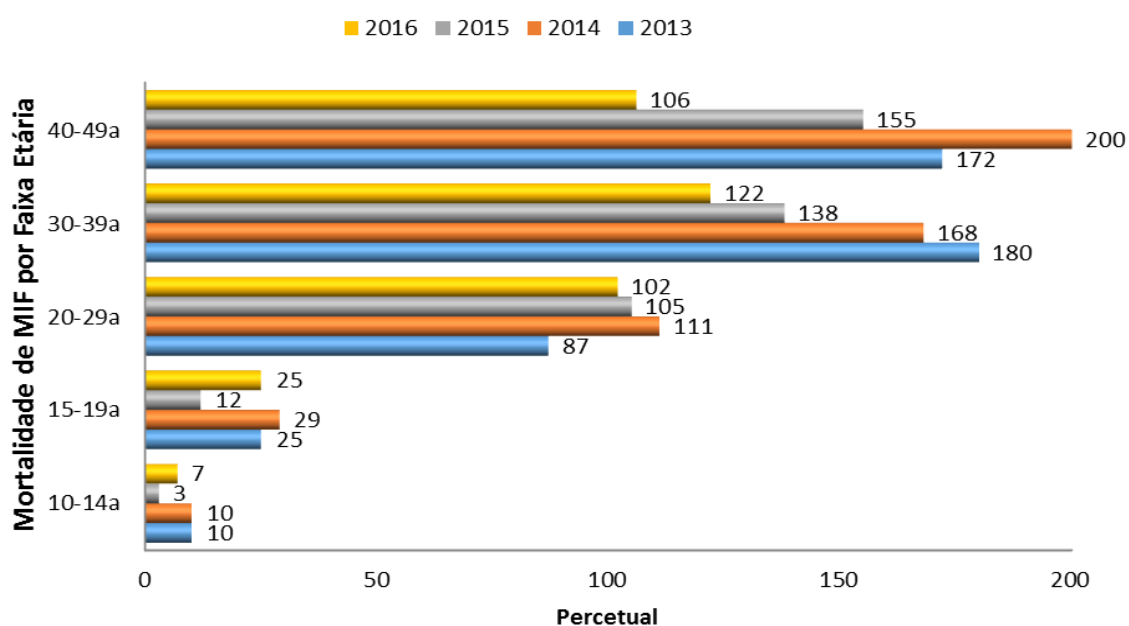


Figura 07 - Número de óbitos de Mulheres em idade Fértil, segundo Faixa Etária residentes em Belém, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).



O comportamento da mortalidade materna em Belém mostra uma redução considerável no período de 2013 a 2015, com taxa de 123,28/100 mil nascidos vivos - NV em 2013, para 59,40/100 mil NV em 2015, apresentando uma redução de 48,15% no período. Em 2013, a investigação dos óbitos de MIF na faixa etária de 10 a 49 anos, desenvolvido pela vigilância epidemiológica, identificou que os óbitos maternos não estavam caracterizados como causas maternas. Atualmente, a investigação dos óbitos maternos atinge sua totalidade, ou seja, 100% conforme preconiza o SUS.

Observou-se a na mortalidade materna no município de Belém, com taxa de 27,42/100 mil NV apurada até agosto de 2016.

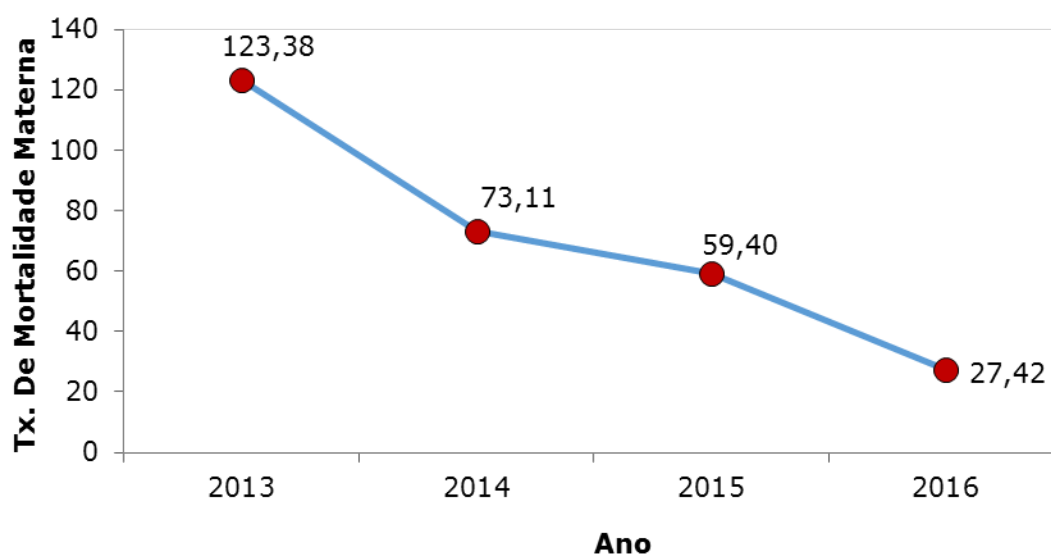
Tabela 13 - Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos de mães residentes de Belém no período de 2015 a 2016.

Ano	Nº de óbitos	Nº de Nascidos Vivos	Tx. de Mortalidade Materna
2013	27	21.884	123,38
2014	16	21.230	73,11
2015	13	21.253	59,40
2016	6	14.167	27,42

Fonte: SIM/DIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2016, considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 08 - Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos de mães residentes de Belém no período de 2015 a 2016 (SESMA, 2016).



O comportamento da mortalidade infantil por componentes neonatal no período de 2013 a agosto de 2016 demonstra que o grupo neonatal precoce concentra o maior número dos óbitos. Contudo, para o período analisado houve uma redução na ordem de 17,95%, o que representando 49,32% dos óbitos infantis ocorridos em Belém. Observa-se que nesse período uma redução nas taxas neonatais a partir de 2014, tanto da precoce, quanto na tardia, apresentando um acréscimo na pós-neonatal. Houve redução nas taxas 18,25/100NV em 2013 para 15,24/100NV em 2015. Até agosto de 2016, a taxa de mortalidade infantil foi de 13,91/1000NV, apontando uma redução considerável.

Tabela 14 - Mortalidade Infantil por componente Neonatal em residentes de Belém, de 2015 a 2016.

Componentes Mortalidade Infantil	Ano											
	2013			2014			2015			2016		
	Nº de óbitos	Nascidos Vivos	Tx.	Nº de óbitos	Nascidos Vivos	Tx.	Nº de óbitos	Nascidos Vivos	Tx.	Nº de óbitos	Nascidos Vivos	Tx.
Neo Precoce	195	21.884	8,91	164	21.530	7,62	160	21.253	7,53	97	14.167	6,85
Neo Tardia	87		3,98	81		3,76	62		2,92	33		2,33
Pós Neo	113		5,16	86		3,99	102		4,80	67		4,73
Taxa de Mortalidade Infantil	395		18,05	331		15,37	324		15,24	197		13,91

Fonte: SIM/DIAES/DEVS/SESMA.

Nota: Dados de 2016, considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 09 - Mortalidade infantil por componente Neonatal em residentes de Belém, de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).

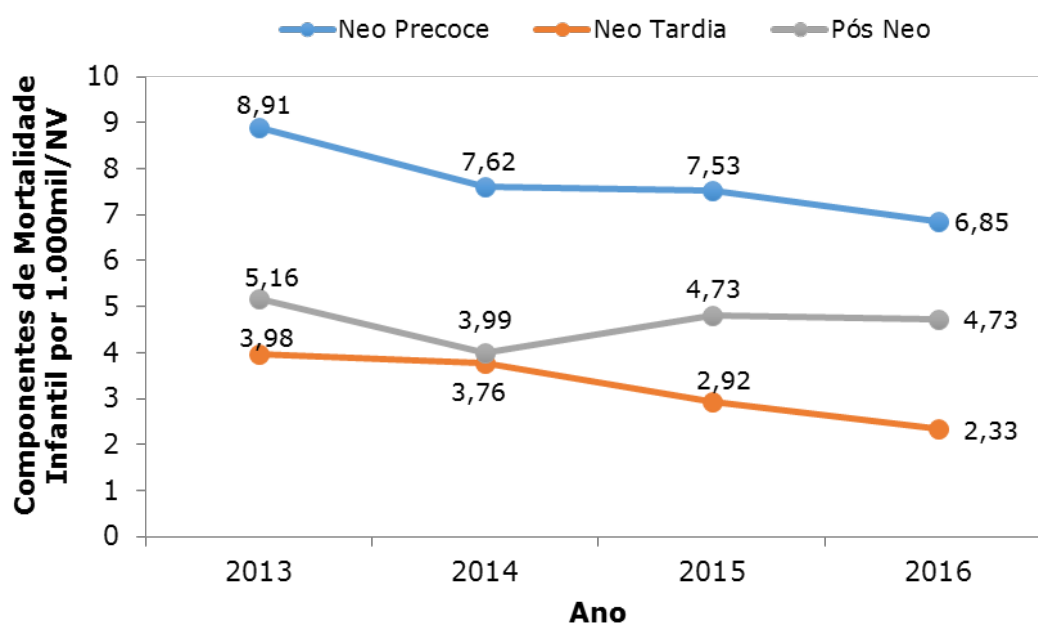
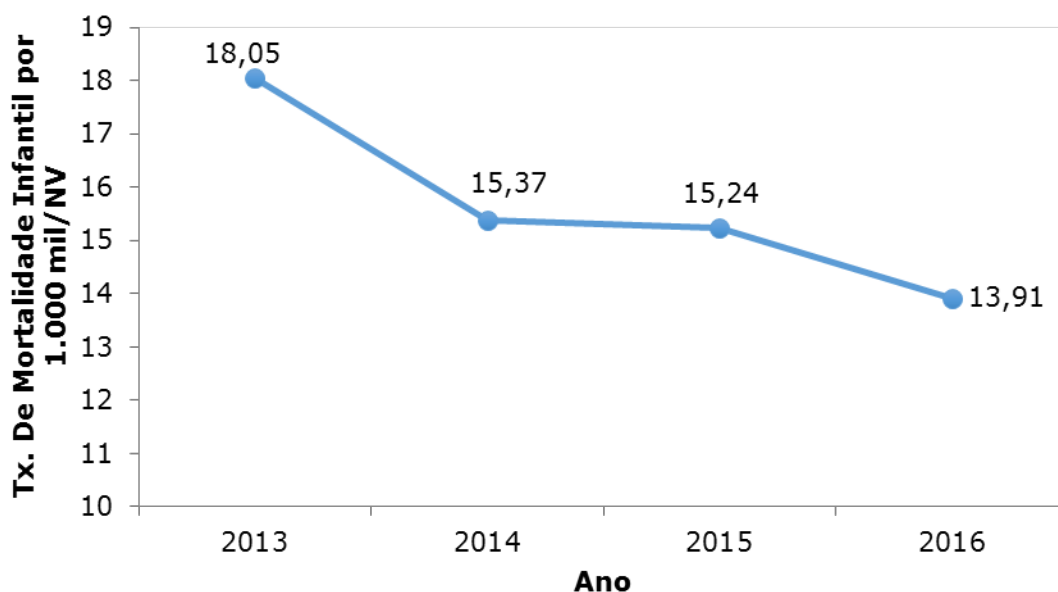


Figura 10 - Taxa de Mortalidade infantil em residentes de Belém por mil Nascidos Vivos, de 2013 a 2016 (SESMA, 2016).



A Vigilância Sanitária - VISA desempenha ações que se fundamentam na proteção à saúde integral voltada à população, abrangendo áreas a partir do controle e qualidade de Alimentos - VSA, Drogas e Medicamentos - VSDM, Habitação / Engenharia Sanitária - VSES e Trabalho, Exercício Profissional – VSCEP; no gerenciamento sobre a fiscalização sanitária dos serviços relacionados diretamente com a saúde; e no Controle de Infecção Hospitalar nos três níveis de atenção, Básica, Média e Alta Complexidade, abrangendo todos os equipamentos de saúde da rede pública e privada, atuando em ações educativas, de gestão e regulação, e fiscalização dos estabelecimentos, conforme a Portaria GM Nº 1378/ de 09/2013.

No período de 2013 a agosto de 2016, a VISA realizou aproximadamente 5.110 inspeções sanitárias correspondendo, a uma média anual, por áreas: Drogas e Medicamentos (557); Engenharia Sanitária (2.102); Exercício Profissional (1.561) e Vigilância de Alimentos (891), sendo que até agosto de 2016, realizou 70,12% a mais das inspeções efetuadas em 2015 para o controle e qualidade de alimentos, serviços e produtos oferecidos ao consumo à população no município.

Tabela 15 – Número de Inspeções realizadas nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém, de 2013 a agosto de 2016.

Vigilância Sanitária e Ambiental	Nº Inspeções			
	2013	2014	2015	2016*
Drogas e Medicamentos	530	755	385	497
Engenharia Sanitária	973	877	823	559
Exercício Profissional	1.271	1.793	1.618	1.202
Vigilância de Alimentos	1.858	2.442	2.007	1.129
Total	4.632	5.867	4.833	3.389

Fonte: Fonte: DATASUA/SIA/ DEVISA/SESMA

Nota: (*) Dados até Agosto/2016

No período de 2013 a agosto de 2016, a VISA realizou 3.307 Licenciamentos de estabelecimentos, correspondendo a uma média anual por áreas: Drogas e Medicamentos (271); Engenharia Sanitária (707); Exercício Profissional (1.229) e Vigilância de Alimentos (1.101). Até agosto de 2016 licenciou 74,37% estabelecimentos, para o controle e qualidade de alimentos, serviços e produtos oferecidos ao consumo à população no município

Tabela 16 – Número de Licenciamentos realizados nos Estabelecimentos pela VISA no Município de Belém, de 2013 a agosto de 2016.

Vigilância Sanitária/Ambiental	Nº Licenciamento			
	2013	2014	2015	2016*
Drogas e Medicamentos	120	289	405	313
Engenharia Sanitária	324	844	953	648
Exercício Profissional	1.073	1.242	1.373	932
Vigilância de Alimentos	609	1.403	1.292	1.099
Total	2.120	3.778	4.023	2.992

Fonte: Fonte: DATASUA/SIA/ DEVISA/SESMA

Nota: (*) Dados até Agosto/2016

Com relação ao controle dos manipuladores dos alimentos, no período de 2013 a agosto de 2016 foram emitidos em torno 7.500 Certificados/ano para manipuladores de alimentos. Aproximadamente 10% deste total refere-se a batedores de açaí que recebem atendimento na CASA do AÇAÍ, inaugurada em 2015 para atuar controle da qualidade e certificação do açaí consumido pela população

Figura 11 - Controle dos manipuladores dos alimentos o DEVISA (vigilância e controle de qualidade do açaí, SESMA 2016).



As ações de Vigilância Sanitária no controle dos produtos e serviços prestados pelos estabelecimentos comerciais registraram uma arrecadação de total de R\$ 6.334.118,87 entre 2013 e agosto de 2016, apresentando um acréscimo de 31,48% de 2015 em relação ao ano de 2013.

Tabela 17 – Arrecadação total promovida pela VISA, de 2013 a agosto de 2016.

Vigilância Sanitária e Ambiental	Arrecadação (R\$)			
	2013	2014	2015	2016*
Drogas e Medicamentos	218.369,36	245.987,25	262.598,59	289.675,45
Engenharia Sanitária	353.602,30	394.229,67	492.900,27	465.130,72
Exercício Profissional	346.047,11	394.000,35	448.165,69	437.747,13
Vigilância de Alimentos	413.945,78	521.234,54	547.640,05	502.844,61
Total	1.331.964,55	1.555.451,81	1.751.304,60	1.695.397,91

Fonte: Fonte: DATASUA/SIA/ DEVISA/SESMA

Nota: (*) Dados até Agosto/2016

No mesmo período, as ações de Vigilância em Saúde Ambiental realizadas para o controle de qualidade da água e avaliação dos riscos no consumo impróprio representa para a saúde humana, atestaram um percentual de 34,13% de coletas realizadas em 2013, passando para 100% em 2015. Até agosto de 2016, este percentual chegou a 32%.

No período de referência foram realizadas as seguintes ações em vigilância integrada com Vigilância em Saúde, conforme segue.

Quadro 02 - Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, de 2013 a 2016.

Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador	2013	2014	2015	2016*	Total
Orientações sobre Saúde do Trabalhador para Empresas/ Sindicatos	172	151	45	15	383
Referenciamento de Trabalhadores para o INSS e MPT	62	103	125	20	310
Atendimento Especializado: Acolhimento / Atendimento médico	0	0	230	185	415
Emissão de Relatório Individual de Notificação de Agravos (RINA)	0	0	4	0	4
Diagnóstico e perfil epidemiológico de agravos relacionados à Saúde do Trabalhador	20	50	60	60	190
Notificações de Agravos Relacionados ao Trabalho: Acidente de Trabalho Grave e Fatal; Acidente de Trabalho com Material Biológico; Transtorno mental relacionado ao trabalho; Violência Interpessoal/ Autoprovocada	174	284	57	19	534
Ações educativas em saúde do trabalhador:	4	18	43	10	75
Monitoramento das UMS Sentinelas que realizam notificação em Saúde do Trabalhador	0	17	13	8	38

Fonte: CEREST/SESMA

*Dados até Agosto/2016

Figura 12 - Ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, de 2013 a 2016.



Minicurso sobre Segurança no Trabalho (2016)



Marcha Belém Contra o Trabalho Infantil (2015)



Ação Educativa nas empresas (2014)



Reunião com representantes do Aterro Sanitário do Aurá

A Rede SUS do Sistema Municipal de Belém é composta por 254 estabelecimentos de saúde cadastrados no SCNES, até outubro de 2016, e na Gestão Pública Municipal, com 98,3% dos serviços. A Rede conta 22 hospitais, com um total de 2.613 leitos SUS, dos quais 2 são Hospitais de Pronto Socorros Municipais, 1 Hospital Geral (distrito de Mosqueiro – DAMOS); 1 Serviço Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, que opera em 24 Unidade Móvel Pré-Hospitalar cadastradas e 21 unidades habilitadas em funcionamento, tais como 16 ambulâncias, sendo 12 unidades de suporte Básico - USB's, 04 unidade de suporte avançado - USA's, 1 Ambulância e 4 motolâncias; 2 Unidades de Pronto Atendimento – UPA (distritos de Icoaraci – DAICO e da Sacramento – DASAC); 46 Unidades de Saúde da Família - USF, 29 Unidades Básicas de Saúde - UBS e 10 Casas Especializadas.

Atualmente o município possui 112 Equipes da Estratégia Saúde da Família - ESF em atividade, das quais 108 encontram-se cadastradas no SCNES, com 97 ESF habilitadas no sistema e 9 Equipes de Saúde Bucal habilitadas, 8 destas implantadas e em funcionamento, e outra em obra. Possui ainda, 11

Núcleos de Apoio a Estratégia Saúde da Família - NASF sendo 10 credenciados e habilitados pelo MS, cobrindo 6 distritos administrativos (DAMOS, DAICO, DABEN, DAENT, DASAC e DAGUA), 1 Equipe de Consultório na Rua, 2 Equipes Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar - EMAD e 1 Equipe Multidisciplinar de Apoio - EMAP. No geral, a atenção básica dos serviços em saúde atinge 38,7% de cobertura populacional.

No período de 2013 a agosto de 2016 as UBS realizaram em média 10.891.636 procedimentos/ano, correspondendo a um acréscimo em torno de 52,88% do total realizado no ano de 2015 em relação a 2013. Até agosto de 2016 foram realizados 8.122.968 procedimentos, o que corresponde a 58% da produção total em relação ao ano anterior. As ações de promoção e prevenção em saúde tiveram um acréscimo de 98,39% em 2015 em relação a o ano de 2014 e os procedimentos clínicos apresentaram crescimento de 18.

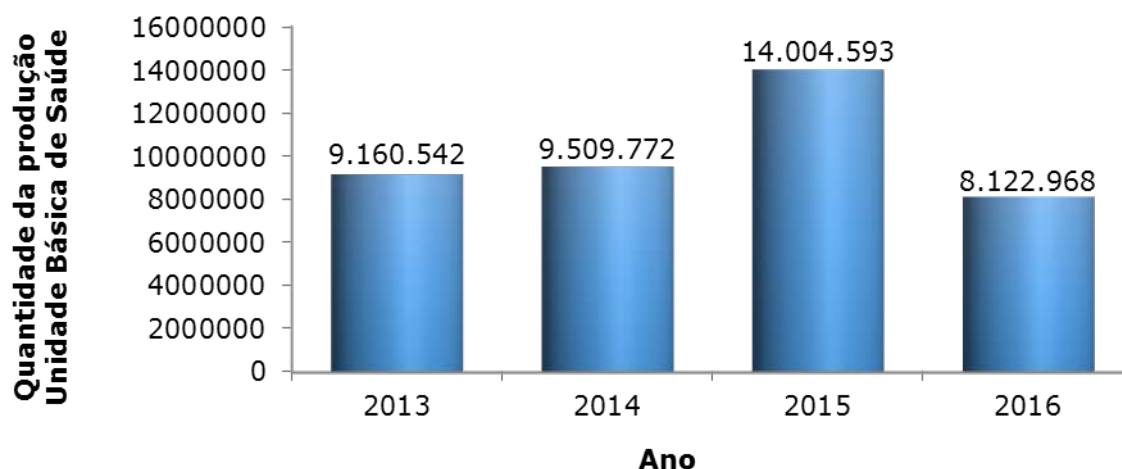
Tabela 18 – Produção das Unidades Básicas Municipais de Saúde. Quantidade apresentada por grupo de Procedimentos, de 2015 a 2016.

Grupo de Procedimento	Quantidade Apresentada			
	2013	2014	2015	2016
Ações de promoção e prevenção em saúde	1.687.966	1.967.412	3.903.154	1.166.088
Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.131.680	402.731	1.803.229	338.276
Procedimentos clínicos	5.291.052	5.956.917	7.002.401	5.713.079
Procedimentos cirúrgicos	1.049.768	1.182.712	1.295.630	905.525
Ações complementares da atenção à saúde	76	0	179	0
Total	9.160.542	9.509.772	14.004.593	8.122.968

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SAI/SUS).

Nota: Dados de 2016, considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 13 – Quantidade de produção das UBSs, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).



O comportamento da produção ambulatorial especializada no período de 2013 a agosto de 2016 atestou uma redução no total dos procedimentos de 2015 em relação a 2013. Destaca-se um acréscimo de 6,12% dos procedimentos com a finalidade diagnóstica de média complexidade nos anos de 2015 em relação a 2013. Foram realizados 67,33% do total dos procedimentos de 2016 em relação ao ano anterior.

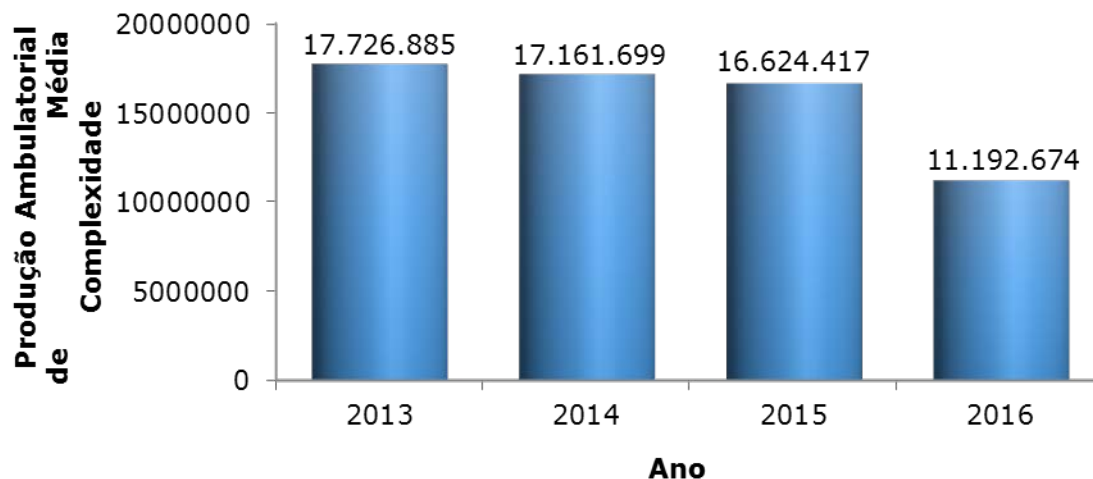
Tabela 19 – Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém e quantidade apresentada por grupo de procedimentos de Média Complexidade, 2015 a 2016.

Grupo de Procedimento	Quantidade Apresentada			
	2013	2014	2015	2016
Ações de promoção e prevenção em saúde	42.236	46.707	114.523	70.093
Procedimentos com finalidade diagnóstica	9.694.469	9.877.913	10.287.780	5.962.945
Procedimentos clínicos	7.832.730	7.091.363	6.082.988	5.054.834
Procedimentos cirúrgicos	152.577	143.698	133.424	100.318
Transplantes de órgãos, tecidos e células	2.860	1.992	5.693	4.484
Órteses, próteses e materiais especiais	0	26	9	0
Total	17.726.885	17.161.699	16.624.417	11.192.674

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SAI/SUS).

Nota: Dados de 2016, considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 14 – Quantidade de produção ambulatorial de média complexidade, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).



Em relação aos procedimentos de Alta Complexidade houve um acréscimo de 74,39% dos procedimentos no período. 86,52% desses procedimentos foram de medicamentos na Alta Complexidade, o que corresponde a 90,75% desses procedimentos apresentados e ofertados à população.

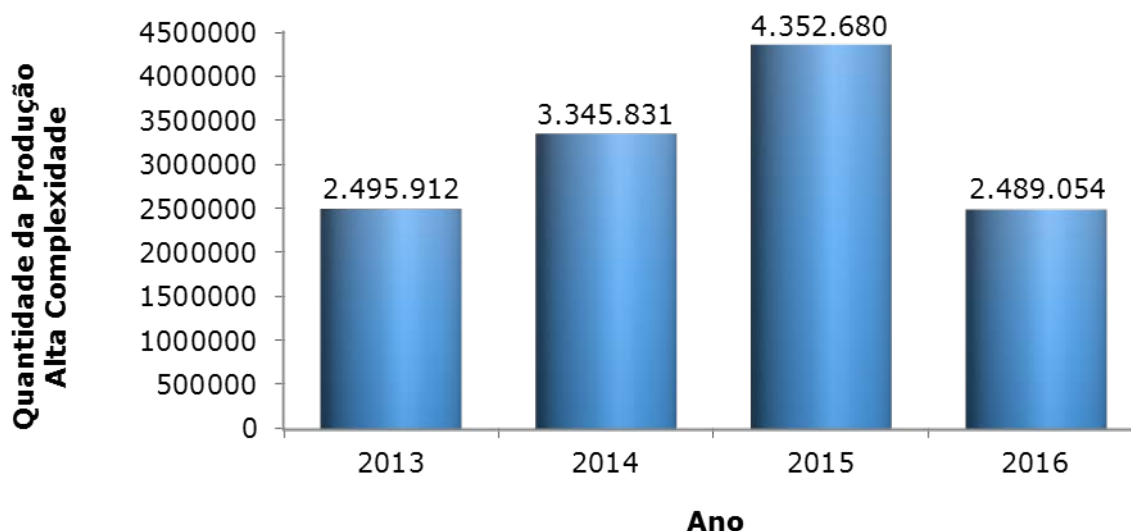
Tabela 20 – Produção Ambulatorial da Rede SUS de Belém e quantidade apresentada por grupo de Alta Complexidade, de 2015 a 2016.

Grupo de Procedimento	Quantidade Apresentada			
	2013	2014	2015	2016
Procedimentos com finalidade diagnóstica	78.560	81.503	121.363	80.278
Procedimentos clínicos	267.799	275.271	257.408	166.612
Procedimentos cirúrgicos	6.782	7.056	8.484	5.258
Transplantes de órgãos, tecidos e células	24.987	9.496	15.329	8.761
Medicamentos	2.117.784	2.972.505	3.950.096	2.228.145
Total	2.495.912	3.345.831	4.352.680	2.489.054

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SAI/SUS).

Nota: Dados de 2016, considereou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

Figura 15 – Quantidade de produção da alta complexidade, de 2013 a agosto de 2016 (SESMA, 2016).



Na área ambulatorial, a Rede de Atenção às Urgências e Emergências – RUE realizou em 2015 uma média mensal de 135.259 atendimentos/procedimentos. No HPSM Mário Pinotti foi realizada uma média de 36.611 procedimentos apresentando queda na produção em virtude do fechamento para obras de readequação de sua infraestrutura durante os meses de junho de 2015 a fevereiro de 2016, quando foi novamente reaberto para o usufruto público.

A UPA DAICO apresenta uma média mensal de 72.909 atendimentos e a UPA DASAC, em funcionamento a partir de julho de 2016, apresentou um total de 37.994 atendimentos até outubro de 2016. O serviço Pré-hospitalar móvel realizado pelo SAMU – 192 atendeu 15.021 ocorrências em 2015, com média mensal de 2.209 atendimentos em 2014 e 1.252 em 2015, devido a redução do número de ocorrências no período. O Centro de Informações Toxicológicas - CIT realizou 1.007 atendimentos em 2015, atestando média mensal de 128 em 2013, para 84 em 2015.

No geral, a RUE realizou um total de 2.741.750 procedimentos/atendimentos ambulatoriais em 2013 e no ano de 2015 realizou 3.635.055, apresentando um acréscimo de 32,58% da produção na rede de U/E. De janeiro a agosto de 2016 foram realizados 2.367.091 atendimentos.

Tabela 21 – Produção Ambulatorial de U/E da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, de 2013 a agosto de 2016.

Unidades - U/E	Atendimentos de U/E							
	2013	Média/ mensal	2014	Média/ mensal	2015	Média/ mensal	2016	Média/ mensal
HPDM - MP	939.678	78.307	956.263	79.689	439.328	36.611	458.075	38.173
HPSM - HMP	1.397.201	116.433	1.854.696	154.558	1.623.106	135.259	781.358	65.113
HG Mosqueiro	325.416	27.118	508.487	42.374	682.688	56.891	398.710	33.226
UPA DAICO	59.010	4.918	443.311	36.943	874.912	72.909	705.201	58.767
UPA DASAC*	-	-	-	-	-	-	37.994	3.166
SAMU	20.445	1.704	26.511	2.209	15.021	1.252	10.281	857
CIT	1532	128	773	64	1007	84	497	41
Total	2.741.750		3.789.268		3.635.055		2.367.091	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS).

Nota: Dados de 2016 - considerou mês de competência agosto/2016, sujeitos a retificação.

A Rede Hospitalar SUS Municipal de Urgência e Emergência - U/E realizou a média anual de **12.707** internações de U/E entre 2013 e 2015. De janeiro a agosto de 2016 foram realizadas **6.509** internações de U/E nos hospitais municipais, o que representa em torno de 53% das internações de 2015. Ressalta-se que o HPSM-MP apresentou um acréscimo considerável nas internações de 2014 em relação a 2013. Houve uma redução de **12,0%** nas internações do HPSM - MP no período, devido o mesmo encontrar-se em reforma.

Tabela 22 – Internações Hospitalares nos Hospitais Municipais de U/E, de 2013 a agosto de 2016.

Hospital	2013	2014	2015	2016
HOSPITAL PRONTO SOCORRO MUNICIPAL MARIO PINOTTI	8.001	9.112	8.005	4.119
HOSPITAL MUNICIPAL DE MOSQUEIRO	766	742	753	310
HPSM DR HUMBERTO MARADEI PEREIRA	3.189	4.011	3.542	2.080
Total	11.956	13.865	12.300	6.509

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalar do SUS (SIH/SUS) SIH/DATASUS

Nota: Dados de 2016 considerou-se mês de competência janeiro a agosto/2016, sujeitos a retificação.

A Rede Hospitalar SUS Municipal, realizou em média 104.465 internações/ano no período de 2013 a agosto de 2016 por especialidades clínicas, sendo a Especialidade Cirúrgica o maior grupo de atendimento, representando 40,29% do total das internações no ano de 2015. As 62.947) das internações realizadas de janeiro a agosto de 2016 representam 58,46% das internações realizadas no ano de 2015, atestando um acréscimo de 3,84% no período analisado.

Tabela 23 - Internações Hospitalares da Rede SUS Municipal, de 2013 a 2016.

Leitos/Especialidade	2013	2014	2015	2016
01-Cirúrgico	39.174	38.614	43.386	25.793
02-Obstétricos	26.439	24.086	25.015	14.109
03-Clínico	20.875	22.691	20.509	11.613
05-Psiquiatria	2.095	2.531	2.610	1.401
06-Pneumologia Sanitária (Tisiologia)	134	206	200	123
07-Pediátricos	14.694	13.631	15.741	9.794
09-Leito Dia / Cirúrgicos	283	269	168	0
12-Leito Dia / Intercorrência Pós-Transplante	1	0	44	114
Total	103.695	102.028	107.673	62.947

Fonte: SIH/DATASUS

Nota: Dados de 2016 considerou-se mês de competência de agosto/2016, sujeitos a retificação.

A seguir resumimos os avanços obtidos na execução da política pública de saúde no período de 20103 a 2016:

1. Reforma Ampliação e Equipamento da Rede de Atenção à Saúde e implantação dos seguintes Serviços:

Reforma, ampliação e Equipamento das 20 UMS e 18 ESF, (1) Casa de Endemias Mosqueiro, (1) Departamento de Regulação (DERE)/ SESMA, (3) CAPS, (1) Centro de Zoonoses (CCZ); estruturação de (3) CAPS com novas instalações, (3) CASA Especializadas com, reforma e instalações em novos prédios; reforma, ampliação e reaparelhamento do Novo Hospital de Pronto Socorro (HPSM) Mário Pinotti inaugurado em fevereiro/2016.

2. Implantação de Novos Serviços

- a) Implantação da UPA DASAC/2016;
- a) Implantação da UBS Tenoné II/2016;

- b) Implantação das Academias de Saúde Carananduba e Tapanã;
 - c) Implantação de 2 Equipes de Saúde Bucal;
 - d) Implantação de (5) Bases do SAMU: Bengui, Icoaraci, UFPA, Mosqueiro e Cotijuba;
 - e) Implantação de (2) Sala de Estabilização na UMS Cotijuba Carananduba;
 - f) Implantação da **CASA do AÇAÍ**, para o controle da qualidade e certificação do produto disponibilizado à população;
3. Estruturação de **40 Salas de Vacinas** das Unidades de Saúde, equipadas com **câmaras frias** para melhor desempenho das atividades;
 4. Aquisição da **Unidade Castra Móvel do CCZ**, para o controle reprodutivo da população animal (cães e gatos) no município de Belém;
 5. Aquisição de **Transporte Social (8 vans)** para os pacientes do Programa dos Renais Crônicos;
 6. Aquisição de veículo (**tipo lancha**), para o fortalecimento das Ações de Vigilância Sanitária na população *ribeirinha de Belém*;
 7. Aquisição de 01 **mamógrafo para ampliação de serviços** de mamografias na Rede Municipal de Saúde com recursos próprios da SESMA;
 8. Aquisição de **01 aparelho de Ultrassonografia** com recursos captados, através do QualiSUS REDE, a ser instalado na nova CASA da Mulher;
 9. Reaparelhamento dos consultórios odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde com aquisição de **50 equipamentos odontológicos (cadeiras)**;
 10. Recomposição do quadro dos Agentes de Endemias com a contratação de **400 agentes**, para o controle das Endemias no município de Belém;

11. Ampliação do processo de Testagem e Aconselhamento do HIV, Sífilis e Hepatite B e C na Rede Básica em **10 Unidades** (Marambaia, Jurunas, Guamá, Telégrafo, Paraíso dos Pássaros, Cotijuba, Icoaraci, HGM de Mosqueiro, Outeiro, Sacramento);
12. Implantação **Sistema HÓRUS** (Sistema Nacional de Assistência Farmacêutica) MS em 100% Almoxarifado Central de Abastecimento Farmacêutico (DRM); 100% dos Hospitais; 75% das Casas Especializadas; e 75% Unidades Básicas de Saúde;
13. Implantação do Sistema de Gestão de Unidades de Saúde da Atenção Básica – MS (**E-SUS AB**) em 100% de todas as Unidades de Saúde UBS/ESF da Rede Municipal;
14. Implantação do Sistema de Gestão de Unidades de Saúde da Atenção Básica – MS **E-SUS AB - PRONTUÁRIO ELETRÔNICO** em **10** Unidades de Saúde e **18** ESF;
15. Informatização das Agendas de Consulta – Regulação em **60%** Implantada com Sistema **SISREG**;
16. Implantação do Sistema **ESUS-AB Prontuário Eletrônico**, sendo de 55 servidores e 317 Computadores e 55 impressoras térmicas, para informatização da SESMA;
17. Informatização da UPA DASAC, com sistema de prontuário eletrônico/2016;
18. Informatização do HPSM-MP, com sistema de Gestão Hospitalar e prontuário eletrônico/2016;
19. Implantação da Central de Telefonia na Regulação do SAMU, com monitoramento e gravação de chamadas;
20. Implantação do Sistema de CFTV nas Unidades Administrativas e de U/E com vídeo monitoramento;
21. Implantação do Sistema de Ponto Eletrônicos nas Unidades Administrativas e de U/E.

Na presente conjuntura, o município de Belém apresenta um cenário que, apesar de demonstrar importantes avanços econômicos e sociais, traz em seu bojo significativas preocupações que solicitam do executivo municipal intervenções eficientes e eficazes para atender as necessidades básicas de cerca de 144.000 famílias que, segundo o IBGE/2010, vivenciam, no cotidiano, situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como de violações de direitos.

No período de 2013-2016 a política municipal de assistência social apresentou avanços e implantou realizações significativas, fruto de um trabalho conduzido por trabalhadores e gestores que, cotidianamente, demonstraram empenho e assertividade no intuito de, cada vez mais, consolidá-la.

Dentre os avanços cabe salientar a implantação de 7 novos espaços sendo 2 Centros POP sediados em São Brás e Icoaraci,; 2 CREAS, no distrito de Icoaraci – DAICO e outro no distrito de Mosqueiro – DAMOS; 1 Centro Dia para Pessoas com Deficiência; 1 Espaço de Acolhimento para Moradores Adultos de Rua – CAMAR II; e o Espaço Euclides Coelho de Acolhimento para Crianças de 0 a 6 ano de idade; bem como as reformas e transferências de espaços de referência para locais com melhor infraestrutura; aumento do quadro de funcional da área da assistência com nomeação de 177 servidores oriundos de concurso público; implantação do Conselho Tutelar VIII do distrito de Belém - DABEL; elaboração de Planos Municipais de “Atendimento Socioeducativo, de Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens” e de “Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”; a produção do Diagnóstico Socioterritorial de Belém e o mapeamento da Rede Intersetorial de Belém.

O conjunto de ações empreendidas, com um investimento total no valor R\$ 293.961.746,44, teve reflexos qualitativos para as 295.725 famílias atendidas no período. Contudo, sabe-se dos inúmeros desafios ainda a enfrentar, o que motiva a traçar novos objetivos estratégicos e estabelecer ações prioritárias conforme as demandas dos munícipes em situação de vulnerabilidade social.

A Proteção Social Básica destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, através do desenvolvimento de ações de caráter preventivo no sentido de fortalecer a função protetiva das famílias, ampliar as possibilidades de acessos aos direitos fundamentais e oportunizar aquisições voltadas à emancipação econômica e social.

A Rede Pública de Proteção Social Básica, entre os anos de 2013 e 2016, não apresentou mudanças no quantitativo de espaços físicos ou estrutura de suporte para o desenvolvimento de sua atividade inerente, sendo composta por 12 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, 01 Centro de Convivência de Terceira Idade, o Programa de Inclusão Produtiva - PIP, a concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC) e a Coordenação do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e do Programa Bolsa Família - PBF.

Nos 12 CRAS foram atendidos, entre os anos de 2013 e 2016, um total de 278.015 famílias, que receberam orientações gerais, atendimentos particularizados e em grupo, encaminhamentos para demais espaços socioassistenciais e/ou rede intersetorial assim como a inserção nos serviços ofertados pelos CRAS.

Tabela 24 - Número de famílias atendidas pelos 12 CRAS do Município, 2013-2016*.

Ano	Total
2013	44.472
2014	75.871
2015	103.740
2016*	53.932
Total Geral	278.015

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

*Acumulado até agosto de 2016.

Algumas dificuldades permearam a condução do trabalho nos CRAS ao longo desses anos, sobretudo, a limitação quanto às equipes de recursos humanos, espaços físicos inadequados e recursos materiais insuficientes, sobre os quais já estão sendo tomados os devidos encaminhamentos. Ressalta-se, a transferência do CRAS Tapanã (2014), Bengui (2014), Outeiro (2015) e Icoaraci (2016) para novos imóveis com melhores condições de atendimento à população.

Figura 16 – Novos espaços do CRAS Tapanã e Bengui (FUNPAPA, 2016).



CRAS Tapanã



CRAS Bengui

Os CRAS oferecem além de oferecerem o atendimento especializado ao munícipe executa também o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Do total de famílias que receberam atendimento no CRAS de 2013 a 2016, 15%, ou seja, 40.654 foram inseridas no acompanhamento do PAIF, haja vista apresentarem situações de vulnerabilidade mais agudas que demandaram um acompanhamento sistemático por parte da equipe técnica.

Tabela 25 - Número de famílias acompanhadas no PAIF pelos 12 CRAS do município de Belém, 2013-2016*.

Ano	Total
2013	14.266
2014	10.929
2015	9.921
2016*	5.538
Total Geral	40.654

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

*Acumulado até agosto de 2016.

Através do PAIF foi oportunizado às famílias fortalecer sua função protetiva, preservar seus vínculos familiares e comunitários, desenvolver suas potencialidades e aquisições por meio de atendimentos individualizados ou em grupo.

Nos atendimentos, sempre que detectada a necessidade, as famílias são encaminhadas para a rede do sistema de garantia de direitos a fim de que possam ter acesso às demais políticas públicas. No quadriênio foram realizados 7.466 encaminhamentos.

Tabela 26: Encaminhamentos realizados a Rede do Sistema de Garantia de Direitos pelos 12 CRAS entre 2013-2016*.

Rede	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016*	
Saúde	401	680	532	245	1.858
Educação	100	181	287	182	750
Documentação Civil	451	548	419	221	1.639
Defensoria Pública	170	342	415	121	1.048
Ministério Público	63	417	278	42	800
Conselho Tutelar	308	417	296	109	1.130
Delegacias	50	67	92	32	241
Total	1.543	2.652	2.319	952	7.466

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

*Acumulado até agosto de 2016.

Os encaminhamentos para inclusão no CadÚnico e acesso ao Programa Bolsa Família são demandas constantes nos CRAS e, os encaminhamentos, anteriormente realizados de forma centralizada na sede do programa, no ano de 2013 passou a ocorrer de forma descentralizada nos 12 CRAS. Tal medida assegurou o princípio da descentralização/territorialização da Proteção Social Básica e do Sistema Único de Assistência social – SUAS, oportunizando atendimento aos munícipes em seu território de moradia, o que possibilita atenção mais humanizada e ágil, evitando grandes esperas em extensas filas compostas especialmente por mulheres adultas e idosas que se deslocavam dos bairros distantes.

Em 2013, o SCFV passou por processo de reordenamento, onde foram definidos novos parâmetros de cofinanciamento federal, com metas de atendimento de usuários e de público prioritário. Nesse processo, a meta pactuada junto ao Ministério de Desenvolvimento Social – MDS foi de 3.890 usuários. Sem considerar o público prioritário, a FUNPAPA alcançou a meta nacional, sobretudo quando se somam as metas das entidades conveniadas.

Tabela 27 - Número de usuários atendidos no SCFV, por ciclo de vida, pelos 12 CRAS do município de Belém, 2013-2016*.

Ano	Ciclos de vida				Total
	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	Idosos	
2013	180	505	360	1.323	2.368
2014	317	859	494	1.098	2.768
2015	289	1.229	472	1.104	3.094
2016*	196	1.022	423	1.102	2.743
Total	982	3.615	1.749	4.627	10.973

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016

*Acumulado até agosto de 2016.

O SCFV destina-se a complementar o trabalho social do PAIF, incluindo os familiares, por faixa etária, em atividades voltadas a defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades. Tais atividades se desenvolvem através de oficinas que incluem esporte, lazer, arte

e cultura e ações comunitárias, envolvendo os três eixos estruturantes: convivência social, direito de ser e participação.

Figura 17 – SCFV, atividades realizadas (FUNPAPA, 2016).



SCFV Grupo de Crianças, CRAS Tapanã



SCFV Grupo de Adolescentes, CRAS Guamã



SCFV - Grupo Intergeracional de Artesanato, CRAS Tapanã



SCFV – Palestra "Prevenção ao Preconceito e Discriminação da Pessoa com Deficiência", CRAS Mosqueiro

Com vista a complementar as ações dos CRAS foi firmado convênio com entidades socioassistencias para ofertar o SCFV, cuja abrangência passou entre 2013 e 2016, de 7 para 10 entidades, com meta de atendimento de 100 usuários cada, na faixa etária de 06 a 17 anos.

Quadro 03 - Entidades Conveniadas para oferta do SCFV entre os anos de 2013 e 2016.

2013	2014	2015	2016
Associação dos Amigos da Terra Firme	Associação dos Amigos da Terra Firme	Associação dos Amigos da Terra Firme	Associação dos Amigos da Terra Firme
Centro Comunitário São Paulo	Centro Comunitário São Paulo	Centro Comunitário São Paulo	Centro Comunitário São Paulo
Sociedade Comunitária São João Batista	Sociedade Comunitária São João Batista	Sociedade Comunitária São João Batista	Sociedade Comunitária São João Batista
Sociedade Unidos Venceremos	Sociedade Unidos Venceremos	Sociedade Unidos Venceremos	Sociedade Unidos Venceremos
Associação Comunitária do Bairro do Tapanã	Associação Comunitária do Bairro do Tapanã	Associação Comunitária do Bairro do Tapanã	Associação Comunitária do Bairro do Tapanã
Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges	Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges	Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges	Centro Social da Criança e do Adolescente Santa Edwiges
Soc. Beneficente Cooperativista Cristo Redentor	Soc. Beneficente Cooperativista Cristo Redentor	Soc. Beneficente Cooperativista Cristo Redentor	Soc. Beneficente Cooperativista Cristo Redentor
	Centro Com. Nª Srª do Perpétuo Socorro	Centro Com. Nª Srª do Perpétuo Socorro	Centro Com. Nª Srª do Perpétuo Socorro
	Lar Fabiano de Cristo	Lar Fabiano de Cristo	Lar Fabiano de Cristo
	Lar de Maria	Lar de Maria	Lar de Maria

Fonte: Setor de Convênio/NUSP/FUNPAPA, 2013-2016.

O BPC é um benefício que garante um salário mínimo mensal às pessoas idosas e com deficiência cuja renda familiar *per capita* não ultrapasse 1/4 do salário mínimo vigente.

Por meio dos CRAS, os cidadãos são informados sobre os critérios de elegibilidade e encaminhados ao INSS para acesso ao benefício.

O número de beneficiários passou de 47.896, em 2013, para 53.644 até agosto de 2016, totalizando um aumento de 12%. O número de pessoas idosas beneficiárias mostra-se maior que o de pessoas com deficiência, em torno de 4%. O Decreto nº 8.805/2016, alterou a regulamentação do PBC, dividindo responsabilidades entre o INSS e a política de assistência social, especialmente quanto a necessária inclusão de todos os beneficiários no CadÚnico.

Quadro 04 - Beneficiários do BPC no município de Belém, 2013 a 2016*.

USUÁRIOS	2013	2014	2015	2016*
Pessoas Idosas	25.669	26.713	28.200	28.846
Pessoas com Deficiência	22.227	23.149	24.087	24.798
TOTAL	47.896	49.862	52.287	53.644

Fonte: MDSA, 2016.

*acumulado até agosto/2016.

Em 2013, a PMB estabeleceu parceria com o Fundo das Nações Unidas para Crianças e Adolescentes- UNICEF para implantar a Plataforma dos Centros Urbanos - PCU, cujo objetivo é reduzir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes.

Coube à FUNPAPA o indicador “% de crianças beneficiadas pelo BPC que estão na escola”. Neste sentido, a fundação participou dos 8 Fóruns Distritais e passou a realizar as ações a ela destinadas a partir dos planos de ação proposto por cada fórum.

No quadro a seguir é possível visualizar o desenvolvimento do indicador entre os anos de 2013 a 2016.

Quadro 05 - Quantidade de crianças beneficiadas pelo BPC que estão na Escola, no município de Belém, 2013-2016.

Ano	Quant. de crianças-BPC na escola
2013	1.247
2014	1.340
2015	1.669
2016	1.766

Fonte: Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Direcionado ao atendimento de pessoas idosas por meio do SCFV, o Centro de Convivência Zoé Gueiros atende em média 500 idosos por ano,

As atividades de convivência são efetivadas através de grupos/oficinas formativas que envolvem atividades complementares como hidroginástica, danças, canto/coral, serenatas, campanhas preventivas, festividades, passeios,

participação em conselhos de defesa de direitos, fóruns e seminários sobre temas pertinentes à pessoa idosa.

Figura 18 – Atividades desenvolvidas no C. C. Zoé Gueiros.



Novo espaço físico



Atividades de Convívio



Área Externa do Centro com
Academia ao Ar Livre



Visita ao cinema Olympia – sessões
regulares

Destaca-se em 2015 a significativa reforma do espaço físico com instalação de uma academia de ginástica, o garante mais qualidade nos serviços ofertados à população idosa.

Tabela 28 - SCFV à pessoas idosas promovido pelo C.C. Zoé Gueiros, 2013-2016*.

Ano	Ciclos de vida				Total
	8 a 11 anos	12 a 17 anos	Adultos	Idosos	
2013	54	9	84	676	823
2014	17	4	81	505	607
2015	0	0	82	487	569
2016*	0	0	58	484	542
Total	71	13	305	2.152	2.541

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

*Acumulado até agosto de 2016.

A gestão do CadÚnico e do PBF, realizada pela Central do Cadastro Único - CCU, apresentou de 2013 a agosto de 2016, um crescimento de aproximadamente 7%, passando de 154.696 para 165.603 famílias inseridas. Por sua vez o PBF registrou, no mesmo período, um acréscimo de 23%, saltando de 93.231 para 114.743 famílias.

Quadro 06 - Número de famílias inscritas no CadÚnico e no PBF no município de Belém, 2013-2016*.

Programa	2013	2014	2015	2016*
CadÚnico	154.696	160.862	157.569	165.603
PBF	93.231	101.226	111.324	114.743
% PBF/Cad	60%	63%	71%	69%

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

*Acumulado até agosto de 2016.

No quadro é possível observar que o percentual de famílias incluídas no CadÚnico que são beneficiárias do PBF cresceu, passando de 60%, em 2013, para 69% até agosto de 2016.

Para a manutenção do cadastro, torna-se necessário que a família efetue, sistematicamente, sua atualização cadastral a fim de que possa acessar ou manter os benefícios. Em 2016, o MDS sinalizou que 45.843 famílias, de Belém, precisariam atualizar seus cadastros até o 1º semestre de 2017. Deste total, até 28/09/16, 10.085 famílias já tiveram seus cadastros atualizados.

A manutenção do benefício do PBF exige o cumprimento de condicionalidades na área da educação - frequência escolar, conferida a cada dois meses, de 85% para as crianças de 06 a 15 anos e de 75% para os jovens de 16 a 17 anos -, e da saúde - verificando a cada 6 meses o acompanhamento vacinal e nutricional das crianças de 0 a 6 anos de idade, consulta semestral das mulheres entre 14 e 44 anos e realização de pré-natal. O cumprimento das condicionalidades no município de Belém de 2013 a 2016 encontra-se expresso no quadro a seguir.

Quadro 07 - % de alunos ativos com frequência recomendada e % de famílias acompanhadas pela saúde, 2013-2016*.

Ano	Educação		Saúde	
	≥ 85%	≥ 75%	1ª Vigência	2ª Vigência
2013	92,40	96,57	9,39	33,03
2014	91,77	89,29	82,02	82,02
2015	89,90	87,00	80,76	50,77
2016*	90,86	84,87	18,54	-

Fonte: Ministério da Saúde/Relatório Mensal CCU/PBF/FUNPAPA.

*Até julho de 2016

Na condicionalidade educação, o Município vem alcançado a meta, com média anual acima de 80%. Por sua vez a saúde, cuja cobertura mínima era de 20% das famílias por semestre, passando, em 2016, para 30%, por duas ocasiões não se alcançou essa meta (1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2016); o que exige maior articulação das políticas setoriais envolvidas, através de suas secretarias municipais.

Com a desativação do Centro de Inclusão Produtiva - CIP em 2014, as ações de preparação para o mercado de trabalho direcionadas ao público da assistência social passou a funcionar na sede administrativa da FUNPAPA que, pelas limitações do espaços e dos equipamentos, deixou de realizar formações diretas passando a coordenar a qualificação profissional através da gestão do PRONATEC e de parcerias com o sistema de aprendizagem.

A falta de espaço próprio para execução de cursos, bem como as limitações financeiras que afetaram o PRONATEC a nível nacional, ocasionou o declínio das ofertas no quadriênio 2013-2016, como mostra tabela a seguir.

Tabela 29 - Número de vagas ofertadas pelo CIP/PRONATEC entre os anos de 2013 e 2016*.

Ano	Total
2013	2.852
2014	1.879
2015	252
2016*	170
Total Geral	5.153

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

*Até setembro de 2016.

Essa conjuntura demandou novas estratégias por parte da equipe técnica, de modo a garantir a qualificação profissional, tais como a articulação com instituições de formação objetivando o estabelecimento de parcerias para oferta de cursos na modalidade gratuidade. Ressalta-se a parceria com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE que resultou no encaminhamento de 142 jovens, dos quais 45 ingressaram no Programa Jovem Aprendiz.

Anualmente os espaços da Proteção Básica mantém uma agenda para desenvolver atividades em datas memorativas, onde se utilizam de palestras, oficinas, campanhas, etc., com o objetivo de despertar as famílias sobre temas pertinentes às problemáticas cotidianas. Dentre essas datas cumpre destacar os eventos alusivos ao dia Internacional da Mulher, dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, dia Nacional do Idoso (Semana da Pessoa

Idosa), dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, dia Internacional de Luta contra a Violência sobre a Mulher, dentre outras.

Instituída em 2014 no calendário oficial do Município através da Lei Municipal 9.071/2014, a Semana do Bebê, realizada no mês maio, envolve uma extensa programação, com a participação de diferentes órgãos da administração pública. Por meio dos CRAS, são realizadas palestras sobre temas pertinentes à primeira infância, oficinas e atividades externas com os usuários. Em 2016, entre os dias 16 a 21 de maio, foi realizada a V Semana do Bebê, com programação nos 12 CRAS.

Figura 19 - Semana do Bebê 2016, palestra sobre “Microcefalia e BPC” (CRAS Mosqueiro – FUNPAPA, 2016).



Os CRAS que atendem a região insular do Município (Guamá, Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro), realizaram, de 2013 a agosto de 2016, deslocamentos de suas equipes para oferta de serviços em localidades como as Ilhas Murucutu, Cotijuba, Jutuba, Paquetá, Caruaru e povoados da Ilha de Mosqueiro, atendendo 3.550 famílias entre 2013 e 2016.

Tabela 30 - Número de famílias atendidas pelos CRAS nos deslocamentos à comunidades distantes, 2013 – 2016*.

Ano	Nº famílias
2013	819
2014	985
2015	1.340
2016*	406
Total	3.550

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016 / *Acumulado até agosto de 2016.

Figura 20 - Deslocamento da equipe do CRAS à ilha de Murucutu com atendimento realizado pelo CRAS Guamá (FUNPAPA 2016).



Por fim, no âmbito da proteção básica, o CRAS Aurá integra a Ação Intersetorial de Atenção e Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis do Lixão do Aurá. Ressaltam-se as exitosas participações no Prêmio Boas Práticas de Gestão, promovido pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS, no qual Belém conquistou, em 2015, pela segunda vez consecutiva, o 1º lugar, pela prática denominada “O Trabalho Social com Famílias do Lixão do Aurá”, ocasionando reconhecimento nacional ao Município.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade volta-se ao atendimento e acompanhamento especializado e sistemático de famílias e indivíduos que vivenciaram violações de direitos, mas que mantêm os laços familiares e comunitários preservados.

No quadriênio 2013 - 2016, realizou o atendimento especializado através de 5 Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, 02 Centros POP e 01 Centro Dia para Pessoas com Deficiência, que juntos atenderam um total de 11.512 famílias.

Tabela 31 - Quantitativo de atendimento às famílias pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2013 – 2016*.

Equipamento	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016	
CREAS	1.243	1.856	1.775	1.419	6.293
CENTRO POP	-	1.460	3.028	480	4.968
CENTRO DIA	-	58	84	109	251
Total	1.243	3.374	4.887	2.008	11.512

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais, 2013, 2014, 2015 e Agosto/2016*

Entretanto, essa esfera de proteção social enfrentou várias dificuldades no seu andamento, decorrentes, em especial, da insuficiência de recursos humanos tendo em vista a ampliação de suas unidades; das limitações dos espaços físicos que, mesmo os de melhores qualidades, necessitam de reordenamento para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiências e idosas.

No início de 2013, Belém contava apenas com 3 CREAS: Rosana Campos – Campina, Ilka Brandão - Campina e Manoel Pignatário - Marco. Em 2014 foram implantados mais 2 CREAS: José Carlos Pacheco – DAICO e o Marialva Casanova - DAMOS, ampliando significativamente a cobertura ao conjunto de famílias com direitos violados. Na perspectiva de oferecer um atendimento mais humanizado foi providenciada mudança dos imóveis sede dos CREAS Ilka Brandão e Manoel Pignatário (2015), sendo reformado o espaço físico do CREAS Rosana Campos (2016).

A ação dos 5 CREAS de Belém, a exemplo da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, se deu através de três importantes serviços conforme as digressões que seguem.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI é constituído por um conjunto de ações especializadas, tendo por perspectiva a concessão de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com membros em situação de ameaça ou violação de direitos, por diferentes modalidades de violências.

Quadro 08 - Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 – 2016*.

Situações de violências ou violações de direitos	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016	
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar(física ou psicológica)	185	156	155	103	599
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	80	67	97	69	313
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	2	7	9	8	26
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	80	66	129	124	399
Crianças ou Adolescentes em situação de trabalho infantil	28	47	52	20	147
Idosos em situação de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	4	6	14	3	27
Idosos em situação negligência ou abandono	4	8	13	1	26
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física,psicológica,sexual)	6	5	4	1	16
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	0	6	3	3	12
Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	65	45	69	49	228
Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos	3	5	2	1	11
Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual	2	9	7	8	26
Pessoas em situação de rua	14	44	58	13	129
Adolescentes com cometimento de ato infracional	357	474	449	303	1.583
Total	830	945	1.061	706	3.542

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais CREAS, 2013, 2014, 2015, Agosto/2016*.

Para o atendimento integral e sistemático das diversas tipologias de violação de direitos os CREAS, através do PAEFI, procederam a constantes articulações com a rede de políticas públicas para as quais realizou 4.570 encaminhamentos/referenciamento, de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 32 - Modalidade de violências ou violações atendidas nos CREAS, 2013 a 2016*.

Rede de Serviço	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016	
Educação	155	167	185	140	647
Documentação Civil	125	163	229	187	704
CAPS	-	162	307	134	603
Outros de Saúde	477	250	360	171	1.258
Defensoria Pública	54	57	104	115	330
Conselho Tutelar	23	29	69	46	167
Ministério Público	9	21	35	18	83
Delegacias	14	20	56	45	135
Outras articulações	276	177	152	38	643
Total	1.133	1.046	1.497	894	4.570

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais, 2013, 2014, 2015 e Agosto/2016

Na perspectiva de enfrentar e combater uma das piores formas de violência sofridas por crianças e adolescentes, a FUNPAPA elaborou o Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, publicado no Diário Oficial do Município em 05 de fevereiro de 2016, tendo por perspectiva o atendimento intersetorial das famílias e indivíduos vitimados.

Outra medida importante relativa ao atendimento e encaminhamentos pelo PAEFI, diz respeito à posição de frente exercida pela FUNPAPA na ação Intersetorial “Pacto Belém pela Vida”.

Implantado em 2014, o programa é direcionado ao combate do uso Indevido de álcool, crack e outras drogas que, vinculado ao Programa Federal “Crack é Possível Vencer” do qual o município de Belém é signatário, e sintetiza todas as ações locais para o enfrentamento desse grave fenômeno social, tendo atendido, até 2016, 729 famílias, das quais 497 foram encaminhadas para comunidades terapêuticas e 232 para o CAPS.

Como medida de atenção, foram estabelecidos convênios de cooperação técnico-financeira entre FUNPAPA e 3 Comunidades Terapêuticas.

O Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS é realizado no âmbito das ruas por grupos de profissionais especializados na identificação, abordagem e encaminhamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas que, comumente, fazem das ruas seus espaços de moradia e/ou subsistência. Através do SEAS foram identificadas, abordadas e encaminhadas 7.668 situações, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 09 - Quantificação e Modalidade de violências ou violações de direitos identificadas pelo SEAS, 2014 a 2016*.

Situações de violências ou violações de direitos	Ano			Total
	2014	2015	2016	
Crianças ou Adolescentes em Situação de trabalho de infantil	316	1.774	463	2.553
Crianças ou Adolescentes em Situação de exploração sexual	0	0	6	6
Crianças ou Adolescentes usuárias de crack e outras drogas	21	19	15	55
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	190	919	127	1.236
Migrantes	53	59	15	127
Moradores de Rua	319	1.066	202	1.587
Só trabalhadores de rua (possui residência fixa)	150	1.575	277	2.002
Só perambulante (possui residência fixa)	84	24	14	122
Total	1.133	5.436	1.119	7.688

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais CREAS, 2013, 2014, 2015, Agosto/2016

*Sem visibilidade para o ano de 2013.

O Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviço a Comunidade – PSC é direcionado ao atendimento de adolescentes sentenciados pelo Juizado de Infância e Juventude, por cometimento de atos infracionais. É mister salientar que na gestão anterior, esse serviço era ofertado somente apenas pelo CREAS Ilka Brandão, passando, em 2014, a ser descentralizado para os demais CREAS, medida esta que assegura maior facilidade pela proximidade das residências dos adolescentes sentenciados.

Tabela 33 - Total de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa através dos CREAS, 2013 a 2016*.

Medida Socioeducativa	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016	
Liberdade Assistida - LA	231	42	186	151	610
Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	126	14	18	12	170
LA e PSC	-	259	245	140	644
Total	357	315	449	303	1.424

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais CREAS, 2013, 2014, 2015,* Agosto/2016

Outra importante medida foi a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Belém, publicado no Diário Oficial do Município em 19 de junho de 2015 que, em acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, estabelece diretrizes que orientam as ações junto aos adolescentes sentenciados e suas famílias. Nessa perspectiva, em 2016, junto com Ministério Público do Estado – MPE foi assinada pactuação entre as áreas de assistência social, saúde e educação de modo a garantir aos socioeducandos atendimento integral.

Destaca-se o quantitativo de 2.553 abordagens realizadas junto a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil que é parte de ações tanto do PAEFI e SEAS (PSEMC), como do PAIF e SCFV (PSB). Para fazer frente a essa problemática a FUNPAPA pactuou, em 2014, com o MDS, a efetivação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI cujo objetivo é realização de ações voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil.

Merecem destaque as sistemáticas campanhas: Marcha Belém contra o Trabalho Infantil; comemoração do Dia Mundial de Erradicação do Trabalho Infantil (Junho); Operação Verão (ações nas praias de Icoaraci, Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba); Círio pela Erradicação do Trabalho Infantil (ações no corredor de traslado da procissão), e outras que levaram os munícipes às ruas com exposição de faixas, distribuição de materiais informativos com o objetivo de sensibilizar para a identificação e combate ao trabalho precoce. É

importante ressaltar as parcerias firmadas e/ou integradas para a realização dessas ações, tais como: Tribunal Regional do Trabalho - TRT8, Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE/Pa, Ministério Público do Trabalho - MPT.

A parceria com o MPT possibilita significativos ganhos haja vista as medidas tomadas para transformar multas sofridas por empresas locais em vagas para inserção de adolescentes no Programa Jovem Aprendiz, o que resultou na inserção de 45 adolescentes atendidos pela FUNPAPA no ano de 2016.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado por meio dos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop que são espaços socioassistenciais voltados ao atendimento especializado e convivência diurna, para a população em situação de rua, com atendimento e acompanhamento, no intuito de possibilitar condições necessárias à construção de novos projetos de vida, de reintegração à vida familiar e comunitária, de iniciação profissional e de acesso a higienização e alimentação. Belém dispõe de 2 Centros Pop, um no bairro de São Brás e outro no DAICO, implantados, respectivamente, em 2013 e 2014.

Os Centros Pop, desde a data de inauguração até agosto de 2016, prestaram 4.926 atendimentos à pessoa em situação de rua e a 3.246 encaminhamentos para atendimento na rede intersetorial. Salienta-se, entretanto, que um mesmo usuário pode ter sido atendido várias vezes em meses e anos diferentes.

Tabela 34 - Quantitativo de atendimentos realizados pelos Centros Pop, 2014 a 2016*.

Centro Pop	Ano			Total
	2014	2015	2016	
Belém	1.331	2.761	300	4.392
Icoaraci	129	225	180	534
Total	1.460	2.986	480	4.926

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016

Fonte: Relatórios Mensais, 2014, 2015 e *Agosto/2016

De 2014 a agosto de 2016, a média de atendimento mensal dos Centros Pop foi na ordem de 274 usuários. Este quantitativo supera a capacidade estipulada pelo o MDS que é de 80 casos por equipamento, portanto, 160 casos/mês.

Na perspectiva de efetivar um atendimento integral no que concerne às necessidades básicas e especiais, as equipes dos dois espaços socioassistenciais procederam 3.246 de encaminhamentos para a rede das políticas públicas e de defesa de direitos.

Quadro 10 - Quantitativo de encaminhamentos à Rede Intersetorial realizados pelos Centros Pop, 2014 a 2016*.

Rede de Serviço Intersetorial	Ano			Total
	2014	2015	2016	
Educação	44	13	1	58
Documentação Civil	223	210	133	566
Saúde/CAPS	-	85	71	156
Pacto Belém pela Vida	-	36	1	37
Outros de Saúde	840	728	260	1.828
Defensoria Pública	196	125	13	334
Conselho Tutelar	18	4	1	23
Ministério Público	11	0	1	12
Delegacias	1	4	10	15
Outros Órgãos de Garantia de Direitos	32	10	2	44
Espaço de Acolhimento CAMAR I	66	25	22	113
Espaço de Acolhimento CAMAR II	2	21	13	36
Albergue Domingos Zahluth	14	10	0	24
Total	1.447	1.271	528	3.246

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais, 2014, 2015 e *Agosto/2016

Ressalta-se o reconhecimento nacional auferido pelo Centro Pop Belém - São Brás cuja experiência prática denominada “Tessituras de Ações à População em Situação de Rua no Município de Belém”, recebeu o 1º lugar nacional do prêmio “Boas Práticas de Gestão” concedido pelo CONGEMAS, por ocasião do seu 16º Encontro Nacional, realizado 2014 em Cuiabá/ MT.

Por sua vez o Centro Pop Icoaraci se destaca no que concerne às expressões artísticas e culturais, como a encenação da Paixão de Cristo intitulada “Uma Paixão na Minha Rua” apresentada no Hotel Gold Mar e na orla de Icoaraci; o “Auto de Natal”, que integrou o calendário da programação Belém 400 Anos; o “Boi Bumbá Paraense”; e outras atividades que consolida importantes parcerias entre Centro Pop, CAPS, Agência Distrital e Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha.

A parceria com a Biblioteca Pública Municipal Avertano possibilita às pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro Pop, a participação nas diversas oficinas de incentivo a leitura. A Inserção desse segmento populacional nas ações da biblioteca conferiu à mesma, em março de 2016, o “Premio Boas Práticas de Incentivo a Leitura”, concedido pelos Ministérios da Educação - MEC.

O Centro Dia de Referência para Pessoas com Deficiência é pioneiro no âmbito municipal no que concerne ao atendimento socioassistencial especializado para as pessoas com deficiência em situação de dependência, seus familiares e cuidadores, especialmente, as usuárias do BPC e do PBF.

As ações do Centro Dia se dão pela operacionalização do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, cujo objetivo direciona-se à atenção especializada e sistemática na perspectiva da retirada do isolamento social e do acesso um conjunto de atividades e tecnologias assistivas, importantes tanto para o usuário quanto para o cuidador familiar.

Implantado em 20/12/2013, o Centro Dia tem capacidade para atendimento de 30 usuários/dia e até agosto de 2016 atendeu cerca de 251 famílias. Dentre essas, acompanhou regularmente 118 pessoas com deficiência, na faixa etária de 18 a 59 anos, conforme as tabelas 15 e 16.

Tabela 35 - Quantitativo de atendimentos de pessoas com deficiência atendidas pelo Centro Dia, 2014 a 2016*.

Especificação	Ano			Total
	2014	2015	2016	
Famílias	58	84	109	251
Pessoas com Deficiências	21	45	52	118
Total	79	129	161	369

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais, 2014, 2015 e *Agosto/2016

Tabela 36 - Volume de Pessoas com Deficiência acompanhadas pelo Centro Dia por Tipologia, 2014 a 2016*.

Tipologia de deficiência	Ano			Total
	2014	2015	2016	
Física	9	2	0	11
Auditiva	0	1	0	1
Visual	0	1	0	1
Intelectual	6	10	3	19
Autismo	3	3	0	6
Múltipla	3	6	2	11
Total	21	23	5	49

Elaboração: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2016.

Fonte: Relatórios Mensais, 2014, 2015 e *Agosto/2016

As ações cotidianas voltam-se à promoção da convivência, do fortalecimento dos vínculos familiares e sociais e dos cuidados pessoais na perspectiva do desenvolvimento da autonomia e bem estar geral.

Com essa finalidade, busca-se apoiar e orientar os cuidadores e familiares por meio de informações práticas de como cuidar e auto cuidar-se, bem como o conhecimento das diferentes tipologias de deficiências e tecnologias assistivas.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade - PSEAC garante o acolhimento às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e/ou comunitários rompidos ou extremamente fragilizados, garantindo-lhes proteção integral e acesso a demais direitos.

Essa ação é efetivada por 2 serviços socioassistenciais: o Serviço de Acolhimento Institucional e o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências, que, no quadriênio 2013-2016, atenderam cerca de 6.198 pessoas.

O Serviço de Acolhimento Institucional é executado em 7 espaços socioassistenciais, havendo a subdivisão entre espaços de acolhimento para crianças e adolescentes; espaço de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; e espaços de acolhimento para pessoas em situação de rua. Mantêm-se, ainda, convênio com a instituição Pia da União do Pão de Santo Antônio para acolhimento de pessoas idosas em sistema de longa permanência.

Quadro 11 - Atendimento espaços de acolhimento no município, 2013 a 2016*.

Espaço	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016*	
Espaço de Acolhimento Crianças e Adolescentes	660	540	430	228	1.858
Espaço de acolhimento mulheres em situação de violência doméstica	94	125	100	87	406
Espaço de Acolhimento Pessoas em Situação de Rua	130	215	229	136	710
TOTAL	884	880	759	451	2.974

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços de Acolhimento, 2013-2016.

*Acumulado até agosto/2016.

O quadro demonstra o acolhimento a um total de 2.974 indivíduos, registrando-se o maior quantitativo nos espaços de acolhimento infanto-juvenil (1.858), e o segundo maior número nos espaços que acolhem pessoas em situação de rua (710).

O Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes é efetivado em 4 espaços de acolhimento que buscam garantir ambiente e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento peculiar da criança e do adolescente.

Quadro 12 - Total de Crianças e Adolescentes Atendidos nos Espaços de Acolhimento Temporário, 2013 a 2016*.

Espaço Socioassistencial	Usuários	Ano				Total
		2013	2014	2015	2016*	
E.A. Euclides Coelho	Crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Atendimento misto; inclusive para grupos de irmãos.	14	13	59	55	141
E.A. Dulce Accioli	Crianças e adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos. Atendimento misto; inclusive para grupos de irmãos.	57	55	57	36	205
E.A. Ronaldo Araújo	Adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos; inclusive para grupos de irmãos.	45	39	39	56	179
E.A Recomeçar	Crianças e adolescentes de 7 a 18 anos incompletos. Atendimento misto; inclusive para grupos de irmãos.	544	433	275	81	1.333
Total		660	540	430	228	1.858

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços de Acolhimento, 2013-2016.

*Acumulado até agosto/2016.

Dentre os espaços de acolhimento de criança e adolescente, o Recomeçar apresentou o maior quantitativo de indivíduos acolhidos (1.333 usuários). Contudo, esse espaço funcionava anteriormente nos moldes de uma Casa de Passagem e, após o reordenamento, foi implantado um novo espaço de acolhimento temporário, de acordo com o perfil de público.

Quadro 13 - Principais Modalidades de Violações de Direitos que Geraram os Acolhimentos, 2013-2016*.

Modalidades de Violações de Direitos	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016*	
Fuga do lar	281	217	129	31	658
Conflito familiar	243	211	136	45	635
Negligência familiar	131	61	48	49	289
Envolvimento com uso de entorpecentes	91	88	45	40	264
Estupro de vulnerável	0	3	12	12	27
Situação de rua	140	60	60	19	279
Violência doméstica	47	39	32	12	130
Suspeita de envolvimento com ato infracional	61	57	30	25	173
Ameaça de morte por traficantes	50	19	20	16	105
Trabalho infantil	22	4	5	0	31
Exploração sexual	32	12	21	5	70
Discriminação familiar por orientação sexual	13	8	6	3	30

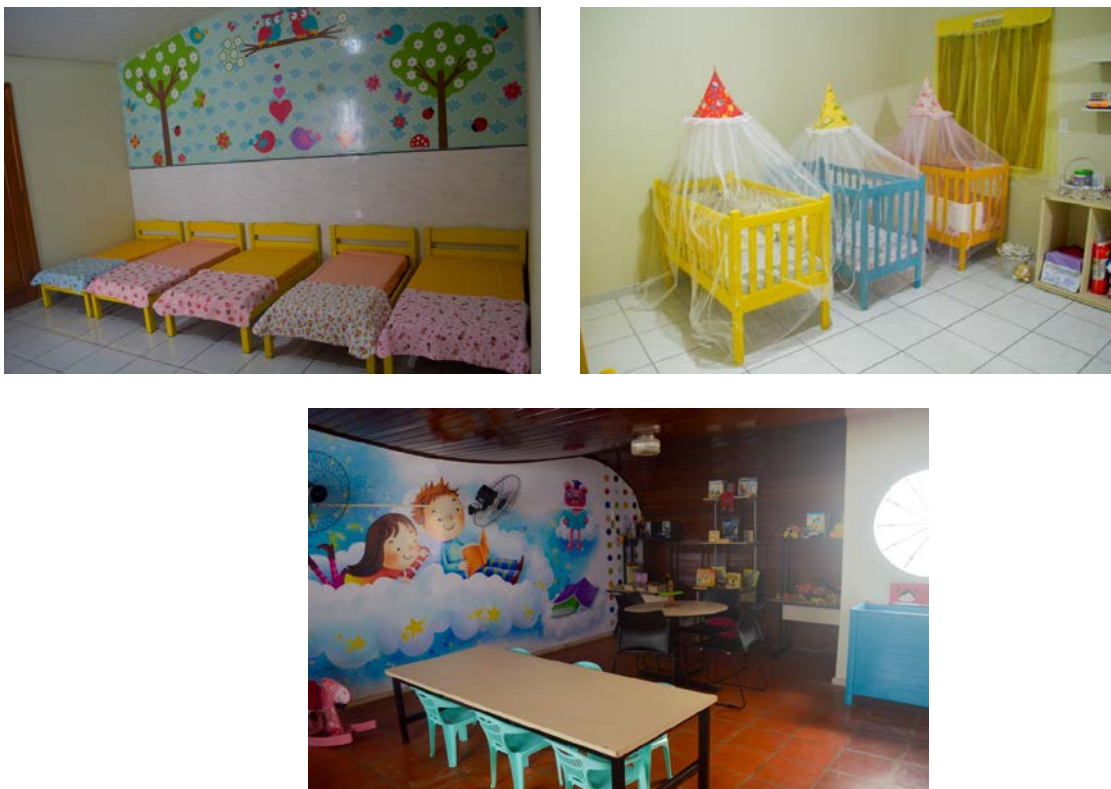
Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços de Acolhimento, 2013-2016. / *Acumulado até agosto/2016.

Ainda sobre o acolhimento infanto-juvenil, destaca-se a elaboração do “Plano de Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens”, iniciado em 2014 e consolidado em 2015.

A partir dessa medida, os espaços de acolhimento passaram a contemplar atendimento misto e com faixa etária ampliada, de modo a possibilitar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que, entre seus princípios, coloca o não desmembramento de grupos de irmãos.

Ressalta-se também a municipalização do serviço de acolhimento institucional para crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, tradicionalmente desenvolvido pela esfera estadual. O espaço da acolhimento Euclides Coelho foi inaugurado em 2015, sendo alocado em imóvel com infraestrutura e equipamentos adequados à faixa etária.

Figura 20 - Espaço de Acolhimento Euclides Coelho (FUNPAPA, 2015).



Outra relevante medida a partir do reordenamento foi a implantação de um novo espaço de acolhimento para crianças e adolescentes denominado Recomeçar. Direcionado ao atendimento de crianças e adolescentes de 07 a 18 anos incompletos, este espaço tem ampliou de 60 para 80 a capacidade de acolhimento/dia. No período em questão também se efetivou a transferência do Espaço de Acolhimento Ronaldo Araújo (DAICO) para novo imóvel, garantindo melhoria do serviço.

O Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar é executado pela Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz - CAERD. Referente à evolução no quantitativo de atendimento no quadriênio 2013-2016, o serviço foi ofertado à 432 pessoas, sendo 233 acompanhantes e 199 mulheres acolhidas.

Quadro 14 - Quantitativo de Mulheres e Acompanhantes Acolhidos no CAERD, 2013-2016*.

Acolhidos	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016*	
Mulheres	55	60	43	41	199
Acompanhantes	65	65	57	46	233
Total	120	125	100	87	432

Fonte: SEVISA/ NUSP/Relatórios CAERD, 2013-2016.

*Acumulado até agosto/2016.

Quadro 15 – Principais Modalidades de Atendimentos Técnicos Realizados na CAERD, 2013-2016*.

Modalidade	Quant.
Acolhimento/avaliação inicial dos casos	195
Construção do plano de atendimento	182
Acompanhamento psicossocial	1.073
Acompanhamento pedagógico	206
Atendimento Terapia Ocupacional	10
Atendimento jurídico (NAEM)	40
Contato telefônico familiar	928
Contato telefônico institucional	1.754
Discussão de casos c/ outros profissionais da rede	116
Visita domiciliar	61
Visita Institucional	136
Encontro com grupos de familiares das usuárias	61
Encaminhamento de relatório sobre a acolhida ao sistema de garantia de direito	80
Acompanhamento de mulheres e filhos em procedimentos externos	596
Acompanhamento pós-desligamento	26

Fonte: SEVISA/ NUSP/Relatórios CAERD, 2013-2016.

*Acumulado até agosto/2016.

Ainda sobre a CAERD, destaca-se a realização do Projeto Casa Lilás. Evento realizado anualmente, tem como objetivo a sensibilização da população em geral acerca da violência doméstica contra a mulher, divulgando a importância do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, e capacitando os servidores da FUNPAPA nas temáticas de gênero, além de propiciar espaço para exposição e venda dos artesanatos confeccionados pelas mulheres acolhidas.

O evento conta com a distribuição de materiais educativos, apresentações culturais, oficinas e seminários. Em setembro de 2016, como parte das atividades anuais do Projeto Casa Lilás, foi realizada uma oficina de multiplicadores para os profissionais que compõem a rede interna da FUNPAPA, com a temática “Gênero, Violência Contra a Mulher e Lei Maria da Penha”.

Em 2013 houve ampliação da meta de atendimento do Espaço de Acolhimento para Moradores Adultos em Situação de Rua - CAMAR I, de 30 para 50 pessoas/dia. E em 2014 foi implantado o CAMAR II com capacidade para 40 acolhimentos/dia tendo como público mulheres e famílias em situação de rua

Quadro 16 - Pessoas acolhidas no CAMAR I e II, 2013 a 2016*.

Espaço Socioassistencial	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016*	
CAMAR I	202	159	106	70	537
CAMAR II	-	56	123	77	256
Total	202	215	229	147	793

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatórios Espaços CAMAR I e II, 2013-2016.

*Acumulado até agosto/2016.

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências – SICAPE destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que enfrentam situações de calamidade pública e eventualidades que provocam desalojamento e outras tipologias de perdas e danos atingindo e interferindo negativamente na vida das pessoas envolvidas. As ações desenvolvidas buscam assegurar acolhimento imediato; manter alojamentos provisórios,

quando necessário; identificar perdas e danos ocorridos e cadastrar a população atingida; articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas, além de promover a inserção na rede socioassistencial e o acesso a benefícios eventuais.

Quadro 17 - Demonstrativo da Ocorrência de Sinistros, dos Imóveis Atingidos e das Pessoas Vitimizadas, de 2013 a 2016*.

Especificação	Ano				Total
	2013	2014	2015	2016*	
Risco Desabamento	76	81	105	4	266
Desabamento	7	12	42	6	67
Alagamento	72	8	13	0	93
Incêndio	17	23	60	17	117
Imóveis Atingidos	198	205	323	74	800
Pessoas Vitimizadas	617	721	926	296	2.560

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatório SICAPE, 2013-2016.

*Acumulado até agosto/2016.

No período 2013-2016, o serviço foi ofertado a 2.560 pessoas vitimizadas, em um total de 800 imóveis atingidos.

Quadro 18 - Concessão de benefícios eventuais pelo SICAPE, quadriênio 2013 - 2016.

Procedimento	Ano				Total
	2013*	2014	2015	2016**	
Concessão de Auxílio Aluguel	45	98	181	80	404
Concessão de Apoio Alimentar	149	102	137	145	533
Concessão Auxílio Funeral	-	106	323	220	649

Fonte: SEVISA/NUSP/Relatório SICAPE, 2013-2016.

*Auxílio funeral não contabilizado em 2013.

**Acumulado até agosto/2016.

Registra-se como avanço a elaboração do anteprojeto de lei para regulamentação dos Benefícios Eventuais que garantirá aos usuários maior segurança no acesso aos direitos socioassistenciais direcionados ao atendimento de calamidades públicas e emergências.

Em 2013 foi implantado o Setor de Vigilância Socioassistencial - SEVISA cujo objetivo é a produção e sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Assim, foi possível elaborar o “Diagnóstico Socioterritorial de Belém: um olhar sob o município e as territorialidades dos CRAS” e desenvolver os estudos diagnósticos “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Município de Belém/PA” e o “Perfil do Adolescente Sentenciado com Medida Socioeducativa em Meio Aberto Atendidos pelo CREAS Ilka Brandão no Período de 01/2009 a 01/2014”.

Esses documentos subsidiaram a elaboração de Planos Municipais e ao planejamento de novas propostas para o implemento da política. Destaca-se também a finalização do Mapeamento da Rede Intersetorial do Município de Belém, lançado em 2016, que se constitui numa importante ferramenta de trabalho ao trazer a relação dos equipamentos disponíveis das diferentes políticas públicas no Município, e a inauguração do Conselho Tutelar VIII - DABEL, totalizando o cumprimento da lei do municipal que determina pelo ao menos, a existência de um conselho tutelar por distrito administrativo; além da locação de melhor espaço físico para funcionamento dos Conselhos Tutelares IV, VI e VII.

Na valorização do servidor da área de assistência e proteção social, foi implantado o Programa de Capacitação Profissional – PCDF que totalizou, no quadriênio, 3.095 participações de funcionários em eventos de aprimoramento profissional quer realizado pela ação direta ou indireta.

Os investimentos aportados para a execução da política de assistência no âmbito municipal totalizaram R\$ 293.961.746,44 oriundos do próprio município, do Fundo Nacional e do Fundo Estadual de Assistência Social, conforme demonstrando a seguir.

Quadro 19 - Investimento financeiro da política de assistência social no Município de Belém, 2013-2016*.

Exercício	Município	União	Estado	Total (R\$)
2013	47.722.014,84	2.762.397,12	0,00	50.484.411,96
2014	59.970.999,37	53.093.903,00	20.000,00	113.084.902,37
2015	64.698.997,05	9.367.554,23	0,00	74.066.551,28
2016*	51.340.175,02	4.985.705,81	0,00	56.325.880,83
TOTAL	223.732.186,28	70.209.560,16	20.000,00	293.961.746,44

Fonte: DF/FUNPAPA, 2016.

*Acumulado até outubro.

PROGRAMA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, baseada no princípio do direito universal à educação para todos, estabelece a responsabilidade prioritária ao governo municipal pelo atendimento com qualidade à Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e à modalidade da Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Neste sentido, a Secretaria municipal de Educação – SEMEC, com base no Plano Municipal de Educação – PME, Lei nº 9.129/15, promove a melhoria da qualidade da educação com a ampliação do investimento na educação, assegurando a qualidade e equidade no atendimento às necessidades de expansão; a valorização dos trabalhadores da educação; e o desenvolvimento da política de educação inclusiva, intensificando esforços para implementar e consolidar políticas educacionais e a elevação da qualidade do ensino escolar.

Com uma população estimada de 1.446.042 (IBGE, 2016) o município de Belém, enfrenta desafios significativos, principalmente considerando suas características geográficas, políticas, culturais, econômicas e sociais, o que dificulta o atendimento integral das demandas de sua população, dentro as quais se destaca a educação. Contudo, os indicadores sociais demonstram avanços nos aspectos como a educação, expectativa de vida e nível de renda

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM¹ revela que entre 1991 e 2010, o município de Belém teve um incremento no seu IDHM de 32,74%². Dessa forma, Belém possui o maior IDHM (0,746)³ entre as cidades do Norte. Sendo a dimensão educacional a que mais contribuiu para esse alto índice, com um crescimento entre 2000 e 2010 na ordem de 0,169, o município de Belém destaca-se em 1º lugar entre os municípios paraenses e ocupa a 628ª posição em relação aos 5.565 municípios brasileiros. (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013).

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

² A distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 01, foi reduzida em 42,01%.

³ De acordo com o IDHM/PNUD, a faixa de desenvolvimento considerada alta situa-se entre 0,7 e 0,799.

Considerando as ações efetivadas nos anos de 2013 a 2016, a SEMEC avançou no atendimento à demanda por educação na Rede Municipal de Ensino da Educação Básica – RME, ampliando o quantitativo de unidades escolares conforme tabela a seguir.

Tabela 37 - Número de Unidades Educacionais, em Belém, nos Anos de 2004, 2012, 2015 e 2016.

Unidades Educacionais	2004	2012	2015	2016	Variação (2004-2016)	Variação (2012-2016)
Unidade de Educação Infantil	34	35	38	38	12%	9%
Termo de Colaboração	0	42	45	43	-	2%
Unidade Pedagógica/anexos	62	46	46	46	-26%	0%
Escolas	59	66	73	82	39%	24%
Total	155	189	202	209	8%	11%

Fonte: SEMEC, 2016.

O acréscimo do quantitativo de unidades escolares refletiu no avanço do número de matrículas para o atendimento da demanda educacional conforme a seguir.

Quadro 20 - Número de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino e Ano na RME, 2013 a 2016.

Modalidade de Ensino	Ano			
	2013	2014	2015	2016
EDUCAÇÃO INFANTIL (Creche e Pré-escola)	17.898	18.530	18.891	19.909
ENSINO FUNDAMENTAL	43.365	42.784	41.508	41.700
EJA FUNDAMENTAL	7.410	7209	6.610	6.563
PROJOVEM	1.878	1.701	2.265	2.271
ENSINO MÉDIO	118	146	122	132
EJA MÉDIO			46	36
TOTAL	70.669	70.370	69.442	70.611

Fonte: INEP-Microdados 2013, 2014, 2015 e 2016-MEC/Inep/Deed-Dados preliminares, 2016.

No período em questão houve um crescimento na matrícula da Educação Infantil da ordem de 11,2%, devido ao investimento na manutenção das unidades escolares, e construção de creches e pré-escolas.

O atendimento prioritário à Educação Infantil na faixa etária de 0 a 5 anos pelo município está previsto no Plano Nacional de Educação – PNE/, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LBD/96, Estatuto da criança e do

Adolescente – ECA/1990, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI/2009, Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil – DCMEI/2012.

A Educação infantil está organizada em duas etapas: Creche e Pré-Escola, conforme a faixa etária dos alunos. A creche (0 a 3 anos) é composta por berçários I e II e maternais I e II. A pré-escola (04 e 05 anos) é composta de jardins I e II.

Quadro 21 - Matrícula na Educação Infantil por Etapa 2013-2016

ENSINO	MODALIDADE ENSINO	SÉRIE	Quantitativo de Alunos			
			2013	2014	2015	2016
EDUCAÇÃO INFANTIL	CRECHE	BERCARIO I	59	61	46	25
		BERCARIO II	269	328	282	379
		MATERNAL I	875	923	1.024	1.331
		MATERNAL II	2.403	2.405	2.801	3.271
	TOTAL CRECHE		3.606	3.717	4.153	5.006
	PRÉ-ESCOLA	JARDIM I	6.714	6.744	6.703	6.883
		JARDIM II	7.578	8.069	8.035	8.020
	TOTAL PRÉ ESCOLA		14.292	14.813	14.738	14.903
EDUCAÇÃO INFANTIL			17.898	18.530	18.891	19.909

Fonte: INEP-Microdados 2013, 2014, 2015 e 2016-MEC/Inep/Deed-Dados preliminares, 2016.

De 2013 a 2015 evidencia-se uma queda na matrícula do Ensino Fundamental com a redução de 1.857 alunos devido a redução da demanda em 4,5%. Em 2016 houve um pequeno acréscimo de 192 alunos comparado ao ano anterior.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, na modalidade ensino fundamental, apresentou queda de 12,9%, enquanto que o PROJOVEN cresceu 20,8% no número de matrículas. O Ensino Médio também acompanhou a tendência geral a nível nacional de queda nas matrículas efetuidas.

No ensino fundamental, de acordo com Ruben Klein⁴, especialista em estatísticas educacionais da Fundação CESGRANRIO, os dados não significam uma maior evasão. *"Tem havido uma queda geral, que pode ser*

⁴ Pesquisador do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/CNPq) e consultor da Fundação Cesgranrio.

explicada por dois componentes", diz ele. Trata-se de uma questão demográfica. "De uns anos para cá, o número de crianças na faixa dos 06 aos 14 anos vem diminuindo e, conseqüentemente, entra menos gente na escola", ou seja, essa diminuição trata-se de um fenômeno nacional.

Por outro lado, Ruben alerta, também, para os efeitos de um Censo Escolar mais criterioso. *"Por muitos anos, havia duplicidade de matrícula em muitas redes e uma série de 'alunos fantasma' que inflavam os números".* À medida que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP melhora esse controle, a tendência natural é que haja uma redução nos números.

Os quadros 22 e 23 apresentam o movimento de matrícula/alunos e turno/nível, respectivamente, na RME.

Quadro 22 - Número de Matrículas de alunos por turno na RME-2013-2016

TURNO	QUANTITATIVO DE ALUNOS POR TURNO RME			
	2013	2014	2015	2016
MANHÃ	24.142	25.030	25.865	26.347
INTERMEDIÁRIO	9.631	7.921	5.336	3.564
TARDE	23.115	23.853	24.536	25.729
NOITE	9.164	8.863	8.807	8.759
TEMPO INTEGRAL	4.617	4.703	4.898	6.212
TOTAL	70.669	70.370	69.442	70.611

Fonte: INEP-Microdados 2013, 2014, 2015 e 2016-MEC/Inep/Deed-Dados preliminares, 2016.

Quadro 23 - Quantitativo de alunos por turno/nível de ensino 2013-2016

Educação Infantil					Ensino Fundamental				Educação de Jovens e Adultos			
Quantitativo de alunos por turno					Quantitativo de alunos por turno				Quantitativo de alunos por turno			
TURNOS	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Manhã	7.320	7.730	8.009	7.933	16822	17.300	17.856	18.414	0	0	0	0
Intermediário	954	814	425	112	8.677	7.107	4.911	3.452	0	0	0	0
Tarde	5.223	5.530	5.839	6.224	17.795	18.323	18.679	19.486	97	0	18	19
Noite	0	0	0	0	28	0	0	0	9.136	8.863	8.807	6.488
Tempo integral	4.401	4.456	4.618	5.640	43	54	62	348	55	47	50	56
TOTAL	17.898	18.530	18.891	19.909	43.365	42.784	41.508	41.700	9.288	8.910	8.875	6.563

Fonte: INEP-Microdados 2013, 2014, 2015 e 2016-MEC/Inep/Deed-Dados preliminares, 2016.

Verifica-se um aumento no quantitativo de matrículas nos turnos da manhã e tarde e uma diminuição no turno intermediário. Tal quadro é decorrente da SEMEC ter adotado medidas para extinguir gradativamente o turno intermediário, considerado improdutivo e prejudicial aos alunos e

professores conforme estudos e pesquisas educacionais. A SEMEC investiu na construção de escolas, proporcionando a ampliação de vagas, o remanejamento de alunos entre escolas da própria rede, a migração de alunos do turno intermediário para os turnos da manhã e tarde, e a ampliação à oferta em tempo integral.

Quanto ao EJA, observa-se uma diminuição das matrículas, fenômeno esse nacional, que recai sobre o grau de abandono escolar causado, principalmente, pela entrada precoce desses jovens no mercado de trabalho, adoção de metodologias de ensino inadequadas a essa modalidade e distante do conteúdo da realidade vivida por eles, dentre outras. Para amenizar ou evitar essa evasão, a SEMEC investiu em ações e projetos educacionais, tais como: Iniciação para o Mundo do Trabalho e Geração de Renda, Projeto Letramento, EJA Cultural, Projeto Extraclasse, Mutirão Pedagógico, além do assessoramento e acompanhamento técnico pedagógico.

Em 2014 a 2015 a SEMEC deu continuidade ao programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA, paralisado nos anos de 2015 e 2016 devido a não publicação da resolução que norteia o programa Brasil Alfabetizado por parte do Ministério da Educação – MEC/FNED. O MOVA oportunizou a alfabetização de 6.800 jovens, adultos e idosos, distribuídos em 340 turmas ofertadas com vistas a superar o analfabetismo no município, garantindo o acesso e a continuidade dos estudos desses sujeitos na rede regular de ensino.

O quadro 24 demonstra um crescimento do número de matrículas no Ensino Médio no período de 2013 a 2016. Esta modalidade de ensino é ofertada pela Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, único estabelecimento de Ensino Médio integrante da RME a ofertar esse nível de ensino na nas categoriais profissional e tempo integral, o que implica na manutenção do número de matrículas.

Quadro 24 - Número de alunos matriculados por turno no Ensino Médio 2013-2016.

TURNO	QUANTITATIVO DE ALUNOS POR TURNO			
	ENSINO MEDIO			
	2013	2014	2015	2016
MANHA	-	-	-	-
INTERMEDIARIO	-	-	-	-
TARDE	-	-	-	-
NOITE	-	-	-	-
TEMPO INTEGRAL	118	146	122	132
TOTAL	118	146	122	132

Fonte: INEP-Microdados 2013, 2014, 2015 e 2016-MEC/Inep/Ded-Dados preliminares, 2016

A PMB por meio da SEMEC e em parceria com o Governo do Estado desenvolveu o Programa PROJOVEM Urbano Edição 2014 com execução 2015/2016 destinado a qualificação e capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos. O programa foi desenvolvido em 14 núcleos sediados nas unidades escolares da RME e envolveu um quantitativo de 156 servidores no período de 18 meses (tempo de vigência do programa). Foram matriculadas 2.756 pessoas, sendo que atualmente 1.038 já receberam a aprovação, aguardando contagem geral após o término do ano de 2016. Os filhos(as) dos alunos matriculados, com idade entre 0 e 8 anos, receberam acolhimento e foram matriculadas nas mesmas unidades onde os pais desenvolveram seus estudos, totalizando 225 crianças atendidas.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE é realizado pelo Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes – CRIE, sendo pautado nos princípios de Inclusão Social e nos preceitos legais, atendendo os alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem por meio de ações administrativas e pedagógicas que dão suporte a inclusão escolar como forma de investimento no potencial humano. .

O quantitativo de alunos AEE atendidos pela RME cresceu de 580 em 2013 para 2.260 alunos no ano de 2016, um salto de aproximadamente 290%, resultado do investimento na ampliação do número de Salas de Recursos Multifuncionais – SRMs e da qualificação do servidor da área educacional na adoção de um currículo que evidencia o respeito à diversidade. Das 82 escolas de ensino fundamental, 56 possuem SRMs, sendo que em 2013 este número

era de 35 unidades. Nas unidades que ainda não possuem SRMs, o aluno com deficiência regularmente matriculado e sua família, recebem atendimento na sede do CRIE, sendo acompanhado por profissionais específicos conforme a natureza e o grau da deficiência.

Quadro 25 - Quantitativo do Atendimento Educacional Especializado – AEE por matrícula realizada.

Número de Alunos Matriculados com Necessidades Educativas Especiais na Rede Municipal de Ensino, em Belém, nos Anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.				
Necessidades Educativas Especiais	2013	2014	2015	2016
	583	1.723	2.323	2.260

Fontes: 2013, 2014, 2015 INEP-Microdados e 2016 Atendimento CRIE/DIED/SEMEC, 2016. □

Atualmente o CRIE promove atividades de suporte Técnico Pedagógico aos professores das lotados nas SRMs e de professores da classe regular que atendem alunos com deficiência, e formação continuada para os profissionais da RME.

Quadro 26 - Evolução das ações desenvolvidas: CRIE - 2013 a 2016

ATIVIDADES REALIZADAS	2013	2014	2015	2016
Ampliação do nº de Sala de Recurso Multifuncional	35	39	44	56
Professores do AEE – Atendimento Educacional Especializado	77	83	109	110
Estagiários no atendimento aos alunos com deficiência	54	155	170	164
Alunos com deficiência matriculados	583	1.723	2.323	2.260
Formação continuada p/ professores do AEE	09	32	16	17
Cursos Livres	08	09	04	-

Fonte: CRIE/SEMEC, 2016

Ressaltamos que, das 209 unidades escolares da RME, 65 destas oferecem regime de Tempo Integral, totalizando um universo de 6.276 alunos regularmente matriculados, o que representa uma variação positiva de 44% no número de vagas ofertadas neste regime se compararmos com o ano de 2012, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 27 - Demonstrativo da evolução do Regime de Tempo Integral na RME – 2012 a 2016.

Unidades Escolares com Regime de Tempo Integral			Evolução da Matrícula	
Tipo	Qtd	Alunos matriculados	2012	4.360
Escola	12	1.535	2013	4.898
Educação Infantil	38	3.331	2016	6.278
Subvenção	13	1.412	Variação	44%

Fonte: SEMEC, 2016

A SEMEC por meio da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante – FMAE, responsável pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, contribui para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, desenvolvendo ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais do alunado durante o período letivo.

Atualmente são fornecidas alimentação em todas as modalidades de ensino para 74.260 alunos. Destes, 11.890 recebem complementação alimentar a partir da efetivação do Projeto Café da Manhã, destinado aos alunos de residem na região insular ou em áreas de orla que precisam se deslocar muito cedo para as unidades escolares. O projeto hoje está presente em 70 escolas.

Obedecendo ao que regulamenta a Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC nº 26/2013, foram realizados diagnósticos e acompanhamento do estado nutricional dos estudantes da educação infantil e ensino fundamental beneficiadas com o PNAE. A avaliação antropométrica foi realizada por meio da aferição das medidas corpóreas, como peso e estatura, por profissionais nutricionistas devidamente treinados quanto à padronização das técnicas. Os resultados obtidos foram anotados em formulário padronizado.

Atendendo a Resolução RDC nº 216/2004 e a Lei 11.947/2009, a FMAE realizou no período de 2013 a 2016 cursos de Capacitação aos Manipuladores de Alimentos atuantes nas unidades de educação no município, atingindo um total de 2.804 profissionais.

Quadro 28 - Demonstrativo consolidado das atividades de avaliação Geraldo estado nutricional do aluno e quantitativo de manipuladores de alimentos capacitados.

Avaliação Nutricional	2012	2.131
	2013	736
	2014	744
	2015	644
	2016	3.537
	Total	7.792
Capacitação Manipuladores de Alimentos	2012	510
	2013	495
	2014	778
	2015	571
	2016	450
	Total	2.804

Fonte: Departamento de Assistência – DA/FMAE, 2016.

Foi implantado o Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia em 40 unidades atendendo 13.931 alunos com vistas à promoção do hábito alimentar saudável e à educação ambiental no ambiente escolar com a prática pedagógica, a gastronomia e a dinamização do currículo, através da implantação de hortas escolares.

O projeto foi contemplado no currículo pedagógico das unidades e as hortaliças colhidas na horta foram inseridas na alimentação escolar, de modo a enriquecer o valor nutricional das preparações servidas e promover hábitos alimentares saudáveis para as crianças.

Complementando a qualificação das práticas educacionais, das 82 escolas de ensino fundamental, 80 possuem bibliotecas escolares setoriais, somente as unidades E. M. Teodor Badoti e E. M. Manuela Freitas ainda não as possuem por se encontrarem em fase de construção. De 2012 a 2016, 11 novos espaços de leitura foram implantados e as demais unidades são atendidas pelo Projeto Baú das Histórias, que funciona como minibibliotecas itinerantes onde o acervo é levado às salas de aula como suporte didático ao currículo escolar.

Quadro 28 - Quantitativo de bibliotecas implantadas.

Tipo	Até 2004	2012	2014	2015	2016
Biblioteca	40	69	70	78	80
Baú das Histórias	0	54	54	54	54
TOTAL	40	83	124	132	135

Fonte: DEMA / DIAD / SEMEC, 2016

O trabalho desenvolvido nas bibliotecas setoriais integra o Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares - SISMUBE que visa fortalecer e solidificar a política municipal de educação por meio de ações de leitura incentivando o acesso a informações para a comunidade escolar e área do entorno, contribuindo para formação de novos leitores.

O SISMUBE gerencia os espaços das bibliotecas escolares na RME tendo como base o livro no ambiente escolar, envolvendo professores, gestores, alunos e comunidade do entorno.

O SISMUBE realizou formação e assessoramento aos profissionais que atuam nas bibliotecas escolares para o aprimoramento do trabalho desenvolvido.

Quadro 29 – Quantitativo de formações realizadas, 2013 - 2016.

Tipo de Formação	2013	2014	2015	2016
Mediação de Leitura com Auxiliares das Bibliotecas	41	61	21	36
Organização de Biblioteca Escolar com Auxiliares de Biblioteca	02	02	05	08
Projeto Baú com Professores e Coordenadores Pedagógicos	-	02	01	04

Fonte: SISMUBE/DIED/SEMEC, 2016

Quadro 30 – Quantitativo de assessoramentos realizados, 2013 – 2016.

Tipo de Assessoramento	2013	2014	2015	2016
Visitas técnicas	130	118	154	160

Fonte: SISMUBE/DIED/SEMEC, 2016

Na qualificação e capacitação profissional dos servidores da área de educação, a SEMEC mantém de forma contínua o Programa de formação Continuada e Assessoramento Pedagógico por meio do através do Núcleo de Ensino Fundamental - NUENF, do Centro de Formação de Professores – CFP,

do Núcleo de Informática Educativa – NIED, do CRIE e do SISMUBE. Todos esses setores buscam garantir o atendimento aos profissionais da educação, bem como, quando necessário, às especificidades dos alunos em diferentes áreas de atuação.

O CFP atende aos profissionais que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, desenvolvendo ações de formação continuada e assessoramento que visam contribuir para a aprendizagem significativa dos alunos. A formação acontece a partir de encontros mensais, tendo totalizado no período de 2013 a 2016, 59 encontros; assessoramento a 68 escolas e 37 UPs que possuem turmas do CI 1º, 2º e 3º, alcançando 700 professores; formação continuada para 120 coordenadores pedagógicos com a realização de 31 encontros; execução do Projeto Todos Alfabetizados que disponibilizou 30 turmas por semestre, de 2014 a 2015; e a realização da Provinha Belém, que atingiu 7 mil alunos do CI 1º, 2º e 3º com a aplicação de testes de Leitura/Escrita e Matemática, sempre nos 1º e 2º semestres de cada ano, como etapa preparatória da Prova Brasil.

A Coordenadoria de Ensino Fundamental – COEF promoveu formação continuada a 137 professores e 58 coordenadores pedagógicos dos Ciclos II e IV, 65 professores e 16 coordenadores pedagógicos da EJA e 20 formações de gestores; além de prestar assessoramento técnico e pedagógico a 69 escolas que ofertam o Ciclo e 43 escolas da EJA. Realizou também, no período de 2013 a 2016, a Mostra de Saberes com a participação de aproximadamente 22 mil pessoas. Esta mostra acontece anualmente no Espaço da Estação das Docas e apresenta a culminância dos projetos escolares em comunicações orais, pôsteres e experimentações artísticas.

O NIED desenvolve a formação continuada de professores do Ciclo II, intitulado Alfabetização Matemática, Leitura e Escrita – ALFAMAT com o objetivo de integrar as ações dos docentes de sala de aula e dos de laboratório de informática com vistas à aprendizagem dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática e, assim, refletir positivamente nos resultados da Prova Brasil.

Ao longo de 2013 a 2016, este programa desenvolveu uma série de oficinas semanais, voltadas aos professores, tanto de sala de aula como de laboratório de informática, que atuam com alunos do Ciclo II – 1º e 2º anos. Essas oficinas tiveram como foco as matrizes de referência e os descritores de Língua Portuguesa e Matemática explorados pela Prova Brasil. No ano de 2014, foram incluídas oficinas de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas neste Programa. Após a participação em cada oficina, esses professores saem com propostas de atividades - com objetivos, princípios metodológicos e objeto de estudos comuns - a serem desenvolvidas nas escolas, como o quadro a seguir.

Quadro 31 – Quantitativo de professores/alunos/oficinas/realizadas no período 2013 – 2016.

Alfabetização Matemática, Leitura e Escrita ALFAMAT											
2013				2014				2015			
Nº DE PROFESSORES PARTICIPANTES	Nº ALUNOS ENVOLVIDOS	Nº DE OFICINAS DESENVOLVIDAS	Nº DE PROVAS BELEM APLICADAS	Nº PROFESSORES PARTICIPANTES	Nº ALUNOS ENVOLVIDOS	Nº DE OFICINAS DESENVOLVIDAS	Nº DE PROVAS BELEM APLICADAS	Nº DE PROFESSORES PARTICIPANTES	Nº ALUNOS ENVOLVIDOS	Nº DE OFICINAS DESENVOLVIDAS	Nº DE PROVAS BELEM APLICADAS
~450 = ~345 de CII e 105 de sala de informática	~12.000	13	3 de Língua Portuguesa e Matemática	~440 = ~325 de CII e 115 de sala de informática	~13.000	16	4 = 2 de Língua Portuguesa e Matemática + 2 de Ciências da Natureza e Ciências Humanas	~420 = ~315 de CII e 105 de sala de informática	~13.000	16	6 = 3 de Escrita e 3 de Língua Portuguesa e Matemática
								~385 = ~285 de CII e 100 de sala de informática	~11.705	11	4 = 2 de Escrita e 2 de Língua Portuguesa e Matemática

Fonte: NIED/DIED/SEMEC, 2016.]

O Programa de Informática Educativa - PROINFO objetiva garantir o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, integrado a um

trabalho de formação que favorece o desenvolvimento da autonomia na busca e seleção de informações, interpretação, análise e representação do pensamento para a resolução de problemas.

O Programa desenvolve ações nas seguintes frentes: formação inicial e continuada de professores em informática aplicada à educação; assessoramento pedagógico e avaliação das ações desenvolvidas nas salas de informática da Rede Municipal de Ensino – RME.

Quadro 32 - Quantitativo de professores participantes das oficinas de Informática Educativa realizadas de 2013 a 2016.

OFICINAS	2013	2014	2015	2016
Hot Potatoes	25	-	-	-
Webquest	40	-	-	-
JClic	48	-	-	-
Lousa Digital*	-	480	-	-
Hagaquê**	-	220	-	-
JClic	-	12	-	-
Hot Potatoes	-	43	-	-
Openshot - módulo I	-	60	-	-
Openshot - módulo II	-	115	-	-
Noções de Linux Educacional	-	47 professores do PROJOVEM	-	-
Tablet***	-	504	-	-
Gimp	-	-	107	-
Audacity	-	-	106	-
Inkscape	-	-	-	86
Redes de Aprendizagem	-	-	-	81
Stop Motion	-	-	-	120
Assessoramentos Pedagógicos	60	60	60	80
TOTAL	173	1.541	273	367

Fonte: Núcleo de Informática Educativa – NIED / DIED / SEMEC, 2016.

*Desse total de participantes da oficina Lousa Digital, 365 são professores regentes do Ciclo II do Ensino Fundamental.

**Desse total de participantes da oficina Hagaquê, 105 são professores lotados nas bibliotecas escolares da RME.

***Desse total de participantes, 139 são servidores da SEMEC beneficiados com a doação de tablets pela SEMEC/PMB e 365 são professores regentes do Ciclo II do Ensino Fundamental.

A valorização dos profissionais da educação perpassa pelo vencimento recebido no desempenho de suas atividades. Neste sentido, a PMB buscou atender satisfatoriamente as exigências da Lei nº 11.738 que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, promovendo reajustes salariais ao longo de 2013 a 2016.

Quadro 33 – Demonstrativo de reajuste salarial conforme piso nacional e municipal de professores, 2012 – 2016.

(Do período de 2012 a 2016)					
R\$ 1,00					
ANO	M E C		P M B _ / S E M E C		
	% DE REAJUSTE	PISO	% DE REAJUSTE	PISO	REMUNERAÇÃO
2013	7,93%	1.567,00	9%	1.796,70	3.952,74
2014	8,32%	1.697,39	6,78%	1.918,60	4.220,92
2015	13,01%	1.917,78	10%	2.110,46	4.643,01
2016	11,36%	2.135,64	11,67%	2.332,00	5.028,00

Fonte: DERH/SEMEC/MEC, 2016.]

Durante a gestão foram nomeados quase 1.495 servidores, o que representou um crescimento de 35% no quadro de servidores efetivos da SEMEC, sendo que o maior quantitativo de nomeados foi no Grupo Magistério, o que ratifica o compromisso da atual gestão com a melhoria da qualidade do ensino disponibilizada na rede municipal.

Quadro 34 - Servidores Concursados e Nomeados na SEMEC, 2012 – 2016.

Descrição	Até 2012	2013	2014	2015	2016	Total no Período
Nível Auxiliar	1.237	462	1	2	6	471
Nível Médio	62	106	1	13	11	131
Nível Superior	19	20	0	11	1	32
Grupo Magistério	3.080	517	140	160	44	861
Total	4.398	1.105	142	186	62	1.495

Fonte: DERH/SEMEC, 2016.]

Ainda com relação às ações de valorização do servidor, o Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador – NAST desenvolve suas ações de Formação Permanente em Saúde do Trabalhador, em todos os espaços educativos da Rede, com temáticas direcionadas especificamente a cada necessidade laboral. O índice patológico obtido no relatório epidemiológico anual, bem como solicitação do/a gestor/a de cada espaço de trabalho são, respectivamente, os fundamentos, “estatísticos” e “saberes dos/as próprios/as trabalhadores/as” para tal direcionamento.

Quadro 35 – Formações realizadas pelo NAST 2013-2016.

Formações Realizadas			
2013	2014	2015	2016 (1º semestre)
52 Formações	42 Formações	44 Formações	50 Formações

Fonte: NAST/SEMEC, 2016

De posse das informações de agravo à saúde, o NAST realiza acolhimento aos/as servidores/as readaptados/as provisória ou definitivamente, visita domiciliar e hospitalar para os servidores de licença saúde, além de atendimentos pela procura espontânea dos/as servidores/as e/ou por solicitação dos departamentos da SEMEC e, dependendo do assunto, são realizadas as referências.

Quadro 36 – Ações desenvolvidas pelo NAST 2013-2016.

TIPOS DE ATIVIDADES	2013	2014	2015	2016 (1º semestre)	Total
Acolhimento interno	864	562	402	302	2130
Encaminhamento à perícia médica	671	701	733	419	2524
Encaminhamento: PST/IPAMB - Outros	14	06	28	03	51
Formação Permanente nos Espaços Educativos	52	42	44	50	188
Participação em eventos	43	24	20	-	87
Realização de Encontros em Saúde do Trabalhador	01	06	07	03	17
Visitas aos servidores nos Espaços Educativos	618	124	90	824	1656
Visitas Domiciliares	102	90	55	32	279
Visitas Hospitalares	18	15	-	-	33
Plantões Escolares	-	-	-	266	266
Total	2.383	1.570	1.379	1.899	7.231

Fonte: NAST/SEMEC, 2016.

Com investimentos na ordem de R\$ 36.901.704,80, no período de 2013 a 2016 a SEMEC realizou diversos serviços para ampliação e manutenção da rede física das unidades escolares da RME como estrutura de suporte à política educacional.

Os serviços executados incluíram construção, reformas e ampliação de unidades, recuperação de trapiches e arrimos de contenção, reforma de cobertura de telhados e passarelas, perfuração de poços artesianos, climatização das salas de aula, construção de torre de caixa d'água e cisterna, elaboração de projetos executivos de engenharia/arquitetura e demais serviços diversos.

As obras executadas nas unidades escolares da RME estão consolidadas no Quadro 37. Se considerarmos todos os serviços realizados para a ampliação e manutenção da rede física, temos um total de 35.500 alunos beneficiados.

As obras em andamento com conclusão prevista para o ano de 2016 e aquelas que serão finalizadas até dezembro de 2017, conforme disponibilidade orçamentária a ser repassada pelo MEC, estão demonstradas no Quadro 38.

A SEMEC ainda promoveu a climatização de unidades escolares beneficiando um total de 5.821 alunos, e a ampliação do quantitativo de quadras esportivas por unidade de ensino.

Atualmente, 61 escolas de ensino fundamental possuem quadra de esportes, o que representa um percentual de 86% de unidades, conforme expresso no Quadro 40.

Quadro 37 – Demonstrativo de reformas e construção de unidades escolares, 2013 – 2016.

Reformas, adequações e Ampliações de Unidades Escolares				
UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	2013	2014	2015	2016
	EMEIF Prof. Alda Eutrópio de Souza	Centro de Form. dos Professores da SEMEC	EMEIF Edson Luís	EMEIF Mons. José Maria Azevedo
	EMEIF Pedro Demo	UEI Rosemary Jorge	EMEIF Parque Amazônia	EMEIF Donatila Lopes
	UEI de Itaiteva	SEMEC SEDE	EMEIF Avertano Rocha	EMEIF Edson Luís
	EMEIF Alfredo Chaves	EMEIF Francisco da Silva Nunes	UP Carmelândia	EMEIF Alzira Pernambuco
	EMEIF Prof. João Nelson Ribeiro	EMEIF Padre Leandro Pinheiro	EMEIF Duas Irmãs	EMEIF Angelus Nascimento
	EMEIF Ruy da Silva Brito	EMEIF Dep. João Carlos Batista	UEI São Francisco	EMEIF Silvio Leandro
	UEI Santa Rosa	UEI Rotary Clube Belém Nazaré	EMEIF Palmira de Oliveira Gabriel	UP Maria Clemlides
	Prédio SEMEC/SEDE	EMEIF Theodor Badotti	EMEIF Remigio Fernandez	UEI Providência
	EMEIF Donatila Lopes	EMEIF Maria Luiza Pinto do Amaral	EMEIF Amália Paumgarten	EMEIF Josino Viana
	UEI Isa Cunha	EMEIF Solerno Moreira	EMEIF Solerno Moreira	SEDE / SEMEC
	EMEIF Maria Madalena Raad	UEI Allan Kardec	UP Bacabeira	EMEIF Mons. José Maria Azevedo
	EMEIF Alfredo Chaves	EMEIF Ernestina Rodrigues	UP Anexo Fidélis	UP Anexo Santo Antônio
	-	UEI COHAB III	UP João Paulo II	EMEIF Parque Bolonha
	-	UEI Paná-Paná	UP Tucumaeira	EMEIF Josino Viana
	-	UEI Bengui	EMEIF Mons. José Maria Azevedo	UEI Terra Firme
	-	UEI Santo Agostinho	EMEIF Paulo Freire	-
	-	UP Nossa Senhora dos Navegantes Várzea	Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes	-
	-	E.M. Maria Madalena Raad	UEI Isa Cunha	-
	-	EMEIF Benvida de França Messias	-	-
	-	EMEIF Prof. Ida de Oliveira	-	-
TOTAL DE ALUNOS BENEFICIADOS	6.872	10.763	8.708	6.252
Construção e Reconstrução de unidades Escolares				
UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	2013	2014	2015	2016
	UEI Jesus Maria e José	EMEIF Nova Aliança	EMEIF Sabino Barreto	EMEI Jardim Nova Vida
	EMEIF Maroja Neto	EMEI Aguas Negras	EMEIF Ayrton Sena	EMEI Renata Sales Pena
TOTAL DE ALUNOS BENEFICIADOS	1.010	679	1.085	196

FONTE: DEMA / DIAD / SEMEC, 2016.

Quadro 38 – Demonstrativo de obras em andamento, 2016 – 2017.

Obras em andamento com conclusão prevista para 2016		
UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	Unidade Escolar	Nº de alunos
	EMEI São Clemente	100
	EMEI São Silvestre	200
	EMEI Campos Elíseos	100
	EMEI Comunidade Vitória	100
	UEI Erê	136
TOTAL DE ALUNOS BENEFICIADOS		636
Obras em andamento com previsão de conclusão até dez/2017		
UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	Unidade Escolar	Nº de alunos
	EMEIF Manuela Freitas	536
	EMEF Alfredo Chaves	799
	EMEIF República de Portugal	1.034
	EMEIF Ruy da Silveira Brito	529
	EMEIF Silvio Leandro	197
	E.M. Parque Amazônia	747
	E.M. Ida Oliveira	1.098
	E.M. Maria Stellina Valmont	1.204
	EMEIF Maroja Neto	822
	UEI Erê	128
	UEI São Silvestre	160
	UEI Jesus, Maria e José	93
	UEI Allan Kardec	124
	EMEIF Ciro Pimenta	1.026
	EMEI São Clemente	92
	UP Bolonha	81
	EMEIF Alzira Pernambuco	508
	UEI Malvinas	-
	UP Nelsinho	258
TOTAL DE ALUNOS BENEFICIADOS		9.163

FONTE: DEMA / DIAD / SEMEC, 2016.

Quadro 39 – Demonstrativo das unidades escolares climatizadas, 2013-2016.

UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	Unidade Escolar	Nº de alunos
	EMEIF Ayrton Sena + EMEIF Sabino Barreto	963
	EMEIF Edson Luís	771
	EMEIF Ernestina Rodrigues	265
	EMEI Jardim Nova Vida	96
	EMEIF Mons. José Maria Azevedo	279
	EMEIF Padre Leandro Pinheiro	1.073
	EMEIF Palmira de Oliveira Gabriel	573
	EMEIF Sabino Barreto	341
	EMEI São Francisco	90
	EMEIF Solerno Moreira	635
	UEI Encanto do Saber	175
	EMEIF Gênesis	239
	EMEI Renata Sales Pena	100
	UP Santana do Aurá	121
	EMEI Comunidade Vitória	100
TOTAL DE ALUNOS BENEFICIADOS		5.821

FONTE: DEMA / DIAD / SEMEC, 2016.

Quadro 40 – Demonstrativo quadras escolares construídas, 2014 – 2016.

UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	2014	2015	2016
	EMEIF Profª Alda Eutrópio de Souza	UP Associação Comunitária de Mulheres Nossa Senhora Aparecida	EMEIF Allana Barbosa
	EMEIF Duas Irmãs	-	UP Castanheira
	EMEIF Profª José Alves Cunha	-	UP Paulo Almeida Brasil
	EMEIF Lauro Chaves	-	UP Maria Clemildes
	EMEIF Maroja Neto	-	-
	EMEIF Parque Bolonha	-	-
	EMEIF Pedro Demo	-	-
	UP Santana do Aurá	-	-
	E.M. Maria Madalena Travassos	-	-
	EMEI São Francisco	-	-
TOTAL DE ALUNOS BENEFICIADOS	5.345	465	832

FONTE: DEMA / DIAD / SEMEC, 2016

A totalização financeira dos serviços e obras executadas é apresentada no quadro a seguir.

Quadro 41 – Demonstrativo financeiro consolidado das obras e serviços executados, 2013 – 2016.

OBRAS E SERVIÇOS	VALOR
REFORMAS, ADEQUAÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES.	R\$ 19.601.400,61
CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES DE UNIDADES ESCOLARES	R\$ 10.888.079,10
UNIDADES ESCOLARES ADQUIRIDAS	R\$ 398.780,23
CLIMATIZAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES	R\$ 311.529,07
CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES	R\$ 3.639.841,55
SERVIÇOS DIVERSOS REALIZADOS NAS UNIDADES ESCOLARES	R\$ 1.351.872,41
ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA	R\$ 710.201,83
TOTAL	R\$ 36.901.704,80

Fonte: DEMA / DIAD / SEMEC, 2016

Durante o período de 2013 a 2016 apesar da redução dos repasses federais, PMB procurou manter o grau de investimentos na aquisição de bens permanentes necessários para equipar as novas unidades inauguradas ou reformadas/ampliadas, garantindo um ensino de qualidade.

Destacamos investimentos de R\$ 15.404.877,33 na aquisição de conjuntos escolares, kits de merenda, *freezers*, refrigeradores e fogões, no transporte escolar com aquisição de bicicletas, ônibus e lanchas, e entrega de *tablets* aos docentes.

Quadro 42 – Demonstrativo dos bens adquiridos, em quantidade aproximada, por valor financiado no período 2013 – 2016.

Aquisições de Bens Permanentes (2013-2016)	
Brinquedos Infantis	5000
Kits de Merenda Escolar	74000
Colchonetes	6000
Livros	23000
Brinquedos para Parques Infantis	400
Conjuntos Escolares	15000
Bicicletas	5500
Tablets	3900
Ventiladores	2600
Freezers e Refrigeradores	208
Fogões	175
Lanchas Escolares	2
Onibus Escolares	29
Total Geral Investido	R\$ 15.404.877,33

Fonte: DERM/DIAD/SEMEC, 2016

A PMB investiu na melhoria e ampliação da oferta de transporte escolar aos alunos da rede, objetivando garantir um quantitativo cada vez maior de alunos presentes na Escola.

Além da aquisição de lanchas e ônibus escolares próprios, é mantida em regime de a contratação a locação de barcos e ônibus para suprir as demandas existentes com um transporte digno e de qualidade para a população discente.

Considerando as características do município, o transporte fluvial adquire importância no traslado do aluno ribeirinho, morador da região insular e das áreas de orla. No período 2013-2016 foram transportados mais de 6.000 alunos, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 43 - Total de alunos transportados/ano por lanchas/barcos.

Transporte Escolar – Barco/Lancha	2013	2014	2015	2016
Alunos	1.298	1.419	1.609	1.699

Fonte: Censo Escolar/NUSP/COEC/DIED/SEMEC, 2016.

Ainda na área de transportes, a PMB possui 40 ônibus escolares próprios, sendo 29 adquiridos na atual gestão. A frota foi renovada e ampliada, contemplando aspectos importantes para o conforto dos alunos que transporta, como acessibilidade e climatização.

Do total da frota, 25% é utilizada para transporte diário dos alunos de suas residências até as unidades escolares, e os demais servem para deslocamento dos alunos para eventos externos, garantindo sua participação em diversas atividades/eventos fora das unidades educacionais.

Atualmente a capacidade total dos ônibus é de 884 passageiros/alunos, sendo que 5% desse total são destinados a assentos adaptados a cadeirantes. Foram adquiridas e disponibilizadas mais de 5.500 bicicletas para os alunos da rede, numa iniciativa inovadora e voltada ao compromisso com a mobilidade urbana e a questão ambiental.

Tabela 38 - Tipos de Transporte Escolar na Educação Infantil e Ensino Fundamental, de 2004 a 2016.

Transporte Escolar	2004	2005-2012	2013-2016	Total
Ônibus	1	0	0	1
Van do CRIE	0	1	0	1
Micro-ônibus	0	5	29	34
Lancha	0	2	2	4
Bicicleta	0	0	5.000	5.000
Total	1	8	5.031	5.040

Fonte: SEMEC, 2016.

A seguir estão identificados os investimentos consolidados para o desenvolvimento da política educacional no município.

Quadro 44 – Receitas vinculadas à educação.

Quanto ao Cálculo dos 25%	Receitas que entram no cálculo dos 25% de aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)			Receitas que não entram no cálculo dos 25% de aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)		Total de Receitas Vinculadas à Educação (R\$)
Quais são as Receitas	Originárias do FUNDEB (R\$)	Impostos Municipais Próprios (R\$)	Outras Receitas (R\$)	Salário-Educação (R\$)	Outras Receitas destinadas à Educação (R\$)	
2011	147.272.070,12	98.084.031,39	40.895.526,12	3.450.076,17	78.720.537,35	368.422.241,15
2012	164.177.196,80	115.077.272,79	45.275.232,27	4.115.913,11	80.928.775,45	409.574.390,42
2013	170.337.948,65	125.964.482,17	47.089.328,84	4.507.395,92	69.435.804,87	417.334.960,45
2014	167.656.419,27	139.851.470,07	45.789.572,13	5.526.975,96	85.815.160,96	444.678.598,39
2015	189.866.781,63	148.018.049,39	51.907.294,95	6.682.278,24	100.116.010,53	496.600.414,74
2016*	162.743.931,08	206.200.754,92		5.657.941,49	171.50.339,41	374.602.627,49

Fonte: PAR 2016-2019 (*Até 21/11/2016)

Quadro 45 – Distribuição das despesas em educação.

Despesas	2011 (R\$)	(%)	2012 (R\$)	(%)	2013 (R\$)	(%)	2014 (R\$)	(%)	2015 (R\$)	(%)	2016 (R\$)	(%)
Educação Infantil	45.138.950,37	13,97	52.470.208,25	13,56	59.610.191,25	13,58	65.998.087,26	14,19	78.849.582,45	15,53	48.981.678,38	15,24
Ensino Fundamental	275.029.076,51	85,11	328.338.081,43	84,85	373.655.970,36	85,15	393.882.349,64	84,67	421.314.772,80	83,01	266.552.684,45	82,96
Ensino Médio	366.840,04	0,11	709.627,34	0,18	823.260,12	0,19	23.643,34	0,01	602.150,70	0,12	-	-
Ensino Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Salário Educação	2.616.473,98	0,81	5.427.244,94	1,40	4.737.139,73	1,08	5.288.973,87	1,14	6.808.495,74	1,34	5.777.975,17	1,80
Total	323.151.340,90	100	386.945.161,96	100	438.827.847,46	100	465.193.054,11	100	507.575.001,69	100	321.312.338,00	100

Fonte: PAR 2016-2019

Quadro 46 – Cumprimento da vinculação dos recursos destinados à educação.

Vinculação	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicação da receita de impostos e transferências em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	332.463.198,94	382.652.719,67	395.809.573,03	433.049.274,80	Aplicação dos recursos do ano de 2016, será lançado somente no final do exercício financeiro .
% Aplicação do Município	25,61	27,86	28,01	27,69	
% Aplicação Obrigatória	mínimo de 25%	mínimo de 25%	mínimo de 25%	mínimo de 25%	
Aplicação das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério	123.311.313,62	137.673.626,99	152.870.509,24	183.284.530,63	
% Aplicação do Município	78,09	87,71	88,38	91,54	
% Aplicação Obrigatória	mínimo de 60%	mínimo de 60%	mínimo de 60%	mínimo de 60%	
Aplicação das receitas do FUNDEB em despesas com MDE, excluída a remuneração do magistério	26.027.565,99	20.528.090,62	17.304.034,73	12.695.072,19	
% Aplicação do Município	17,30	12,24	10,01	6,34	
% Aplicação Obrigatória	máximo de 40%	máximo de 40%	máximo de 40%	máximo de 40%	

Fonte: PAR 2016-2019

Todos os investimentos realizados pela PMB na área educação, seja na ampliação e manutenção da rede física, na valorização dos servidores, nos processos de qualificação profissional e no atendimento integral às demandas da sociedade quanto a destinação de vagas por modalidade de ensino, contribuíram para o desenvolvimento do IDEB Municipal.

O IDEB aferido para os anos iniciais do ensino fundamental de 2007 a 2015 vem sempre atingindo a meta ou se encontra acima do desempenho estadual e da meta nacional, o que mostra o empenho e o retorno dos investimentos realizados na ampliação e melhoria da educação municipal.

Quadro 47 – IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental.

Rede	IDEB Observado						Metas Nacionais							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Estadual	3.1	3.0	3.8	4.1	3.7	4.3	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
Federal		5.4	5.8		6.2	6.5		5.6	5.9	6.1	6.4	6.6	6.8	7.0
Municipal	3.0	3.4	3.9	4.4	4.1	4.6	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
Pública	3.2	3.2	3.8	4.2	3.9	4.4	3.2	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5

Fonte: INEP/MEC, 2016

Obs: Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta ou está acima da meta.

Nos anos finais, período de 2007 à 2011, a rede municipal de ensino esteve sempre acima da meta nacional estabelecida. No entanto, nos anos de 2013 e 2015, embora os índices tenham sido melhores que os da rede estadual, ficamos 0,2 e 0,3, respectivamente, abaixo da projeção nacional, ratificando que, apesar dos investimentos realizados, se faz necessária uma análise mais profunda sobre os motivos que levaram à essa queda de índices nessa faixa de ensino.

Quadro 48 - IDEB dos anos finais do ensino fundamental.

Rede	IDEB Observado						Metas Nacionais							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total		5.2	5.5		5.2	5.8		5.3	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5	6.7
Dependência Administrativa														
Estadual	3.1	2.9	3.0		2.9	3.1	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	5.1
Federal		5.2	5.5		5.2	5.8		5.3	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5	6.7
Municipal	3.1	3.2	3.5	3.7	3.8	4.0	3.1	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1
Pública	3.1	3.0	3.1		3.1	3.3	3.1	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.1

Fonte: INEP/MEC, 2015.

Ao efetivar uma política que busca promover a produção cultural e a preservação do patrimônio histórico e artístico, bem como o acesso da população aos bens culturais, a Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL se consolida como uma grande incentivadora das manifestações culturais e artísticas; da preservação do patrimônio material e imaterial, inclusive na museologia; no estímulo ao desenvolvimento do hábito da leitura; na implantação de projetos no segmento do audiovisual; na execução e apoio a eventos do calendário cultural do município e em conceder incentivos fiscais à criação de Projetos Culturais através da Lei Tó Teixeira.

Desta forma proporciona um ambiente cultural e artístico renovado, estimulando o respeito e a valorização às diversidades culturais de Belém e Distritos, tendo como meta principal a concretização do Sistema Municipal de Cultura por meio da efetivação do Conselho Municipal de políticas Culturais - CMPC, solidificando assim as ações da Fundação, realizando fóruns setoriais e as conferências de cultura para o fortalecimento da política cultural em consonância com as diretrizes nacionais e as metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA.

A FUMBEL, de forma permanente promove as manifestações artísticas que integram o Calendário Oficial do Município, mantendo durante o quadriênio 2013 – 2017 extensa programação que incentiva a apresentação de produções artístico-culturais locais em eventos públicos que ocorrem de forma descentralizada, privilegiando os distritos de Mosqueiro, Outeiro e Icoaraci, com participação irrestrita de todos os cidadãos.

Tais eventos representam a culminância de projetos culturais desenvolvidos com os segmentos representativos de nossa cultura e promovem a democratização do saber e do conhecimento cultural. Dentre estes podemos destacar o Aniversário de Belém (janeiro); o Pré-Carnaval e Carnaval – “Belém Folia” (de fevereiro à março); o Aniversário do Ver-o-Peso (março) quando se concretiza o Projeto Ver-o-Peso da Cultura; Semana Santa com apresentações do Auto da Paixão de Cristo e a Malhação de Judas (março a abril); as festividades da Quadra Junina – “Arraiá da Capitá” (junho) que conta mostra de grupos juninos, grupos parafolclóricos e de pássaros, shows musicais, concursos de quadrilhas, de misses caipira e caipira gay, em

Belém e nos distritos de Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro, inclusive na ilha de Cotijuba; Festividade do Círio de Nazaré (outubro) com Coral Metropolitano e Romaria Poética e Festividade de Natal e Réveillon da Orla (dezembro).

A programação natalina desde 2013 é realizada durante a 2ª quinzena do mês de dezembro até as vésperas do Ano Novo. Inicialmente realizada somente na área do Portal da Amazônia, a programação no decorrer dos anos expandiu-se para os bairros da Sacramenta, Marambaia, Terra Firme, Umarizal e Campina, envolvendo grupos culturais diversificados, bandas de músicas, orquestras, teatro e manifestação de pastorinhas. De 2013 a 2015, a programação atingiu um público médio de 27 mil pessoas.

Além destas atividades culturais, a FUMBEL promove atividades culturais quando da realização da Semana de Comemoração ao Dia Internacional da Mulher (março), Aniversário da Ilha de Caratateua/ Outeiro (abril), Semana de Comemoração ao Dia do Trabalhador (maio), Semana do Folclore e Dia Municipal do Carimbó (setembro), decretado no de 2014 patrimônio brasileiro pelo Instituto Nacional de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural – IPHAN.

Paralela a estas atividades ocorrerem de forma contínua os projetos “Cinema Olympia Itinerante”, “Curta Olympia” e “Cinema e Música” (de março a novembro), e “Tem Arte na Praça” (de março a setembro).

Em 2015, integrada ao grupo técnico municipal de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das Cidades Históricas, a FUMBEL atuou de forma integrada com demais órgãos no desenvolvimento da pesquisa histórica para a candidatura do Ver-o-Peso à Patrimônio da Humanidade concedido pela União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. Complementarmente a este trabalho, foi apresentado à Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, o projeto “Habitar o Centro”, projeto que incentiva o uso habitacional no Centro Histórico (Rua Leão XIII).

Na preservação do patrimônio cultural do Município, além da atividade diária de fiscalização dos bens tombados sob sua esfera de atuação e a aprovação de projetos de restauração e reforma de bens de interesse à preservação, a FUMBEL desenvolveu as seguintes ações:

- Acompanhamento do Programa “Mais Bibliotecas” do Ministério da Cultura – MINC na Biblioteca Pública Maria Lúcia Medeiros no Distrito de Mosqueiro e no bairro do Tapanã;
- Apresentação de nova proposta construção da 2ª biblioteca do Programa “Mais Bibliotecas” no Complexo Cultural Aldeia Cabana e em terreno pertencente à SEMEC localizado no bairro do Tapanã;
- Revisão dos textos de pesquisas históricas referentes aos bens imóveis com solicitação de tombamento como o Chalé José Porfírio no Distrito de Icoaraci e Arquitetura Modernista – Obras de Camilo Porto localizadas na área metropolitana de Belém;
- Atualização da lista das solicitações de tombamento dos imóveis com levantamento fotográfico de bens em processo de tombamento;
- Pesquisa histórica e produção de texto referente aos bens imóvel com solicitação de tombamento – Conjunto Arquitetônico da Av. Senador Lemos;
- Acompanhamento na obra de restauração do chalé Tavares Cardoso;
- Produção de Edital para disciplinar a concessão de desconto de IPTU à imóveis tombados.

De 2013 até agosto de 2016, a FUMBEL contabilizou:

- 1.125 vistorias técnicas realizadas;
- 100 processos de análise de aprovações de projetos
- 150 processos de autorização de serviço;
- 1.500.430 processos de análise de isenção de IPTU;
- 99 processos de consultas prévias;
- 115 notificações emitidas de obras irregulares;
- 168 manifestações técnicas emitidas.

As ações museais desenvolvidas pelo Museu de Arte de Belém – MABE/FUMBEL no período de 2014 a agosto de 2016 foi representada pela realização de 19 exposições. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM/MINC, o MABE/FUMBEL participou da 11ª (2013), 12ª (2014) e 13ª (2015) edição Semana dos Museus que ocorre no mês de maio de cada ano, bem como das 7ª (2013), 8ª (2014) e 9ª (2015) edições da Primavera dos Museus realizada em setembro.

Das exposições de longa duração ocorridas no museu ganharam destaque: “Janelas do Passado Espelhos do Presente: Belém do Pará – Arte, Imagem e História”; “Bela Belém: O reencontro de Lemos com a cidade”; “Antônio José de Lemos: A Ressignificação do Mito” com a publicação do catálogo da exposição no mês de março/2014, compondo assim um panorama geral sobre a cultura da capital paraense.

Dentre outras exposições temporárias de destaque temos: “Retratos dos Intendentes”, “O Egito sob o Olhar de Napoleão”, “Círio de Nazaré: Rio, Rua e Destino”, “Círio: Representações da Fé”, “Do Norte ao Norte”, Mostra de trabalhos fruto do intercâmbio cultural entre as cidades de Quebec (Canadá) e Belém; “Artesanato do Japão: Tradições e Técnicas”, Ver-o-Peso” com registro fotográfico de Pierre Verger retratando o cotidiano do espaço; “Do Norte ao Norte”; “Mestre Nato: Linhas de Resistência – Imaginários bordados”; “Mário de Andrade: Etnógrafo, Fotógrafo, Poeta”; “Cidade e Fé – Tecido Gravuras de Carla Beltrão”; “Surf na Água Doce”.

De 2013 até agosto de 2016, o MABE apresentou um público total aproximado de 54.500 visitantes, com uma média aproximada de 1.240 pessoas/mês.

Concomitantemente a estas exposições, foi iniciado o inventário do acervo artístico e bibliográfico do museu e da Biblioteca Antônio Lemos, respectivamente, com inventariação de 1.680 peças pertencentes ao MABE; digitalização de 700 fotografias e 1.300 obras fotografadas; além da aquisição de peças expográficas, tais como: Conjunto Maria Antonieta de sala de visitas formado por 10 peças; Conjunto de porcelana Capo Di Monti; Imagem de São José entalhada em madeira; obra da artista plástica paraense Maria da

Conceição Câmara Cutrim - Concy Cutrim; e uma obra em tecido da artista Carla Beltrão.

No mesmo período ocorreu a restauração de 2 lustres do Grande Auditório/MABE e o início da restauração do mobiliário do Palacete Bolonha; reformulação do projeto expográfico de mobiliário “Acervos do Século XIX” no Salão Rosa/MABE, restauração da obra “Avenida São Jerônimo”; recuperação e reabertura das salas Sala Rosa /Waldemar da Costa, Salão Dourado/Ismael Nery, Grande auditório, Carmem Souza e Alfredo Norfini, que se encontravam fechadas no início do governo; e elaboração da revista “Mabinha” como elemento de suporte e divulgação para a Educação Patrimonial no museu.

O MABE mantém permanentemente no mês de julho, por ocasião das férias escolares, o projeto “Férias no MABE” que promove gincanas, apresentações culturais, jogos interativos, atividades lúdicas, vídeos e visitas guiadas ao Centro Histórico de Belém.

No apoio à demais atividades de educação patrimonial em museus, o MABE desenvolveu ações de educação museal na FUNBOSQUE com a participação de 400 alunos, na Unidade Pedagógica – UP da Faveira na ilha de Cotijuba e na Escola Estadual de Ensino Médio Paes de Carvalho.

No incentivo ao livro e a leitura, política pública desenvolvida a partir das atividades implementadas pela Biblioteca Pública Municipal “Avertano Rocha” – BPMAR houve um avanço significativo na ampliação de suas atividades de atendimento ao público, de processamento técnico, da informação, nas atividades culturais de estímulo a leitura, tanto no espaço das bibliotecas como em ações externas demandadas pela comunidade, assim como, em programações realizadas no distrito de Icoaraci por meio da própria BPMAR e em Mosqueiro por meio da Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Medeiros.

A BPMAR atende a comunidade de 14 bairros da grande Belém integrantes, principalmente dos distritos administrativos de Icoaraci – DAICO, Bengui – DABEN e Entroncamento – DAENT, além de estudantes universitários, pesquisadores, demanda espontânea de usuários e escolas públicas ou particulares.

A Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Medeiros atua de forma setorial no distrito administrativo de Mosqueiro atendendo 13 bairros da ilha e os assentamentos rurais da localidade. Tem afluência de público similar ao da BPMAR e notadamente representantes de organizações não governamentais – ONGs e grupos de missionários.

A seguir temos o quantitativo de atendimento dos espaços compreendendo o período de 2013 a setembro de 2016.

Quadro 49 - Demonstrativo geral de atendimento ao público da BPMAR, de 2013 a outubro de 2016.

SERVIÇOS/ATIVIDADES	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL AVERTANO ROCHA				
	2013	2014	2015	2016	Total Geral
Consulta/pesquisa/leitura/estudo/cadastro/empréstimo/devolução/reserva.	6.334	13.643	21.215	22.823	66.459
Projeto Chale Literário	1.752	5.660	2.980	1.562	12.102
Reabertura da Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha	-----	400	-----	-----	400
Projeto Conexão Leitura	6.435	860	1.875	350	9.520
Projeto Rabo da Cutia	380	-----	1.487	1392	3.259
Projeto Boi Paraense/Arraial da Leitura	314	620	2.055	1.3	4.299
Projeto Jardim Poético	-----	-----	380	312	692
Apanhadores de Histórias – Ilha do Combu	---	-----	-----	30	30
Noite Visagente – Contação de Histórias / Cemitério da Soledade	-----	-----	-----	250	250
Visitas Orientadas	192	1.472	2.363	2.375	6.402
Público Atendido em Parcerias	----		1.825	2.012	3.915
TOTAL GERAL	15.407	22.655	34.180	35.086	107.328

Quadro 50 - Demonstrativo geral de atendimento ao público da biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros, de 2013 a outubro de 2016.

SERVIÇOS/ATIVIDADES	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MEDEIROS - Mosqueiro				
	2013	2014	2015	2016	Total Geral
Consulta/pesquisa/leitura/estudo/cadastro/empréstimo/devolução/reserva	172	4.521	5.543	4.541	14.777
Inauguração da Biblioteca Pública Municipal Maria Lúcia Medeiros- Setorial Mosqueiro	300				300
Projeto Maré Literária	72	3.457	780	391	4.700
Projeto Rabo da Cutia			489	418	907
Projeto Boi Peroba / Arraial da Leitura			362	213	575
Projeto Jardim Poético				527	527
Visitas Orientadas	71	1.342	541	325	2.279
Público Atendido em Parcerias			180		180
TOTAL GERAL	615	9.320	7.895	6.415	24.245

O público atendido pelas bibliotecas totalizaram 131.573 usuários, sendo que até outubro de 2016, a BPMAR apresentou público de 35.086 usuários, superior se comparado com os anos anteriores; enquanto a biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros apresentou maior número de atendimentos em 2014.

Como atividade paralela foram realizadas diversas ações em parcerias com demais entidades da administração pública entre cursos, palestras, ações de cidadania, exibição de filmes e contação de histórias, oficinas de jogos educativos e artes ciências, totalizando 591 atividades realizadas a partir dos projetos implantados, conforme demonstrativos a seguir.

Quadro 51 - Demonstrativo geral do quantitativo de atividades culturais de promoção da leitura da BPMAR, de 2013 a outubro de 2016.

ATIVIDADES	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL AVERTANO ROCHA				
	2013	2014	2015	2016	Total Geral
EXPOSIÇÃO	09	05	03	08	25
CORTEJO DO BOI PARAENSE	01	01	02	03	7
BAILE CUTIA NA FOLIA	01		01	01	3
DESFILE DO BLOCO RABO DA CUTIA	01		01	01	3
MURAL INFORMATIVO	09	07	04	06	26
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	33	12	17	34	97
OFICINAS	31	12	14	09	66
RECITAL LITERO MUSICAL	02	03	02	02	9
ARRAIAL DA LEITURA	01	01	01	01	4
PALESTRA	02	03	02	01	8
SARAU LITERÁRIO	01	01	03	01	6
INSTALAÇÃO ARTÍSTICA	01	01	01	01	4
ESPETÁCULO TEATRAL	01		01		2
ROMARIA POÉTICA		01	01	01	3
FEIRA CULTURAL				01	1
VARAL E FOTOGRAFIAS	01	02	02		5
LANÇAMENTO DE LIVROS		01	01	02	4
PERFORMANCE TEATRAL	02	01	01	01	5
CINEMA NA BIBLIOTECA		33	28	32	98
ENCONTRO COM ESCRITOR	02	02	04	04	12
APRESENTAÇÃO DE GRUPO DE DANÇA	01	03	02	01	7
APRESENTAÇÃO DE GRUPO FOLCLÓRICO	01	03	01	01	6
12º OLIMPÍADAS DE ESTUDO		01			1
NOITE VISAGENTA – Cemitério da Soledade (Encontro de contadores de histórias)				01	1
APANHADORES DE HISTÓRIAS- ilha do Combu (Encontro de contadores de histórias)				01	1
TOTAL GERAL	100	93	92	119	404

Quadro 52 - Demonstrativo geral do quantitativo de atividades culturais de promoção da leitura da biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros, de 2013 a outubro de 2016.

ATIVIDADES	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MEDEIROS Mosqueiro				
	2013	2014	2015	2016	Total Geral
EXPOSIÇÃO		04	02	06	12
CORTEJO DO BOI PARAENSE		01	01	01	3
BAILE CUTIA NA FOLIA		01	01	01	3
DESFILE DO BLOCO RABO DA CUTIA		01	01	01	3
MURAL INFORMATIVO	01	07	06	05	19
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS		25	07	11	43
OFICINAS	02	12	07	05	24
RECITAL LITERO MUSICAL		02	01	1	4
ARRAIAL DA LEITURA		01	01	01	3
PALESTRA		02	01	01	4

SARAU LITERÁRIO		02	01	01	4
ESPETÁCULO TEATRAL	01	08	01	01	11
FEIRA CULTURAL		01		01	1
VARAL DE FOTOGRAFIAS		01			1
GINCANA CULTURAL		01			1
LANÇAMENTO DE LIVROS		02	03	05	10
APRESENTAÇÃO DE GRUPO DE CAPOEIRA		01		01	2
PERFORMANCE TEATRAL		03		01	4
CINEMA NA BIBLIOTECA	04	02	02	17	25
ENCONTRO COM ESCRITOR		04	02	03	9
APRESENTAÇÃO DE GRUPO DE DANÇA			01	03	4
APRESENTAÇÃO DE GRUPO FOLCLÓRICO		01	01	01	3
TOTAL GERAL	8	82	39	66	187

Vale ressaltar que 2013 foi iniciado a inserção do acervo da BPMAR e da biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros na base de dados bibliográfica - Biblivre. Consta atualmente nesta base, o registro do acervo existente e do acervo adquirido no período, facilitando a consulta, a agilidade no fluxo de informações e a realização de futuros inventários. Foram processados tecnicamente 197.682 documentos pertencentes aos acervos das bibliotecas conforme demonstrativos das atividades realizadas a seguir.

Quadro 53 - Demonstrativo geral do processamento técnico do acervo da BPMAR, de 2013 a outubro de 2016.

SERVIÇOS	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL AVERTANO ROCHA				
	2013	2014	2015	2016	Total Geral
CLASSIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO	2.840	3.918	3.802	2.859	13.419
REGISTRO DE LIVROS	2.840	3.918	3.802	2.859	13.419
REGISTRO DE PERIÓDICOS E DVDs			297	293	590
COLAGEM DE ETIQUETAS	4.520	7.368	3.284	7.289	22.461
CARIMBAGEM DE PUBLICAÇÕES	2.000	6841	10.109	10.271	29.221
DOAÇÕES RECEBIDAS	6.083	6.344	970	600	13.997
INSERÇÃO NA BASE DE DADOS	2.840	3.918	3.802	2.859	13.419
SELEÇÃO DE LIVROS PARA TRATAMENTO TÉCNICO	2.628	3.093	2.700	2.320	10.741
SELEÇÃO E INDEXAÇÃO DE RECORTES DE JORNAIS	283	745	1.211	344	2.583
RECORTE E COLAGEM DE ARTIGOS DE JORNAIS	283	1.006	2.636	3.477	7.402
DIGITALIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS			1800		1.800
TOTAL GERAL	26.282	37.151	34.413	33.171	129.052

Quadro 54 - Demonstrativo geral do processamento técnico do acervo da biblioteca setorial Maria Lúcia Medeiros, de 2013 a outubro de 2016.

SERVIÇOS	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MEDEIROS - Mosqueiro				
	2013	2014	2015	2016	TOTAL Geral
CLASSIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO	2.415	2.420	1.671	1600	8.106
REGISTRO DE LIVROS	2.415	2.420	1.671	1600	8.106
REGISTRO DE PERIÓDICOS E DVDs			97		97
COLAGEM DE ETIQUETAS	4.738	3.764	2.286	2652	13.440
CARIMBAGEM DE PUBLICAÇÕES	2.000	5.628	5.578	6019	19.225
DOAÇÕES RECEBIDAS	1.785	749	468	416	3.418
INSERÇÃO NA BASE DE DADOS	2.415	2.420	1.671	1326	7.832
SELEÇÃO DE LIVROS PARA TRATAMENTO TÉCNICO	2.842	1908	890	1007	6.647
SELEÇÃO E INDEXAÇÃO DE RECORTES DE JORNAIS		141	789	52	982
RECORTE E COLAGEM DE ARTIGOS DE JORNAIS		141	538	98	777
TOTAL GERAL	18.610	19.591	15.659	14.770	68.630

A Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – SEJEL ao objetivar a inclusão social e a qualidade de vida da população por meio do acesso a políticas de esporte e lazer estabeleceu a convergência de ações intersetoriais e sociopedagógicas, à população no resgate a sua identidade, respeito dos seus direitos e cumprimento dos deveres sociais.

Desta forma, atua no fomento ao desenvolvimento do esporte e lazer em projetos de alcance social que priorizam crianças, adolescentes, a juventude e a terceira idade em várias modalidades esportivas e linguagens artísticas. Neste contexto, estão inseridas pessoas com limitações físico-funcionais e as vitimadas por alto risco e/ou violência social, incluídas em programas institucionais de assistência, acompanhamento e recuperação socioeducativa, proporcionadas por instituições especializadas.

O projeto “Escola de Esporte” contribuir para a formação da criança, otimizando seus potenciais de aprendizagem, respeitando o desenvolvimento maturacional, cronológico, emocional, cognitivo e motor da criança, acompanhados por profissionais nas áreas de Serviço Social e Psicologia, proporcionando a formação da criança em modalidades esportivas como atletismo, danças folclórica, futebol de campo e salão, ginástica geral e artística, handebol, hidroginástica, judô, nado sincronizado, natação. Estas

atividades são realizadas em 12 espaços, totalizando 2.554 participantes até outubro de 2016, sendo que em 2015 este número atingiu 4.915 atendimentos, superando os 4.800 atendimentos de 2014 e os 4.000 participantes inscritos em 2013, totalizando 16.269 crianças participantes do projeto..

Quadro 55 - Número de participantes no projeto “Escola de Esporte” e Espaços Esportivos, até outubro 2016.

DISTRITOS		ESPAÇOS ESPORTIVOS	BAIRROS	MODALIDADES
DABEL		Ginásio Altino Pimenta	Umarizal	Futsal e Vôlei.
		Paysandu Sport Clube	Nazaré	Futsal
DAICO		E. M. Avertano Rocha	Icoaraci	Futsal e Handebol
		Liceu Mestre Cardoso	Icoaraci	Futsal
		E. M. Alfredo Chaves	Icoaraci	Ginástica e Danças Folclóricas
DAENT		E.M. Palmira L. Carvalho	Marambaia	Futsal, Voleibol e Ginástica
		Hospital da Aeronáutica	Souza	Futebol de Campo
		Paróquia I. Conceição	Marambaia	Ginástica
		E. M. Palmira Lins	Icoaraci	Futsal, Vôlei, Ginástica Geral
DAGUA		Arena Stadium Indoor	Jurunas	Futsal
		E. M. Stelina Valmont	T. Firme	Futsal
		Centro Social S. Antonio	Canudos	Ginástica e Danças Folclóricas
		Iate Clube do Pará	Condor	Hidroginástica e Natação
		Rancho N. P. Amofiná	Jurunas	Judô
		UEPA – Campus III	Guamá	Atletismo, Ginástica Geral e Artística, Natação, Hidroginástica, Pilates, Condicionamento Físico.
2013	2014	2015	2016	Total
4.000	4.800	4.915	2.2554	16.269

Fonte: SEJEL, 2016.

O projeto “Esporte sem Barreiras” promove a prática esportiva para pessoas com deficiência em 4 núcleos esportivos com diversas modalidades como basquete em cadeira de rodas, handebol em cadeiras de rodas, futsal de deficiente auditivo, futsal de deficiente visual e voleibol sentado. Desde sua implantação, o projeto atendeu 595 pessoas, sendo em média 160 atendimentos/ano. Em 2013, o projeto atendeu somente 115 pessoas, devido ser o ano de sua implantação.

Quadro 56 - Número de participantes no projeto “Escola sem Barreiras” e Espaços Esportivos, até outubro 2016.

DISTRITOS	ESPAÇOS ESPORTIVOS	BAIRRO	MODALIDADES
DABEL	CIC	Marco	Voleibol sentado
	Ginásio Altino Pimenta	Umarizal	Basquete e Handebol em Cadeira de Rodas, Futsal de deficiente Auditivo.
	IFPA	Marco	Dança em cadeira de rodas
DASAC	Complexo Pro Paz	Sacramenta	Futsal de Deficiente Visual

Fonte: SEJEL, 2016.

O projeto “Brinca Belém”, tem por objetivo proporcionar momentos de lazer e cidadania e levar entretenimento aos bairros do município, notadamente aqueles carentes de área de convívio social e de maior vulnerabilidade, promovendo atividades como jogos com travinha, cama elástica, minhocão, piscina de bolinha, vôlei, queimada, tênis de mesa, futebol de salão, pintura corporal, oficinas de origami e desenho, entre outras.

O projeto é desenvolvido em unidades educacionais e em espaços públicos como praças e parques, praias da região insular, bem como integra as programações especiais realizadas pela PMB e aquelas do Calendário Oficial.

Desde a sua implantação, 31.255 pessoas foram beneficiadas com as atividades desenvolvidas pelo projeto, sendo realizadas em média 55 programações/ano. Em 2013 participaram 8.980 pessoas, 6.800 em 2014, 7.901 em 2015 e 7.571 até outubro de 2016.

O projeto “Saúde e Qualidade de Vida” funciona de 2ª a 6ª feira e atende ao público que frequenta as Academias ao Ar Livre implantadas nos logradouros públicos do município. Nestes espaços as pessoas recebem orientações de condicionamento físico por professores especializados durante

o período de 07 as 09 horas e das 17 as 20 horas, onde são praticadas atividades físicas, ginástica, caminhadas e atividades de lazer como jogos recreativos e gincanas.

O acréscimo do número de Academias ao Ar Livre implantadas, passando de 12 em 2013 para 23 em 2013, bem como a revitalização com a troca de equipamentos e reurbanização dos espaços, proporcionou um aumento no quantitativo de pessoas beneficiadas. Em 2013 este número atingiu 400 pessoas/dia, passando para 1.500 pessoas/dia em 2015, 1.720 pessoas/dia em 2015, atingindo 3.940 pessoas/dia em 2016.

Quadro 57 – Quantitativo de atendimentos/dia no projeto “Saúde e Qualidade de vida” em 2016 e número de Academias ao Ar por atendimento.

Nº	Academias	Bairro	Atendimento Diário
01	Praça Brasil	Umarizal	500
02	Av. João Paulo II	Marco	220
03	Av. Rômulo Maiorana	Marco	120
04	Ipê Roxo	Terra Firme	180
05	Médici I	Marambaia	140
06	Médici II	Marambaia	200
07	Icoaraci	Icoaraci	150
08	Mosqueiro	Mosqueiro	100
09	Praça Amazonas	Jurunas	120
10	Praça Jaú	Telegrafo	130
11	Zoe Gueiros	Tapanã	100
12	Conjunto Promorar	Pratinha	120
13	Conjunto Pedro Teixeira	Coqueiro	120
14	Tapanã Alameda 8	Tapanã	120
15	Satélite – Canteiro Central	Coqueiro	150
16	Praça Dom Alberto Ramos	Marambaia	350
17	Academia Canteiro - COHAB	Icoaraci	200
18	Praça Benguí	Benguí	180
19	Praça Dalcídio Jurandi	Guamá	150
20	Conjunto Ariri Bolonha	Coqueiro	120
21	Praça Benedito Monteiro	Guamá	150
22	Praça Geraldo Magela	Val-de-Caes	170
23	Praça das Castanheiras	Cúrio-Utinga	150
Total			3.940

Fonte: SEJEL, 2016.

O projeto “Despertar na 3ª Idade” tem por objetivo garantir a participação do idoso em programas de atividades físicas, esportivas, sociais e de lazer, de forma regular, na expectativa da qualidade de vida retardando as alterações associadas à idade, melhorando suas capacidades físicas, além de desenvolver ações de socialização, beneficiando um total de 3.023 idosos no período de 2014 a 2016.. Em 2014 o projeto beneficiou 760 idosos/ano, passando para 1.322 em 2015, atingindo até outubro de 2016 um total de 941 idosos/ano. As atividades são realizadas em 6 espaços conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 58 – Espaços de atuação do projeto “Despertar na 3ª Idade”.

Distrito	Espaços	Bairro	Modalidade
DABEN	Unidade Saúde Maguari	Tenoné	Ginástica, Caminhada e Alongamento
DAENT	Paróquia I. Conceição	Marambaia	Ginástica
DAGUA	Centro S. S. Agostinho	Canudos	Dança Folclórica e Ginástica
	Iate Clube do Pará	Condor	Hidroginástica
DAICO	E. M. Alfredo Chaves	Icoaraci	Ginástica
DABEL	UEPA	Marco	Ginástica

Fonte: SEJEL, 2016.

O programa “Dança Belém” desenvolve suas atividades a partir da manutenção dos projetos executados pela Companhia de Dança e Escola Municipal de Dança como espaço de referência do desenvolvimento da linguagem corporal e a formação da criança, com aspectos educativos globais do aluno: disciplina, solidariedade, formação de valores e atitudes ético-sociais, estímulo ao conhecimento e integração de diferentes linguagens artísticas.

A Companhia de Dança de Belém mantém anualmente um corpo de 12 bailarinos; enquanto a Escola Municipal de Dança, abriga em 4 espaços, uma média de 500 alunos/ano, sendo que em 2016 este número foi reduzido para 470 alunos, devido à problemas no financiamento do projeto frente à crise econômica.

Quadro 59 – Espaços de atuação do projeto “Dança Belém”.

Distritos	Espaços	Bairro	Modalidade
DAGUA	Mestre Setenta	Guamá	Ballet
DABEL	IFPA	Marco	Dança Folclórica e Dança Contemporânea para 3ª idade
	Academia Sho-to	Cidade Velha	Ballet
DASAC	Aldeia Amazônica	Marambaia	Ballet

Fonte: SEJEL, 2016.

A Mostra de Dança realizada em dezembro representa a culminância dos resultados apreendidos nos trabalhos desenvolvidos pela Companhia e na Escola de Dança, com a participação de 500 bailarinos.

A SEJEL promove anualmente eventos esportivos que integram o Calendário Oficial do Município. Dentre estes eventos destacamos a Corrida de Belém, dividida em 19 categorias e realizada no mês de janeiro em razão das comemorações do aniversário de fundação de Belém.

Em 2016 foi realizada a 7ª Edição dos Jogos do Ver-o-Peso que, no mês de março, mobilizou cerca de 220 feirantes e representantes das associações que atuam no mercado disputaram seis diferentes tipos de provas, elaboradas a partir de atividades que costumam desempenhar no dia-a-dia.

Os Jogos de Verão realizados no mês de julho no distrito de Icoaraci, e nas ilhas de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Cotijuba, promovem a prática esportiva e do lazer durante a temporada de férias, estimulando comunidades local, visitantes e turistas a participarem de diversas atividades, possibilitando, momentos de descontração, integração e qualidade de vida.

Para a ampliação dos espaços esportivos e de convivência social, a SEJEL desenvolveu os projetos para a construção e implantação de 2 Centros de Iniciação ao Esporte – CIE. Com financiamento do Ministério do Esporte via Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, os centros serão implantados na área do antigo Iate Clube do Pará, no bairro do Jurunas e outro no distrito de Icoaraci, em espaços reconhecidamente como territórios de v

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MODELO ECONÔMICO

A Secretaria Municipal de Economia-SECON, tem como função promover o desenvolvimento econômico do Município por meio de projetos e ações de fomento à produção e geração de emprego, trabalho e renda a população. Sua competência está interligada ao planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação das atividades voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento do Sistema Municipal de Abastecimento, administrando feiras, mercados e portos, do fomento, licenciamento e apoio às atividades dos setores produtivos, primários, secundários e terciários, trata ainda da administração da Postura Econômica da cidade e controle do comércio em vias e logradouros públicos, da propaganda comercial em ambientes externos, do gerenciamento dos meios para a consecução dos seus objetivos.

Na área de incentivo à geração de emprego, trabalho e renda, a SECON via Portal do Trabalhador desenvolveu suas atividades por meio do Convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE; a Prefeitura Municipal de Belém – PMB; a Secretaria Municipal de Economia SECON, sob o n.º113/2006-2011/MTE/SPPE/CODEFAT/SECON/PMB

Assim, oferece atendimento e serviços para o maior número de trabalhadores que buscam orientação para desenvolver suas atividades, visando auxiliar a qualificação profissional e social através de um Convênio celebrado para oferta de vagas em cursos diversos, fortalecendo as políticas públicas voltadas para a geração de emprego, trabalho e renda para os jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

No período de 2013 a julho de 2016, o Portal do Trabalhador realizou 39.550 atendimentos, 1.284 colocações e 40.834 prestações de serviços no Sistema Nacional de Empregos – SINE.

Tabela 39 – Demonstrativo geral do atendimento ao trabalhador até agosto de 2016 (SECON, 2016).

Situação	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Atendimento	---	27.314	23.601	15.121	66.036
Colocações	---	32	177	81	290
Encaminhamentos	---	303	1.328	477	2.108
Vagas capacitadas	---	22	750	170	942
Trabalhadores Inscritos	02	7.320	5.501	3.182	12.823

Vislumbrando o mercado de trabalho com foco na Região Metropolitana de Belém – RMB e suas particularidades, e ainda as possibilidades de vagas de emprego, o Portal do Trabalhador estabeleceu parcerias com associações do comércio, indústrias e serviços para a para a captação destas vagas pelo mercado de trabalho, realizando seleções e encaminhamento do perfil profissional solicitado para as entrevistas, possibilitando ao trabalhador a oportunidade de concorrer igualmente as vagas reais de trabalho no setor privado.

Ao longo de 2013 a julho de 2016 foram ofertados cursos de qualificação e capacitação profissional gratuitos e financiados por bolsas com 50% de desconto em instituições privadas. Dentre os cursos realizados destacamos: Manutenção de computadores; Cozinheiro industrial; Carpinteiro; Operador de caixa; Mecânico de motos; Auxiliar de contabilidade; Analista de telecomunicação; Ceramista Modelador; Atendente de Farmácia; Assistente de R.H; Operador de Equipamento de Movimentação de Cargas (empilhadeira); Mecânico de Manutenção e Instalação em Refrigeração; Camareira de Hotel; Massoterapia e Auxiliar de Jardinagem.

A emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS sempre teve saída expressiva, mas com a implementação da CTPS Digitalizada, houve uma redução na procura deste tipo de carteira. Atualmente aguarda-se posicionamento do TEM para agendamento do curso de capacitação para utilização e manutenção do sistema informatizado.

O benefício do Seguro Desemprego teve a sua procura acentuada no período devido o aumento do desemprego frente a crise econômica no ano de 2015 e seus reflexos nos dias atuais. A possibilidade do recebimento de renda

até a realocação do trabalhador no mercado de trabalho assegura a sustentabilidade financeira e motivação na busca de outro emprego.

Tabela 40 - Demonstrativo geral dos serviços do SINE, de 2013 a julho de 2016 (SECON, 2016).

Serviço	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Emissão de CTPS	Não implantado	525	7.873	1.600	9.998
Seguro Desemprego	Não implantado	7.408	6.204	4.932	18.544

Nas ações voltadas para o desenvolvimento, ordenamento e fiscalização do comércio, a SECON mantém postos fixos na Praça Batista Campos, áreas de entorno dos shoppings Pátio Belém e Castanheira, no Centro Comercial (Campina e Cidade Velha) e na Avenida Presidente Vargas; e postos volantes com 5 fiscais por equipe que percorrem as vias públicas em rondas sistemáticas ou por demandas via denúncias espontâneas protocoladas presencialmente na secretaria ou por telefone. Após a abertura de processo administrativo ocorre a verificação *in loco* e, caso confirmada a denúncia, é expedida Notificação ao infrator para que o mesmo adote as medidas cabíveis para a resolução do problema.

Quando há apreensão de equipamentos e mercadorias irregulares, as mercadorias perecíveis são doadas para entidades sociais regularizadas, como asilo, creches e outras, já os equipamentos não perecíveis são recolhidos ao depósito, sendo devidamente registrados. Os proprietários somente podem resgatar os bens que possuem nota fiscal, sendo devolvidos mediante abertura de processo e pagamento de multa decorrente da infração à legislação municipal.

Quanto à regularização de publicidade em via pública (Lei nº 8.106/2001) e a obediência bancária ao tempo de espera nas filas (Lei nº 9.005/2013), a SECON promoveu a retirada de placas e faixas irregulares notificando proprietários do comércio e serviços, e as empresas do ramo publicitário com faixa superior à 2 m², oportunizando a regularização da atividade à legislação municipal. Em 2014, após levantamento técnico, foi constatado que 90 agências bancárias do município, cerca de 90% da

totalidade, estavam em desacordo com legislação municipal. Com a consolidação da operação “Cliente Cidadão”, que consiste na distribuição de panfletos e orientação aos consumidores a pegarem a senha ao adentrar nas agências bancárias e exigirem dos caixas a autenticação bancária constando o horário de atendimento, registrando assim o tempo correto do mesmo, a SECON colhe as denúncias e notifica os bancos para cumprimento do tempo máximo de 20 minutos em dias normais e 30 minutos em véspera ou após feriado.

Outra ação desenvolvida pela SECON disciplina o uso de *food trucks* fixos e volantes nas vias públicas. Com a publicação do Decreto n.º85.056/2016, que disciplina o licenciamento, os locais e horários permitidos ao estacionamento, a execução das atividades comerciais e cria a Comissão de Acompanhamento – COMAC foi realizado levantamento técnico das áreas onde esses veículos se localizavam. Foram emitidas notificações aos proprietários dos veículos não regularizados, informando-os sobre a necessidade de regularização dos equipamentos e atividade. Com os levantamentos efetuados verifica-se que é crescente o aumento de *food trucks*, *food trayller* e equipamentos rebocados em Belém.

Para o ordenamento do comércio informal em vias públicas, principalmente na área compreendida pelo Centro Comercial e seu entorno (Campina e Cidade Velha) foi retomado o controle de ambulantes/frequência e o levantamento cadastral dos trabalhadores informais instalados nas ruas Conselheiro João Alfredo e Santo Antônio, e travessas Campos Sales e Padre Eutíquio. Após o levantamento e constatada a existência da irregularidade do trabalho em via pública, foi iniciada a regularização dos mesmos especificando local, tipo de equipamento e produto comercializado, passando a ser cobrada a taxa de uso do espaço público. Com o recadastramento anual é possível cancelar e retirar equipamentos por falta/ausência de regularidade da presença do trabalhador no ponto, suspensão dos permissionários por desobediência e infrações, identificar aluguéis ou venda do espaço público, práticas essas proibidas pela Lei nº 7.862/1997.

Os trabalhadores informais locados no Espaço 28 de Setembro, destinado aos ambulantes anteriormente oriundos da Avenida Presidente Vargas (Campina), abandonaram o local em 2015, restando apenas 10 trabalhadores. A partir do 2º semestre de 2015, houve uma ação judicial impedindo a continuidade do exercício das atividades no local, sendo necessário o remanejamento dos 10 trabalhadores, 5 foram incluídos no comércio da rua Santo Antônio e o restante foi encaminhado ao Espaço Basa.

De 2013 a 2015 os trabalhadores da Praça dos Estivadores (Campina) somavam 27 permissionários. Em 2016, com a revitalização do espaço dentro da programação Belém 400 Anos, ocorreu o remanejamento dos permissionários para a Praça Barão do Guajará e Complexo do Ver-o-Peso.

Após a paralização das obras de requalificação do Espaço Palmeira (Campina), os permissionários que não se mantiveram no local foram remanejados para equipamentos com medidas padronizadas de 1,20 x 1,00m na Rua Manoel Barata. Atualmente no complexo da Praça das Mercês (Campina) existem 66 permissionários, locados em 102 equipamentos.

Em 2013 foi retomado o controle dos trabalhadores do comércio informal locados na Praça da República (Campina) com permissão para uso do espaço aos domingos. De 2014 a 2015 ocorreu a retirada dos trabalhadores irregulares e foi implantada a abertura de processo disciplinar para a regularização conforme Decreto n.º 67.961/2011, que disciplina o uso do complexo Praça da República.

Atualmente, a praça está em processo de ordenamento, padronização de equipamentos, uso de crachá para melhor identificação dos trabalhadores e horário de funcionamento aos domingos, com equipe de fiscalização composta por um coordenador, vinte fiscais e dois agentes de postura.

Existem atualmente 961 permissionários no Centro Comercial (Campina e Cidade Velha) distribuídos nos em vias e logradouros públicos onde é facultada a atividade de comércio informal, não sendo contabilizado o Espaço Palmeira, devido a flutuação de trabalhadores não fixos no local até que o mesmo esteja apto ao pleno funcionamento.

Quadro 60 – Quantitativo atual de permissionários por localidade (SECON, 2016).

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE PERMISSIONÁRIOS
João Alfredo	249
Santo Antônio	80
Padre Eutíquio	120
Campos Sales	87
7 de setembro	52
Portugal	68
13 de maio	60
Castilho França	63
15 de novembro	49
Frutuoso Guimarães	09
Praça das Mercês	70 (102) equipamentos
Praça Barão do Guajará	54
Complexo Espaço Palmeira	332 boxes

Na promoção do ordenamento, acompanhamento e fiscalização do uso do espaço público em eventos, a SECON participou com equipes técnicas das festividades do Aniversário de Belém, Pré-Carnaval e Carnaval, Festa Junina, Natal e Fim de Ano, e das operações Verão, Dia de Finados, Harpia (Apreensão de Mídias Piratas); Hypnus (Fiscalização de Bares e Casas de show); Operação Minerva (quinzenal); Operação Futebol (campo); além da fiscalização de equipes volantes em bares, boates, lojas de conveniências e no Portal da Amazônia coibindo o uso do espaço público por empreendedores informais não cadastrados.

Tabela 41 – Demonstrativo das operações anuais e eventuais realizadas pela SECON (SECON, 2016).

OPERAÇÕES	2º semestre 2013	2014	2015	1º semestre 2016	Total geral/tipificada
Ver-o-Peso	02	04	01	01	08
Ordenamento de icoaraci	23	-----	-----	-----	23
Carnaval	-----	27	45	12	84
Necrópole	06	18	17	03	44
Quadra junina	-----	18	11	13	42
Eventos, festividades, inaugurações e shows	03	51	16	-----	70
Ronda escolar e projeto agir	03	02	-----	-----	05
Jogos de futebol	16	42	27	05	90
Hypnos	24	68	22	08	122
Feira do livro	-----	17	13	09	39
Verão	-----	39	38	-----	77
Sete de setembro	01	02	01	-----	03
Círio	59	61	31	-----	151
Natal e ano novo	02	08	02	-----	12
Extraordinária (Minerva, Harpia, Choque de Ordem, Inconveniência, Limpa Belém, Castanheira, Publicidade)	28	72	12	07	119
Total geral por ano	167	429	236	58	890

Na promoção do reordenamento e modernização do Sistema de Abastecimento e Distribuição da Produção Local, a SECON, no período de 2013 a 2016 desenvolveu o Projeto Incentivo ao Empreendedorismo em parceria com a SEBRAE/PA, e os projetos de Estruturação Física, Econômica e Jurídica do Portal da Amazônia; do Novo Complexo de São Brás Ecomercado e Polo Moveleiro; Projeto de Desenvolvimento Econômico Geral - Mapeamento das Atividades Econômicas nos bairros de Belém; Projeto Alfabetização dos Feirantes do Ver-o-Peso em parceria com a SEMEC; Projeto Capacitação dos Feirantes do Ver-o-Peso em parceria com o Fundo Ver-o-Sol; Projeto Belém 400 anos em parceria com a SEICOM; Projeto Quintais Produtivos vivos na Comunidade de Fidélis (Caratateua/Outeiro); realizou o 1º Festival do Produto Orgânico; o evento “Belém 400 Anos, ao Encontro com seu Futuro” ; 1º Fórum Econômico do Açaí e as I, II e III edições do Festival do Açaí; I Festival das Tacacazeiras; e o Seminário “Terceiro Setor Municipal: Organizações Sociais, OSCIPS e Inovações trazidas pela Lei n.º13.019/2014”.

No que se refere a construção, reforma e requalificação dos espaços de comercialização em feiras e mercados, a SECON, em parceria com SEURB e o Fundo Ver-o-Sol, promove atualmente a revitalização de 5 áreas de abastecimento, conforme quadro a seguir.

Quadro 61 - Acompanhamento da revitalizações/reformas.

ESPAÇO	VALOR DA OBRA R\$	STATUS
Mercado de Santa Luzia (1)	2.653.910,41	Obra em Andamento
Porto do Açaí (1)	4.292.917,95	Obra em Andamento
Mercado Juruninha (2)	149.361,00	Concluído
Mercado do Telégrafo (2)	149.561,07	Concluído
Portal do Trabalhador (2)	148.247,24	Obra em Andamento
TOTAL	7.393.997,67	

Fonte: SEGEP/SEURB/ATEC (SECON), 2016.

(1) Obra Programada Belém 400

(2) Obras em parceria com SEURB/FVOS

De 2013 a 2015 passaram por processo de reforma as feiras da 08 de Maio (distrito de Icoaraci), do Parque União (Tapanã) com a entrega de 168 barracas padronizada, do Porto do Açaí; e os mercados do Carananduba (distrito de Mosqueiro), São João do Bruno (Telégrafo), Juruninha, Sacramento, e pequenos serviços de reforço na infraestrutura do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso. O projeto geral de intervenção urbanística do Complexo do Ver-o-Peso aguarda aprovação por parte do IPHAN, assim como o Complexo do Jurunas, que vencidas todas as etapas do processo licitatório, o mesmo foi cancelado.

Atualmente existem 57 unidades de abastecimento cadastradas no município de Belém, sendo 5 complexos, 31 feiras, 17 mercados e horto mercados, e 4 portos. Estes comercializam diariamente carne bovina, suína, frango abatido, peixe, camarão, caranguejo, mexilhão, siri e vísceras. O volume dos produtos comercializados é aferido ao dia pela administração de cada espaço.

Tabela 42 – Quantitativo de produtos comercializados/Kg (SECON, 2016).

Ano	Qtde. produto
2013	59.900.555 kg
2014	56.599.345 Kg
2015	52.333.212 Kg

Tabela 43 – Demonstrativo de produtos comercializados por tipo e em quantidade de fornecimento/centro de abastecimento, no período de 2013 a 2015 (SECON, 2016)

CENTRO DE ABASTECIMENTO	ANOS	PRODUTOS	QUANTIDADE Kg
Mercado de Ferro – Ver-o-Peso	2013	PESCADO	3.415.610 Kg
	2014		3.311.400 Kg
	2015		3.934.921 Kg
Mercado do Guamá	2013	CARNE BOVINA	4.595.680 kg
	2014		4.152.166 Kg
	2015		4.508.004 Kg
Complexo do Jurunas	2013	FRANGO ABATIDO	738.044 Kg
	2014		762.467 Kg
	2015		764.143 Kg
Município de Ponta de Pedra	2013	AÇAÍ	48.108.330 kg
	2014		46.575.255 Kg
	2015		44.066.340 Kg
Município de Bujaru	2013	FARINHA	3.006.330 Kg
	2014		2.044.020 Kg
	2015		2.005.230 Kg
Acará e Barcarena	2013	COCO VERDE	1.507.006 Kg
	2014		1.536.274 Kg
	2015		1.643.585 Kg
Mercado de Ferro e Ver-o-Peso	2013	PESCADO	3.415.610 kg
	2014		3.391.400 Kg
	2015		3.934.921 Kg
Complexo do Jurunas	2013	CARNE SUÍNA	147.210 Kg
	2014		134.726 Kg
	2015		138.038 Kg
Portos Municipais	2013	PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS	59.900.555 kg
	2014		56.599.345 Kg
	2015		52.333.212 Kg

A Feira do Açaí é o principal entreposto de comercialização desse produto que corresponde em média a 81% da soma.

Tabela 44 - Relação de Unidades que possuem boxes de venda de Açaí adequados à legislação. (SECON, 2016)

FEIRAS / MERCADOS	EQUIP. AÇAÍ
COMPLEXO DO GUAMÁ	01
MERCADO DE SÃO BRÁS	01
MERCADO DO JURUNINHA	01
FEIRA DA AUGSTO CORREA	01
FEIRA CABANAGEM	02
FEIRA DA PEDREIRA	01
FEIRA DO BARREIRO	01
FEIRA DO TELEGRAFO	03
FEIRA DA MARAMBAIA	01
TOTAL	12

Para o controle dos dados estatísticos da quantidade de permissionários existentes nas unidades de abastecimento foi implantado o Sistema de Cadastro Cartago, que no universo de 31 feiras e 19 mercados contabilizou um total de 5.929 permissionários locados em 7.7290 equipamentos, conforme quadro a seguir.

Quadro 62 – Demonstrativo de permissionário por equipamento/ano (SECON, 2016)

ANOS	PERMISSIONÁRIOS	EQUIPAMENTOS
2011/2013	6.122	6.965
2014	5.130	6.718
2015	5.929	7.729

No segundo semestre de 2015, foi reimplantado o Sistema De Cobrança do Uso de Bem Público em todas as unidades de abastecimento, incluído a Marina Pública (área da Av. Bernardo Sayão – antigo late Club, Jurunas) que iniciou a cobrança das taxas de permissão e autorização do uso do espaço público, atingindo uma receita de aproximadamente R\$200.000,00.

Em 2016, as ações de fiscalização e ordenamento foram intensificadas nos seguintes lugares: Complexo do Guamá; Complexo do Jurunas; Feira da 25 de setembro; Feira da Cabanagem; Complexo do Ver-o-Peso; Feira do Tapanã.

Atualmente em parceria entre a SESMA, a SECON acompanha o projeto “SESMA vai à Feira”, que ministra palestras de boas práticas de manipulação de alimentos acompanhado da emissão da carteira nas feiras e mercados de Belém. No ano 2016 foram integradas no projeto os mercados da Terra Firme; da Cabanagem; do Chapéu Virado (distrito de Mosqueiro) e de Icoaraci; o Complexo do Jurunas; do Guamá; da Pedreira e do Ver-o-Peso; o Mercado e a Feira do Telégrafo; o Porto da Palha; e a ilha de Cotijuba.

O fomento de atividades produtivas por meio da concessão de microcrédito e qualificação profissional é o objetivo do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-O-Sol-FVOS, visando ser este o instrumento concreto de combate à pobreza, inclusão social e melhoria na qualidade de vida da população.

O FVOS atende as demandas relacionadas à geração de emprego e renda, por meio de investimentos em microcrédito e qualificação profissional, voltados aos cidadãos que precisam ser inseridos no mercado de trabalho, melhorar sua qualificação e incrementar a renda familiar. Também atende pequenos empreendedores, pessoas físicas ou jurídicas, que queiram iniciar ou expandir seus empreendimentos.

No ano de 2016 foram investidos R\$ 256.500,00 em microcréditos concedidos com recursos próprios, alcançando 88 famílias. Deste valor, financiamentos de até R\$ 5.000,00 são destinados à pessoa física e de até R\$ 10.000,00 para pessoa jurídica.

Os 88 beneficiários com o microcrédito participaram do Curso de Empreendedorismo e Gestão Ambiental ministrado mediante cooperação técnica com o Centro Universitário do Estado do Pará – CESUPA. Nele, os microempreendedores recebem orientações para realizarem avaliação prévia do negócio e para elaboração de plano de negócios (informação, planejamento e conhecimento) reduzindo assim as possibilidades de desperdício de recursos e a garantia da sustentabilidade financeira da atividade desenvolvida.

Resultado operacional de crédito (apurados de março a novembro de 2014, 2015 e 2016)

Tabela 45 - Financiamentos por Gênero

Gênero	Qtd 2014	% 2014	Valor 2014	% 2014	Qtd 2015	% 2015	Valor 2015	% 2015	Qtd 2016	% 2016	Valor 2016	% 2016
Masculino	50	54	170.998,91	52	37	25,87	129.651,32	26,67	17	19,32	60.995,70	23,78
Feminino	43	46	159.051,09	48	106	74,13	356.480,38	73,33	71	80,68	195.504,30	76,22
TOTAL	93	100,00	330.050,00	100,00	143	100,00	486.131,70	100,00	88	100,00	256.500,00	100,00

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 46 - Financiamentos por Utilização do Crédito

Finalidade	Qtd 2015	% 2015	Valor 2015	% 2015	Qtd 2016	% 2016	Valor 2016	% 2016
Giro	140	97,90	473.540,89	97,41	88	100	256.500,00	100
Fixo	2	1,40	8.896,21	1,83	0	0	0	0
Misto	1	0,70	3.694,60	0,76	0	0	0	0
TOTAL	143	100,00	486.131,70	100,00	88	100,00	256.500,00	100,00

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 47 - Financiamentos por Ramo de Atividade

Gênero	Qtd 2014	% 2014	Valor 2014	% 2014	Qtd 2015	% 2015	Valor 2015	% 2015	Qtd 2016	% 2016	Valor 2016	% 2016
Produção	19	21	67.957,30	21	35	24,48	113.414,53	23,33	19	21,59	49.504,50	19,3
Comércio	58	62	200.802,42	61	92	64,34	315.353,63	64,87	60	68,18	174.984,30	68,22
Serviço	16	17	61.290,28	18	16	11,19	57.363,54	11,80	9	10,23	32.011,20	12,48
TOTAL	103	100,00	330.050,00	100,00	143	100,00	486.131,70	100,00	88	100,00	256.500,00	100,00

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 48 - Financiamentos por gênero

Gênero	2012	2013	2014	2015	2016
Masculino	46	65	53	37	17
Feminino	98	117	75	106	71
TOTAL	144	182	128	143	88

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 49 - Financiamentos por idade

Idade	2012	2013	2014	2015	2016
18 a 20 anos	-	1	-	1	1
21 a 30 anos	17	23	14	12	8
31 a 40 anos	27	45	26	48	16
41 a 50 anos	35	47	35	38	21
51 a 60 anos	38	42	26	22	23
61 a 70 anos	18	16	21	17	15
Acima de 70 anos	9	8	4	2	4
TOTAL	144	182	128	143	88

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 50 - Financiamentos por Quantidade de créditos concedidos e Valor Concedido

Número de Crédito	Qtd 2015	% 2015	Valor 2015	% 2015	Qtd 2016	% 2016	Valor 2016	% 2016
1º Empréstimo	84	58,74	255.510,82	52,56	62	70,45	166.006,80	64,72
Renovação	59	41,26	230.620,88	47,44	26	29,55	90.493,20	35,28
TOTAL	143	100,00	486.131,70	100,00	88	100,00	256.500,00	100,00

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 51 - Financiamentos por faixa etária do tomador.

Faixa de Idade	Qtd 2015	%	Valor	%	Qtd 2016	% 2016	Valor 2016	% 2016
18 a 20 anos	1	0,84	4.180,73	0,86	1	1,13	3.975,75	1,55
21 a 30 anos	7	4,88	27.320,60	5,62	8	9,09	23.008,05	8,97
31 a 40 anos	44	30,77	166.354,27	34,22	16	18,18	48.504,15	18,91
41 a 50 anos	51	34,89	127.269,28	26,18	21	23,86	57.507,30	22,42
51 a 60 anos	22	15,65	91.489,99	18,82	23	26,14	58.995,00	23
61 a 70 anos	16	11,29	61.203,98	12,59	15	17,05	49.504,50	19,3
Acima de 70 anos	2	1,68	8.312,85	1,71	4	4,55	15.005,25	5,85
TOTAL	143	100,00	486.131,70	100,00	88	100,00	256.500,00	100,00

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 52 - Financiamentos por constituição do tomador

Constituição	Qtd 2014	% 2014	Valor 2014	% 2014	Qtd 2015	% 2015	Valor 2015	% 2015	Qtd 2016	% 2016	Valor 2016	% 2016
Formal	2	2	15.182,00	5	4	2,80	16.479,86	3,39	4	4,55	22.007,70	8,58
Informal	91	98	314.868,00	95	139	97,20	469.651,84	96,61	84	95,45	234.492,30	91,42
TOTAL	93	100,00	330.050,00	100,00	143	100,00	486.131,70	100,00	88	100,00	256.500,00	100,00

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 53 - Inadimplência no período: 01/03/2015 a 12/11/2015

Liberação de Crédito 2015		Inadimplência Total 2015				Liberação de Crédito 2015		Inadimplência Total 2015			
Nº de operações	Valor Liberado	Nº Operações	%	Valor	%	Nº de operações	Valor Liberado	Nº de cliente	%	Valor	%
143	468.536,70	40	27,97	24.090,16	5,14	88	256.500,00	10	11,36	6.829,38	2,66

Fonte: SipWeb/Setor de Crédito, novembro/2016.

Tabela 54 - Resultado da cobrança da inadimplência

Indicadores	Qtd processos 2015	Valor Recuperado 2015	Qtd processos 2016	Valor Recuperado 2016
Débitos negociados e recuperados	5	9.610,36	3	9.610,36
Cartas Enviadas (Cliente/Avalista)	197	0,00	42	0,00

Fonte: Setor de Contrato e Negociação FVOS, novembro/2016.

O FVOS elaborou pesquisa do perfil dos empreendedores da consultoria solidária atestando que a maior parte dos empreendedores à frente de negócios informais são pessoas que estão na faixa etária de 31 a 50 anos, representando 50,95% dos beneficiários e com nível de instrução relativamente baixo (ensino médio completo ou incompleto).

Em relação a divulgação do produto, poucos utilizam as ferramentas de marketing, sendo que a principal é o boca a boca. Contudo, mas 46,67% dos entrevistados utilizam algumas ferramentas, tais como *folder*, revista do bairro/catálogo e cartão personalizado de apresentação.

Apesar de utilizarem caderno de anotações para controle das despesas, mais de 70% dos tomadores alegam não adotar qualquer outro tipo de gestão financeira, seja para controlar, analisar ou planejar o dinheiro acumulado com o negócio. A forma de pagamento mais utilizada pelos clientes é o dinheiro à vista, pelo fato de não correrem o risco de inadimplência. Esta forma de pagamento corresponde a um percentual de 83,34% dos assistidos. O empreendedor informal não procura adotar a utilização de máquinas de cartão de crédito ou débito por não ter informações necessárias, sendo que apenas 16,64% dos tomadores adotam essas ferramentas que são importantes no quesito comodidade e segurança.

Os produtos mais comercializados entre os empreendedores informais são bens de menor valor agregado como confecção, alimentos e bijuterias/cosméticos/perfumes; ao passo que as principais tarefas entre os prestadores de serviços são atividades relacionadas costureira, cabeleireiro e moveleiro.

A forma mais usual de escolha do fornecedor pelos empreendedores é pelo preço, pois 70% fazem esta opção de comprar suas mercadorias e produtos.

Em relação ao imóvel residencial e comercial, 60% dos empreendedores utilizam a própria residência como comércio e apenas 10% apresentam imóvel alugado para o comércio, o restante são permissionários públicos.

A qualificação profissional do cidadão prepara-o para o mercado de trabalho, ou para que, ao receber o investimento de microcrédito, o mesmo

tenha noções de como empreender de forma segura, com melhores ganhos e sustentabilidade para o seu empreendimento. Aliado à qualificação, são ofertados cursos de capacitação profissional em sintonia com as demandas de mercado, preparando os trabalhadores para assumirem as vagas de emprego que os setores da economia local oferecem.

Quadro 63 – Demonstrativo geral do resultado operacional de capacitação (FVOS, 2016).

CURSOS	CONVÊNIO	Nº DE PARTICIPANTES
INFORMÁTICA BÁSICA E AVANÇADA	CESUPA	640
INFORMÁTICA BÁSICA E AVANÇADA	UFRA	600
PREPARO DE SOBREMESAS	SENAC	60
CIDADANIA E EMPREENDEDORISMO	SENAC	150
BOAS PRÁTICAS DE HIGIENE E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS	SENAC	100
PREPARAÇÃO DE BOLOS E TORTAS	SENAC	40
TRANÇAS E PENTEADOS	SENAC	40
MAQUIAGEM PARA FESTAS	SENAC	60
COZINHA PARAENSE	SENAC	80
ADMINISTRAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS	SENAC	80
MASSAGEM CORPORAL E ESTÉTICA	SENAC	80
SERVIÇO DE GARÇOM E GARÇONETE	SENAC	100
PREPARO DE DOCES E SALGADOS	SENAC	80
ESCOVA E MODELAGEM	SENAC	60
DESIGN DE SOBRANCELHA E EMBELEZAMENTO DOS CÍLIOS	SENAC	60
PIZZAS	SENAC	60
PRÁTICAS DE TRABALHO DE MANICURE E PEDICURE	SENAC	80
EMPREENDEDORISMO MIC	VER-O-SOL / PMB	90
PINTURA EM TECIDOS	SENAR	20
PRODUÇÃO ARTESANAL DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	SENAR	40
ARTESANATO EM SEMENTES, CASCAS E FOLHAS	SENAR	20
CORTE E COSTURA	SENAR	80
CUSTOMIZAÇÃO	SENAR	20
TOTAL		2.640

Na capacitação para o mercado de trabalho foi investido R\$ 89.459,74 durante o ano de 2016. Os cursos são promovidos de forma gratuita em parcerias com instituições públicas que detêm conhecimento técnico e credibilidade de mercado na área de formação e qualificação profissional, principalmente com a implantação dos programas “Desenvolvimento de

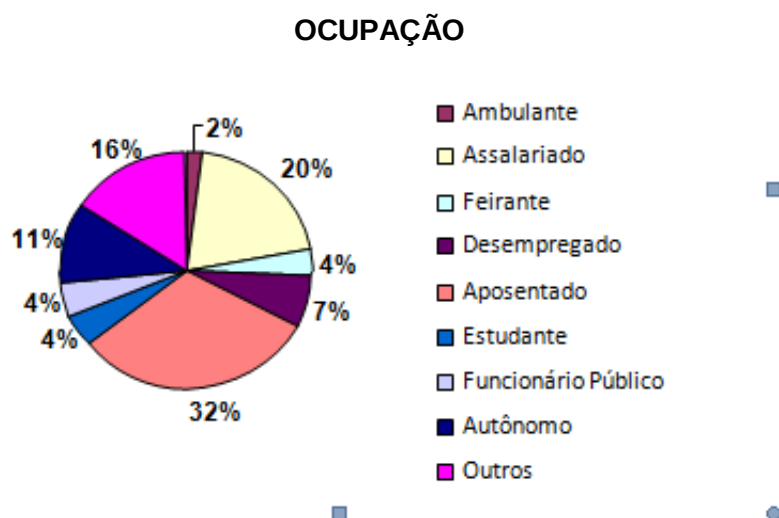
Competências Gerenciais” e “Aperfeiçoamento Profissional” desenvolvidos em conjunto com o SENAC e SENAR, respectivamente.

O Programa de Inclusão Digital realizado em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e Centro de Estudos Superiores do Pará – CESUPA, atendeu 1.240 pessoas no curso de informática básica e avançada. Somados aos 1.400 participantes de cursos específicos ofertados para a formação de mão-de-obra, o FVOS capacitou 2.640 pessoas no ano de 2016.

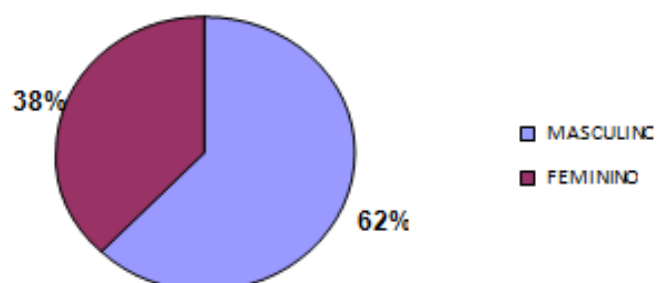
O FVOS administra também o Restaurante Popular que fornece diariamente 1.100 refeições, com acompanhamento de nutricionistas, à população de baixa renda, principalmente aos trabalhadores do entorno do centro comercial de Belém, ao custo de R\$ 2,00 para o cidadão, enquanto a PMB subsidia R\$ 5,80, totalizando R\$ 1.489.766,30 para que seja oferecida uma alimentação saudável e com um custo acessível aos cidadãos, perfazendo um total/anual de aproximadamente 264 mil refeições oferecidas.

Durante o período de 2013 a 2016, o FVOS realizou sistematicamente pesquisas de opinião aos usuários do Restaurante Popular e promoveu cursos e palestras sobre orientação nutricional, sobre o Estatuto do Idoso e dinâmicas de grupo para socialização dos grupos diversos que frequentam o espaço.

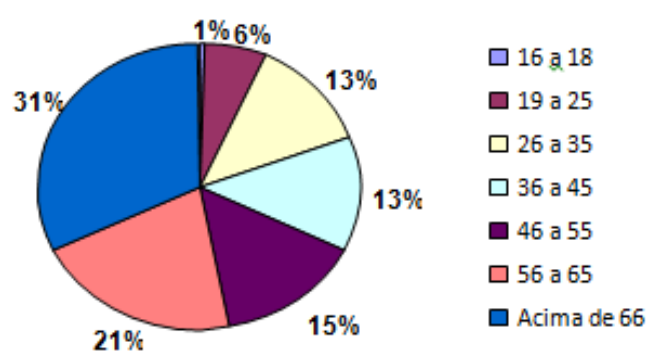
Figura 21 – Dados gerais da pesquisa realizada com os frequentadores do Restaurante Popular (FVOS, 2016).



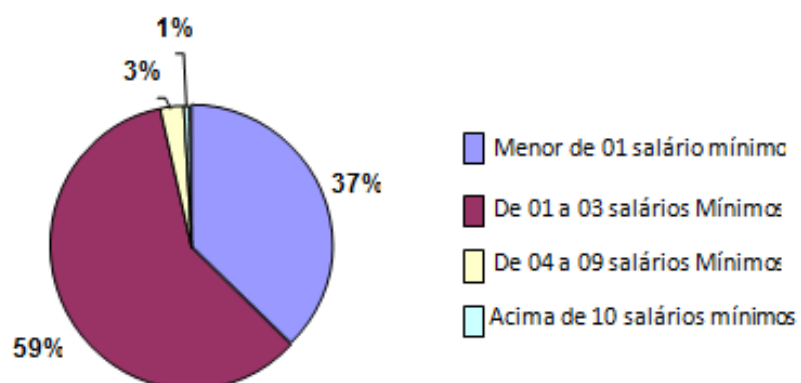
SEXO



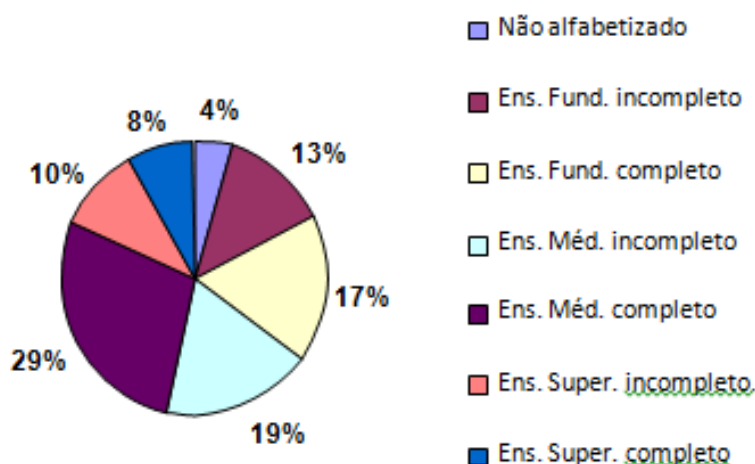
IDADE



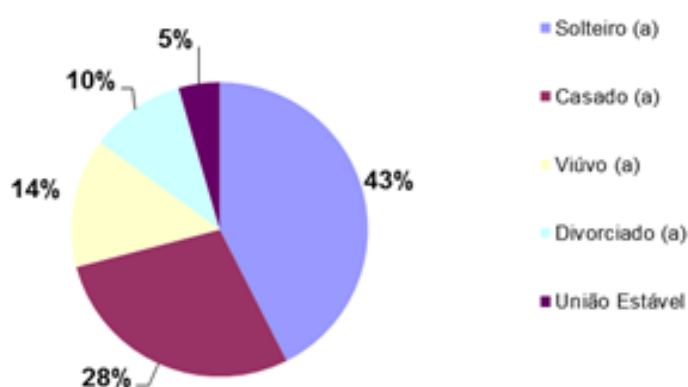
RENDA FAMILIAR



GRAU DE ESCOLARIDADE



ESTADO CIVIL



O potencial gerador de trabalho e renda, assim como o aumento real de arrecadação oriundo do resultado de mais e melhores negócios, sustentáveis, proporcionados pela indústria do turismo, justifica uma política própria para o desenvolvimento da indústria e da economia turística em Belém, e o estreitamento de relações com o Ministério do Turismo - MTUR, que dispõe de recursos para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento dessa indústria, ampliando as oportunidades de captação de recursos para o desenvolvimento e gestão dessa política.

Neste sentido, no período de 2013 a 2016, a Coordenadoria Municipal de Turismo – BELEMTUR priorizou o atendimento aos visitantes de outros estados e países promovendo com mais efetividade atividades inerentes ao turismo receptivo, e ações de fomento a indústria do turismo consolidando projetos como o Amigo do Turista, Turismo na Escola, Ilhas de Belém e Polo Cerâmico do Paracuri, apoiados pela ampliação da infraestrutura receptiva com os Centros de Atendimento ao Turista – CAT e Pontos de Informação Turística – PIT; elaboração do Inventário da Oferta Turística, 90% concluído, com atual levantamento da região insular para sua conclusão; Plano de Marketing Municipal; e Cadastramento de Equipamentos e Serviços Turísticos com 352 equipamentos já cadastrados.

Dentro do contexto das ações prioritárias para o desenvolvimento de uma política pública de turismo que a integre em um contexto de desenvolvimento econômica, a BELEMTUR realizou no período diversas ações para promover e fomentar o turismo no Município como: Aniversário de Belém; cursos de qualificação e capacitação profissionais; Aniversário do Ver-O-Peso com público estimado de 2 mil pessoas/ano; Festival da Cozinha Paraense; Festival do Tacacá; 4ª Feira do PARÁ NEGOCIOS, com a circulação de aproximadamente 50.000 pessoas e a criação do Aplicativo Turístico para IOS e Android.

Segundo dados de 2016 fornecidos pelo Convention Visitors Bureau, órgão responsável pela captação de eventos de negócios para Belém, o XXXI Congresso de Veterinária de Pequenos Animais atraiu 3.000 pessoas, onde R\$ 13.000,00 foram investidos na captação do evento e na realização de capacitação em turismo receptivo a um custo de R\$ 4,13/congressista, apresentando movimentação financeira de R\$ 5.550.000,00.

Os 276 eventos realizados no Município no período de janeiro a outubro de 2015 totalizaram 1.937.421 participantes sendo geradas 7.455.853 diárias. Uma movimentação financeira de R\$ 2.488.106.676,87 com R\$ 299.704.812,22 impostos gerados para o Município.

Quadro 64 - Composição da Movimentação Financeira, 2015.



COMPOSIÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA COM EVENTOS & NEGÓCIOS – Até 30/10/2015

Total Eventos	Dias Realização	Tipo Participante	Perm. Média/Dias	Nº Participantes	Diárias Geradas
276	1.120	Visitante/Acompanhante	4,33	813.108	3.520.757
		Residente Local	3,50	1.124.313	3.935.096
		Total:	-	1.937.421	7.455.853

Período de 85 Meses / Findo 31/10/2015

Ítem	Residentes		Visitantes/Acompanhantes		Movimento Total	
	Gasto/R\$	%	Gasto/R\$	%	Gasto/R\$	%
Hospedagem	-	-	732.414.028,52	43,20	732.414.028,52	29,4
Transporte	100.126.258,55	20,0	302.968.488,19	17,87	403.094.746,74	16,2
Alimentação	150.189.387,82	30,0	468.948.426,59	27,66	619.137.814,41	24,9
Outros	250.315.646,37	50,0	191.071.900,48	11,27	441.387.546,85	17,8
Sub-Total	500.631.292,74	100,0	1.695.402.843,78	100,0	2.196.034.136,52	0,00
Organização dos Eventos – 13,3 s/ Gastos Totais Participantes:					292.072.540,15	11,7
Total Geral Movimentação Financeira com Eventos					2.488.106.676,67	100,0

Período de 85 Meses / Findo 31/10/2015

Item	Estimativa c/ Tributos Gerados R\$
Hospedagem	36.620.701,42
Transporte	20.154.737,33
Alimentação	111.444.806,59
Outros	85.629.184,08
Organizadoras de Eventos	45.855.388,80
Total Impostos Gerados:	299.704.818,22

Fonte: Belém Convention & Visitors Bureau, 2015.

Na temporada de receptivo de cruzeiros que desembarcaram no Município, no período de outubro a maio da cada ano, são distribuídos brindes regionais e apresentações culturais locais aos turistas, notadamente europeus, norte-americanos e asiáticos, atingindo 100% a meta pactuada de promover Belém a nível internacional. Contudo, verifica-se pouco gasto desse turista em terra, uma vez que o navio fica ancorado, aguardando seus regressos com toda a estrutura física e logística para os mesmos.

Figura 22 - Receptivos a Navios de turismo, 2015/2016.



Fonte: COMUS, 2016.

Visando a circulação de recursos e a fixação do turista em terra, os horários de atendimento ao público foram expandidos nos principais pontos de visitação da cidade como Estação das Docas, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Mangal das Garças e das casas de câmbio.

Em um Acordo de Cooperação Técnica - ACT com a Secretaria Estadual de Turismo – SETUR foi realizado o cadastramento de 352 equipamentos e serviços turísticos junto ao CadasTUR do MTUR, compreendendo órgãos públicos, profissionais e serviços competentes que possibilitam a qualidade na prestação de serviços, como: bares, hotéis, cooperativas de taxi, agências de viagens, guias turísticos e outros.

Neste sentido é necessário ter serviços de qualidade, estabelecimentos confortáveis e higiênicos, transportes de qualidade, infraestrutura física e humana adequada e capacitada, e planejamento com integração de ações entre diversos órgãos. Assim, houve investimento no melhoramento e no incremento do material de divulgação dos destinos turísticos de Belém sendo desenvolvidos novos folders, mapas e cartazes promocionais, implantação do site da BELEMTUR, e ações como *flash mob* receptivos; além do desenvolvimento do Plano de Marketing Turístico da Cidade de Belém elaborado pela Chias Marketing e encaminhado à SETUR para aprovação.

Visando facilitar a locomoção dos turistas e melhorar o acesso à informação sobre gastronomia, logradouros e vias públicas, pontos turísticos e detalhes da história da cidade e de seu patrimônio histórico, foi criado o Aplicativo Turístico de Belém disponível para download em Sistema Android e disponível também para IOS.

Figura 23 - Aplicativo Turístico de Belém.



Fonte: COMUS, 2016.

O projeto “Amigo do Turista” desenvolvido no mês de outubro de cada ano está em sua 20ª edição e é executado ao longo do período das festividades do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, onde aproximadamente 2 milhões de romeiros, distribuídos em 84 mil visitantes de outros estados e países, visitam o município (DIEESE, 2016).

O projeto capacitou 33 estudantes de Turismo, distribuídos em 12 PIT localizados em pontos estratégicos, taxistas, batedores de açai, feirantes, recepcionistas de hotéis, dentre outros, para o atendimento de 32.000 pessoas, sendo 16.087 durante a quinzena das festividades do Círio e 15.000 nos dias de realização das procissões.

Quadro 65 – Demonstrativo do atendimento ao turista em outubro, 2016.

Período de 05 à 11 de outubro de 2016	
Local	Nº de Atendimento
Basílica	3.988
Pólo Joalheiro	770
Mangal	2.011
Ver-o-Peso	891
Estação das Docas	1.121
Terminal Rodoviário	470
Terminal Hidroviário (SETUR)	960
Aeroporto (BELEMTUR)	2.721
Complexo Feliz Luzitânia	812
Ver-o-Rio	302
Palacete Bolonha	322
HANGAR	1.719
Total	16.087

Segundo informações da assessoria da festa de Nazaré (2016), foram gastos por patrocinadores e apoiadores um total de R\$ 3.200.000,00, e foram arrecadados mais de 1,7 bilhão de reais.

No ano de 2015, por meio do projeto “Amigo do Turista” foi implantado o PIT do HANGAR - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia com atendimento de 600 pessoas/ano o PIT do Ver-o-Peso, além de contar com a estrutura dos CAT no Aeroporto Internacional de Belém, Terminal Hidroviário e na Ilha de Mosqueiro. Ações de atendimento ao turista também são realizadas periodicamente no espaço Ver-o-Rio que conta atualmente com eventos como: provas de corrida; competições de caiaque e remo; apresentações musicais e teatrais; encontros de igrejas; festivais de *food truck*; dentre outros.

Figura 24 - Posto de Informações Turísticas.



Fonte: COMUS, 2016.

Por meio do projeto “Ilhas de Belém” foram produzidos os mapas turísticos dos distritos de Icoaraci, Mosqueiro e Caratateua/Outeiro, constando nos mesmos informações sobre acesso, tipos de transportes e infraestrutura, sendo ofertados no atendimento ao turistas e de munícipes que ainda não conhecem o roteiro das ilhas.

Neste sentido, o incremento de visitantes e a constante qualificação no atendimento ao turista proporciona um maior desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo na região gerando emprego e renda para a comunidade local, melhorando assim os índices de qualidade vida dessas populações.

Figura 25 – Projeto Ilhas de Belém e Mapas Turísticos.



Fonte: COMUS, 2016.

O projeto “Polo Cerâmico do Paracuri”, desenvolvido em parceria com a SEURB e SEHAB, visa a requalificação urbanística e ambiental da maior área produtora da cerâmica e da arte marajoara no Município, qualificando-a como espaço turístico atrativo, o que permitirá maior fluxo de visitantes e incremento na geração de emprego e na renda dos artesãos em complementaridade às atividades artesanais desenvolvidas na Feria de Artesanato de Icoaraci.

Em parceria com a SEMEC, a BELEMTUR desenvolve o projeto “Turismo na Escola” como atividade complementar a grade curricular voltado para alunos do 6º ano do ensino fundamental que podem apreender e entender melhor sobre a cidade, seu povo e o lugar onde vivem, priorizando o aprendizado de suas raízes culturais, religiosas, patrimoniais e históricas.

Implantado em 2015, o projeto foi executado no segundo semestre por meio de roteiros turísticos definidos em viagens que ocorrem 2 vezes por mês, atendendo 300 alunos com a participação de 9 escolas. O projeto foi ampliado em 2016, com a realização de quatro viagens por semana. Durante o ano de 2016, o projeto expandiu.

Figura 26 - Projeto Turismo na Escola, 2016.



Fonte: COMUS, 2016.

PROGRAMA SEGURANÇA MUNICIPAL

O combate à violência em todas as suas formas de manifestação é um grande desafio para o gestor público municipal, pois é uma temática coletiva que interfere diretamente na vida do cidadão e muda hábitos estritamente individuais. O desafio é maior quando se busca integrar de forma multidisciplinar, sistêmica e inovadora, diversos atores, sejam da esfera Municipal, Estadual ou Federal para atuarem conjuntamente no controle da violência local.

Neste sentido, o combate à violência deve ter como prioridade a observância da estabilização da segurança coletiva com a garantia dos direitos individuais. Sobre essa ótica, o Município de Belém avançou significativamente nas políticas de Segurança Pública Municipal, norteadas pelos princípios de integração das instituições de segurança pública e de participação da sociedade nas ações combinadas de promoção de uma cultura de paz e prevenção à violência, possibilitando mudar o cenário de instabilidade e trazer para a população local, mais segurança e qualidade de vida.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública/2016, Belém apresentou uma variação de 3,5% nos casos de homicídios dolosos, sendo 694 casos em 2014 e 722 homicídios dolosos em 2015. Com relação ao latrocínio, ocorreu uma variação de 3,0%, passando de 38 em 2014 para 43 registros em 2015. Quanto ao índice de vítima de estupro, ocorreu uma redução de 12,6% se comparado ao mesmo período de 2014, apresentando 499 vítimas em 2015 e 568 em 2014. O estudo mostra que Belém teve acréscimo de 5,5% para crimes contra o patrimônio, especialmente para roubo de carros, com de 1.828 registros em 2014 para 2.016 roubos em 2015. Os dados o crescimento no tráfico de entorpecentes, com um aumento de 1,9%, sendo 1.024 registros em 2014 e 1.048 no ano de 2015. O uso/porte de entorpecentes cresceu de 374 casos em 2014 para 427 em 2015, registrando variação de 13,6%.

O Mapa da Violência 2016 apresentado por Júlio Jacobo Waiselfisz atesta que em 2014 foram registradas 591 mortes por armas de fogo, um aumento de 2,4% se comparado ao ano de 2013 com 577 registros. Belém passou de 17º colocado para 9º no *ranking* de municípios com maior registro de Homicídios por Arma de Fogo.

A Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará – SSP/Pa, por meio do Sistema de Informação de Segurança Pública - SISP, disponibilizou os registros dos principais delitos do ano de 2016 tendo referência a data de 15 de outubro. Estes apontam um total de 253 estupros, 27.056 furtos, 511 homicídios, 19 latrocínios, 3.728 casos de lesão corporal, 39.413 roubos e 325 apreensões por tráfico de drogas, totalizando 71.305 ocorrências no período. Se comparado ao mesmo período de 2015, que apresentou 76.393 ocorrências, foi atestada redução de 6,66% nos casos registrados.

Em que pese os indicadores negativos da segurança pública, acompanhando a tendência nacional frente o agravamento da crise econômica e a insuficiência de políticas públicas para o suporte da cidadania coletiva, o Município de Belém realizou ações de prevenção à violência para cultura de paz de forma integrada e multidisciplinar, apresentando uma nova atitude na Gestão da Segurança Pública, visando coibir a violência sob a ótica da prevenção, visto que a segurança não alude somente a repressão no enfrentamento à violência, mas atua no controle e no fomento a Cultura de Paz.

As ações realizadas no período de 2013 a 2016 criaram condições para o cidadão conviver, trabalhar, produzir e se divertir, amenizando a sensação de insegurança e reduzindo os riscos aos quais estão expostos, mediante rondas 24 horas, periódicas, comunitárias e escolares, realizadas em viaturas; postos fixos em logradouros e prédios públicos municipais (unidades de saúde, escolas, praças); nas ações realizadas em conjunto com os diversos órgãos da administração direta e indireta municipal; na segurança permanente nos principais locais sob a responsabilidade do Município; na Segurança do Executivo Municipal; na proteção de áreas ambientais (parques e áreas verdes); nos eventos sociais, educacionais e culturais desenvolvidos pelo

Município; além de participação, quando solicitada, nos eventos de âmbito Estadual, bem como participando de ações de segurança em parcerias com a Polícia Militar do Estado, Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e outras instâncias de controle, monitoramento, intervenção, enfrentamento e prevenção da violência.

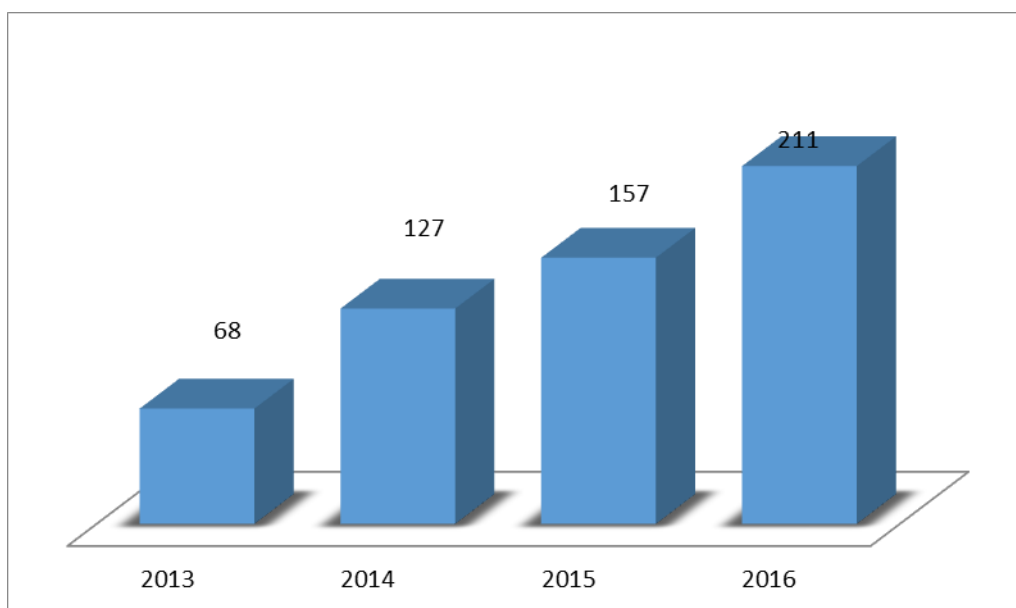
A Guarda Municipal – GMB está estruturada para atuar em 3 eixos: uso da tecnologia por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Prevenção Primária à Violência e Estratégias Articuladas. No enfrentamento à criminalidade é imprescindível a integração de ações de cooperadas desenvolvidas com diversos agentes de segurança pública, investimento em políticas públicas de prevenção primária que oportunizam novas perspectivas de vida às crianças, jovens e seus familiares em situação de risco social, bem como a melhoria dos espaços urbanos.

Por meio do Ministério da Justiça – MJ, o município de Belém aderiu ao Programa “Crack é Possível Vencer”, onde atua no enfrentamento e prevenção ao uso de drogas no bairro do Barreiro de forma articulada com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SSP/Pa com foco no enfrentamento às drogas e à violência. Outra ação desenvolvida em conjunto com o Governo do Estado, o ProPaz Belém atua na intervenção em áreas de grande criminalidade dentro das premissas de intervenção e em ações comunitárias de segurança pública.

A partir do Programa “Crack é Possível Vencer”, 20 câmeras de vídeo monitoramento estão funcionando no bairro do Barreiro e outras 16 câmeras estão em fase de implantação, e atenderão os bairros de Terra-firme e Guamá.

Dos 1.187 guardas municipais, 85% atuam diretamente nos logradouros, prédios públicos e em eventos sociais e culturais. Em 2013, atuavam em 68 espaços públicos, passando para 127 em 2014, 157 em 2015 e atingindo, até novembro de 2016, 211 espaços, ocorrendo um aumento de 34,40% se comparado ao quantitativo de 2015.

Figura 27 - Número de Postos Atendidos pela GMB nos anos de 2013 e 2016.



Fonte: Divisão de Operações da GMB, novembro de 2016.

A GMB atua no atendimento às ocorrências a partir do trabalho preventivo com esforços integrados dos órgãos municipais, estaduais e demais entes da Segurança Pública. Assim, no período de janeiro a outubro de 2016 houve gradativo avanço, totalizando 767 ocorrências em 2016, contra 666 em 2015 e 683 no ano de 2014, reflexo da maior presença de efetivo na prevenção ao crime e policiamento ostensivo.

Tabela 55 - Natureza das 07 (sete) maiores ocorrências atendidas pela GMB de janeiro a outubro de 2016.

Natureza	Total
Roubo - Assalto	154
Furto	63
Agressão	58
Auxílio ao Público	53
Acidente de Transito com Vitima	46
Medida de Proteção	44
Desordem/Desinteligência	40
Outras (entorpecente, agente suspeito, Dano/Depredação, Auto localizado, homicídio...)	309

Fonte: Divisão de Operações da GMB, novembro de 2016.

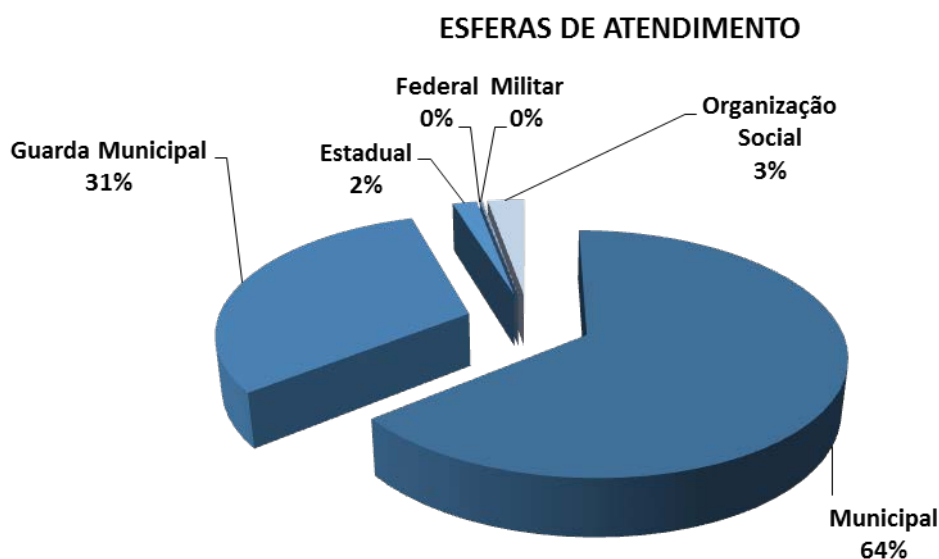
Tabela 56 - Ocorrências atendidas no mesmo período nos anos de 2012 a outubro de 2016.

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Ocorrências	668	843	683	666	767

Fonte: Divisão de Operações/GMB, novembro de 2016.

Além do atendimento à ocorrências, a instituição realiza, quando solicitada, ações por ordem de serviço em missões e operações policiais, de apreensão e combate ao crime, festividades e eventos públicos, a saber: órgãos Municipal (6.028 em 2016 e 2.650 em 2015), Estadual (171 em 2016 e 136 em 2015) e Federal (9 em 2016 e 38 em 2015), Militar (11 em 2016 e 14 em 2015), Organizações Sociais (260 em 2016 e 291 em 2015), Demandas Diversas da Guarda Municipal (2.909), num total de 9.389 Ordens e Serviço.

Figura 28 - Esferas de Atendimento referente aos meses de maio a outubro de 2016.



Fonte: Divisão de Operações da GMB, novembro de 2016.

Na implantação de uma política de prevenção e combate à violência e segurança cidadã, a GMB realizou 21 palestras sobre prevenção à violência em 07 unidades escolares, envolvendo o corpo técnico das escolas, pais e alunos.

A GMB mantém o Projeto Social Anjos da Guarda que atende crianças e adolescentes na faixa etária de 7 aos 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Atualmente o projeto ocorre em um polo de atendimento no bairro do Tapanã envolvendo atividades de cidadania, civilismo, arte, música, dança, dinâmicas de grupo e esporte ações, realizadas pelo corpo técnico das unidades escolares, pais e alunos em atividades, totalizando 120 alunos atendidos em 2016. Desde sua implantação em 2013, o projeto atendeu aproximadamente 1.500 alunos.

A partir do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, a GMB promove a qualificação profissional de servidores com capacitação e valorização do efetivo na garantia da manutenção e ampliação dos serviços prestados à sociedade. Desta forma, até outubro de 2016, 238 guardas participaram de formação continuada. Considerando o período de 2013 a 2016 e a meta de 25% do quadro efetivo capacitado por ano, tem-se um total de 703 dos servidores da GMB participantes dos 71 cursos de capacitação oferecidos e das 19 palestras realizadas. Dentre estes, alguns participaram de 2 a 8 cursos.

Tabela 57 - Número de cursos ofertados dos anos de 2013 a 2016.

Ano	2013	2014	2015	2016	Total
Cursos	13	16	17	25	71

Fonte: Divisão de Ensino/GMB, novembro de 2016.

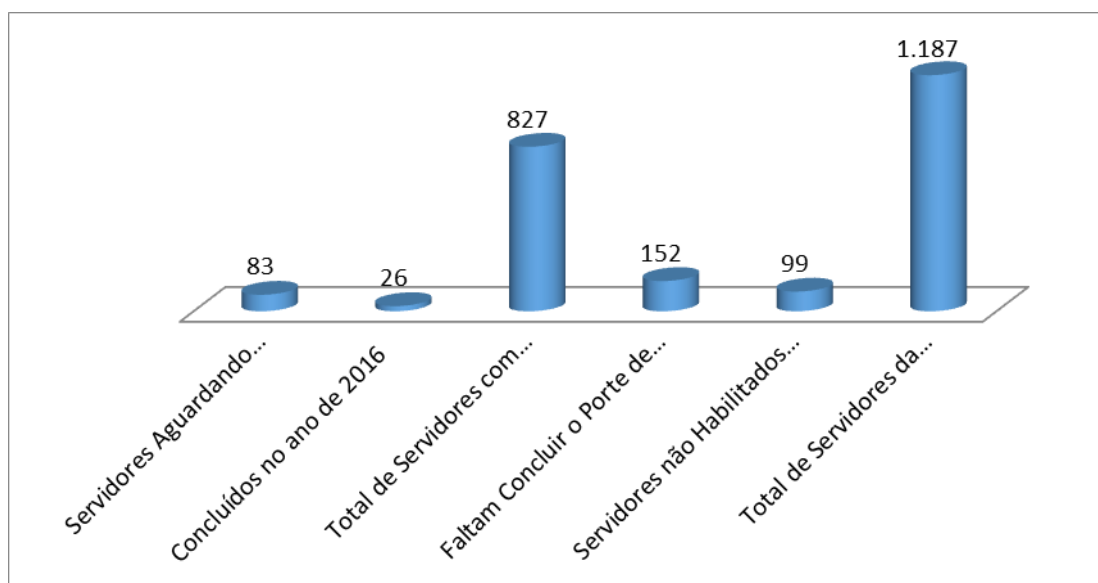
Entre todos os cursos promovidos, destaca-se o Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento Técnico ao Porte de Arma cumprindo as determinações do Estatuto do Desarmamento, Curso de Operações Fluviais/2015, Formação continuada, Curso de Aperfeiçoamento em crack e outras Drogas para Agentes do Sistema Judiciário, Segurança Pública e Ministério Público, Curso de Estágio Motociclista Militar e Batedor, entre outros.

Tabela 58 – Situação dos do efetivo da GMB em relação ao porte de arma.

Descrição	Total
Servidores Aguardando recebimento pela PF do Porte de Arma	83
Concluídos no ano de 2016	26
Total de Servidores com Porte de Arma	827
Faltam Concluir o Porte de Arma	152
Servidores não Habilitados ao Porte de Arma	99
Total de Servidores da Guarda Municipal	1.187

Fonte: Divisão de Ensino/GMB, novembro de 2016.

Figura 29 - Servidores que concluíram e em processo de tramitação ao Porte de Arma em 2016.



Fonte: Divisão de Ensino/GMB, novembro de 2016.

INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO URBANO

PROGRAMA ORDENAMENTO, INFRAESTRUTURA URBANA E GESTÃO AMBIENTAL

A PMB por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo – SEURB é responsável pela gestão e execução das obras de infraestrutura urbana em termos de mobilidade e acessibilidade, iluminação pública, ordenamento territorial e requalificação de imóveis públicos prestadores de serviços à população.

Neste sentido, em conjunto com a Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém – SEMOB executa o projeto de mobilidade municipal Bus Rapid Transport – BRT, atuando em duas frentes: obras físicas no sistema viário com a implantação da rede central de vias para a operacionalização do sistema de transporte integrado, e a requalificação urbanística da área de influência do projeto e de entorno, com a construção de equipamentos urbanos (estações de transbordo e terminais de integração), alargamento do calçamento com destinação para área de circulação de pedestre e locação de ciclovias; asfaltamento das vias laterais e de acesso ao sistema central; dotação de sistema de drenagem pluvial e esgotamento sanitário; e ampliação dos pontos de iluminação pública.

De 2013 a 2016, o projeto Bus Rapid Transport – BRT foi concluído a etapa São Brás – Entroncamento com a implantação da rede central de vias para a operacionalização do sistema e o conjunto de elevados do Entroncamento, no valor de R\$ 140.533.476,34. Nos anos de 2014 e 2016 foi iniciada a etapa Entroncamento - Mangueirão com a construção da rede central em dois sentidos e requalificação urbanística da área, com obras de drenagem, asfaltamento, alargamento do calçamento e ciclovias, além da construção da Terminal de Integração do Mangueirão. Paralelamente, as obras deram continuidade à etapa Centenário – Icoaraci, com implantação da infraestrutura básica de suporte ao sistema de tráfego e transporte proposto pelo projeto e início dos serviços de engenharia civil e viária para a construção dos elevados na altura do cruzamento da Av. Centenário com a Av. Augusto Montenegro.

Esta fase do projeto, que inclui o trecho Entroncamento – Icoaraci apresenta investimentos na ordem de R\$ 263.685.917,19.

Em continuidade à infraestrutura de suporte ao sistema, a edificação de 19 Estações de Transbordo e de Passageiros está em fase de conclusão. Estas estações estão localizadas na área central do bairro de São Brás (2 estações, sendo 1 de embarque e 1 de desembarque), próximo ao Terminal Rodoviário da cidade; ao longo da Av. Almirante Barroso (14 estações, sendo 7 de embarque e 7 de desembarque), e no trecho compreendido entre o Entroncamento e o Terminal do Mangueirão (3 estações de embarque/desembarque), totalizando investimentos de R\$ 29.964.220,43.

Foi concluída a reforma da Praça Dom Alberto Ramos no Conjunto Médici, bairro da Marambaia, que se configura como importante espaço de lazer e de convivência da população residente no local e em áreas próximas. O espaço obteve reforma do piso, atendendo a legislação vigente quanto aos portadores de deficiência, construção de quadra de esporte com locação de equipamentos para a prática esportiva integrada à revitalização da Academia ao Ar Livre existente; quiosques para compra/venda de gêneros alimentícios, abrigos e posto da Guarda Municipal para fiscalização e ordenamento do espaço; além de nova iluminação, paisagismo completo e área de recreação infantil com brinquedos especificados por faixa etária.

No período ocorreu a revitalização da Praça Antônio Nascimento localizada no bairro do Curió-Utinga, com a construção de calçadas com piso tátil, rampa de acesso, bancos em concreto, novos brinquedos e paisagismo; e reforma da Praça do Conjunto Gleba I – QD/D com a revitalização do canteiro central, instalação de equipamentos para ginástica ao Ar Livre, 2 quiosques para venda, pavimentação, paisagismo e recuperação do monumento.

No ano de 2013 foi concluída a reforma geral do espaço Ver-o-Rio com reposição do trapiche em madeira de lei, pavimentação em pedra portuguesa, guarda corpo, *playground*, revitalização do Memorial dos Povos Indígenas e da casa da Guarda Municipal, dos brinquedos e quadra poliesportiva. Já os quiosques ganharam pintura nova e restauração dos telhados de palha, enquanto que a iluminação foi revisada e reforçada. A revitalização deste

espaço foi um grande passo na valorização da memória e preservação de um importante ponto turístico.

Outros logradouros públicos receberam especial atenção com obras no melhoramento do espaço físico, a exemplo do término do calçamento da via de pedestres em frente à Basílica de Nazaré, integrante do complexo do Centro Arquitetônico de Nazaré – CAN; execução do muro de contenção da Praça do Pescador, revitalização da Praça do Relógio e do canteiro central da Av. Portugal, que integram o Complexo do Ver-o-Peso. Importante citar a reforma do Cemitério Santa Izabel com a recuperação do prédio da administração, construção de mais 36 catacumbas em concreto e recomposição do calçamento em piso tátil; a revitalização da Praça Batista Campos, da Praça do Horto Municipal e da Praça Frei Caetano Brandão – Praça da Sé e ruas do entrono, no Complexo Feliz Lusitânia.

Encontra-se em andamento, a etapa de requalificação urbanística do complexo arquitetônico e paisagístico da Praça da República com serviços de revitalização dos bens imóveis integrados ao espaço, como o Quiosque Bar do Parque, os coretos e monumentos (estátuas, chafarizes, dentre outros).

Complementando a integração urbana, foi concluída a ciclovia da Av. Duque de Caxias. Com de 2,5 Km, esta ciclovia interliga a ciclofaixa da Av. José Bonifácio e da Av. Mundurucus, chegando à ciclovia da Av. Brigadeiro Protásio, interligada à ciclofaixa ao longo da extensão da Av. Júlio César, e desta com o Aeroporto e Av. Almirante Barroso, beneficiando a mobilidade por meio não motorizado da população residente dos bairros do Marco, Souza, Val-de-Cans, Fátima, São Brás, Guamá, Cremação e Batista Campos; além dos trabalhadores que utilizam este meio de transporte para locomoverem-se aos postos de emprego.

Os mercados e feiras municipais, a exemplo dos projetos de requalificação em andamento nos Mercados do Telégrafo, da Sacramenta, de Santa Luzia; conclusão do Mercado Juruninha, no Jurunas e do Restaurante Popular. A reforma dos mercados proporcionará maior conforto e ambiente salubre tanto para a população quanto para os feirantes com reforma das estruturas em madeira das coberturas, substituição do telhamento, pintura

externa e interna, contenção das infiltrações presentes, recuperação das instalações hidráulicas e elétricas, construção de novos quiosques e reurbanização do espaço externo que será completado com área verde, nova iluminação, estacionamento e adequação do acesso a pedestres.

Em apoio a mobilidade de pedestres, usuários e moradores das áreas atingidas por obras de saneamento que qualificam o espaço urbano, foram construídas pontes sob o Canal São Joaquim e Canal do Jacaré, com obras de recuperação estrutural.

No Distrito de Mosqueiro – DAMOS foi construído o Trapiche Flutuante do Porto Hidroviário do Pelé e revitalizado o Trapiche da Vila. Na orla do Chapéu Virado e Farol foram instaladas arenas e equipamentos de ginástica ao Ar Livre com a recuperação do calçamento e ciclovia; além da construção de 60 MI de Rip-Rap na orla da Praia do Paraíso para conter erosão na pista de rolamento e de 40m de muro de arrimo em concreto armado com talude de 4m de altura e gramado na Praia Grande para conter a erosão da pista de rolamento.

Atualmente, o Município de Belém possui cerca de 91 mil pontos de iluminação/luminárias nas vias e logradouros públicos, número este superior aos 76.615 pontos existentes em 2014. Para manter este parque em funcionamento, foram gastos em operação e manutenção no quadriênio 2013 a 2016 o valor de R\$ 35.155.565,51. Nesse mesmo período foram investidos cerca de R\$ 67.702.546,94 para a execução de serviços de implantação de 6.637 luminárias em locais onde não existia, substituição de 11.871 luminárias antigas de baixo rendimento para novas com alto rendimento, substituição de 33.994 lâmpadas amarelas por brancas com melhor reprodução de cor, instalação de 1.556 luminárias voltadas para as calçadas nas ruas e avenidas que possuem arborização e instalação de 1.042 luminárias com tecnologia LED.

As avenidas Visconde de Souza Franco (Doca), João Paulo II e Brigadeiro Protásio, receberam respectivamente 260, 560 e 129 novos pontos de IP em luminária de LED, enquanto na Av. Augusto Montenegro, no trecho compreendido entre o Entroncamento e o Estádio do Mangueirão, foram implantados 266 postes com instalação de 477 luminárias também em LED.

No Centro Arquitetônico de Nazaré – CAN (Praça Santuário de Nazaré) foram substituídas 51 lâmpadas de 150 W por outras de 87 W com iluminação LED o que ocasionou a diminuição do consumo e ganho em economia. A Av. Mário Covas recebeu serviço de recuperação da IP com utilização do material (postes e luminárias) que foi retirado das Avenidas Visconde de Souza Franco e João Paulo II.

Com relação à iluminação de calçadas, foram instaladas 1.556 luminárias voltadas para o calçamento, beneficiando as vias públicas dos bairros do Telégrafo, Marco, Pedreira, Nazaré, Jurunas, Umarizal e São Braz. Sobre este serviço há que se destacar a melhoria da iluminação das calçadas do Museu Emílio Goeldi, com instalação de 84 luminárias a LED de 70 W, tornando-a mais eficiente. Foi efetuada troca de padrão em 33.994 pontos (substituição de lâmpadas amarelas por brancas) nos bairros da Cidade Velha, Batista Campos, Campina, Reduto, Umarizal, Nazaré, São Braz, Marco, Guamá, Marambaia, Outeiro, Mosqueiro, Tapanã, Tenoné, Canudos, Águas Lindas, Curió-Utinga, Jurunas, Benguí, Pratinha e Terra Firme.

Entre os anos de 2013 a 2016 foram emitidos 3.883 Autos de Infração por irregularidade em obras e desconformidade ao estabelecido no Código de Posturas, 1.769 Alvarás de Obras, 551 Renovações de Alvará, 10.883 Habite-se de Obras e inscrição de 27.135 primeiros estabelecimentos, que proporcionaram uma arrecadação de R\$ 559.830,69 no período de 2013 a 2016.

Estes dados refletem o crescimento das atividades de fiscalização e licenciamento de empreendimentos por meio da aplicação da legislação urbanística específica para solicitações de emissões de Certidões de Diretrizes, de Desmembramento ou Remembramento de Lote, Consulta Prévia, Aprovação de Projetos, de Parcelamento de Solo, Alvará de Obras e Habite-se, e da adoção de medidas administrativas para coibir o avanço desordenado do uso e ocupação do solo conforme estabelece a Lei das Edificações nº 7.400/88, com o intuito de conduzir o usuário à obrigatoriedade de regularizar o licenciamento de sua obra.

Quadro 66 – Demonstrativo geral dos processos de licenciamento de empresas no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

Tipo de Processo	Ano			
	2013	2014	2015	2016
Inscrição de primeiro Estabelecimento	7.594	6.747	7.006	5.788
Inscrição de Filiais	1.076	1.075	1.197	856
Alteração de endereço dentro do Município	5.868	5.976	6.336	4.856
Alteração de Atividade Econômica	10.960	10.189	9.271	6.822
Total	25.498	23.987	23.810	18.322

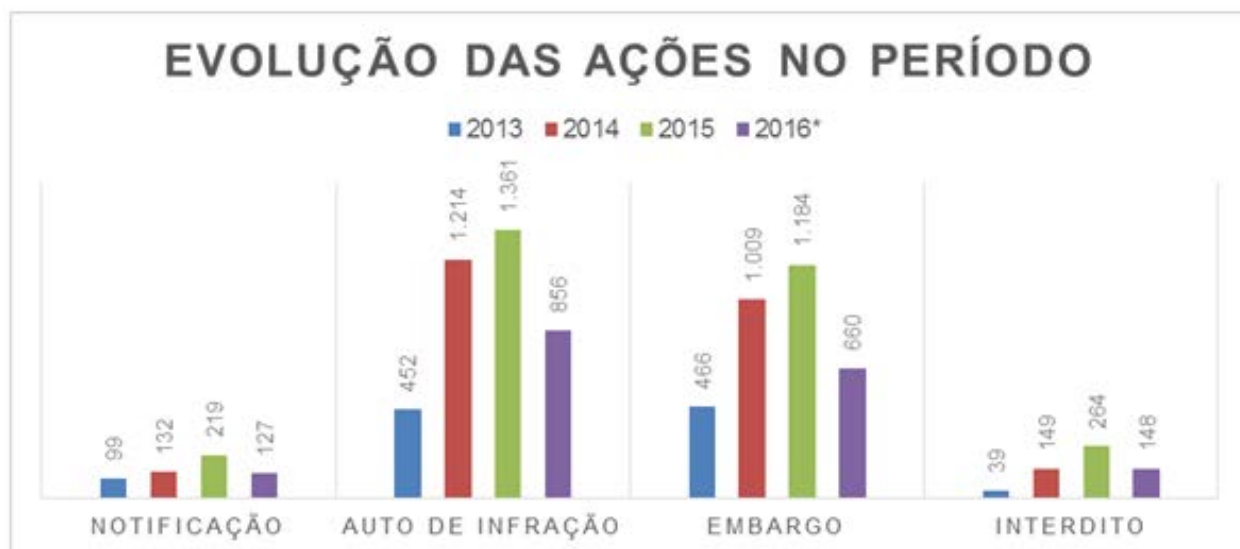
Figura 30 – Evolução do quantitativo de processos e da arrecadação gerado pelo licenciamento de empresas no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).



Quadro 67 – Demonstrativo geral dos processos de fiscalização de obras irregulares no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

AÇÃO	2013	2014	2015	2016
NOTIFICAÇÃO	99	132	219	127
AUTO DE INFRAÇÃO	452	1.214	1.361	856
EMBARGO	466	1.009	1.184	660
INTERDITO	39	149	264	148
TOTAL	1.056	2.504	3.028	1.791

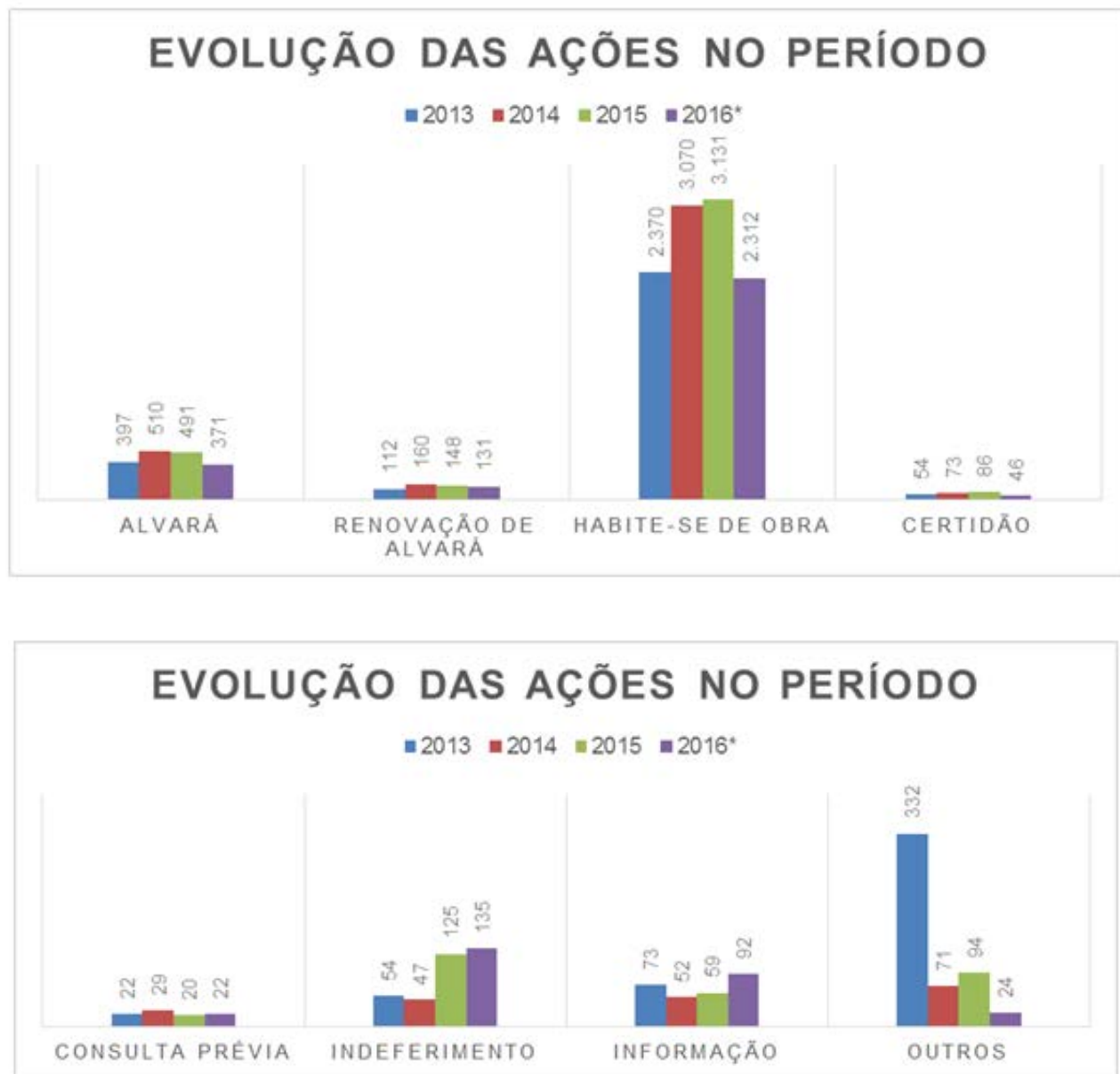
Figura 31 – Evolução do quantitativo dos processos de fiscalização de obras irregulares por tipo de procedimento administrativo no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).



Quadro 68 – Demonstrativo geral dos processos de regularização de obras no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).

TIPO DE SOLICITAÇÃO	2013	2014	2015	2016
ALVARÁ	397	510	491	371
RENOVAÇÃO DE ALVARÁ	112	160	148	131
HABITE-SE DE OBRA	2.370	3.070	3.131	2.312
CERTIDÃO	54	73	86	46
CONSULTA PRÉVIA	22	29	20	22
INDEFERIMENTO	54	47	125	135
INFORMAÇÃO	73	52	59	92
OUTROS	332	71	94	24
TOTAL	3.414	4.012	4.154	3.133

Figura 32 – Evolução do quantitativo dos processos de regularização de obras por tipo de documento expedido no período 2013 a outubro de 2016 (SEURB, 2016).



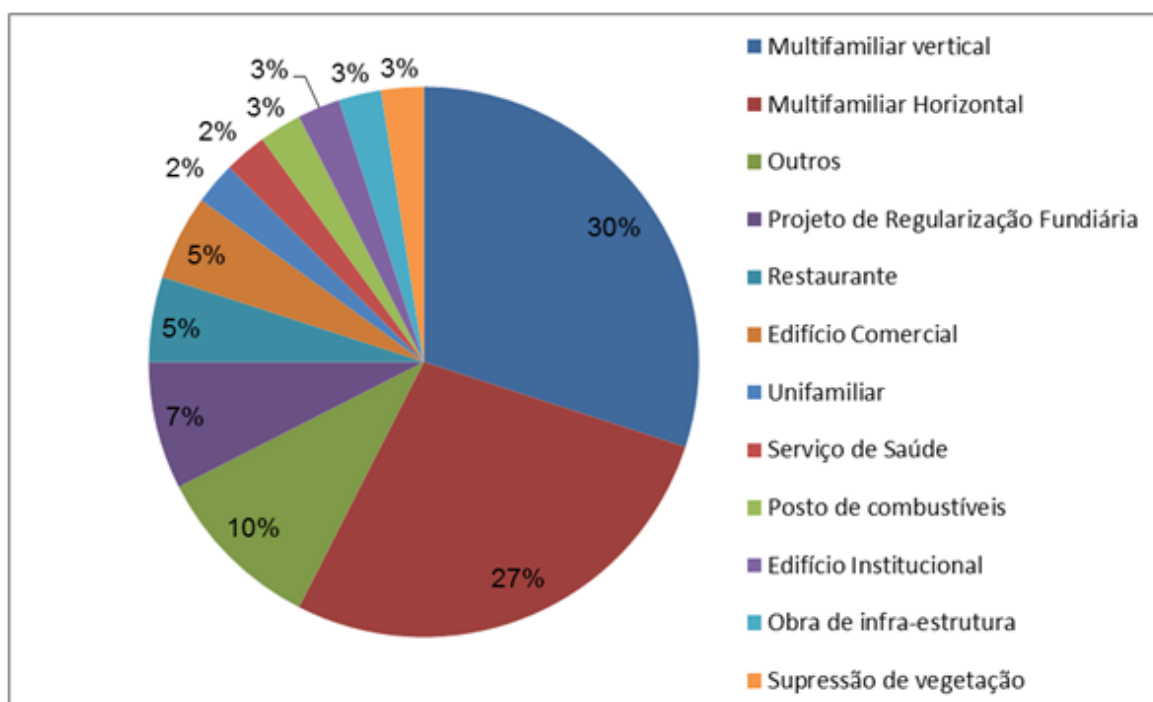
Em 2014, por meio do Decreto nº 80.510, de 19/08/2014 foi criada a Central de Análise de Projetos – CAP tendo por objetivo centralizar, agilizar, organizar e padronizar os procedimentos administrativos de análise e aprovação de projetos utilizados pelos diversos órgãos administrativos do município que atuam direta ou indiretamente no licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto sobre os meios urbano e natural, notadamente os de loteamento, parcelamento do solo e construções de

grandes edificações (*shoppings centers*, edificação comercial, edificação multifamiliar vertical, dentre outros).

Com o funcionamento efetivo da CAP a partir de março de 2016, os procedimentos administrativos internos foram readequados com o intuito de proporcionar análise simultânea e integrada por parte dos órgãos competentes e emissão de um único parecer conclusivo, deferindo ou não o empreendimento, sem prejuízo de autonomia dos órgãos que aplicam legislação específica conforme sua área de atuação, quais sejam: SEURB, SEMOB, SEMMA e SESAN, como órgãos permanentes; SEHAB, SEMAJ, FUMBEL, e outros que se fizerem necessários, na qualidade de órgãos eventuais, em função das especificidades do projeto em análise.

Até novembro de 2016 foram abertos e tramitados 69 processos referentes a quarenta 40 projetos. Na figura a seguir são apresentados os tipo de projetos submetidos à análise da CAP.

Figura 33 – Tipos de projetos analisados pela CAP, de março a novembro de 2016 (SEURB, 2016).



O número de projetos de edificação multifamiliares é predominante na análise com 57% dos procedimentos administrativos analisados. Durante o período de março a outubro de 2016 foram realizadas as atividades conforme quantitativo a seguir.

Quadro 69 – Demonstrativo geral das atividades de rotina executadas pela CAP, de março a novembro de 2016 (SEURB, 2016).

ATIVIDADES	TOTAL
VISTORIAS TÉCNICAS	20
TERMOS DE NOTIFICAÇÕES	18
PARECERES TÉCNICOS	18
EMIÇÃO DE DECLARAÇÕES	02

Na perspectiva de promover habitabilidade e organização do espaço urbano capaz de assegurar qualidade de vida e dignidade à população, a PMB por meio da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB promove a política habitacional de interesse social contribuindo para a produção de unidades habitacionais e redução do déficit habitacional.

Nessa perspectiva a SEHAB promoveu ao longo do período de 2013 a 2016 a implantação de programas e projetos habitacionais que visam a melhoria da qualidade de vida das populações residentes em áreas carentes de infraestrutura básica e salubridade ambiental, garantindo a permanência das famílias no local de origem através da construção unidades residenciais, substituindo as edificações precárias e, com isso, assegurando melhores condições de moradia digna, amenizando os impactos sociais e promovendo ações de desenvolvimento sustentável, elevando assim as condições socioambientais da comunidade.

Assim, por meio de contratos de repasse com o Ministério das Cidades – Mcdades via Caixa Econômica Federal – CEF, a PMB implementou, ainda em 2014, a 2ª etapa do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - PALAFITA ZERO na Vila da Barca, no bairro do Telégrafo, com a construção de unidades habitacionais, urbanização e implantação do Projeto de Trabalho Técnico Social – PTTS.

Esta 2ª Etapa, dividida em 3 Fases com a construção de 30 unidades habitacionais cada, totaliza 90 habitações, das quais 12 já foram entregues, e obras complementares de infraestrutura urbana (pavimentação, drenagem, tratamento de água e esgoto com a construção de uma estação de tratamento de esgoto - ETE).

Até a total entrega das unidades as 90 famílias beneficiadas permanecem com acompanhamento técnico e participando de atividades voltadas para a educação ambiental, sanitária e patrimonial, bem como para a capacitação profissional e geração de trabalho e renda.

Figura 34 – Ações da SEHAB na Vila da Barca – 2ª Etapa (SEHAB, 2016).



A 3ª Fase de reestruturação da Vila da Barca prevê a construção de 452 unidades habitacionais em alvenaria, além de 44 unidades comerciais. Nesta etapa serão realizados serviços de arruamento, pavimentação e tratamento de esgoto, beneficiando um total de 5.000 famílias.

Em 2014, do valor contrato orçado, foi executado 68,97%. Atualmente a Gestão Municipal encaminhou à Caixa Econômica Federal – CAIXA proposta de migração para o Programa Minha Casa Minha Vida – PAC a fim de conseguir novos recursos para investimento nas obras das habitações, ficando o saldo do PAC para aplicar na infraestrutura.

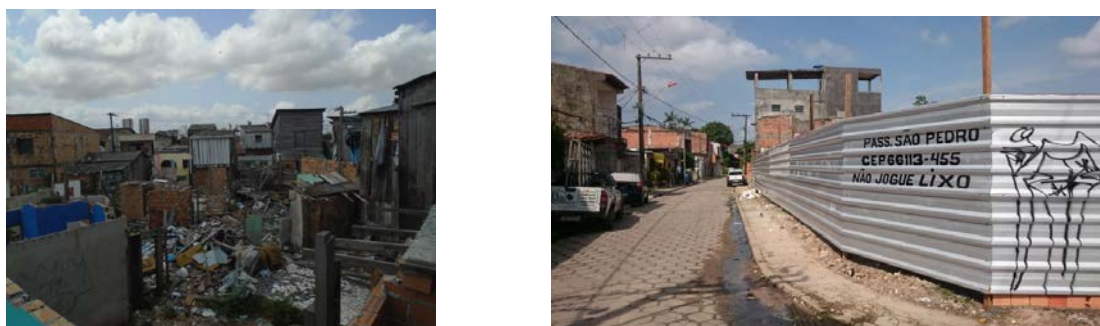
Figura 35 – Ações da SEHAB na Vila da Barca – 3ª Etapa (SEHAB, 2016).



O projeto de construção de unidades habitacionais no Residencial Neuton Miranda, financiado pelo Programa PRO-MORADIA – Caixa Econômica Federal (PAC 2/OGU/MCMV) totaliza a implantação de 168 unidades residenciais beneficiando os moradores da comunidade denominada “Ocupação Arthur Bernardes” situada na Avenida Arthur Bernardes, entre a Avenida Pedro Álvares Cabral e o Canal São Joaquim no bairro do Telégrafo.

Durante o período de janeiro a outubro de 2015, houve o reordenamento dos moradores beneficiados com o pagamento de indenização e concessão de unidades habitacionais.

Figura 36 – Ações da SEHAB no Residencial Neuton Miranda, antes e depois (SEHAB, 2016).



Por meio do Programa Urbanização de Favelas, a SEHAB em conjunto com a SEURB implantou o projeto de Urbanização da Bacia do Paracuri no distrito de Icoaraci – DAICO. No projeto está prevista a construção de 376 unidades habitacionais e a requalificação urbana do Canal Paracuri, no valor Do valor orçado, 17% corresponde à contrapartida da PMB e até 2014, cerca de 65% dos recursos foram empregados e as obras avançaram com a realização de desapropriações de 70 residências localizadas à margem do canal.

No ano de 2015 houve a remoção de imóveis pontuais ao longo da Rua da Soledade e na área de entorno do canal da Santa Izabel.

Atualmente, a SEHAB elaborou nova proposta à CAIXA para aprovação junto ao Ministério das Cidades - MCidades para migração de parte do projeto habitacional para o Minha Casa Minha Vida- PAC, a fim de conseguir novos recursos para investimento nas obras das habitações, ficando o saldo do PAC para aplicar na infraestrutura.

Figura 37 – Ações da SEHAB na Bacia do Paracuri (SEHAB, 2016).



A urbanização do Portal da Amazônia tem financiamento do Programa Intervenção em Favelas – PAC e prevê a construção de 224 unidades habitacionais, divididas em duas áreas, Rua Osvaldo de Caldas Brito e Rua dos Mundurucus, até o encontro de ambas com a orla do Rio Guamá.

Da obra orçada, foi executado 38,89%, com a construção de 2 blocos habitacionais dos 7 contratados e implantação de infraestrutura urbana como pavimentação de vias, rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial.

Figura 38 – Ações da SEHAB no Portal da Amazônia (SEHAB, 2016).



Em continuidade à reestruturação da área de orla, foi desenvolvido o Projeto de Urbanização da Sub-bacia II da Estrada Nova integrado ao Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN, para a construção de 5 blocos habitacionais orçado em R\$ 66.417.340,34 com repasse do PAC/CEF/FGTS e 5% de contrapartida municipal.

O projeto beneficiará o bairro do Jurunas com área de intervenção que compreende o trecho da Av. Bernardo Sayão, perímetro entre Av. Fernando Guilhon e Trav. Quintino Bocaiúva; Tv Fernando Guilhon entre Av. Bernardo Sayão e Rua Honório José dos Santos; Rua Honório José dos Santos entre Tv Fernando Guilhon e Tv Quintino Bocaiúva; Tv Quintino Bocaiúva entre Rua Honório José dos Santos e Av. Bernardo Sayão, incluindo todas as vias que se localizam no perímetro.

No ano de 2014 foram realizados os serviços de cravação de estacas para a fundação dos blocos e obras de pavimentação e rede de drenagem pluvial do Conjunto Habitacional Aluizio Chaves. Em 2015 a SEHAB encaminhou proposta à CAIXA para migração do projeto para o Programa Minha Casa Minha Vida – PAC/MCMV. O aporte de novos recursos possibilitou o avanço das obras nas unidades habitacionais e aplicação dos investimentos na infraestrutura e na construção da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Jurunas.

O projeto atenderá aproximadamente 3.358 famílias que serão beneficiadas com obras de infraestrutura urbana, além da construção de 547 unidades habitacionais a serem divididas entre as famílias residentes no local e outras beneficiárias oriundas de outros projetos localizados em áreas adjacentes, sendo 150 famílias advindas do Portal da Amazônia e 320 famílias do PROMABEM, além daquelas originárias do próprio projeto, como é o caso da comunidade “Miolo do Jurunas”.

O Programa Municipal de Habitação VIVER BELÉM - Minha Casa Minha Vida, a PMB, executado em parceria com o Minha Casa Minha Vida - MCMV do Governo Federal, objetiva a produção de unidades habitacionais para famílias que ganham até R\$ 1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais). O subsídio para estas famílias varia de acordo com a renda familiar e a prestação mensal será cobrada em 10 anos, não ultrapassando 5% da renda informada. A menor prestação do programa será de R\$ 25,00 e só começarão a ser pagas após a entrega do imóvel.

O programa terá a execução das obras do empreendimento realizada por construtora contratada pelo Agente Financeiro, CEF ou Banco do Brasil – BB, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do Fundo de Arrendamento Residencial do Governo Federal – FAR, e integram seu patrimônio até que sejam alienados ou entregues para as famílias beneficiadas.

De 2013 a 2016 foram inscritas 85 mil famílias, em 10 postos distribuídos conforme demanda por distrito administrativo.

Com o enquadramento no Programa VIVER BELÉM - Minha Casa Minha Vida às condicionalidades a nível federal e devido licenciamento nos órgãos competentes (SEURB, SEMMA, SEFIN), foram contratados com a CAIXA 10 empreendimentos, totalizando a construção de 9.072 unidades habitacionais e equipamentos públicos. O quadro a seguir apresenta o total dos empreendimentos habitacionais previstos para implantação no município.

Quadro 70 – Demonstrativo geral dos empreendimentos habitacionais contratados (SEHAB, 2016).

EMPREENDIMENTO	LOCAL	UH	Previsão de entrega	Creche	UBS	Escola Fund	Escola Médio
VIVER MARACÁ	Estrada do Outeiro - Maracacuera - DAICO	550	Novembro/2016	N	N	N	N
VIVER MOSQUEIRO	Rod. Augusto Meira Filho - DAMOS	1.000	Julho/2017	1 (T-A)	1 (P-1)	1 (12s)	N
VIVER PRIMAVERA	Estrada do Ranário - Bairro Tapanã - DAICO	704	Outubro/2016	1 (T-A)	1 (P-1)	N	N
VIVER PRATINHA	Rod. Arthur Bernardes - DABEN	768	Novembro/2016	1 (T-A)	1 (P-1)	N	N
VIVER VAL-DE CANS	Rua Canário do Reino - Bairro da Maracangalha - DASAC	1.184	Outubro/2017	1 (T-A)	1 (P-1)	N	N
VIVER INDEPENDÊNCIA	Passagem Monte Sinai, nº 1 - Bairro Coqueiro - DABEN	352	Julho/2017	N	N	N	N
RESIDENCIAL QUINTA DOS PARICÁS (COHAB)	Estrada Maracacuera - Bairro Maracacuera - DAICO	2.720	Outubro/2017	2 (T-A)	1 (P-3)	2 (12s)	1 (12s)
TENONÉ II 1ª Etapa	Conj Helena Coutinho Qd. 28, 30 e 32 - DABEN	386	Dezembro/2016	N	N	N	N
TENONÉ II 2ª Etapa	Conj Helena Coutinho Qd. 34 Pass sexta Linha - DABEN	96	Dezembro/2016	N	N	N	N
VIVER OUTEIRO	Rua Evandro Bonna-Ilha Caratateua - DAOUT	1.008	Abril/2017	N	N	N	N
VIVER PORTAL DO TENONÉ	Rua das Laranjeiras nº 549 - Bairro Tenoné - DABEN	304	Fevereiro/2017	N	N	N	N
RESD. TALISMÃ - OUTEIRO	Estrada de Itaiteua - DAOUT	386					
RESD. VIVER TENONÉ	DABEN	896					
RESD. LEONOR TAVARES	DABEN	160					
VIVER MARACACUERA	DAICO	2.160					
Viver Amapará	DAOUT	640					
Tenoné	DABEN	1.224					
VIVER OUTEIRO	DAOUT	386					
Total (18 empreendimentos)		14.924 UH					

Se considerarmos a totalidade dos equipamentos habitacionais contratados pela Gestão Municipal nas modalidades que preveem contrapartida do município, àqueles executados pelo Programa Minha Casa

Minha Vida – Viver Belém, e as 100 unidades que estão sendo construídas na zona rural em parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, tem-se a produção de 15.024 imóveis residenciais a serem destinados à população, beneficiando cerca de 60 mil pessoas, o que ocasionará a redução do déficit habitacional nos próximos anos, num investimento total de aproximadamente R\$ 578 milhões.

Especificamente, o programa “Viver Rural”, que beneficiará 100 famílias no assentamento Mártires de Abril localizado na zona rural do distrito de Mosqueiro – DAMOS. As unidades habitacionais terão sala, cozinha, banheiro e dois quartos e a Prefeitura para a permanência do homem na área rural, como orientação técnica para plantação e garantia de venda dos produtos para a merenda escolar na rede municipal de ensino por meio de parceria com a Fundação Municipal de Assistência ao Estudante - FMAE.

A partir de 2014 foi implantado o Programa VIVER BELÉM – Servidor que tem como objetivo oferecer aos servidores municipais imóveis na faixa de R\$ 100.000,00 com preços diferenciados. Desde então, foram ofertados 2 empreendimentos com 3 opções de apartamentos, com mais de 40 servidores beneficiados que aguardam a entrega das unidades habitacionais.

O Programa Cheque Moradia implantado pela PMB em parceria com o Governo do Estado por meio de convênio com a Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB tem por finalidade responder ao grave problema do déficit e da inadequação habitacional sendo o instrumento utilizado exclusivamente para a aquisição de materiais de construção, em fornecedores legalmente estabelecidos no Estado, como forma de saldar o ICMS por renúncia fiscal. Contribui também para movimentar a economia do Estado com o aumento das vendas de materiais de construção, bem como possibilita a criação de novos empregos e ocupações através da construção civil.

O programa é destinado às famílias com renda de até 3 salários mínimos que têm a possibilidade de construir, ampliar e/ou reformar suas casas, ficando a contratação e pagamento da mão-de-obra sob a responsabilidade do beneficiário. Atualmente o programa beneficiou 1.311 famílias que receberam os cheques moradias priorizando os residentes dos Bengui, Tapanã, Tenoné,

Pratinha, Marambaia, Terra Firme, Aurá, Sacramento, Jurunas, Pedreira, Marambaia, Guamá e Distrito de Icoaraci – DAICO.

Figura 39 – Entrega dos Cheques Moradias (SEHAB, 2016).



Parte integrante da política habitacional implantada pela PMB, o Programa Municipal de Regularização Fundiária Chão Legal implantado e executado pela Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Belém – CODEM, promove a regularização de assentamentos urbanos consolidados, ocupados por população de baixa renda. O objetivo é garantir o direito social à moradia e a segurança jurídica aos moradores de áreas irregularmente ocupadas, aplicando instrumentos disponíveis na legislação vigente, como Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/01, Medida Provisória nº 2.220/01 e Lei Federal 11.977/2009.

O programa atua, diretamente, em áreas públicas municipais e, em parceria com órgãos estaduais como ITERPA e COHAB, em áreas de propriedade estadual. Nas áreas particulares ocupadas, a regularização dos moradores é realizada por meio de cooperação com a Defensoria Pública do Estado do Pará, conforme quadro a seguir.

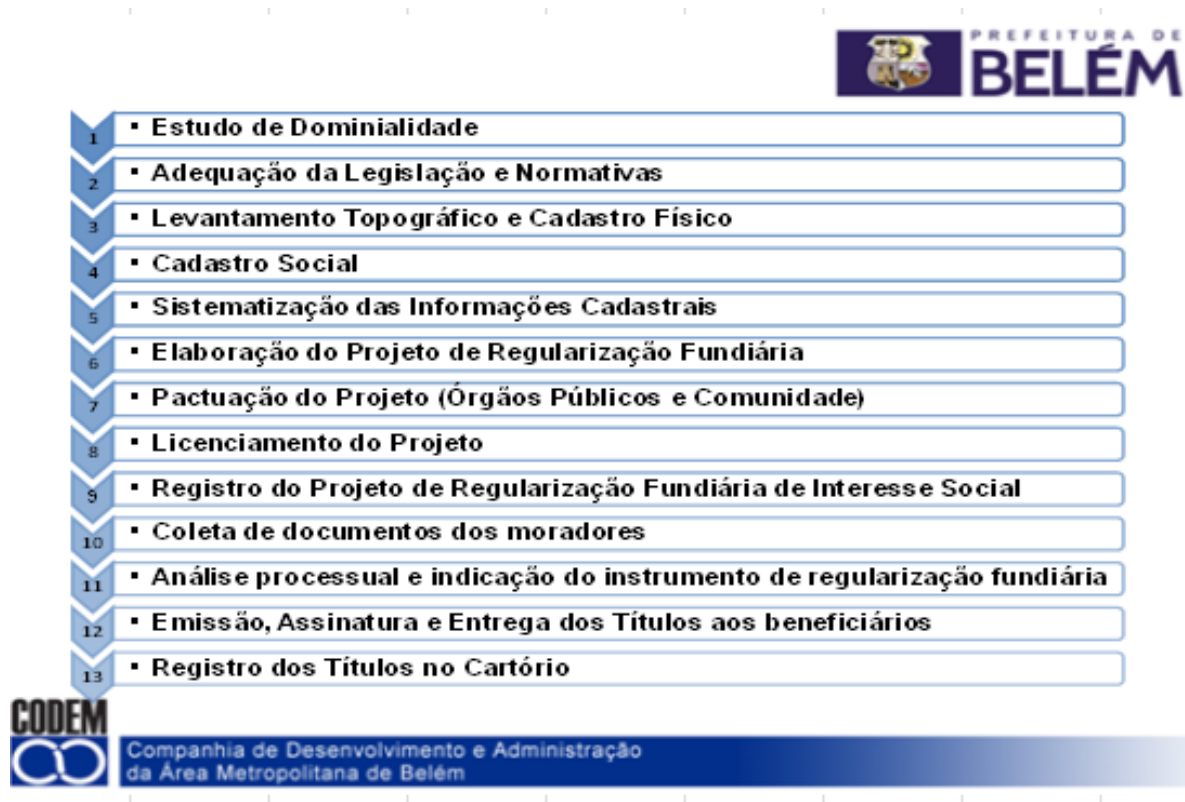
Quadro 71 – Demonstrativo geral do Programa Chão Legal, quadriênio 2013 – 2016 (CODEM, 2016).

Executores	PROGRAMA CHÃO LEGAL METAS 2016					
	PROJETOS EM EXECUÇÃO	META CADASTRO FAMÍLIAS	META REGULARIZAÇÃO	META 2016	META 2017	BAIRRO
Prefeitura de Belém - PMB	PARACURI (SEHAB)	2.275	1.593	0	800	Paracuri / DAICO
	SUB BACIA I (PROMABEN)	1.630	1.395	180	400	Jurunas e Cidade Velha / DAGUA e DABEL
	EDUARDO ANGELIM ETAPA 2	891	620	0	600	Parque Guajará / DAICO
	CABANO ANTÔNIO VINAGRE	126	126	88	38	Curió-Utinga/ DAENT
PMB e COHAB	FÉ EM DEUS	1817	1.272	627	200	Tenoné e Águas Negras / DAICO
	JARDIM DA LIBERDADE	200	140	97	20	Bengui / DABEN
	PANTANAL	1692	1180	0	1180	Mangueirão / DAENT
	RANÁRIO	250	190	150	40	Parque Guajará / DAICO
	TERRA FIRME	800	560	0	560	Terra Firme/ DAGUA
	ÁREA CENTRAL DA COHAB	139	97	97	0	Campina de Icoaraci / DAICO
	ÁGUA CRISTAL	823	575	275	350	Marambaia/DAENT
	PRATINHA	1645	1150	0	1150	Pratinha e São Clemente / DABEN
	TABOQUINHA	1410	987	0	987	Cruzeiro e Campina de Icoaraci
PMB e Defensoria Pública	JD. UBERABA	3.000	2.100	0	2.100	Tapanã / DAICO
	RESID. CARMELÂNDIA	0	0	0	0	Mangueirão / DAENT
TOTAL		13.698	9.885	1.514	6.325	

O programa tem como meta regularizar 9.885 lotes beneficiando 13.698 famílias cadastradas. Deste total, 2.046 lotes foram regularizados nos entre os anos de 2013 e 2015, 1.514 obtiveram os títulos em 2016, restando 6.325 lotes a serem regularizados até o final de 2017.

Em uma análise prévia, estes números podem ser pouco representativos. Mas se considerarmos as etapas que integram todo o processo legal de regularização fundiária, os mesmos apresentam um avanço quando comparados com a totalidade de imóveis sem registro nos município de Belém. A seguir ilustramos as fases que compreendem o processo de regularização fundiária até a entrega dos títulos de propriedade.

Figura 40 – Etapas do processo de regularização fundiária (CODEM, 2016).



No Conjunto Residencial Eduardo Angelim Etapa 1, todas as etapas do processo de regularização fundiária foram executadas culminando com entrega de 73 títulos aos moradores da área da etapa 1 do projeto. Atualmente na Etapa 2 estão sendo produzidas as peças técnicas que compõem os 400 processos individuais já formalizados, para emissão dos títulos para cada morador.

Ao todo, 111 Certidões do Cartório de Registro de Imóveis remanescentes do Projeto Bengui Etapa 2 foram entregues em 2015.

Em parceria com a COHAB/PA foi efetivado o projeto de regularização dos lotes ocupados pelos moradores do Residencial Canarinho, no bairro do Tapanã, sendo entregues 352 títulos. O trabalho integrado com o Governo do Estado proporcionou a extensão do projeto para mais 6 áreas: Fé em Deus, Taboquinha, Pratinha, Pantanal, Riacho Doce e Liberdade.

Na área da comunidade Fé em Deus, foi realizado levantamento topográfico com cadastro físico de 1689 lotes, 713 cadastros socioeconômicos e a coleta de documentos de 320 moradores da área.

No ano de 2015, 1.177 famílias moradoras do Residencial Carmelândia, bairro do Mangueirão, tiveram suas ações de usucapião em favor dos moradores ajuizadas com seus protocolos entregues. No Jardim Uberaba, bairro do Tapanã, foi recolhida a documentação de 900 moradores e executada a fase de medição dos terrenos para serem encaminhados à Defensoria Pública para ajuizamento de ações de usucapião.

Em resumo, no ano de 2016 foram entregues 88 títulos aos moradores do Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre. Na área da Sub-bacia 1, compreendendo parte dos bairros da Cidade Velha e Jurunas, foi realizada a coleta de documentos dos moradores para instrução processual e indicação do título de regularização fundiária a ser recebido pelo morador. No assentamento Fé em Deus foram emitidos 627 títulos e realizado levantamento topográfico para determinação exata da área com um total de 212.735,89 m² levantados. O Jardim liberdade, localizado no DABEN, originário da antiga fazenda Val-de-Cans, foi aferido 54.494,66 m² de área com aproximadamente 200 famílias, sendo entregues 97 títulos aos moradores. Já a regularização fundiária no Jardim Uberaba beneficiará 3.000 famílias.

Quadro 72 – Demonstrativo geral da evolução das atividades do Programa Chão Legal, 2012 a novembro de 2016 (CODEM, 2016).

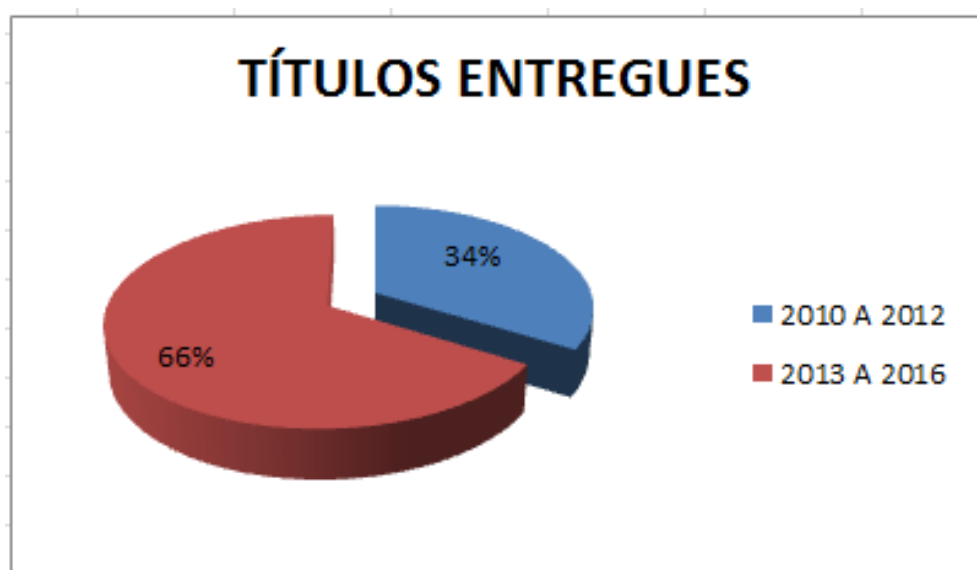
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES - PERÍODO: 2012 A 2016															
ETAPAS	ANOS					PERCENTUAIS %									
						2013/2012	2014/2012	2014/2013	2015/2012	2015/2013	2015/2014	2016/2012	2016/2013	2016/2014	2016/2015
	2012	2013	2014	2015	2016	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Reuniões com Moradores	2	4	10	22	21	200,00%	500,00%	250,00%	1100%	550%	220%	1050%	525%	210%	95%
Levantamento Topográfico (m²)	113.188	324.958	475.970	632.626	620.393	287,10%	420,51%	146,47%	559%	195%	133%	548%	191%	130%	98%
Cadastro Físico (lote)	572	1.558	3.464	4.620	3.048	272,38%	605,59%	222,34%	808%	297%	133%	533%	196%	88%	66%
Cadastro Social (famílias)	526	12	2.937	6.223	4.250	2,28%	558,37%	24475,00%	1183%	51858%	212%	808%	35417%	145%	68%
Projeto Urbanístico (elaborado)	0	1	1	3	3	-	-	100,00%	-	100%	100%	-	300%	300%	100%
Coleta de Documentos	174	10	2.413	2.519	1.767	5,75%	1386,78%	24130,00%	1448%	25190%	104%	1016%	17670%	73%	70%
Reunião Pactuação do Projeto	0	0	1	1	3	0,00%	-	-	-	-	100%	-	-	300%	300%
Títulos Emitidos	210	80	360	1706	812	38,10%	171,43%	450,00%	812%	2133%	474%	387%	1015%	226%	48%

Em que pese as ações de regularização fundiárias realizadas, está em fase de elaboração o Diagnóstico Fundiário do Município de Belém por meio do projeto “Apuração de Remanescentes da 1ª Léguas Patrimonial de Belém: Identificação de seus limites e da afetação desse patrimônio ao uso público”

originado do Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJE/PA e os Cartórios de Registro de Imóveis de Belém assinado em setembro de 2013 e com prazo de término até o final de 2016, quando será entregue os últimos produtos e análise final sobre o objeto de estudo e apuração. Seguindo o cronograma estabelecido, foram apresentados os produtos quanto a identificação da linha da primeira légua patrimonial de Belém, bem como quanto a determinação, ratificação e retificação da denominada Linha Preamar Médio – LPM datado de 1831 elaborada pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU sobre a cidade de Belém.

Foi elaborado o projeto “Do Chão Legal ao Teto Verde” como estratégia piloto de inclusão de temas sociais no programa de regularização fundiária, buscando resolver aspectos relativos a má qualidade de vida que perdura após o processo de regularização advindas do fenômeno da urbanização, e os impactos negativos desse fenômeno que perpassam pelo elevado custo de energia e água emissão de poluentes, geração de resíduos sólidos, redução de áreas verdes, poluição sonora e visual, entre outros. Iniciando nas áreas do Bengui I e II, o projeto visa melhorar os indicadores sociais que impactam diretamente na qualidade de vida dos habitantes, com expectativa de se estender as demais áreas assistidas e regulamentadas pelo Chão Legal.

Figura 41 – Comparativo geral dos títulos entregues entre 2010 – 2012 e 2013 – 2016 (CODEM, 2016).



A PMB atua na regularização patrimonial a partir da adoção de vários procedimentos necessários para a devida instrução dos processos:

1. Orientação ao público para formalização dos processos de regularização;
2. Realização de pesquisa fundiária com elaboração de cadeias dominiais nos casos de processos de resgate de enfiteuse;
3. Realização de vistorias técnicas nos imóveis para a realização de levantamentos topográficos e consequente elaboração de plantas e de memoriais descritivos;
4. Elaboração de laudos de avaliação dos imóveis;
5. Visitas domiciliares para elaboração de laudos sociais, nos casos caracterizados como regularização de interesse social.

Quadro 73 - Resultados da Regularização Patrimonial por atividade realizada até outubro de 2016 (CODEM, 2016).

ATIVIDADE	RESGATE	COMPRA E VENDA	CONCESSÃO	PESQUISA SOLICITAÇÃO	TOTAL
PROCESSOS FORMALIZADOS	588	79	97	-	764
Nº de Lotes	356	72	72	20	520
Topografia(m²)	175.717,75	16.567,57	12.787,96	10.147,13	215.220,41
Títulos Emitidos	558	21	48	-	627
Análise Jurídica Processual	1.192	316	217	-	1725
Avaliações	590	109	8	0	707

Em 2015 foram regularizados 26 lotes por meio de alienação (compra e venda), 624 por resgate de enfiteuse e 29 concessões quando não puderam ser adquiridos por meio de compra e venda nos casos de baixa renda, beneficiando um total de 679 famílias, número bastante superior aos 501 terrenos regularizados em 2014.

No ano de 2016, a PMB atuou na regularização patrimonial por meio da instrução de 764 processos administrativos de regularização, sendo 588 resgates de enfiteuse, 79 compra e venda e 97 pedidos de regularização fundiária de interesse social.

Visando instruir a análise dos processos de resgate de enfiteuse, foram realizados 1.345 extratos de cadeia dominial (análise documental do histórico de titularidade do imóvel). A análise da cadeia dominial subsidia a atualização da área remanescente pertencente ao município de Belém que, posteriormente, constará no banco de dados cartográficos municipal.

Foram avaliados um total de 707 lotes, dos quais 590 são de resgate de enfiteuse e 109 processos de compra e venda. Da mesma forma, foram atendidas 21 solicitações para avaliações objetivando desapropriações e base técnica para valores de aluguéis para funcionamento de órgãos da administração municipal.

Foi realizado o levantamento topográfico de um total de 520 lotes, sendo 356 pedidos de resgate de enfiteuse, 72 de compra e venda e 72 de concessão, todos enquadrados nos novos procedimentos técnicos exigidos na IN 01/2014 e IN 02/2014 que disciplinam, respectivamente, o resgate de enfiteuse e a compra e venda perante a CODEM.

Por fim, foram emitidos 558 títulos para imóveis por meio de resgate de enfiteuse, somando-se a 21 alienações onerosas (compra e venda) e 48 concessões – estas quando não puderam ser adquiridas por meio de compra e venda nos casos de baixa renda –, beneficiando um total de 627 famílias.

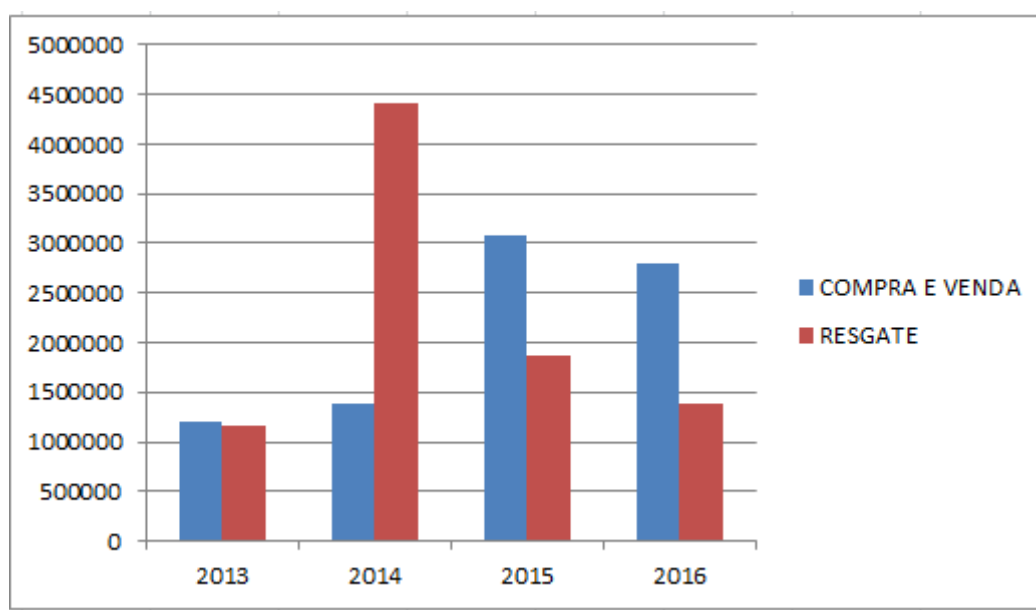
Como resultado dessa demanda, a PMB obteve como receita o valor de R\$ 4.162.192,00. Desse total, o resgate de enfiteuse arrecadou o montante de R\$ 1.374.488,05. Por seu turno, a demanda espontânea de regularização onerosa (compra e venda) arrecadou o importe de R\$ 2.787.703,95.

Quadro 74 – Comparativo da arrecadação com regularização patrimonial no quadriênio 2013 – 2016 (CODEM, 2016).

COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO 2013 - 2016					
	2013	2014	2015	2016	TOTAL 2013/2016
COMPRA E VENDA	R\$ 1.205.608,08	R\$ 1.378.170,37	R\$ 3.084.254,51	R\$ 2.787.703,95	R\$ 8.455.736,91
RESGATE	R\$ 1.169.080,48	R\$ 4.405.649,10	R\$ 1.864.427,97	R\$ 1.374.488,05	R\$ 8.813.645,60
TOTAL / ANO	R\$ 2.374.688,56	R\$ 5.783.819,47	R\$ 4.948.682,48	R\$ 4.162.192,00	R\$ 17.269.382,51
OBS. 1: Dados do ano de 2015 consolidados até 30.12.2015.					
OBS. 2: Dados do ano de 2016 consolidados até 31.10.2016.					

Com relação ao período 2013 – 2016 nota-se um decréscimo ocasionado pelo início da vigência em janeiro de 2015 da Instrução Normativa nº 02/2014 (compra e venda), a exemplo do que aconteceu quando da entrada em vigor da IN 01/2014 quanto ao resgate de enfiteuse que, da mesma forma, provocou um recuo no número de resgates protocolados e emitidos.

Figura 42 – Comparativo entre as operações de compra/venda e resgate, no período de 2013 a 2016 (CODEM, 2016).



Dentre outras ações realizadas, foi elaborado o Plano de Mobilidade Urbana de Belém – PLANMOB, conforme determinação legal da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU. Em vigência pelo Decreto nº 86.545/PMB, de 13 de setembro de 2016, o plano foi elaborado em conjunto com diversos órgãos da administração municipal por meio da constituição de equipe multi e interdisciplinar da SEGEP, SEURB, SEMOB, CODEM, FUMBEL, e objetiva promover o bem-estar da população; e em especial, organizar um plano geral viário para o Município, envolvendo estudos para abertura, conservação, recuperação e construção de vias públicas de circulação de trânsito e adoção de medidas que normatizem o transporte coletivo e individual, trânsito e circulação de veículos pesados, sendo que as bases para o diagnóstico e elaboração do documento resultaram dos estudos técnicos específicos de uso do solo e mobilidade, assim como o resultado de oficinas distritais.

Paralelamente, equipe multidisciplinar e intersetorial elaborou a minuta do Anteprojeto de Lei de Revisão do Código de Posturas Municipal que data de 1977, tendo por objetivo sanar os problemas relativos a essa defasagem que não acompanhou as alterações no sistema jurídico brasileiro quanto ao uso do espaço público, hábitos cívicos e direitos de bem comum.

Por meio do Decreto nº 82.122/2015 foi criado o Comitê Belém 400 Anos responsável pela coordenação geral dos festejos em comemoração aos 400 anos de fundação de Belém. Vinculado administrativamente à CODEM, este comitê, em conjunto com representantes dos demais órgãos da administração municipal, estadual, sociedade civil, (associações, culturais, artistas, entidades de classe, federações, dentre outros) e pessoas de relevância intelectual, promoveu extensa programação durante o ano de 2016 conforme ilustrações que seguem.

Figura 43 – Comemorações do aniversário de 400 Anos de Belém (CODEM, 2016).



Lançamento da Obra Evolução Histórica de Belém do Grão Pará



Apresentações/concertos no Teatro da Paz



Monumento 400 Anos



Shows e Apresentações Teatrais

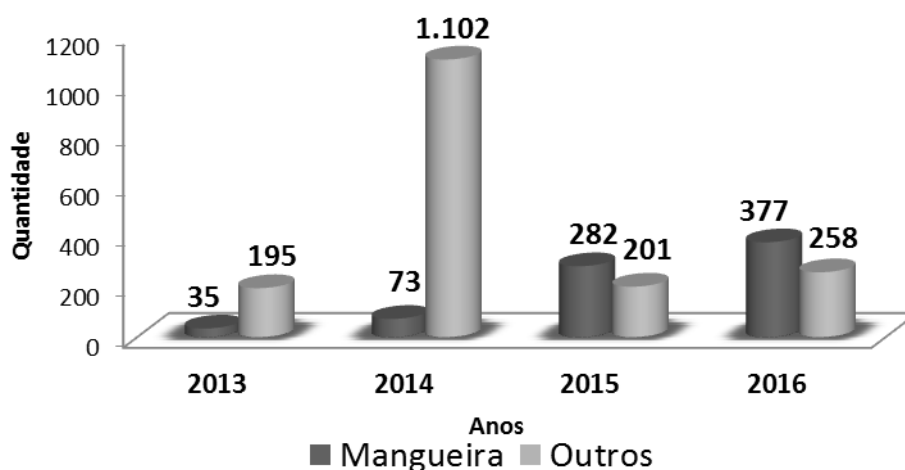


Atividades Esportivas

Nos últimos anos, a qualificação da arborização no espaço urbano tornou-se um desafio para assegurar essa condicionalidade como qualidade de vida. Por meio da Secretaria Municipal de meio Ambiente – SEMMA, a Gestão Municipal realizou, de 2013 a novembro de 2016, o plantio de 2.523 árvores, sendo 767 mangueiras (aproximadamente 30%) e 1.756 de outras espécies arbóreas. Se comparado ao exercício de 2015, houve um acréscimo no plantio de arbóreas no ano de 2016, que atingiu 635 espécies plantadas, sendo que o melhor resultado ocorreu no ano de 2014 com o plantio de 1.175 espécies.

Este desempenho flutuante tem origem no desenvolvimento das mudas devido a condições climatológicas adversas ao longo dos anos e expressivo número de obras de infraestrutura urbana em andamento, onde somente é possível novo plantio após a conclusão das mesmas.

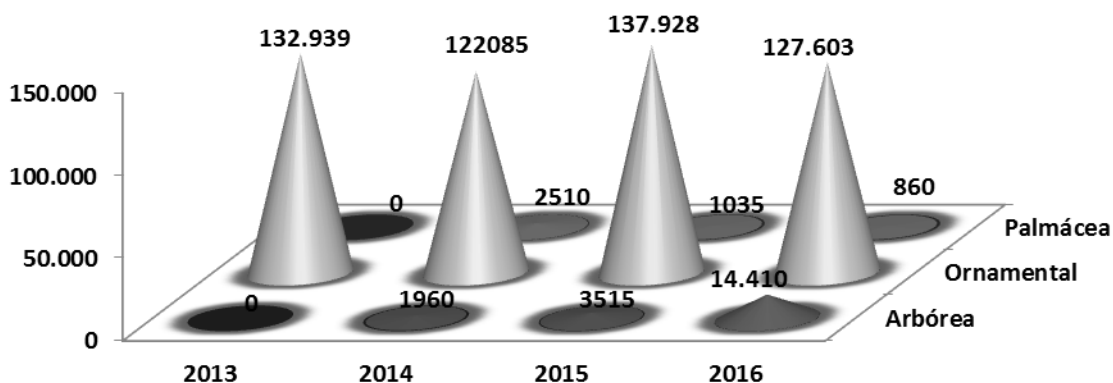
Figura 44 - Quantidade de plantio realizada pela SEMMA nos anos de 2013 a novembro de 2016, Belém/PA.



Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2016.

Completando a arborização urbana, foram produzidas no mesmo período um total de 544.845 mudas, sendo 19.885 espécies arbóreas, 520.555 ornamentais e 4.405 palmáceas (palmeiras, açaizeiros, dentre outras).

Figura 45 - Quantidade de mensal de mudas produzidas por espécie nos anos de 2013 a novembro de 2016, Belém/PA.

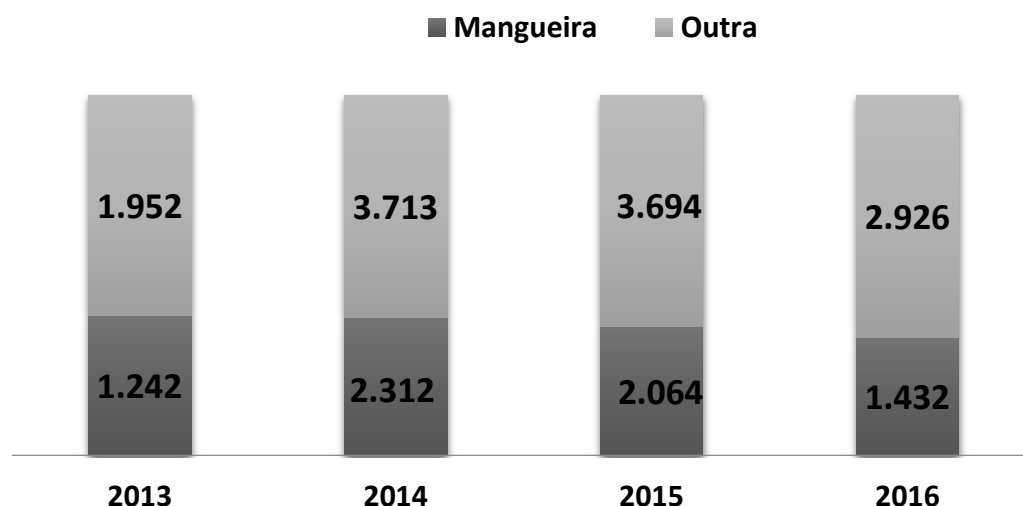


Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2016.

Percebe-se um aumento na quantidade de mudas produzidas entre 2015 e 2016, consequência do processo de ajardinamento e arborização das obras de infraestrutura urbana executadas nos logradouros público que foram entregues no período.

De 2013 a novembro de 2016 foram realizadas um total de 19.335 podas em espécies arbóreas, sendo 7.050 em mangueiras (aproximadamente 37%) e 12.285 em demais espécies. Esta ação também engloba serviços de limpeza (retirada de parasitas, desinfecção) do vegetal com retificação do caule, manutenção, roçagem e paisagismo dos logradouros públicos.

Figura 46 - Quantidade de Arbóreas Podadas pela SEMMA nos anos de 2013 a 2015 em Belém/PA.

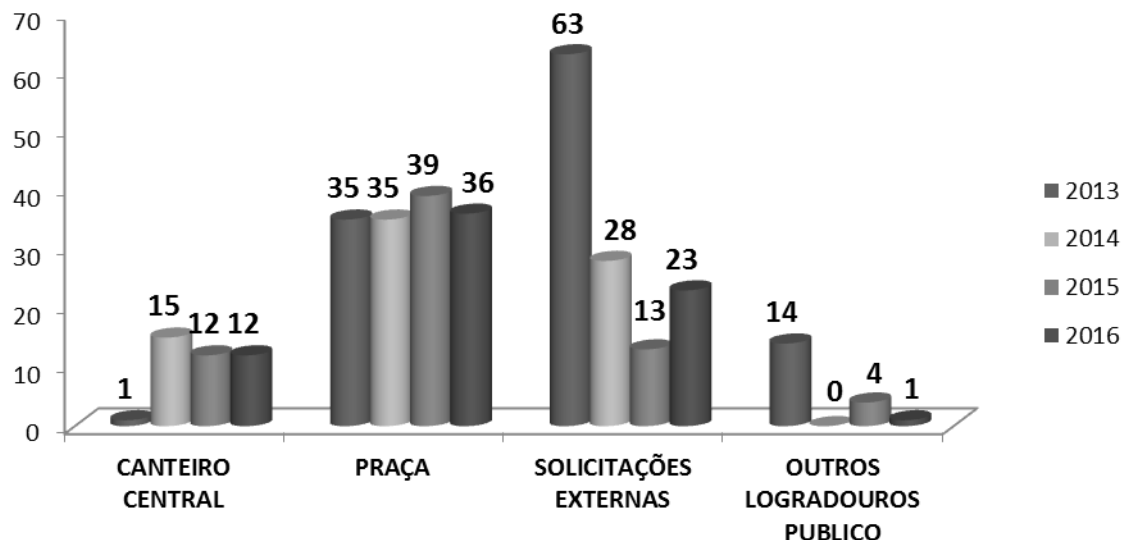


Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2016.

Neste sentido, foram elaborados 32 projetos paisagísticos de logradouros públicos em processo de requalificação urbana ou caracterizados como novos espaços públicos, sendo de responsabilidade da SEURB a execução da obra conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2013.

Na manutenção e revitalização paisagística constante e periódica de logradouros públicos já existentes, foram realizados 331 serviços nesses espaços, sendo 145 (aproximadamente 44%) em praças e 127 oriundos de solicitações externas dos munícipes, perfazendo 38% dos serviços executados no período de 213 a outubro de 2016.

Figura 47 – Quantidade de logradouros públicos por tipo, cujo paisagismo foi revitalizado pela SEMMA, nos anos de 2013 a outubro de 2016.



Fonte: DAVP/SEMMA, Novembro/2016.

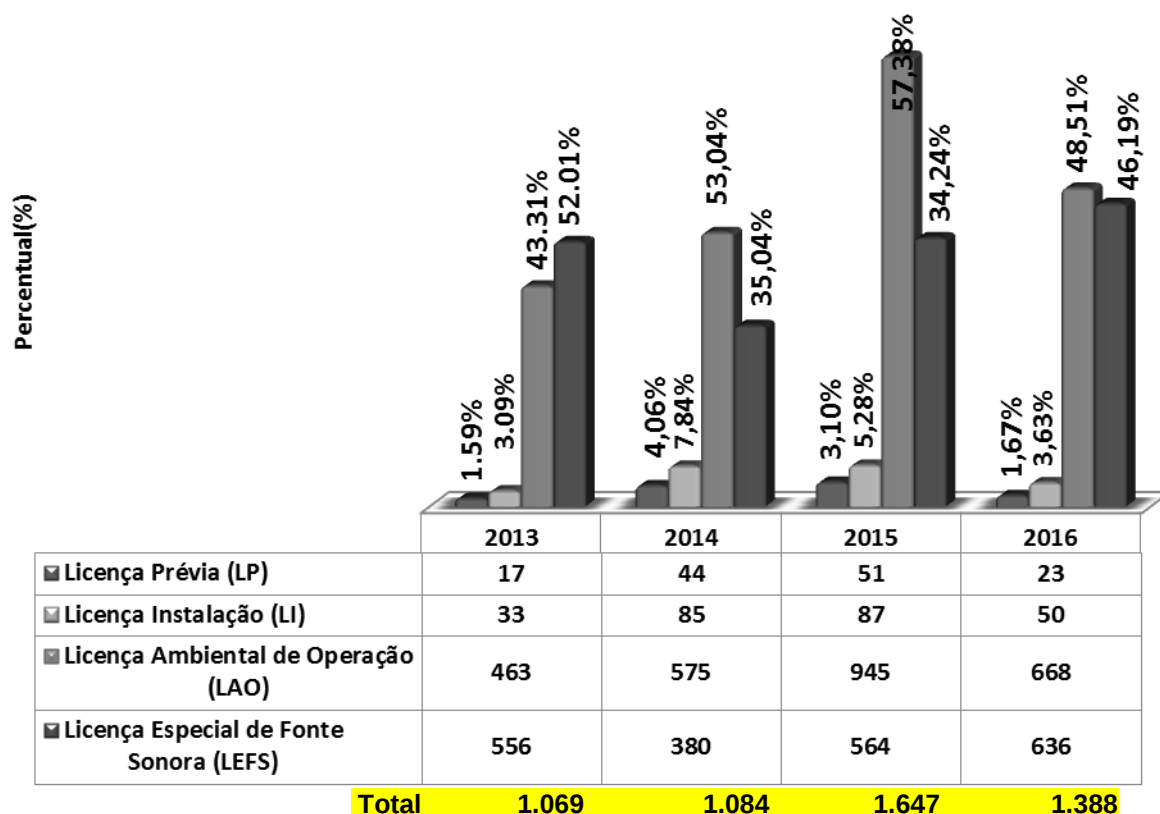
As ações de Controle Ambiental compreendem o Licenciamento, Cadastro, Monitoramento e a Fiscalização de empreendimentos e atividades potencialmente poluidores, além da solução de infrações ambientais protocoladas junto ao órgão ambiental.

Destas atividades, até novembro de 2016 foram emitidas 749 Licenças Ambientais, sendo 23 Licenças Prévias – LP, 50 Licenças de Instalação – LI e 679 Licenças Ambientais de Operação – LAO. Se considerarmos que em 2016 houve a expedição de 636 Licenças Especiais de Fonte Sonora – LEFS, emitidas principalmente nos meses de fevereiro e junho por conta das festividades do Carnaval e Quadra Junina, tem-se um total de 1.388 licenciamentos concedidos à empreendimentos ou atividades, número superior às 1.360 licenças expedidas em 2015 e às 1.084 licenças concedidas em 2014.

Com relação ao monitoramento, 540 empresas cadastradas foram devidamente monitoradas quanto ao potencial risco poluidor de suas atividades passivo ambiental, superando os 524 empreendimentos monitorados em 2015; além da realização de 301 vistorias em atividades causadoras de poluição ambiental oriundas por procedimento administrativo via denúncia, sendo 201

solucionadas (até outubro de 2016), número este um pouco superior ao de 2015 com 244 vistorias realizadas.

Figura 48 - Quantidade de licenças realizadas pela SEMMA nos anos de 2013 a 2015 em Belém/PA.



Fonte: DCA/SEMMA, Novembro, 2016.

Integrada de forma transversal à todas as atividades desenvolvidas pela SEMMA na qualificação de uma melhor condição de vida urbana, a Educação Ambiental - EA é realizada em diversos espaços públicos (logradouros, escolas, unidades de saúde, feiras e mercados, dentre outros), no âmbito das ações promovidas pelo Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia – BRAJZA e nos eventos oficiais do Calendário Municipal (carnaval, quadra junina, férias escolares, dentre outros). De 2013 a novembro de 2016 foram realizadas 2.364 ações de EA.

Atualmente, o município possui 245,64 ha de áreas verdes legalmente protegidas sob a responsabilidade de gestão da administração municipal e, em conjunto com a CODEM, a SEMMA realiza estudos técnicos para ampliação

das mesmas, tendo como meta expandir em 279,6 há a extensão territorial de áreas legalmente protegidas, totalizando para 524,6 ha.

Tabela 59 - Áreas Protegidas de responsabilidade do município de Belém por dimensão, em hectares (ha) e em m², 2016.

Área Protegida	Dimensão	
	ha*	m²
Bosque Rodrigues Alves Jardim Botânico da Amazônia	15,18	151.800
Parque Ambiental Gunnar Vingren (Parque do Médici)	40,46	404.600
Parque Ambiental do Mosqueiro	190,00	1.900.000
TOTAL	245,64	2.456.400

Fonte: SEMMA, Novembro/2016

Nota: * 1 hectare (ha) equivale a 10.000m²

Para a promoção de ações estratégicas de ampliação das áreas verdes protegidas, ordenamento ambiental e fundiário, estruturação da gestão ambiental no Município, monitoramento do desmatamento e implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, a PMB assinou o Acordo de Cooperação com o Governo do Estado para a adesão ao Programa Municípios Verdes – PMV.

Desta forma, desde a adesão do município em 2013 foi realizado o levantamento das Zonas Especiais de Interesse Ambientais - ZEIA constantes no Plano Diretor do Município – PDM/Belém (Lei nº 6.855/2008) para compatibilização entre o CAR e Criação de Parques, estudo do relevo do Município com levantamento de perfil topográfico e localização de áreas de risco de inundação e alagamento e o mapeamento das áreas cadastráveis do CAR.

Dos 23.731 ha (237,31 km²) de área cadastrável, no ano de 2014, 2.647,46 ha foram cadastrados no CAR correspondendo a 59,89% das áreas referentes às ilhas do Combu (1.200,13 ha), Grande (756,93 ha) e Murutucu (639,40 ha), e áreas institucionais da UFPA, UFRA e Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG/Campus de Pesquisa, correspondendo a 1.773,08 ha,

totalizando 4.420,54 ha. Em 2015, 5.528,76 ha foram devidamente cadastrados, perfazendo 9.949,3 ha de áreas cadastradas no CAR. No ano de 2016 foi realizado o CAR nas comunidades do Mari-Mari e Bacabeira, ambas no Distrito de Mosqueiro – DAMOS e iniciados os estudos e levantamentos das áreas do Alphaville, Marina e Rua Tucumaeira, pertencentes à ilha de Caratateua/Outeiro, no Distrito de Outeiro – DAOUT, atingindo 68% de propriedades rurais cadastradas, em conformidade com a Lei nº 13.295/2016.

Dentre estas destaca-se os títulos de CAR emitidos para os perímetros Combu, Murutucu, Ilha Grande, Caruaru e 90 títulos públicos individuais.

Cadastro Ambiental Rural de Belém

SEMMA PREFEITURA DE BELÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

DGAE
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE ÁREAS ESPECIAIS

Mosqueiro

Caruaru

Taplianema

Castanhalzinho

Itaperinha

Fagido

São Pedro

Outeiro

Jutuba

Uruboca/Paqueta

Nova

Papagaio

Jararaguinha

Lomba

Murucutu

I. Grande

Combu

Legenda

- Belém IBGE
- CAR Atual 9.492,4 ha __40%
- Bairros
- Comunidades de Mosqueiro 4.580,26 ha __19,29 %
- Massa D'água
- Área Cadastravel Belém 23.731 ha __100%

Fonte de Dados: IBGE,SPU,SEMAS,SEMMA/DGAE
Datum: SIRGAS 2000
Escala: 1:150000
Autor: Diovon M. Cunha_Geógrafo- SEMMA/DGAE
Data:05/10/2015

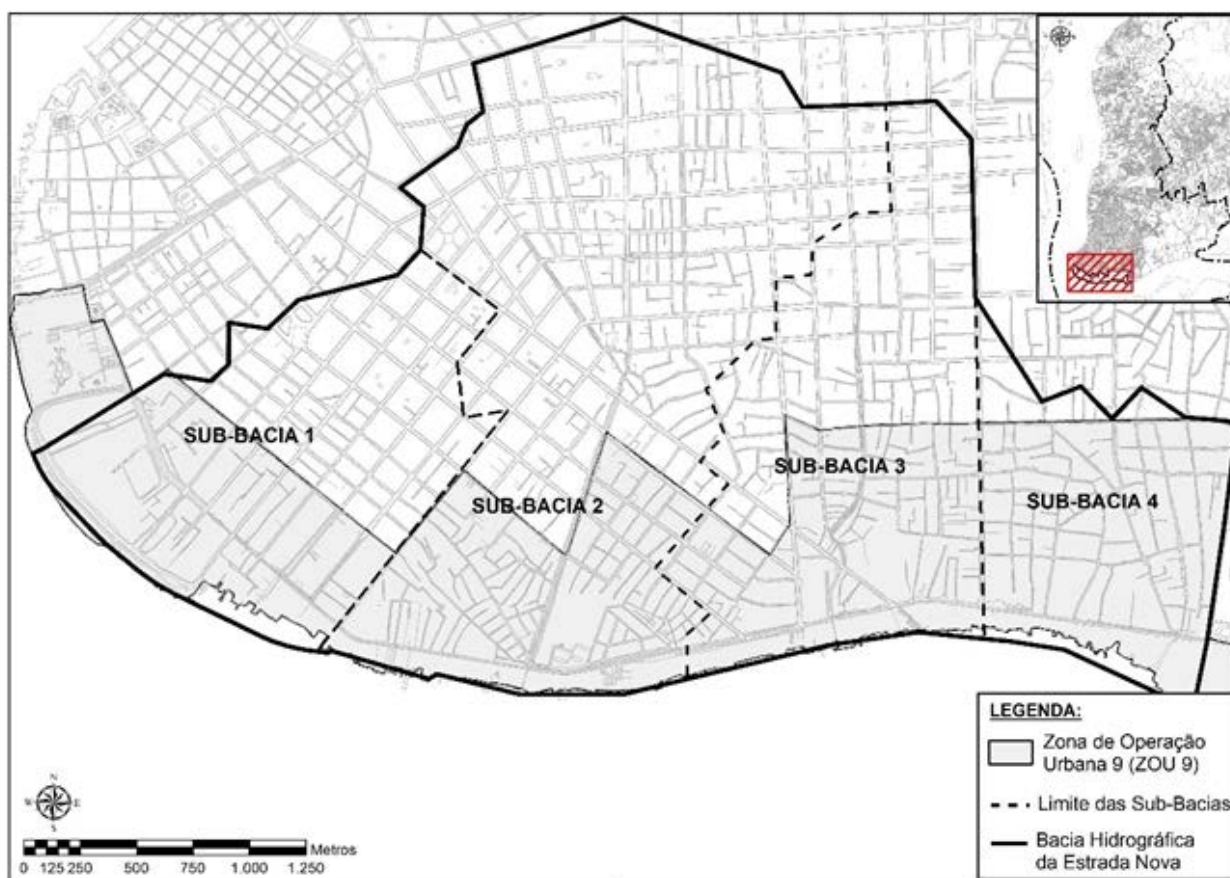
página 4 de 5

PROGRAMA SANEAMENTO AMBIENTAL

A política de saneamento ambiental envolve ações no âmbito do abastecimento de água e esgotamento sanitário, macro e micro-drenagem urbana, gestão dos resíduos sólidos e tem como objetivo assegurar os direitos fundamentais de acesso à água, a um ambiente saudável, diminuindo os riscos a saúde e com controle social garantido.

Para promover infraestrutura adequada em saneamento ambiental, a Prefeitura de Belém - PMB executa as etapas de implantação do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN I, com a macrodrenagem das Sub-Bacias 1, 3 e 4, e PROMABEN II em fase de aprovação pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Figura 50 – Delimitação da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova subdivida em quatro Sub-bacias.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – CTM/CODEM, 2015.

O PROMABEN I contempla obras e ações de drenagem urbana, reordenamento urbano e reassentamento de população, infraestrutura sanitária, infraestrutura viária, além da sustentabilidade social e institucional nos canais principais da Sub-bacia 1 da Bacia da Estrada Nova, objeto do Contrato de Empréstimo 1998-OC/BR, firmado entre o Município de Belém e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Com custo total de US\$ 145,87 milhões o contrato é executado pela PMB desde 2008, data de sua assinatura. Dos recursos do financiamento BID, mais de 90% foi desembolsado até o final do ano de 2012. A partir de 2013, para continuidade e manutenção das ações do programa, a PMB concluiu os desembolsos do financiamento, pouco mais de R\$ 20 milhões, o que representa os 10% dos recursos restantes do empréstimo, e aportou cerca de R\$ 80 milhões, com recursos próprios, até o ano de 2016.

No período de 2013 a 2016, foram concluídas as ações de remanejamento de famílias e negócios nos trechos de intervenção do Canal da Av. Bernardo Sayão, entre as ruas Veiga Cabral a Mundurucus, e do Canal da Rua dos Timbiras, entre Av. Bernardo Sayão a Rua Carlos de Carvalho.

Em relação as obras, de 2014 a 2015, no trecho da Av. Bernardo Sayão, entre as ruas Veiga Cabral a Mundurucus, foram executados serviços de engenharia de saneamento e duplicação da avenida em 374 m de extensão; as intervenções no Canal da Rua Timbiras foram concluídas com a entrega de 1.380m de vias pavimentadas. Na solução transitória (auxílio comércio), 30 moradores proprietários de imóveis comerciais que foram remanejados da Av. Bernardo Sayão e assinaram termo de acordo com o recebimento de R\$ 40 mil reais para reposição da atividade comercial.

Em 2016, a UCP registrou a regularização de 71 unidades habitacionais, todas de famílias reassentadas no Conjunto Habitacional Comandante Antônio Vinagre, provenientes da área de intervenção do PROMABEN.

Tabela 60 – Evolução dos produtos obtidos com a execução do PROMABEN I (Sub-bacia 1).

Produtos	Unid.	2013	2014	2015	2016
Canais construídos	Metro	349	264	-	-
Rede de águas pluviais construída	Metro	596	616	-	-
Área verde implantada	Ha	0,07	0,51	0,41	-
Famílias reassentadas	Famílias	38	4	22	-
Imóveis regularizados	Imóveis	-	-	-	71
Vias urbanas implantadas	Metro	620	122	638	-
Avenidas implantadas	Metro	374	-	-	-
Pessoas capacitadas em educação ambiental	Pessoas	583	1.691	-	-

Fonte: Monitoramento e controle da UCP/PROMABEN, 2016.

O reassentamento de famílias e negócios cumpre os critérios de elegibilidade normatizados no Plano Específico de Reassentamento – PER, conforme diretrizes do Plano Diretor de Reassentamento – PDR. Trinta (30) moradores proprietários de imóveis comerciais localizados no trecho da Av. Bernardo Sayão, entre as Ruas Veiga Cabral a Rua dos Mundurucus, receberam indenização a fim de repor a atividade comercial. Nenhuma família ou comerciante permaneceu em auxílio.

A regularização dos imóveis do Conjunto Habitacional Comandante Cabano Antônio Vinagre e das quadras localizadas à Av. Bernardo Sayão, entre a Rua Veiga Cabral e Rua dos Mundurucus, foi realizada por meio de convênios celebrados com a CODEM. A meta é regularizar 450 imóveis, mas estima-se um total de 1.200 imóveis a serem contemplados com a regularização fundiária.

Integrado à execução das obras físicas de melhoria da infraestrutura, são desenvolvidos programas sociais que objetivam elevar a qualidade de vida das famílias afetadas. Dentre estes cabe destacar: Apoio ao Remanejamento/reassentamento de famílias cujas benfeitorias foram construídas em áreas insalubres sem saneamento; Acompanhamentos das demolições das benfeitorias indenizadas pelo Município; Atividades Culturais esportivas; Geração de Trabalho e Renda (Cursos de Capacitação e Profissionalizantes); Educação Ambiental (palestras, mutirão ecológico); Mobilização e Organização Comunitária (elaboração e impressão de material

informativo, com distribuição aos moradores e beneficiários da área de intervenção de obras); Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio Organizativo (Capacitação da CAO, reuniões com os moradores, reuniões técnicas).

No ano de 2013 foram mobilizados 30 moradores da comunidade na realização de oficinas de comunicação popular por meio do Projeto Biizu, desenvolvido em parceria com o Governo do Estado, e as ações de educação ambiental contaram com a participação de 2.274 beneficiários do programa a partir da execução do projeto “Canteiro de Obra não é brincadeira”.

Somente no ano de 2015, com a assinatura do Contrato de Financiamento nº 10.2.1833.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi assumida a execução das obras e a implantação de projetos sociais do PROMABEN I nas Sub-bacias 3 e 4.

O controle e monitoramento dos produtos obtidos com a execução dos projetos de Infraestrutura em saneamento das Sub-bacias 3 e 4, nos anos de 2014 a 2016 estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 61 – Evolução dos produtos obtidos com a execução do PROMABEN I (Sub-bacias 3 e 4).

Produtos	Unid.	2014	2015	2016
Canais construídos	Metro	-	15	651
Rede de águas pluviais construída	Metro	-	-	-
Famílias reassentadas	Famílias	109	16	8
Vias urbanas implantadas	Metro	-	-	-
Pessoas capacitadas em educação ambiental	Pessoas	-	2.269	-

Fonte: Monitoramento e controle da UCP/PROMABEN.

As obras e serviços de engenharia nas Sub-bacias 3 e 4 estão em fase de execução em duas frentes: (a) Frente 1 - Av. Bernardo Sayão, entre Av. José Bonifácio e Rua Augusto Correa, com implantação do sistema de macrodrenagem, localizada na sub-bacia 4 da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova; (b) Frente 2 – Canal da Travessa 3 de Maio, trecho compreendido entre a Av. Fernando Guilhon e Passagem Bugarim, localizada na sub-bacia 3 da referida bacia hidrográfica.

O remanejamento das famílias na Frente 1 foi concluído respeitando o planejamento da execução das obras. Apenas 5 imóveis serão remanejados no ano de 2017. A execução das obras tem previsão para conclusão dos serviços e obras de engenharia no 1º semestre de 2017. Na Frente 2 foi realizado o acompanhamento do trabalho de vistoria cautelar contratado pela empresa responsável pelas obras e a construção do canal, tendo como prazo de conclusão o 2º semestre de 2017.

O projeto registrou até outubro de 2016, 816 m de canais construídos, 4610,35 m de rede de águas pluviais e pavimentação de vias, e 133 famílias remanejadas nos trechos de intervenção de obras.

No ano de 2015 a PMB pleiteou nova operação de crédito ao Governo Federal para financiar obras de infraestrutura sanitária, viária e melhoria ambiental e habitacional, além de ações de sustentabilidade socioambiental, e de fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos no projeto para contribuir e melhorar as condições socioambientais que afetam os habitantes da Bacia Hidrográfica Estrada Nova e da Bacia do UNA.

Esta etapa, denominada PROMABEN II, complementa as obras previstas para o PROMABEN I. Esta operação de crédito tem valor estimado em US\$ 250 milhões, onde o BID financiará 50% dos recursos e a PMB aportará 50% como contrapartida local num prazo de 5 anos de execução.

Atualmente, o processo encontra-se em análise na STN aguardando aprovação para posterior envio ao Senado Federal para liberação do recurso financeiro.

No sistema de drenagem de águas pluviais foram recuperadas e modernizadas 33 comportas dos canais da Tamandaré, Reduto, Doca e Una, sendo 25 comportas automatizadas: 18 no Canal do Una e 7 no Canal do Jacaré; e 8 manuais: 6 no Canal da Doca e 2 no Canal do Reduto. Há ainda 10 comportas tipo “stop lock”, sendo 5 no Canal da Tamandaré e 5 no Canal da Bernardo Sayão.

Foi realizada a desobstrução de 178.432m de galerias e 301.535m de dragagem / redragagem de canais, a limpeza e manutenção de 21.206 poços de visita, 51.088 bocas de lobo e 1.126.905m de rede de drenagem. Esses

serviços incluem as recorrências necessárias como redragagem e retirada permanente de entulhos no leito e margem dos canais e constante desobstrução da rede de drenagem como forma de evitar pontos de alagamento na malha viária da cidade nos períodos mais chuvosos.

Como parte das operações de manutenção do sistema de drenagem, os serviços de pavimentação de vias, construção de pontes e passarelas integram a rotina de ampliação, revestimento ou recapeamento da malha viária. No Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO e no bairro do Tenoné, as obras iniciadas em 2014 melhoraram a qualidade de vida dos moradores das áreas recuperadas com serviços de pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, drenagem profunda, meio fio com linha d'água, drenagem auxiliar, sinalização horizontal e vertical, ciclofaixas, construção de passeios em concreto e ponte de madeira para passagem de veículos.

Nos Lotes I (áreas centrais de Belém e Distrito Administrativo de Mosqueiro) e II (Distrito Administrativo de Icoaraci, Outeiro e conjuntos habitacionais ao longo da Av. Júlio Cezar e Rod. Augusto Montenegro e seu entorno) foram executados serviços de pavimentação, recapeamento, serviços de drenagem pluvial, meio fio com linha d'água, calçadas em concreto simples, sinalização horizontal e vertical. Os bairros beneficiados pelos serviços foram: Cremação, Marco, Batista Campos, Guamá, Sacramenta, Nazaré, Umarizal, Telégrafo, Pedreira, Jurunas, Marambaia, Terra Firme, Val de Cans, Tapanã e Maracangalha.

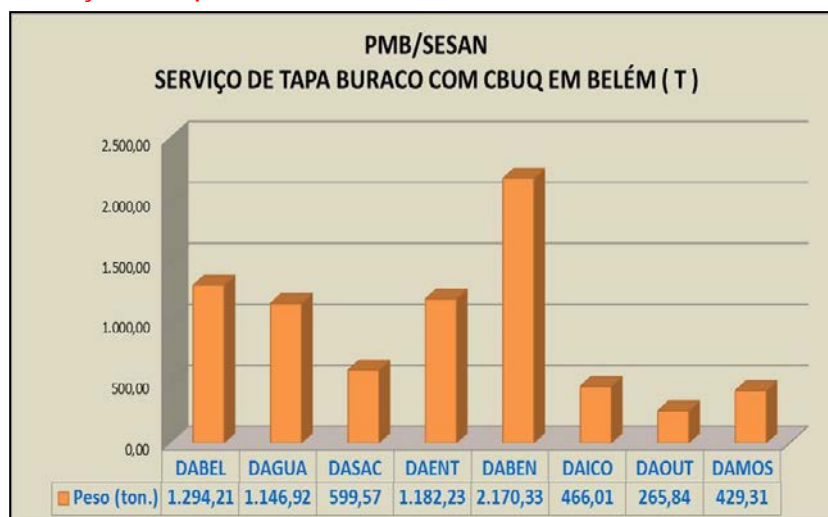
Figura 1 - Serviço de pavimentação até setembro de 2015.



Fonte: SESAN, 2015.

A manutenção e conservação das vias ou operação tapa buraco como é comumente reconhecida, refere-se a serviços diários de restauro do o dano causado ao pavimento, com o preenchimento, seja por CBUQ ou pré misturado a quente - PMQ.

Figura 2 - Serviço de tapa buraco até outubro de 2015.



Fonte: SESAN, 2015.

Paralelamente a estas operações, no ano de 2015 deu-se continuidade à construção e recuperação de pontes e passarelas provisórias em madeira, localizadas em áreas periféricas, que possibilitaram melhor acessibilidade da população aos serviços essenciais, tais como coleta de lixo, ambulância, bombeiros e segurança.

Figura 3 - Serviço de construção de estivas até julho de 2015.



Fonte: SESAN, 2015.

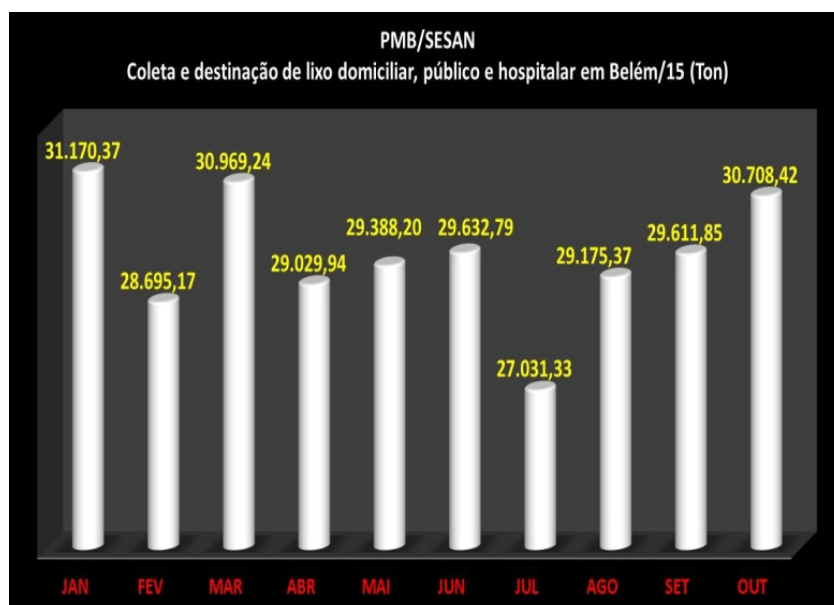
A questão da limpeza urbana deve ser encarada como vetor de saúde pública evitando a transmissão de diversas doenças causadas pela destinação e disposição inadequada dos resíduos como leptospirose, febre tifóide, dengue, giardíase e febre amarela. Neste sentido, a coleta de lixo domiciliar no município de Belém obedece 108 roteiros em dias alternados que contam com um total de 46 caminhões equipados com coletor-compactador, atendendo 85 da população, por meio do sistema de coleta de resíduos sólidos.

A coleta seletiva em Belém é uma realidade e ocorre em diversos roteiros no bairro de Nazaré, com ampliação prevista para 2016 após o término das obras do Centro de Triagem. Também foram instalados ecopontos em logradouros públicos e em prédios públicos sob a responsabilidade da PMB.

Os resíduos da coleta seletiva tem como destino final o Centro de Triagem de Materiais Recicláveis para Catadores do Aurá, cujas obras iniciaram de 2014. Após a conclusão das obras, previstas para início de 2016, o referido centro o terá Galpão de Triagem para a seleção e separação de materiais recicláveis de acordo com sua classificação (papel, vidro, plástico, metais e outros), Bloco Administrativo com banheiros, vestiários, ambulatório, refeitório e cozinha e Bloco de Estocagem com baias específicas para cada tipo de material. Atualmente, 99 da obra está concluída.

Os resíduos sólidos não utilizados pela coleta seletiva tem destinação final o novo Aterro Sanitário localizado no município de Marituba na Região Metropolitana de Belém – RMB administrado pela iniciativa privada e atendendo aos critérios ambientais estabelecidos pela Lei Federal nº 12.305 – Política Nacional dos resíduos Sólidos. Atualmente no antigo Aterro Sanitário executa-se os trabalhos de controle do passivo ambiental e a operação do centro de triagem com a manutenção da atividade dos catadores devidamente habilitados para o serviço.

Figura 4 - Serviço de coleta de resíduos sólidos até outubro de 2015.



Fonte: SESAN, 2015.

Para o abastecimento de água e esgotamento sanitário várias intervenções foram executadas para a normalização do sistema, como a reativação de poços desativados no DAICO e o aumento da produção de água em 250m³/hm por meio da implantação de poço profundo. Houve ainda a ativação de 400 m da malha de rede tronco implantada desde 2007, resolvendo com isso o problema das constantes falta d'água na área central do distrito.

Para o Distrito Administrativo do Outeiro - DAOUT foi solicitado junto ao Ministério das Cidades - MCidades a habilitação de projetos de abastecimento de água do bairro do Fidelis e da Ilha de Cotijuba, no valor em torno de R\$ 22.500.000,00, aguardando autorização para sua implantação.

Como desafios assumidos pela Gestão Municipal em 2016 têm-se:

- Readequação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Belém;
- Reconstrução da cadeia de produção de reciclagem dos resíduos, com inclusão sócio produtiva dos catadores;
- Recuperação ambiental do Aterro Sanitário do Aurá;
- Execução dos projetos de microdrenagem e pavimentação de 80 km de vias urbanas;

- Plano de ampliação de acessibilidade dos logradouros nos bairros, em se tratando de sistema viário, com obras de pavimentação, meio fio e calçada;
- Readequar a legislação de lançamento de esgoto domiciliar tratado no sistema de drenagem urbana.

PROGRAMA MOBILIDADE URBANA

Para uma política de acessibilidade e mobilidade urbana sustentável que promova a integração da Região Metropolitana de Belém - RMB, a Gestão Municipal, entre os anos de 2013 e 2016, desenvolveu ações fundamentadas nos princípios que envolvem a priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento integrado, além do deslocamento de pessoas por transporte não-motorizado.

Neste sentido, a Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB em parceria com a SEURB, executa o projeto *Bus Rapid Transite* – BRT Belém, cabendo a essa superintendência a implantação do plano operacional de serviços, o estudo de viabilidade econômica e tarifária, definição do modelo de CCO do sistema tronco-alimentador rodoviário com previsão de integração com o transporte fluvial - BRT Belém; além do detalhamento de atividades de planejamento e operação do serviço básico, convencional e complementar, integrando-os ao escopo que compreende o sistema tronco-alimentador.

Para tanto, atuou na adequada prestação de serviços públicos com pleno atendimento dos usuários, efetuando ações permanentes de fiscalizações e verificações in loco da aderência dos operadores delegatários às normas e na coibição e inibição da clandestinidade, orientando aos usuários e à população em geral. Com relação à ordenação do trânsito, as fiscalizações ocorrem de forma sistemática, nos principais corredores de tráfego e nos cruzamentos do sistema viário, além de ações volantes que inibem as ocorrências de irregularidades no sistema de circulação da cidade.

Em relação ao efetivo controle social das atividades de trânsito e transporte, foram ampliados os canais de comunicação com a sociedade a partir do SEMOB Virtual, aplicativo desenvolvido para telefonia móvel, seguido do fone 118 e do *twitter*, obtendo expressivo aumento na recepção de manifestações e pronta resposta aos usuários.

O projeto SEMOB na Comunidade atendeu aproximadamente 67.586 380 ações, dentre estas, atividades educativas com 8 Campanhas de Educação para o Trânsito nas escolas - SEMOB na Escola, Blitz Educativas, 12 palestras, cursos, oficinas e capacitações integrantes do Plano de Reeducação no Trânsito para Motoristas Infratores, e orientação aos usuários, com emissão de 28.770 cartões Passe Fácil (estudantes, sênior, especial e militar), 36 credenciais de estacionamento para deficiente e idoso, além de serviços de cidadania realizados em parceria com outros órgãos da PMB.

As ações executadas no sistema operacional de tráfego promoveram a melhoria na fluidez com correções em tempos semaforicos e, ainda, de traçados geométricos em vias importantes de escoamento de tráfego. Destaca-se a implantação do binário da Travessa Lomas Valentinas e da Travessa Angustura, e do binário da Travessa Vileta com a Travessa Humaitá, além da proposta de mudança de sentido e restrições à áreas de estacionamento nas vias de circulação do Centro histórico de Belém – CHB, em fase de implantação.

No transporte fluvial, foram projetados e estão sob licitação os portos fluviais da Praça Princesa Isabel e da ilha de Cotijuba, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 3 milhões na melhoria do acesso à região insular e mobilidade da população ribeirinha, integrando as ilhas ao continente e entre pontos de embarque/desembarque existentes na orla da cidade. Em fase de liberação de recursos tem-se a viabilização do Terminal Hidroviário do Ver-o-Peso e da Ilha de Mosqueiro. Tanto os portos, quanto os terminais hidroviários, estão contemplados como suporte à integração dos modais quando da efetiva implantação do Sistema BRT.

As ações de gestão do transporte avançaram na racionalização do sistema de transporte, com ampliação de atendimentos de origem-destino, ajustes operacionais de frota e de itinerários. A infraestrutura de apoio do sistema ônibus teve, em parceria com a iniciativa privada, o recebimento de 120 abrigos novos que serão instalados ao longo da Av. Augusto Montenegro e em demais pontos da cidade.

O sistema de transporte suplementar para o Distrito Administrativo de Mosqueiro - DAMOS se manteve com aproximadamente 30 micro ônibus do tipo van, com as cooperativas recebendo o sistema Passe Fácil e renovação da frota. O transporte fluvial Belém - Cotijuba opera com subsídios da PMB atendendo 27.727 passageiros/mês, tendo como usuários as populações ribeirinhas e turistas.

O sistema de transporte coletivo teve seu cadastro informatizado contabilizando uma frota de 1.380 ônibus municipais e 796 metropolitanos, com 82% da frota, cerca de 1.785 veículos acessíveis à pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida, e idade média de 4,5 anos, ou seja, abaixo da média de vida útil. O sistema opera com 12 empresas municipais e 8 metropolitanas, que possuem respectivamente, 107 e 56 linhas, transportando 327.556.308 passageiros/ano, com média mensal de 27.296.359 usuários.

Se considerarmos o sistema de apoio ofertado por táxis e moto táxis, temos que 5.558 veículos que operam enquanto táxis (BA e BE) receberam autorização, com 336 pontos cadastrados e 56 fixos; enquanto que a frota de moto taxi opera com 10.065 veículos autorizados em 81 pontos cadastrados até novembro de 2016.

Na fiscalização do transporte, foram lavrados 744 autos de infração, 30 empresas de ônibus fiscalizas; 66 ônibus, 570 táxis, 2.403 moto táxis e 60 veículos de transporte escolar, vistoriados; e 33 veículos apreendidos. Foram implantados 38 novos radares na fiscalização eletrônica para excesso de velocidade, dos quais 24 com funções para infrações de avanço de sinal e parada sobre faixa de travessia de pedestres, sendo programada instalação de mais 20 pontos de fiscalização por radares. Foi instituído o vídeo monitoramento em projeto piloto implantado no Aeroporto Internacional de Belém conforme Portaria nº 532/2015 do CONTRAN.

Houve avanços na fiscalização presencial com investimento em aparelhamento dos Agentes de Trânsito, aquisição de novas viaturas com rádio e GPS, motocicletas e, ainda, talonários eletrônicos em fase de implantação. Neste sentido, 90% do parque operacional foi modernizado com equipamentos de controle e serviço para a manutenção de banco de dados e fiscalização de

suporte aos agentes de trânsito. O avanço de tecnologia da informação nos procedimentos internos proporcionou a conclusão do georreferenciamento das ações educativas promovidas, a atualização dos vetores das linhas de ônibus municipais e das rotas cicloviárias, com mensuração e distância, estando em fase andamento a atualização do banco de dados geográficos, a geração de modelos virtuais de cenários em rede urbana do município e o georreferenciamento dos radares em cruzamentos e vias.

Equipes de Agentes de Trânsito participaram de 1.176 eventos promovidos no município, além de atuarem nas 180 ocorrências atendidas até agosto de 2016, sendo 133 acidentes sem vítimas, 24 atropelamentos com pedestre, 20 acidentes com vítima, 1 deste, fatal; 1 choque com veículo fixo e 1 capotagem.

No controle de tráfego, foram implantados 678 m² de sinalização vertical e 33.532 m² de sinalização horizontal, superior aos 400 m² e 23.800 m² de sinalização horizontal implantados, respectivamente, em 2015. 29 novos cruzamentos foram semaforizados e utilizados 298 grupos semaforicos, havendo o acréscimo e modernização de 10 semáforos por cruzamento. 60 controladores de tráfego foram instalados, ocorrendo a substituição de 74 módulos eletrônicos nos controladores e de 302 módulos à LED.

Até outubro de 2016 foi implantado 5.070 km de ciclovias e 3,80 km de ciclofaixas, perfazendo um total de 15,58 km e 69,804 km, respectivamente.

Quadro 75 – Totalização da rede de ciclofaixas e ciclovias no município de Belém, existente e a ser implantada. Dados até 2016 (SEMOB, 2016).

Subtotal Ciclovias Implantadas	15.580
Subtotal Ciclovias a Implantar	32.710
Total	48.290
Subtotal Ciclofaixas Implantadas	69.804
Subtotal Ciclofaixas a Implantar	12.110
Total	81.914
Total Geral	130.204

Quadro 76 - Rede de ciclofaixa implantada até outubro de 2016 (SEMOB, 2016).

Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclofaixas 1997 a 2004 - Prefeitura				
Avenida Augusto Montenegro	Ciclofaixa	Entre o entroncamento e rua 8 de Maio	1997 - 2004 - Prefeitura	12.900
Avenida Visconde de Souza Franco	Ciclofaixa	Entre a rua Boaventura da Silva e avenida Marechal Hermes	1997 - 2004 - Prefeitura	1.230
Avenida João Paulo II	Ciclofaixa	Entre a travessa Antônio Baena e avenida Perimetral	Estado	2.100
Travessa 03 de Maio	Ciclofaixa	Entre Pedro Miranda e Antônio Barreto	1997 - 2004 - Prefeitura	735
Subtotal				16.965
Ciclofaixas 2004 a 2012 - Prefeitura				
Avenida Senador Lemos	Ciclofaixa	Entre a avenida Dr. Freitas e passagem Santos Dumont	2004 - 2012 - Prefeitura	348
Avenida Pedro Álvares Cabral	Ciclofaixa	Entre Rod Arthur Bernardes e elevado Daniel Berg	2004 - 2012 - Prefeitura	3.100
Rua Lopo de Castro	Ciclofaixa	Entre as ruas Siqueira Mendes e rua 8 de Setembro	2004 - 2012 - Prefeitura	1.500
Avenida Dr. Freitas	Ciclofaixa	Entre as avenidas Senador Lemos e Pedro Álvares Cabral	2004 - 2012 - Prefeitura	377
Subtotal				5.325
Ciclofaixas - Estado				
Avenida Júlio César	Ciclofaixa	Entre Rod Arthur Bernardes e avenida Almirante Barroso	Estado	4.710
Avenida Paulo Frota	Ciclofaixa	Entre as avenidas Centenário e Júlio César	Estado	2.230
Rodovia Arthur Bernardes	Ciclofaixa	Entre a travessa Soledade e avenida Pedro Álvares Cabral	Estado	14.400
Travessa Antônio Baena	Ciclofaixa	Entre a avenida Pedro Miranda e rodovia Arthur Bernardes	Estado	3.060
Avenida Centenário	Ciclofaixa	Entre as avenidas Julio César e Augusto Montenegro	Estado	4.700
Avenida Laércio Barbalho	Ciclofaixa	Entre as avenidas Augusto Montenegro e Mário Covas	Estado	2.296
Subtotal				31.396
Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclofaixas 2013 a 2016 - Prefeitura				
Avenida Tavares Bastos	Ciclofaixa	Entre as avenidas Almirante Barroso e Pedro Álvares Cabral	2013 - 2014 - Prefeitura	551
Avenida Pedro Álvares Cabral	Ciclofaixa	Entre as avenidas Dalva e Tavares Bastos	2013 - 2014 - Prefeitura	860
Travessa Cruzeiro	Ciclofaixa	Entre as ruas Siqueira Mendes e Padre Júlio Maria	2013 - 2014 - Prefeitura	459
Rua Dois de Dezembro	Ciclofaixa	Entre as travessas Itaboraí e Soledade	2013 - 2014 - Prefeitura	447
Rua Manoel Barata	Ciclofaixa	Entre a avenida Lopo de Castro e travessa do Cruzeiro	2013 - 2014 - Prefeitura	464
Rua Siqueira Mendes	Ciclofaixa	Entre a avenida Lopo de Castro e travessa do Cruzeiro	2013 - 2014 - Prefeitura	424
Avenida João Paulo II	Ciclofaixa	Entre a travessa Antônio Baena e avenida Ceará	Concluída em 2015	57
Avenida José Bonifácio	Ciclofaixa	Entre a rua dos Mundurucus e avenida Duque de Caxias	Concluída em 2015	1.810
Rua dos Mundurucus	Ciclofaixa	Entre a rua Teófilo Condurú e travessa Honório José dos Santos	Concluída em 2015	4.060
Travessa Lomas Valentinas	Ciclofaixa	Entre a avenida João Paulo II e rua Antônio Everdosa	Concluída em 2015	2.470
Travessa Angustura	Ciclofaixa	Entre a avenida João Paulo II e rua Antônio Everdosa	Concluída em 2015	2.470
Rua Teófilo Condurú	Ciclofaixa	Entre a rua dos Mundurucus e avenida Ceará	Concluída em 2015	1.000
Avenida Ceará	Ciclofaixa	Entre a travessa Teófilo Conduru e avenida João Paulo II	Concluída em 2015	60
Travessa Antônio Baena	Ciclofaixa	Entre as avenidas João Paulo II e José Bonifácio	Concluída em 2015	986
Subtotal				16.118
Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclofaixas a Implantar				
Ciclofaixa Icoaraci	Ciclofaixa	Trav. Itaboraí, rua Siqueira Mendes, trav. Pimenta Bueno e rua Dois de Dezembro	A Implantar	4.140
Ciclofaixa Portal / avenida Tamandaré	Ciclofaixa	Entre a avenida 16 de Novembro e rotatória do Portal da Amazônia	A Implantar	1.240
Avenida Doutor Freitas	Ciclofaixa	Entre as avenidas Duque de Caxias e Pedro Álvares Cabral	A Implantar	1.610
Portal da Amazônia	Ciclofaixa	Alça partindo da rua dos Mundurucus até a orla e retornando a Bernardo Sayão	A Implantar	1.530
Rua dos Mundurucus	Ciclofaixa	Entre a travessa Honório José dos Santos e Portal da Amazônia	A Implantar	1.140
Travessa Vileta	Ciclofaixa	Entre a avenida João Paulo II e rua Antônio Everdosa	A Implantar	2.450
Sutotal				12.110

Quadro 77 - Rede cicloviária implantada até outubro de 2016 (SEMOB, 2016).

Local	Tipo	Trechos	Período	Extensão (m)
Ciclovias 2004 a 2012 - Prefeitura				
Avenida Almirante Barroso	Ciclovía	Entre São Brás e entroncamento	2004 - 2012 - Prefeitura	5.260
Avenida Marquês de Herval	Ciclovía	Entre a avenida Doutor Freitas e travessa Antônio Baena	2004 - 2012 - Prefeitura	2.670
Portal da Amazônia	Ciclovía	Orla do Portal da Amazonia	2004 - 2012 - Prefeitura	1.040
Subtotal				8.970
Ciclovias 2013 a 2016 - Prefeitura				
Avenida Almirante Barroso	Ciclovía	Calçada compartilhada entre Tavares Bastos e Pass. Nossa Senhora Aparecida	2013 - 2014 - Prefeitura	1.180
Rua dos Timbiras	Ciclovía	Entre as avenidas Bernardo Sayão e Generalíssimo Deodoro	Concluída em 2015	2.070
Avenida Duque de Caxias	Ciclovía	Entre as avenidas José Bonifácio e Dr Freitas	Concluída em 2016	2.400
Avenida Brigadeiro Protásio Lopes	Ciclovía	Entre a avenida Dr. Freitas e Avenida Júlio César	Concluída em 2016	600
Subtotal				6.250
Ciclovía - Estado				
Elevado Daniel Berg	Ciclovía	Complexo Elevado Daniel Berg	Estado	360
Sutotal				360
Ciclovias a Implantar				
Avenida Pedro Alvares Cabral	Ciclovía	Entre a avenida Visconde de Souza Franco e elevado Daniel Berg	A Implantar	4.810
Avenida Augusto Montenegro (Bidirecional)	Ciclovía	Entre o entroncamento e rua 2 de Dezembro	A Implantar	27.900
Sutotal				32.710
Subtotal Ciclovias Implantadas				15.580
Subtotal Ciclovias a Implantar				32.710
Total de Ciclovias				48.290

GESTÃO E GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA

PROGRAMA GESTÃO INOVADORA PARA HOJE E AMANHÃ

O desenvolvimento da qualidade dos processos de gestão e do entendimento do planejamento enquanto instrumento que promove e assegura a governança da administração pública, requer sempre mudança de cultura administrativa, onde somente é possível obter resultados por meio do diálogo com a sociedade por meio da existência de espaços democráticos de diálogos e negociações, integração entre os entes municipais e multisetorialidade das ações na execução de políticas públicas, monitoramento, avaliação e aprendizado, e fazer-se replanejar.

Assim, no quadriênio 2013 - 2016 a Administração Municipal consolidou a gestão por resultados, fortalecendo a cultura do planejamento e avaliação de ações, metas e indicadores, em busca da efetividade das políticas públicas. Com o agravamento da situação política e econômica do país e, conseqüentemente do município, as funções de planejamento e controle da execução orçamentária ganharam importância para maior racionalização dos recursos e bom uso do erário público.

Com o objetivo de ampliar e estreitar um efetivo diálogo entre os setores de planejamento dos órgãos municipais entre si, assim como com as unidades setoriais de seus respectivos órgãos, foi iniciado o “Encontros de Integração com o Planejamento” promovidos a cada bimestre. Estes encontros objetivam a contínua qualificação em planejamento e gestão pública, de forma a contribuir na unificação da linguagem e conceitos de planejamento, na elaboração de instrumentos de planejamento municipais e no monitoramento e avaliação das políticas públicas por meio de indicadores de desempenho e métodos de avaliação de resultados.

Realizados de março de 2014 a outubro de 2016, os encontros tiveram a participação de 524 atuantes nas áreas de planejamento, orçamento e finanças, com uma média de 45 participantes por encontro.

Nestes encontros foram tratados os seguintes temas:

1. Construção da Agenda de Planejamento Municipal/2014 a 2017;
2. Apresentação de cases de sucesso em planejamento empreendida pelos órgãos da administração municipal;
3. Formas de financiamento de políticas públicas, captação de recursos, instrumentos de captação, acompanhamento de recursos e prestação de contas;
4. Apresentação do Modelo Unificado de Monitoramento Quadrimestral/2014 a 2017 e orientações técnicas constantes no manual;
5. Definição de estratégias metodológicas de atualização das variáveis do Programa Cidades Sustentáveis – PCS e da linha de base dos indicadores da Plataforma dos Centros Urbanos – PCU/Belém;
6. Apresentação dos resultados dos Fóruns Distritais da PCU/Belém;
7. Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2014 a 2017;
8. Modelo de Matriz Programática do Orçamento/2014 a 2017;
9. Modelo Relatório Anual de Gestão – RAG/2014 a 2016.



Outra ação complementar à realização dos Encontros de Integração com o Planejamento foi a realização do Curso de Formação em Indicadores de Desempenho em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará – IDESP com o apoio da Escola de Gestão Pública do Município – EGP.

O curso foi realizado no período de maio a junho de 2014 com a inscrição de 50 servidores dos quais 28 receberam certificação com 100% de aproveitamento, 7 servidores receberam atestados por conclusão de um dos módulos ministrados, e ocorreram apenas 15 evasões.

Também complementar à realização dos Encontros de Integração com o Planejamento foi a realização do Treinamento para o Monitoramento de Ações em Políticas Públicas em parceria com a Companhia de Informática de Belém – CINBESA. O treinamento foi realizado em junho de 2015 tendo a participação de 42 servidores, sendo que dos 39 órgãos municipais, 29 participaram da iniciativa.

Completando o Ciclo do Planejamento nos itens referentes ao Monitoramento e Avaliação, foi elaborado o Manual de Instalação e Operação referente à aplicação (software) em “Excel” utilizando banco de dados referente às ações pactuadas entre a Gestão Municipal e a sociedade, prazo de execução das mesmas, metas físicas e financeiras associadas, fonte de recursos, orçamento total e orçamento disponibilizado no período.

Esta ferramenta agrega os dados por quadrimestre/ano e facilita o monitoramento e avaliação das políticas públicas compatibilizando o planejamento operacional dos órgãos com os recursos destinados no período e a forma de execução das ações na garantia da efetividade dos resultados junto à sociedade que recebe os bens e serviços executados pela Administração Municipal.

Para facilitar a elaboração dos instrumentos de planejamento legalmente instituídos pela Lei Orgânica Municipal - LOMB, tais como Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Relatório Anual de Gestão e Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, foram desenvolvidas metodologias direcionadas aos técnicos dos setores de planejamento dos órgãos da Administração Municipal.

Desta forma, foi disponibilizado aos órgãos o Manual de Orientação Técnica para Elaboração da Matriz Programática do Orçamento e Preenchimento no Sistema de Gestão Integrada de Informações

Governamentais - GIIG e o Manual de Orientação Técnica para a Elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG.

Além da elaboração dos instrumentos de planejamento, anualmente são elaborados instrumentos de gestão orçamentária e financeira da Administração Municipal, expressos nos relatórios Resumido de Execução Orçamentária - RREO, de Gestão Fiscal - RGF e o Programa De Análise De Gestão Municipal – PROAGEM, de periodicidade bimestral.

O RREO tem periodicidade bimestral e auxilia o acompanhamento da realização orçamentária, enquanto o RGF é editado a cada quadrimestre e proporciona o controle da despesa de pessoal e dívida públicas pela observação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Em atendimento a lei de transparência nas administrações públicas, a PMB elaborou o Manual de Procedimentos Administrativos contendo todo o arcabouço legal, jurídico e administrativo da prefeitura e disponibilizado no Portal do Servidor e da Prefeitura garantindo desta forma uma maior transparência documental, melhor acesso aos serviços e continuidade das ações e informações à sociedade nas próximas gestões.

Tais produtos são disponibilizados em tempo real no Portal da Transparência do site da Prefeitura de Belém, contendo dados referentes à execução orçamentária e financeira do Município de Belém, reforçando a política de acesso dos munícipes às informações da gestão pública municipal.

O objetivo é estimular o acesso às informações municipais e ampliar a transparência da gestão pública municipal, contribuindo para a conscientização da importância da participação da sociedade na Administração Pública e o combate à corrupção.

A partir dos dados disponíveis, os cidadãos podem acompanhar o desenvolvimento das ações municipais, fiscalizando a aplicação dos recursos públicos e, ao mesmo tempo, conhecendo a realidade municipal e, exercendo assim, o controle pleno da gestão pública.

Entre os dias 08/09/2015 e 09/10/2015, em atuação coordenada em todo o Brasil, o Ministério Público Federal realizou a avaliação dos Portais da Transparência dos 5.568 municípios e 27 estados brasileiros.

O exame considerou aspectos legais e boas práticas de transparência com base em questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, objetivando medir o grau de cumprimento da legislação, por parte de municípios e estados, numa escala que vai de zero a dez.

O município de Belém ficou em 1º lugar no ranking dos municípios paraenses e em 5º lugar entre as capitais brasileiras. A pesquisa completa encontra-se no link: <http://www.combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/o-projeto/ranking/mapa-da-transparencia>.

Ao longo de 2016, a Gestão Municipal deu continuidade à captação de recursos para execução das políticas públicas, dos poderes Estadual ou Federal, em suas diversas linhas de financiamento, por meio das seguintes modalidades: Convênio (SICONV, OGU e Governo do Estado), Operação de Crédito e por Emendas Parlamentares.

Contudo, a contratação de operações de crédito em ano eleitoral, é vedada nos últimos 120 (cento e vinte dias), anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo (artigo 15 da Resolução do Senado Federal, nº 43/2001). Desta forma, não houve contratações em 2016.

Tabela 62 - Valor total das operações, cujos projetos foram selecionados no período 2013/2016 (Data base: 15/12/2016)

Tipo de Operação	2013	2014	2015	2016
Operação de Crédito	338.077.268,29	0,00	216.012.946,46	0,00
Convênios OGU	2.000.000,00	7.299.804,14	3.517.015,00	17.327.192,67
Convênios SICONV	699.175,00	1.000.000,00	0,00	2.934.447,91
TOTAL	381.361.443,29	46.254.155,33	219.529.961,46	20.261.640,58

Fonte: SEGEP, 2016

Intensificou-se o controle junto aos 29 CNPJs vinculados ao Ente Federativo (Gabinete do Prefeito) dos quais são divididos em 13 órgãos da administração direta, 05 órgãos da administração indireta e 11 órgãos que se enquadram como independentes, mas que para o entendimento do setor fiscal da Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, também seguem os mesmos critérios da Situação Fiscal do Município de Belém no momento da renovação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a cada 180 dias. Ressalta-se que a Certidão encontra-se vigente até dezembro de 2016 e que o objetivo dessa renovação é para que a Prefeitura Municipal de Belém prossiga com as liberações de recursos previstos para 2016 e 2017 relativas a contratos já firmados com instituições financeiras nacionais e internacionais, além de estar apta à captação de novos recursos com Entes Estaduais e Federais.

Tabela 63 - Valor total das operações, cujos projetos/programas em negociação (2016, ano de referência).

Tipo de Operação	Descrição	Valor
Operação de Crédito	PROMABEN II	432.519.670,00 ¹
OGU	Seleção PMB	22.561.640,58
SICONV	Propostas² junto aos Ministérios	303.170.130,04
Emendas Parlamentares	Propostas junto aos Ministérios	11.854.447,91
TOTAL R\$		770.105.888,53

Fonte: SEGEP, 2016.

Nota¹ * USD 125.000.000,00 (Projeção USD para 2017, com base em 31/10: R\$3,31)

Nota² Projetos cadastrados no Portal Siconv, aguardando análise do Ministérios.

Data base: 26/11/2016

Quanto aos riscos e limites de investimentos disponibilizados ao Município e demais entes da federação, as instituições financeiras nacionais responsáveis por esta análise atestaram a saúde financeira da PMB, conforme os prazos de vigência a seguir.

Quadro 78 - Instituições e Vigência da Avaliação de Risco da PMB.

Instituição	Vigência
Banco do Brasil (BB)	31/12/2016 *
Caixa Econômica Federal (CAIXA)	04/08/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	15/06/2017

Fonte: SEGEP, 2016.

Nota: * Em processo de renovação

Data base: 31/12/2016.

Para a contratação de operações de crédito, a municipalidade deve observar ainda os Limites e Condições de Endividamento, subordinadas às normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF) e as Resoluções nº 40 e 43 do Senado Federal de 20 e 21 de dezembro de 2001, onde limitam o montante da dívida global dos municípios em 120% da Receita Corrente Líquida-RCL. O quadro abaixo demonstra a capacidade de endividamento da PMB em 31/10/2016.

Tabela 64 - Capacidade de Endividamento da PMB (projeção em 31/10/2016).

Descrição	Valor
Receita Corrente Líquida-RCL	2.450.205.171,84
Limite de endividamento RSF 40/2001 (120% da RCL)	2.940.246.206,21
Endividamento:	
1. Estoque da Dívida	735.451.814,53
2. Saldo a Receber (Operações Contratadas)	401.561.302,59
3. Operações com Autorização Legislativa (fase de contratação / negociação)	432.519.670
4. Operações sem Autorização Legislativa	0,00
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO	1.569.532.787,12
Margem Disponível (46,62%)	1.370.713.419,09

Fonte: SEGEP, 2016. Projeção em 31/10/2016.

Ao longo dos últimos 20 anos, a estrutura administrativa da PMB passou por readequações para adaptar-se a novas exigências das políticas públicas pós-promulgação da Constituição Federal de 1988, ocasionando por vezes sobreposições e sobreposições de competências e atribuições às estruturas já existentes, comprometendo o fluxo interno de procedimentos administrativos com a criação de novas unidades e setores, e uma sobrecarga estrutural no organograma dos órgãos e da própria Administração Municipal.

Neste contexto, a PMB iniciou o processo de Modernização da Gestão Administrativa. No ano de 2015 efetivou-se o diagnóstico da situação atual da Administração Municipal com a modelagem de um modelo estrutural para todos os órgãos da administração direta ou indireta, que seguirão o mesmo padrão organizacional. Foi criada a Comissão de Modernização Administrativa coordenada pela SEMAD e com a participação da SEGEP, SEFIN, CINBESA e CODEM sendo instituído o Grupo de Trabalho – GT “Gestores Multiplicadores” com representantes de cada órgão.

Em sistema computacional específico para esse fim desenvolvido pela CINBESA, os Gestores Multiplicadores cadastraram informações referentes à estrutura organizacional da administração municipal, como setores existentes de forma oficial ou oficiosas, número de servidores que trabalham no órgão e os que estão à disposição, servidores efetivos, em comissão ou terceirizados e inclusive o quantitativo de ações realizadas por cada setor, de cada órgão, para verificação de sobreposição.

A partir do diagnóstico elaborado sobre a atual situação da estrutura administrativa será possível futura tomada de decisão quanto à viabilidade para contratação, além do redesenho estrutural com padronização de todos os procedimentos administrativos, incidindo na maior eficiência e eficácia das ações para atendimento da sociedade.

Como suporte a ação do redesenho organizacional serão realizadas oficinas envolvendo os órgãos da administração municipal onde será identificado o tamanho do órgão de acordo com o número de processos envolvidos em suas atividades, sendo possível detalhar o quantitativo de servidores envolvidos nos processos internos, graus de responsabilidades e

hierarquia, atribuições atualizadas dos servidores no órgão de origem ou como agente nos núcleos setoriais.

Além do processo de reestruturação dos órgãos e modernização dos procedimentos e sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC foram realizadas atividades direcionadas à captação de recursos focada em linhas de financiamento para elaboração dos projetos de modernização, atividades de auditoria da folha de pessoal para prevenção de incorreções nas folhas de pagamento e de registro funcional, recolhimento de encargos, atividades para incremento da arrecadação dos tributos municipais e melhoria da fiscalização por meio de sistemas de administração tributária, implantação do sistema de custos com melhoria na estratégia de compras e melhor uso dos recursos materiais.

Foi iniciada a elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos que conta com descrição completa das rotinas administrativas dos órgãos municipais, assim como suas leis, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções, regulamentos, missão, visão e valores, regimento interno, organograma, atribuições do órgão e de cada setor envolvido, composição do custo anual, seus contratos e convênios, sua estrutura de pessoal, de TI, de recursos materiais, estrutura física, estrutura mínima e modelos de monitoramento. Todas essas informações constam no Portal do Servidor e da Prefeitura garantindo desta forma uma maior transparência documental, melhor acesso aos serviços e continuidade das ações e informações à sociedade.

Na Gestão de Recursos Humanos foram atualizados todos os processos administrativos relativos a aposentadorias, acumulação de cargos, averbação e certidões de tempo de serviço, adicionais, abonos, estágios probatórios, férias, licenças, nomeações, exonerações, folha de pagamento e outras atividades de recursos humanos, relacionados aos servidores públicos da PMB. Processos esses que estavam arquivados e reservados desde as gestões anteriores. Em conjunto à CINBESA foi implantado o iniciou-se o Projeto de Digitalização de todo acervo funcional que contém a vida pública de todos os servidores da Prefeitura.

Nas atividades de Desenvolvimento de Pessoas foram realizadas ações na organização e monitoramento dos concursos vigentes e levantamento e diagnóstico dos cargos efetivos da PMB com a convocação de concursados para preenchimento das vagas disponíveis e controle quanto às decisões liminares de nomeação de concursados. Fez-se a atualização da legislação vigente a respeito de estágio probatório que resultou no projeto de alteração nos termos do Estatuto dos Servidores e proposta de novo regulamento de estágio probatório; implantação do Sistema Gestão de Documentos - GDOC e do Sistema de Publicação do Diário Oficial do Município – DOM; análise e homologação de Apuração Final de Estágio Probatório de servidores dos Órgãos da Administração Direta da PMB; análise de processos de revisão de proventos e Progressão Funcional de servidores aposentados; realização de ações de Gestão de Competências para elaboração do Diagnóstico Institucional; e organização de atividades de valorização do servidor.

Foi implantado o Módulo de Gestão Patrimonial no Sistema Gestão de Informações Integradas Governamentais – GIIG, visando o atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Gestão Patrimonial/NBCASP. A primeira etapa foi iniciada em 2013 com a realização do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis pertencentes ao patrimônio do município de Belém com a importação dessas informações ao sistema GIIG, assegurando a correta evidenciação do ingresso e de sua movimentação, adequando o controle desses bens de caráter permanente e sua integração com o sistema de contabilidade.

Como processo contínuo de atualização é realizado o inventário anual de bens móveis, imóveis e de consumo do ano de 2016, conforme Instrução Normativa nº 006/2016 de 12 de setembro de 2016, que Institui normas acerca dos procedimentos necessários para realização do inventário anual de bens móveis, imóveis e de consumo dos órgãos e entes que compõem a administração municipal. Cada órgão é responsável em inventariar os bens pertencentes ao seu patrimônio e atualizar as informações na base de dados do sistema de gestão patrimonial do Município.

Assim, foi concluído o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos Ativos de Infraestrutura, bens como: mercados, cemitérios, praças, trevos, canteiros centrais, orlas e áreas verdes. Está em andamento a avaliação dos imóveis de uso especial, utilizados pela administração na execução dos serviços públicos; e o levantamento e avaliação dos bens intangíveis, como os sistemas de informação.

Quanto aos Bens de consumo, os mesmos serão integrados ao Módulo de Gestão de Bens de Consumo no Sistema GIIG no ano de 2017 a partir das informações do Inventário/2016.

Em 2015 foi inaugurada a sede da Escola de Gestão Pública – EGP que atende os servidores públicos com a realização de cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional e implantado o Cursinho Pré Vestibular. De 2015 a novembro de 2016, a EGP capacitou 2.609 servidores em cursos de treinamento administrativo, de informática e específicos para a área da saúde com capacitação dos servidores do Hospital de Pronto Socorro Mário Pinotti.

O Curso Pré Vestibular é direcionado a estudantes oriundos da rede pública, com curso gratuito e disponibilização de material didático para preparação aos concursos de vestibular. Até o momento, o projeto atendeu 600 alunos, nos três turnos com foco no acesso as universidades federal e estadual. Dos 200 alunos matriculados em 2015, 92 destes foram aprovados em exames para provento de vagas em nível superior. Para o ano de 2016 aguarda-se o resultado do ENEM/2016 e a relação dos aprovados nas universidades.

No âmbito das comemorações dos 400 Anos de Belém, a SEMAD por meio da EGP implantou o Projeto Servidor 400 Anos: Posso e Quero Ajudar! onde 200 servidores de diversos órgãos municipais receberam treinamento sendo preparados para prestar informações a todo e qualquer cidadão sobre os serviços públicos oferecidos pela municipalidade, locais de atendimento, horário, documentação necessária para abertura de procedimentos administrativos diversos. A SEMAD prevê a continuidade do projeto para o ano de 2017.

Integrado às comemorações foi editado o Guia para Utilização de Serviços Públicos Municipais no qual foram coletados e corrigidos os diversos formulários disponibilizados na Prefeitura e atualmente destinados ao acesso público exemplar impresso no formato livro e meio eletrônico; o Manual do Servidor da PMB, distribuído internamente para os órgãos municipais servido como guia de procedimentos quanto às atividades da Prefeitura e destinado a todo funcionalismo; e o Manual de Orientação e Padronização de Atos Administrativos e Correspondências Oficiais da PMB, documento que orienta e exemplifica como devem ser formulados os documentos oficiais de forma conscienciosa e padronizada.

A Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – SEMAJ tem como missão institucional representar judicialmente e extrajudicialmente o Município, com pro-atividade jurídica, compromissada com interesse público, visando a excelência na advocacia pública, exercendo as atribuições previstas na Lei nº 8.109/2001, dentre as quais se destacam o patrocínio de causas judiciais de interesse da Municipalidade, o controle da legalidade dos atos dos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, além da elaboração de estudos, pareceres, defesas e manifestações jurídicas das mais diversas temáticas conforme solicitação dos órgãos da Administração Municipal.

Dados de 2013 apontam que a SEMAJ analisou 84 projetos de lei e emitiu 218 (duzentos e dezoito) pareceres sobre matérias e processos administrativos submetidos a seu exame, realizou 13 (treze) estudos e 08 (oito) manifestações judiciais. Até outubro de 2016, a secretaria 30 minutas de projetos de lei, 39 minutas de decretos municipais, emitiu 260 pareceres jurídicos e analisou 529 processos.

Entre 2013 e 2016, a SEMAJ prestou auxílio permanente aos Núcleos Jurídicos - NSAJ dos órgãos e entidades da administração municipal a partir da promulgação do Decreto nº 76.098/2013 que tornou mais célere e eficiente o fluxo de informações dos processos judiciais e administrativos.

Especificamente, houve um acompanhamento mais presente junto aos NJASs a fim de diagnosticar a situação no que diz respeito a estrutura pessoal, física e organizacional; estruturais do ambiente de trabalho, passando pela análise dos processos até a estrutura organizacional para o seu regular funcionamento, e ainda sua relação com os demais setores das secretarias vinculadas, visando buscar soluções para sua melhor organização, funcionamento e eficiência.

Com relação aos Precatórios, a Prefeitura optou pelo Regime Especial de Pagamento por meio dos Decretos Municipais n°s 62.161/2009, 63.646/2010 e 64.465/2010, de acordo com a Emenda Constitucional n°62/2009, mantendo a regularidade de quitação no pagamento das parcelas anuais.

Para garantir a continuidade regular do pagamento e considerando ser crime de responsabilidade do Chefe do Executivo a não inclusão de valores no orçamento capaz de adimplir os precatórios vencidos, foi atribuído nas propostas orçamentárias para 2014, 2015, 2016 e 2017, o valor correspondente ao parcelamento nos termos da Emenda Constitucional n°62/2009 e a Resolução n°115/2010 do Conselho Nacional de Justiça, haja vista não haver outra orientação jurídica sobre a matéria.

A SEMAJ participou de todas as Semanas de Conciliação promovidas pela PMB no período de 2013 a 2015, não sendo realizada nenhuma conciliação em 2016 por tratar-se de ano eleitoral.

A Procuradoria Fiscal/SEMAJ apura a liquidez e certeza dos créditos, procede às respectivas inscrições em dívida ativa e posterior ajuizamento das ações de execução fiscal referentes a devedores de IPTU, TLPL – Taxa de Licença para localização, ISS/PF e ISS/PJ. Em relação ao ISS/PJ, a carteira promove a apuração de débitos, através dos respectivos Autos de Infração, e lançamentos (parcelamentos) das denúncias espontâneas, providenciando as execuções fiscais cabíveis diariamente, conforme quadros a seguir.

Quadro 79 - Resumo de iniciais protocoladas em regime de mutirão e excepcionalmente no balcão de distribuição do TJ-Pa apurado até 21/10/2016

TRIBUTO	EM LOTES DE MUTIRÃO		DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA NO BALCÃO		TOTAIS	
	TOTAL DE AÇÕES	VALOR	TOTAL DE AÇÕES	VALOR	TOTAL DE AÇÕES	VALOR
IPTU	6.287	39.797.013,05	233	2.376.422,35	6.520	42.173.435,40
ISS/PF	2.007	4.151.430,17	34	135.135,00	2.041	4.286.565,17
TLPL	7.217	40.840.994,72	240	2.384.253,11	7.457	43.225.247,83
ISS/PJ	0	0	140	11.120.514,54	140	11.120.514,54
TOTAIS	15.511	84.789.437,94	647	16.016.325,00	16.158	100.805.767,94

A Procuradoria Fiscal promove a atualização dos dados dos créditos junto as execuções fiscais e o levantamento mensal da inadimplência nos parcelamentos e executado débitos, conforme demonstrado no Quadro anterior (distribuição diária no balcão).

Quadro 80 - Controle de recebimentos de processos através de mandados judiciais 2016 – apurado até 21/10/2016

MÊS	FÓRUM CÍVEL	TRIBUNAL	JUSTIÇA FEDERAL	TOTAL
JANEIRO	4.293	7	22	4.322
FEVEREIRO	482	15	24	521
MARÇO	2.629	98	5	2.732
ABRIL	5.632	35	24	5.691
MAIO	1.032	51	3	1.086
JUNHO	3.765	44	66	3.875
JULHO	11	31	13	55
AGOSTO	7.126	16	46	7.188
SETEMBRO	2.725	44	24	2.793
OUTUBRO	3.096	28	16	3.140
Total parcial até 20/10/2016	30.791	369	243	31.403

Outra ação contínua é a colaboração com a Divisão de Cadastro Imobiliário e Imobiliário, para que o cadastro de contribuintes seja cada vez mais atualizado, com a padronização dos procedimentos dos processos de Prescrição e a rotina JPA implementada de acompanhamento dos leilões (Editais publicados nos Diários Oficiais), viabilizando a recuperação de créditos.

Via Ordem de Serviço nº 001/2016 – OS/GABS/PRFI, de 09/03/2016, publicada no DOM de 22/03/2016, foram reestruturadas as Carteiras do IPTU, ISS/PJ, ISS/PF e TLPL, dos Créditos Não Tributários e do Contencioso Fiscal, com a criação, ainda, da Carteira do ITBI.

Quadro 81 - Resumo das petições protocoladas durante o exercício 2016 – apurado até 21/10/2016

MÊS	QUANTIDADE
JANEIRO	2.835
FEVEREIRO	1.923
MARÇO	2.387
ABRIL	4.683
MAIO	2.866
JUNHO	4.566
JULHO	761
AGOSTO	3.625
SETEMBRO	4.754
Até 21/OUTUBRO	2.187
TOTAL	30.587

A SEMAJ efetivou por meio da sistematização digital toda a legislação municipal, estando disponível para consulta no site do órgão e hospedada no link Transparência no site oficial da PMB. Os atos legais da Municipalidade tão logo sejam publicados no Diário Oficial do Município – DOM, são diretamente lançados na plataforma digital, mantendo atualizado o acervo de leis, decretos, portarias, resoluções, podendo o acervo ser acessado por qualquer usuário em qualquer lugar que esteja.

Houve ainda renovação dos membros representantes dos conselhos mantidos pela SEMAJ assegurando o processo de redemocratização dos mesmos e a plena efetivação das suas atividades. Neste sentido, foram realizadas novas eleições para a composição do Pleno de Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos – CMDDH, do Conselho Municipal da Condição Feminina - CMCF, do Conselho Municipal do Negro e da Negra - CMNN e do Conselho Municipal do Idoso – CMI.

Como forma de aprimorar os mecanismos de integração entre os órgãos de modo a garantir celeridade de informações e agilidade na defesa jurídica do município a Auditoria Geral do Município do Belém – AGM, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com atuação em toda a

Administração Municipal do Poder Executivo composta pela Administração Direta e Indireta, Coordenadorias e Órgãos Autônomos, é responsável em realizar auditorias em órgãos e entidades do Município de Belém, ou por ele controladas, registrando eventuais falhas no cumprimento da legislação de procedimentos e avaliação de gestão; prestar assistência aos órgãos auditados, visando à correção de irregularidades e o aprimoramento dos métodos para o cumprimento de normas; fiscalizar e controlar as licitações, contratos e convênios, zelando pela lisura dos procedimentos, bem como pela obediência aos princípios da legalidade, moralidade, economicidade, impessoalidade e publicidade.

De 2013 a 2016, a AGM realizou fiscalizações em órgãos municipais, de forma preventiva, bem como recebeu diversas demandas oriundas dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, para acompanhamento junto aos órgãos demandados, verificando o desempenho quanto à eficácia, eficiência e economicidade tendo como foco o bom uso dos recursos públicos.

Deste universo, 10 unidades da Administração Municipal foram auditadas, dentre elas: SESMA, SEMEC, SEURB, SEMOB, FUNPAPA, IPAMB, BELEMTUR, FUNBOSQUE, FUNDO VER-O-SOL e PROMABEN; enquanto cerca de 1.200 demandas foram recebidas, sendo que aproximadamente 525 receberam a respondidas ao órgão ministerial competente com as informações requeridas e/ou os documentos solicitados.

A AGM deu continuidade à implantação da Gestão de Contratos/Convênios e Instrumentos Congêneres e da Auditoria Ordinária Operacional; bem como intensificou as ações de Gestão dos Órgãos Municipais, verificando o desempenho quanto à eficácia, eficiência e economicidade e propondo ações preventivas e corretivas.

Relevante também será a elaboração do Projeto de Lei, com vistas à alteração da Lei nº 8.496/2006 (Lei de criação da Auditoria Geral), no que se refere à criação de novos cargos, definição de competências e atribuições, propondo a nomeação de servidores para os cargos de Motorista, Assistente Administrativo e Assessoria Superior (advogado, administrador, contador), objetivando melhorar em termos quantitativos, a gestão dos controles internos

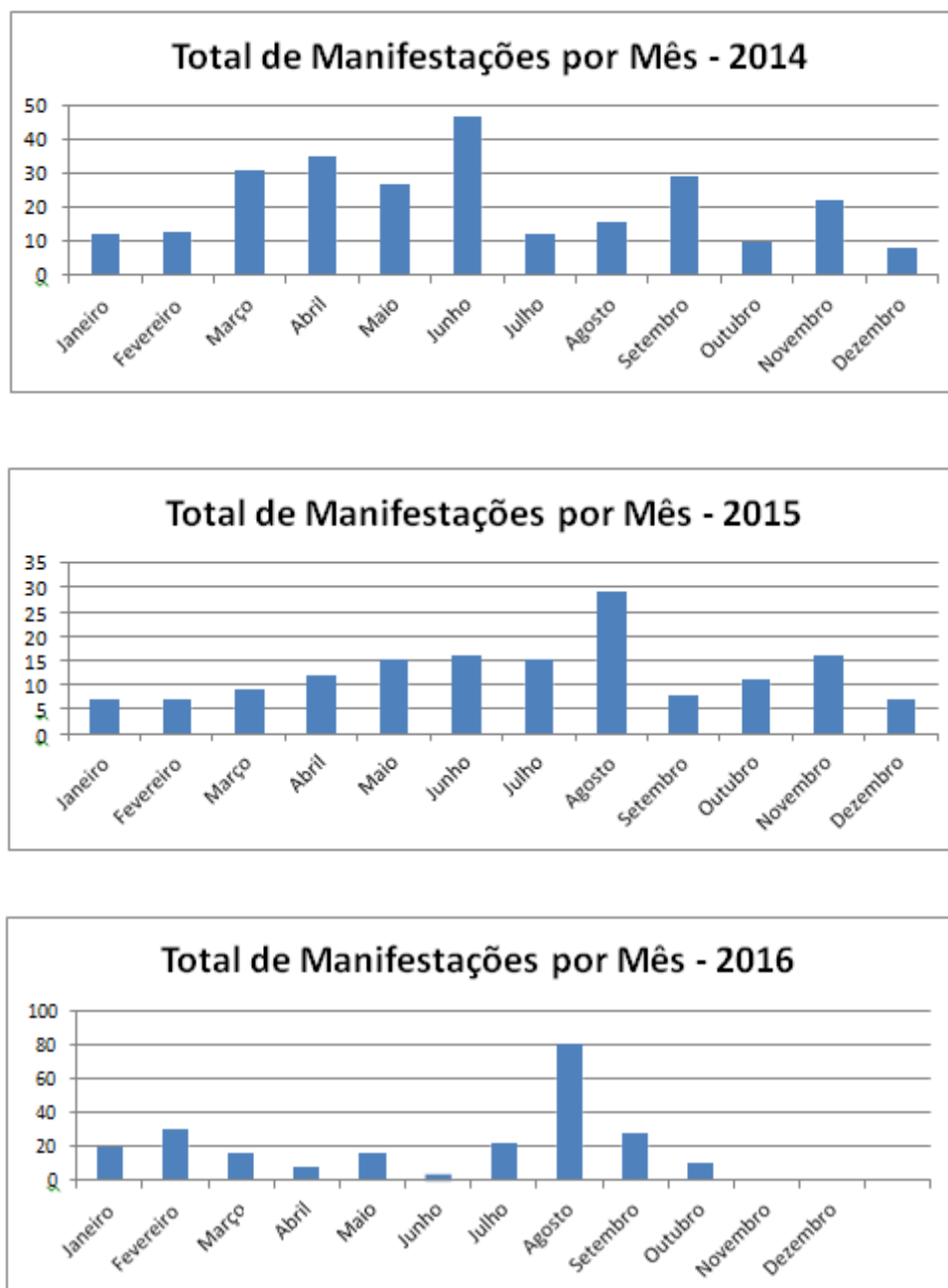
nos órgãos; além da divulgação Manuais de Controle Interno no Portal da Transparência (Manual do Controlador Interno, Manual de Adiantamento de Despesas e Manual de Contratos e Licitações), visando o acesso às informações com rapidez e segurança na execução do emprego do erário público, e realizar o Encontro de Controladores Internos dos órgãos municipais para troca de experiências e conhecimentos referentes à melhoria do sistema de Controle Interno.

A Ouvidoria Geral do Município – OGM, unidade de controle e participação social, é responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias e elogios, prestados sob qualquer forma ou regime, com vista ao aprimoramento da gestão pública, e por promover a democracia participativa por meio da garantia dos direitos conferidos ao cidadão, estimulando a melhoria das políticas e dos serviços públicos prestados pela municipalidade.

Para tanto, em 2013 a OGM iniciou o processo de atualização do Sistema Integrado de Ouvidorias por meio da renovação do Termo de Cooperação Técnica – TAG, o que proporcionou a implantação do **Call Center** com a otimização do atendimento ao usuário sobre os serviços prestados pela PMB e maior rapidez no tempo de resposta aos serviços solicitados. As solicitações são inseridas no Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública- TAG e subsidiam a definição de prioridades de intervenção da Gestão Municipal.

Enquanto um canal de comunicação direto entre o cidadão e o Poder Público, que permite ao mesmo, com suas críticas e sugestões, colaborar na melhoria do serviço prestado pela Prefeitura na busca de um melhor governo para a sociedade, a OGM ampliou as plataformas de atendimento com a consolidação do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública- TAG e a implantação do tri-dígito 162, em substituição ao 0800. Podendo ainda ser acessada pelo site www.belem.pa.gov.br/ouvidoria e em atendimento presencial na sede. Em todos esses canais são gerados protocolos de atendimento para que o usuário possa acompanhar o processo até sua resolução. Dados de 2015 informam em média 200 contatos mês com 75% de soluções imediatas.

Figura 51 – Demonstrativo das manifestações/mês recebidas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016 (OGM, 2016).



No eexercício de 2014, a OGM recebeu um total de 262 manifestações, sendo o mês de junho o mais expressivo e ddezembro o de menor expressividade. Em 2015, foram recebidas 152 manifestações, sendo o mês de agosto o mais expressivo, somando 29 demandas recebidas. No ano de 2016, houve um aumento considerável na quantidade de manifestações recebidas,

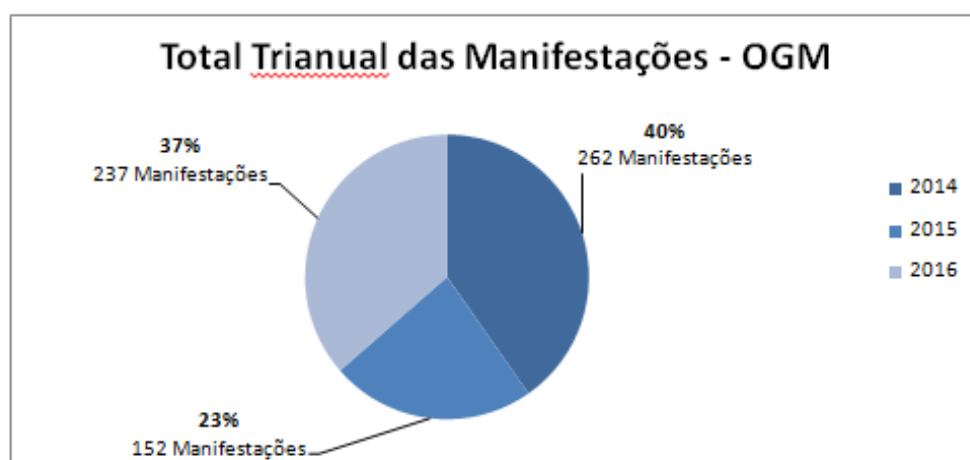
somando até o mês de outubro, um total de 237 manifestações, entre atendidas e concluídas.

Tendo como média os dados expostos, foram totalizadas até o momento 651 demandas das quais 188 foram concluídas.

Quadro 82 – Demonstrativo das manifestações/mês e concluídas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016.

	Exercício 2014	Exercício 2015	Exercício 2016	TOTAL
Encaminhadas	262	152	237	651
Concluídas	93		95	188

Figura 52 – Percentual das manifestações atendidas pela OGM nos anos 2014, 2015, até outubro de 2016.



Ao longo do quadriênio 2013 – 2016, a OGM integrou, em parceria com demais órgãos da administração, Núcleo “Cuida Belém, Cuide Também” que promoveu ações de requalificação urbana (limpeza, drenagem, calçamento, meio-fio, iluminação, dentre outras) no Complexo do Ver-o-Peso, Distrito de Icoaraci, Tapanã, nas feiras e mercados do Jurunas, Icoaraci, Santa Luzia (Umarizal), Terra Firme, Guamá e Complexo da Cremação.

Foi implantado o projeto “Ouvidoria nos Bairros” que promove atendimento presencial e *in loco* nos imóveis e logradouros públicos, respectivamente, como Unidades Básicas de Saúde – UBS, sede das agências distritais e dos conselhos, praças, feiras e mercados, dentre outros. Nestas ações há distribuição de material informativo sobre os serviços prestados pela ouvidoria com divulgação dos canais de comunicação presencial e virtual, e ainda a socialização do tri-dígito 162 como canal de acolhimento de demandas e demais solicitações.

O projeto percorreu os bairros do Jurunas, Terra Firme, Marambaia, Guamá, Sacramento, Barreiro, Pratinha, Tapanã, Bengui, Cabanagem, Cremação, Condor e os Distritos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro; além de 8 feiras/mercados, 7 UBS e 14 logradouros públicos entre ruas, avenidas e praças. No bairro da Terra Firme foi realizada limpeza de canais, retirada de entulhos e desobstrução de bueiros, mediação entre a SESAN e os moradores. No Jurunas, problemas referente à limpeza urbana foram solucionadas; enquanto que no bairro do do Guamá houve a revitalização da Praça Frei Daniel (Conjunto Alacid Nunes) após intervenção da OGM junto à SESAN e SEMMA.

Com implantação do projeto “Ouvidor Jovem”, a OGM estimula o protagonismo juvenil e a prática cidadã nas escolas das redes municipais e estaduais por meio de palestras e distribuição de materiais didáticos, criando um sentimento de pertencimento e o despertar à participação nas políticas públicas, junto a sua comunidade. O serviço será ampliado de forma que atinja todas as unidades escolares, ou aquelas que se localizam em áreas de maior vulnerabilidade social.

Em parceria com a Câmara Municipal de Belém – CMB, a OGM elaborou o projeto “Vigilância Social” que visa a divulgação das ações da PMB e do Poder Legislativo nas comunidades, assim como o acolhimento de suas demandas e a realização de pesquisas de satisfação sobre a qualidade da gestão pública municipal.

A OGM participa ainda da Operação Verão. Realizada anualmente no mês julho, busca solucionar *in loco* as manifestações quanto à satisfação dos serviços ofertados pela PMB. Participa junto com o Centro de Controle de Zoonoses – CCZ/SESMA das feiras de adoção de cães e gatos, oferecendo serviços vacinação antirrábica, de campanhas da SESMA com ações de vacinação contra gripe, febre amarela e hepatite; teste de HIV e verificação de pressão arterial e glicose; emissão de documentos RG e CTPS à população.

A Coordenadoria de Comunicação Social – COMUS, órgão responsável pela política de comunicação social da PMB, desenvolveu ao longo do período 2013 a novembro de 2016, ações estratégicas para melhor comunicar e divulgar os atos do governo e a implantação de políticas públicas como forma de democratizar o acesso irrestrito da população às informações governamentais.

A COMUS intensificou a presença digital da Administração Municipal no cotidiano da população com a implantação da Gestão de Marketing Digital com produção de conteúdo em múltiplos formatos para as múltiplas plataformas de mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter), que proporcionou a ampliação do diálogo da Gestão Municipal com os cidadãos.

Figura 53 - Plataforma de Mídias Sociais.



Fonte: COMUS – Out/2014.

Com a criação da Agência Belém de Notícias foram inaugurados novos meios de contatos da população com a Prefeitura, entre eles: lançamento da página da Prefeitura e do prefeito de Belém no *Facebook*, atualizadas e gerenciadas constantemente *Twitter*, *SoundCloud*, canal do *Youtube*, e diversas ferramentas tecnológicas de comunicação em massa. A COMUS passou a produzir e executar um portal que proporcionou a integração online de todas as assessorias de comunicação da PMB e serviu de elo e filtro qualitativo e de consulta permanente às redações dos principais meios de comunicação tradicionais e de mídias sociais possibilitando a geração de um grande volume de mídias espontâneas e, conseqüentemente, uma economia com a redução de aproximadamente R\$ 20 milhões que seriam investidos em mídias pagas.

Isto significou a ampliação do acesso à informação, maior interatividade entre governo e sociedade e proporcionou maior transparência nas resoluções de governo. Em 2013 foram produzidas 2.800 matérias jornalísticas disponibilizadas no Portal de notícias, 670 sugestões de pautas, 598 notas publicadas em jornais, perfazendo 17 mil seguidores da página oficial da PMB criada no Facebook com 700 mil curtidas, além de 24 vídeos institucionais. Em 2015 houve um salto significativo desses dados com 1.551 matérias publicadas no Portal, 217.277 sessões abertas nas mídias sociais, 62,37% a mais que em 2014, 431.459 visualizações das páginas oficiais com 137.582 usuários e tempo médio de duração da sessão de 2 min. e 36 seg., 413.576 curtidas (interação média/dia) no Facebook, com 204.042 de alcance (número de pessoas para as quais a publicação foi executada).

Em paralelo a estas ações estruturantes, a COMUS desenvolve suas atividades no apoio aos Órgãos e Entidades da Prefeitura durante os eventos por esses realizados, sejam de qualificação, capacitação, ações comunitárias, dentre outros, atentando para o fato da presença institucional da Gestão Municipal, principalmente na execução e na entrega de obras e serviços à população.

Foram executadas ações iniciais para a padronização da identificação de todos os órgãos, secretarias e projetos com a adoção de novo padrão visual da Prefeitura incluindo material para obras, eventos e programação visual

externa das ações, objetivando comunicar e consolidar a “marca de governo” para a sociedade, indicando em qualquer peça gráfica que a gestão municipal ali se faz presente e atuante.

Neste sentido, a COMUS prestou apoio e assessoramento no planejamento e divulgação publicitária de campanhas públicas, proporcionando aos órgãos maior comunicabilidade de suas ações.

Dentre estas podemos elencar:

1. Campanhas de Vacinação e de Combate à Dengue, ocorridas de acordo com o calendário oficial do Ministério da Saúde – MS e desenvolvidas com a observância da Secretaria Municipal de Saúde – SESMA;
2. Campanha de Serviços de Iluminação Pública em parceria com a Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB, na divulgação do atual 0800 para atendimento às demandas da população, apresentando um acréscimo de 60% na quantidade de ligações diárias para o órgão prestador do serviço;
3. Campanha permanente “Rumo aos 400 Anos”, em mídias impressas e televisivas com informações sobre as melhorias nos serviços de asfaltamento, moradia, saúde, educação e saneamento em toda a Belém;

Figura 54 - Material de Campanha (obras).

Belém rumo aos 400 anos. A Prefeitura acelera as obras.



SANEAMENTO

Asfalto leva realidade nova a todos os bairros da cidade.

A Prefeitura executa, com recursos próprios e em parceria, o programa 150 km de Asfalto, que leva pavimentação de boa qualidade a todos os bairros de Belém. **Dezenas de vias estão sendo asfaltadas e sinalizadas.** Em algumas vias, o serviço inclui o sistema de drenagem. Em inúmeras ruas, **calçadas novas** estão sendo construídas e em outras, reconstituídas.

150 km de asfalto



Asfalto na Roberto Camelier



Passagem Manoel Pedro



Passagem Antônio Marques



Asfalto em Icoaraci



Drenagem Vila Dois Irmãos

EDUCAÇÃO

A Prefeitura entrega 12 escolas neste ano.

Sete escolas de ensino fundamental já foram entregues nos bairros do Castanheira, Aurá, Curió Utinga, Ariri Bolonha, Mosqueiro, Tapanã e Pratinha II. **Outras cinco serão entregues** até o fim do ano, no Tenonê, Guamã, São Brás, Águas Negras e Icoaraci. E mais cinco Unidades de Educação Infantil e cinco quadras esportivas serão construídas. Cinco mil alunos do 6º ao 9º ano receberam **bicicletas** para o transporte escolar.

Professores de Belém ganham o melhor salário entre as capitais do país.

O salário pago aos professores em Belém já **está acima do piso nacional** da categoria. Enquanto o piso nacional é de R\$ 1.697,00, o piso em Belém é de R\$ 1.918,60. Somando as vantagens, o professor iniciante recebe R\$ 4.239,73. Com o novo **Centro de Formação de Professores** e a distribuição de **3.900 tablets** aos profissionais do ensino, a Prefeitura valoriza e qualifica os professores.



ESCOLA MUNICIPAL NOVA ALIANÇA



Escola Maroja Neto



Escola Alda Eutrópio



Entrega de tablet



Entrega de bicicletas em Outeiro

HABITAÇÃO

Mais de 10 mil casas em Belém para entregar em dois anos.

Até 2012 nenhuma habitação foi financiada pelo Minha Casa Minha Vida em Belém. Com a elaboração do **programa Viver Belém**, nos últimos dois anos já foram garantidos financiamento e o início da construção de **mais de 10 mil casas**. São **10 conjuntos residenciais** em Belém, Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro. Viver Independência, Residencial Quinta dos Paricás, Viver Maracá, Viver Mosqueiro, Viver Outeiro, Viver Pratinha, Viver Primavera, Residencial Tenonê 2, Viver Portal do Tenonê e Viver Val-de-Cães.



Fonte: COMUS – Out /14.

- Campanha de Descontos em Impostos, promovida em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, e exibida até 20 de dezembro de 2014, informando sobre a regulamentação do contribuinte junto ao órgão arrecadador, com descontos de até 90% em multas sobre o débito;

Figura 55 - Material de Campanha (desconto em pagamento de impostos).

IMPOSTOS EM DIA, BELÉM MELHOR A CADA DIA.

Regularização de Débitos
Tributários da Prefeitura de Belém.

90%

de desconto*











*Para pagamento à vista ou em 2 vezes.

Uma oportunidade única para você quitar sua dívida
com grandes benefícios e ficar em dia com a nossa cidade.

O prazo para adesão ao programa é 20 de dezembro.

Atenção: para débitos contralidos até 2013. As empresas que estão enquadradas no Simples, se estiverem irregulares junto à Sefin, serão excluídas do programa em 2015. E as empresas diversas que se encontram na dívida ativa serão protestadas. Esta é a sua chance de limpar o cadastro.

Em 3 vezes ► **80%** de desconto

Em 12 vezes ► **70%** de desconto

Em 24 vezes ► **60%** de desconto

Em 48 vezes ► **50%** de desconto

Em 60 vezes ► **30%** de desconto

Os descontos são válidos somente para os juros e multa.

UNIDADES DE ATENDIMENTO DA SEFIN

Central Fiscal de Atendimento ao Contribuinte - CFAC
Praça das Mercês, 23. Horário de atendimento: 8h30 às 16h.

Posto de Mosqueiro
Praça Matriz, ao lado do Banpará. Funcionamento de terça a sexta, das 8h às 14h e sábado, das 8h às 13h.

Posto de Icoaraci
Agência Distrital, Rua Manoel Barata, 900. Horário de atendimento: 8h30 às 16h.



SEFIN
SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS



**PREFEITURA DE
BELÉM**

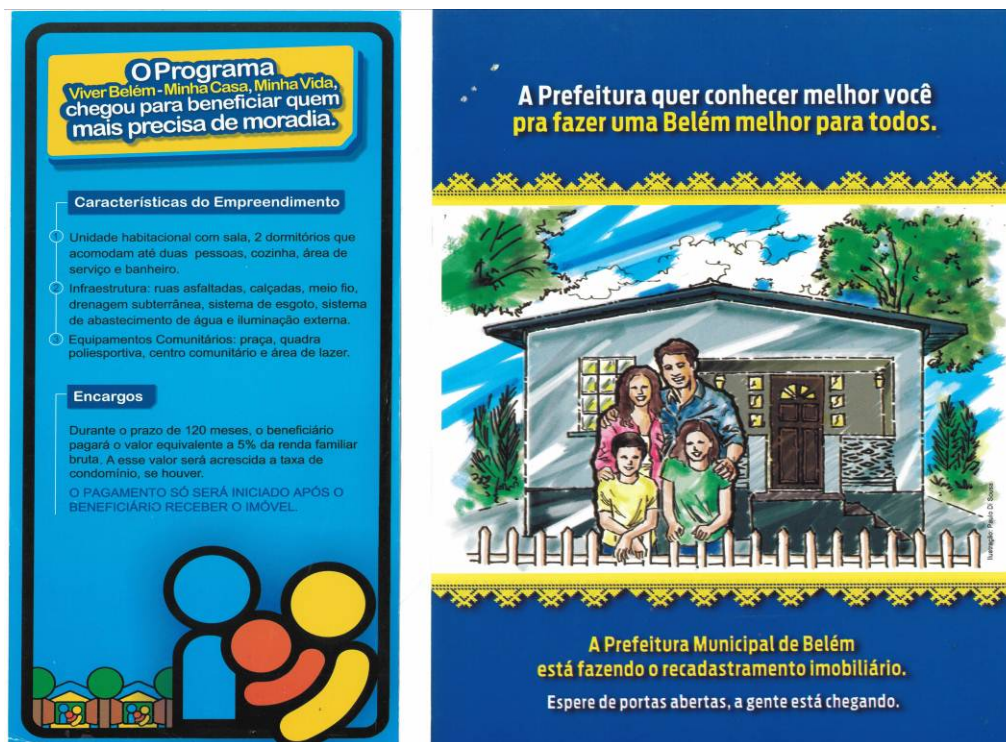
www.belem.pa.gov.br

A OPORTUNIDADE É ÚNICA. CONFIRA AS REGRAS PRA REGULARIZAR SUA SITUAÇÃO EM: www.belem.pa.gov.br/sefin. APROVEITE.

Fonte: COMUS – Out /14.

5. Campanha de Recadastramento Imobiliário, no preparo à população para o recebimento do agente responsável pelo cadastramento dos imóveis com vistas à atualização do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU pela SEFIN;

Figura 56 - Material de Campanha (atualização do Cadastro - CTM).



Fonte: COMUS – Out /14.

6. Campanha Educativa para o Trânsito com motoristas e pedestres realizada conjuntamente com Superintendência de Mobilidade Urbana de Belém – SEMOB, onde ao longo de 60 dias, agentes educadores distribuídos nos principais cruzamentos das vias públicas orientaram a população para a humanização no trânsito com distribuição de informativos e abordagem presencial, além da veiculação em canais televisivos, estações de rádio, *outdoors* e *busdoors*.

PROGRAMA GENTE QUE INOVA E TRANSFORMA

No processo de valorização do servidor foi implantado o projeto “Servidor 400 Anos: Posso e Quero Ajudar!” como parte da programação do Belém 400 Anos, com a seleção de 200 servidores municipais em processo de treinamento para a capacitação em atendimento diferenciado sobre os serviços ofertados pela Prefeitura aos cidadãos, promovendo a agilidade na resolução de problemas que afligem a comunidade e adequado direcionamento aos setores responsáveis. Também se encontra em fase de elaboração o Guia para Utilização de Serviços Públicos Municipais, o Manual do Servidor da PMB e o Manual de Orientação e Padronização de Atos Administrativos e Correspondências Oficiais da PMB; e a realização do Fest Art Servidor para o ano de 2016 com a participação de servidores municipais que exporão seus talentos.

Com a inauguração da Escola de Gestão Pública de Prefeitura de Belém – EGP/PMB em novo espaço adequado para atividades educacionais e curso pré-vestibular, os servidores municipais contaram com a implantação do programa de Qualificação e, até novembro de 2015, 2.609 servidores receberam cursos de treinamento administrativo, de informática e, capacitação específica para os profissionais da saúde.

Com a implantação do Curso Pré-Vestibular foram atendidos 600 estudantes oriundos da rede pública de ensino nos 3 turnos de funcionamento. O curso é inteiramente gratuito com distribuição de material didático auxiliares na preparação dos concursos vestibulares e ENEM. Até o resultado do ENEM e divulgação dos resultados dos aprovados nas instituições de ensino público e privadas, previsto para janeiro e fevereiro de 2016, 92 alunos do curso já foram aprovados considerando o resultado do ano de 2015.

Além disso, buscou-se estabelecer melhorias para o servidor na área da previdência e assistência, dessa forma, o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, enquanto autarquia da Administração Municipal é responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e pela Assistência aos Servidores por meio do Plano de Assistência Básica à Saúde – PABSS, que oferece assistência médica, odontológica, ambulatorial e

de urgência, laboratório, exames complementares, internações hospitalares e outros serviços aos seus segurados, propicia ações preventivas, curativas e de recuperação que são necessárias ao bem estar físico, social e emocional aos beneficiários do IPAMB.

Neste sentido, o órgão é responsável por efetivar ações voltadas à valorização do servidor municipal, ativos, inativos e pensionistas; objetivando garantir a cobertura previdenciária, buscando a proteção social aos beneficiários e promovendo a prevenção e promoção, visando a melhoria da qualidade de vida.

De janeiro de 2013 a setembro de 2016 foram aposentados 533 servidores com uma média aproximada de 11 benefícios/mês, considerando o quadriênio 2013-2016. A PMB passou de 2.888 inativos em janeiro de 2013 para 3.421 em setembro de 2016 com folha de pagamento na ordem de R\$ 13.102.814,22, superior à folha de dezembro de 2013, sendo esta de R\$ 9.080.769,95, representando um aumento de R\$ 4.022.044,27.

Em janeiro de 2013 havia 1.858 pensionistas que representavam R\$ 3.363.447,76 conforme folha de pagamento em dezembro de 2013. Se compararmos com os 1.895 de pensionistas cadastrados até setembro de 2016, houve acréscimo na folha de pagamento na ordem de R\$ 968.510,47, totalizando R\$ 4.331.958,23 gastos em folha para o pagamento dos beneficiários.

871.068,78/mês na folha de pagamento, subdivididos nas categorias: Fundo Financeiro, responsável pelo pagamento de 1.867 pensionistas no total de R\$ 3.838.163,96/mês e Fundo Previdenciário, responsável pelo pagamento de 26 pensionistas, no total de R\$ 32.904,82/mês. No ano de 2015 foram concedidos 36 benefícios com média aproximada de 4 pensionistas/mês.

Vale ressaltar que no ano de 2015, 100% do Cálculo Atuarial em Assistência e Previdência foi atualizado.

O Plano de Assistência Básica à Saúde – PABSS funciona como um plano solidário, com modalidade básica de saúde e complementar, com medidas preventivas, curativas e de recuperação, necessário à promoção do bem-estar físico, social e emocional dos beneficiários do IPAMB.

Apesar das contribuições dos servidores e patronal incidirem apenas para a Assistência à Saúde, o IPAMB desenvolve ações de Assistência Social por meio do Serviço Social, não coberto pela contribuição dos usuários, embora todo o funcionalismo em situação de vulnerabilidade tenha direito a ele.

Tabela 65 - Evolução do total geral de beneficiários do PABSS, de 2013 a agosto de 2016.

Categoria	2013					2014				
	Titular	Dependente			Total de beneficiários	Titular	Dependente			Total de beneficiários
		Com ônus	Sem Ônus	Total			Com ônus	Sem Ônus	Total	
Efetivos	15.445	416	16.036	16.452	31.897	15.201	432	16.100	16.532	31.733
Comissionados	1.115	1	426	427	1.542	1.154	1	508	509	1.663
Temporários	3.838	13	2.455	2.468	6.306	2.923	17	2.131	2.148	5.071
Inativos	2.114	32	1.484	1.516	3.630	2.231	30	1.511	1.541	3.772
Pensionistas	1.327		32	32	1.359	1.380	-	-	-	1.380
Total	23.839	462	20.433	20.895	44.734	22.889	480	20.250	20.730	43.619
Categoria	2015					2016 (agosto)				
	Titular	Dependente			Total de beneficiários	Titular	Dependente			Total de beneficiários
		Com ônus	Sem Ônus	Total			Com ônus	Sem Ônus	Total	
Efetivos	14.827	456	15.669	16.125	30.952	14.430	470	15.404	15.874	30.304
Comissionados	1.166	3	572	575	1.741	1.216	4	546	550	1.766
Temporários	3.172	32	2.275	2.307	5.479	3.738	36	2.420	2.456	6.194
Inativos	2.396	26	1.558	1.584	3.980	2.414	29	1.508	1.537	3.951
Pensionistas	1.355	-	-	-	1.355	1.336	0	16	16	1.352
Total	22.916	517	20.074	20.591	43.507	23.134	539	19.894	20.433	43.567

Fonte: Sistema Ametista - Ábaco

Nota: * Refere-se ao quantitativo observado no mês de dezembro de cada ano, com exceção de 2016.

Considerando a capacidade operacional mensal de 8.908 consultas médicas eletivas ambulatoriais na sede do IPAMB/Belém e nos postos de Icoaraci e Mosqueiro, foram realizadas de 2013 a agosto de 2016, 437.974 consultas. Contudo, a este número pode ser acrescentado 68.492 consultas realizadas na rede credenciada que atendem os beneficiários do PABSS.

Tabela 66 - Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas no Ambulatório Central e Postos Avançados, de 2013 a agosto de 2016.

POSTO/ESPECIALIDADE	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
1. AMBULATÓRIO CENTRAL	113.375	113.896	105.072	65.985	398.328
1.1 Alergista	975	1.046	1.151	56	3.228
1.2 Angiologia	2.980	3.826	3.439	3.252	13.497
1.3 Auditoria Médica*	3.448	1.778	2.770	-	7.996
1.4 Cardiologia	5.965	5.083	2.542	3.156	16.746
1.5 Cardio Pediatria		80	24	28	132
1.6 Cirurgia Geral	7.037	6.941	6.722	4.483	25.183
1.7 Cirurgia Pediátrica	179	273	267	172	891
1.8 Clínica Médica	18.301	18.425	13.988	10.912	61.626
1.9 Dermatologia	9.096	10.502	9.157	4.182	32.937
1.10 Endocrinologia	182	1.221	893	949	3.245
1.11 Ginecologia/Obstetricia	13.174	11.253	10.320	7.068	41.815
1.12 Homeopatia	636	584	617	400	2.237
1.13 Mastologia	3.675	3.826	3.629	2.504	13.634
1.14 Nefrologia	2.444	1.529	628	-	4.601
1.16 Neurologia	1.566	1.659	2.209	394	5.828
1.17 Oftalmologia	8.240	9.680	10.249	6.588	34.757
1.18 Traumatologia	8.818	9.785	10.563	6.396	35.562
1.19 Otorrinolaringologia	5.193	4.429	4.745	3.032	17.399
1.20 Pediatria	8.072	7.396	5.747	3.593	24.808
1.21 Pneumologia	3.438	3.546	3.154	1.265	11.403
1.23 Prohidi	1.495	2.193	4.005	2.161	9.854
1.24 Psiquiatria	1.515	1.132	818	814	4.279
1.25 Reumatologia	2.060	2.024	2.208	1.519	7.811
1.26 Urologia	4.886	5.685	5.227	3.061	18.859
2. POSTOS DE ICORACI E MOSQUEIRO	11.390	11.528	11.445	5.283	39.646
2.1 Clínica Médica	8.132	6.947	6.694	2.793	24.566
2.2 Ginecologia/Obstetricia	1.233	1.607	1.905	1.272	6.017
2.3 Pediatria**	1.871	1.549	1.304	724	5.448
2.4 Urologista***	-	808	925	494	2.227
2.5 Mastologia	154	617	617		1.388
T O T A L G E R A L - I P A M B	124.765	125.424	116.517	71.268	437.974

Fonte: Sistema Ametista - Ábaco e postos avançados

Nota: * Auditora em licença saúde. ** Profissional em licença sem vencimento, a partir de mai/16. *** Licença prêmio em agosto/2016

Tabela 67 - Evolução do quantitativo de consultas médicas eletivas na rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

Especialidade	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Alergista	4	228	25	195	452
Anestesiologia	727	643	647	591	2.608
Angiologia	35	109	328	221	693
Cardiologista	679	2.386	4.539	2.760	10.364
Cardio Pediatria	-	-	-	6	6
Cirurgia Pediátrica	-	2	4	6	12
Cirurgia Torácica	49	41	42	57	189
Cirurgia Vascular	46	79	74	99	298
Cirurgia	52	110	141	318	621
Cirurgião Cabeça/Pescoço	163	192	146	108	609
Cirurgia Plástica	36	51	56	40	183
Clínica Médica	38	16	20	2.623	2.697
Dermatologia	30	20	20	12	82
Endocrinologista	2.098	1.508	1.250	806	5.662
Gastroenterologista	57	169	521	450	1.197
Geriatria	163	315	371	274	1.123
Ginecologia/Obstetricia	23	468	1.158	1.123	2.772
Hematologia	241	295	244	195	975
Hepatologista	77	100	143	88	408
Homeopatia	-	-	244	-	244
Infectologista	172	188	180	144	684
Mastologista	15	106	133	93	347
Nefrologia	6	64	259	352	681
Neurocirurgião	269	211	237	156	873
Neurologia	479	621	672	1.460	3.232
Neuropediatria	117	35	18	104	274
Oftalmologista	2.056	3.842	3.791	2.940	12.629
Oncologista	116	133	260	234	743
Otorrino	246	890	995	595	2.726
Pediatria	67	63	40	2.125	2.295
Pneumologista	59	92	181	354	686
Proctologia	20	44	66	59	189
Psiquiatria		77	217	6	300
Radiologista		-	4	4	8
Radioterapia	14	28	35	44	121
Reumatologia	163	308	388	348	1.207
Traumatologista/Ortopedia	1.470	2.039	2.625	3.715	9.849
Urologista	21	70	111	251	453
Total	9.808	15.543	20.185	22.956	68.492

Fonte: Sistema Ametista - Ábaco

O setor de enfermagem totalizou 37.207 atendimentos, conforme tabela a seguir.

Tabela 68 – Evolução do quantitativo de consultas de enfermagem no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2013 a agosto de 2016.

Unidade Administrativa	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Ambulatório Central*	6.874	6.965	8.832	4.803	27.474
Posto de Icoaraci	978	1.771	2.645	829	6.223
Posto de Mosqueiro**	595	1.350	1.181	384	3.510
Total	8.447	10.086	12.658	6.016	37.207

Fonte: SPP/ CPE/ DEAS e postos avançados

Nota: * Enfermeiras exclusivas do PROHIDI. ** Relatório de maio-junho/16 não informado.

Ressaltamos que os profissionais do setor realizam atendimento aos beneficiários do PROHID (diabetes em controle, orientação, avaliação antropométrica, aferição de PA), do PROAME, Saúde da Criança e Adolescente, Assistência à Mulher e Saúde do Trabalhador; além dos serviços de aplicação de injetáveis, curativos, testes de glicemia, verificação de peso – temperatura, medicação oral e retirada de pontos.

No total foram realizados 173.779 atendimentos de urgência e emergência, com maior concentração de atendimentos no pronto atendimento na sede central do IPAMB, e casos específicos com encaminhados para a rede credenciada.

Tabela 69 – Evolução do quantitativo de atendimentos de urgência e emergência no Pronto Atendimento e encaminhados à rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

Rede	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Pronto Atendimento do IPAMB	36.254	37.594	39.554	26.773	140.175
Rede credenciada	5.604	7.674	10.145	10.181	33.604

Fonte: Coordenadora do Pronto Atendimento / DEAS e Sistema Ametista - Ábaco

Se considerarmos o atendimento odontológico, foram realizadas 65.047 consultas e realizados 172.448 procedimentos odontológicos no ambulatório Central e nos postos avançados, e um total de 6.286 consultas realizadas na rede credenciada, conforme tabelas a seguir.

Tabela 70 - Evolução do quantitativo de consultas odontológicas no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2013 a agosto de 2016.

Unidade Administrativa	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Ambulatório Central	13.497	14.337	17.075	8.335	53.244
Posto de Icoaraci	1.578	1.668	1.313	1.696	6.255
Posto de Mosqueiro	2.291	1.597	1.660	-	5.548
Total	17.366	17.602	20.048	10.031	65.047

Fonte: Seção de Odontologia / DTS / DEAS e postos avançados

Tabela 71 - Evolução do quantitativo de procedimentos odontológicos no Ambulatório Central e Postos Avançado, de 2013 a agosto de 2016

Procedimento	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Restauração	9.009	9.500	10.062	4.802	33.373
Exodontia	1.029	958	889	441	3.317
Cirurgia	1.018	974	993	435	3.420
Endodontia	529	451	67	50	1.097
Profilaxia	6.121	5.969	6.899	3.541	22.530
Tartarotomia/Periodontite	6.304	9.351	13.540	5.744	34.939
Fluor	2.140	2.800	3.326	1.675	9.941
Selante	790	224	276	109	1.399
Consulta	11.632	14.439	17.774	6.996	50.841
Urgências Endodônticas	25	13	14	47	99
Orientação Bucal		497	1.329	637	2.463
Pulpotomia	-	-	-	-	-
Raio-X	1.961	1.780	1.825	620	6.186
Outros	800	1.048	716	279	2.843
Total	41.358	48.004	57.710	25.376	172.448

Fonte: Seção de Odontologia / DTS / DEAS e postos avançados

Tabela 72 - Evolução do quantitativo de consultas odontológicas na rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

Especialidade	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Odontologia Geral	623	1.029	299	29	1.980
Odontologia Cirúrgica	5	5	4	11	25
Endodontia	99	266	662	315	1.342
Ortodontia	66	218	339	127	750
Periodontia	49	110	155	58	372
Prótese	193	398	594	280	1.465
Cirurgia Buco-Maxilar	19	42	77	201	339
Odontopediatria	-	5	1	7	13
Total	1.054	2.073	2.131	1.028	6.286

Fonte: Sistema Ametista - Ábaco

No Ambulatório Central, os procedimentos ginecológicos e mastológicos são bastante procurados entre as beneficiárias do PABSS. No período de 2013 a agosto de 2016, foram realizados 7.553 procedimentos dessa natureza. Vale ressaltar ainda os 8.150 procedimentos realizados na Sala de Pequenas Cirurgias.

Tabela 73 - Evolução do quantitativo de procedimentos ginecológicos e mastológicos no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Procedimentos	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Biopsia	148	107	100	51	406
Colposcopia	505	452	451	158	1.566
Exame de Mama	2.619	2.111	1.561	1.094	7.385
Exame Ginecológico	2.921	1.185	1.178	559	5.843
Outros	657	537	430	(22.841)	(21.217)
PCCU	2.091	1.701	1.731	939	6.462
Pré- Natal	1.475	1.600	1.606	1.037	5.718
Toque Obstétrico	155	91	81	20	347
Vulvoscopia	158	394	332	159	1.043
Total	10.729	8.178	7.470	(18.824)	7.553

Fonte: SOA / DGA / DEAS

Tabela 74 - Evolução do quantitativo de procedimentos na Sala de Pequenas Cirurgias no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Procedimento	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Aplicação de Ácido	-	11	-		11
Avaliação	6	5	-		11
Biópsia	317	284	209	72	882
Cauterização	23	9	62	60	154
Curativo	1.047	816	460	335	2.658
Curetagem	1	-	-		1
Debastamento		-	-		-
Debridamento	5	6	-		11
Drenagem	16	4	5	15	40
Eletrocoagulação	460	400	328	142	1.330
Exereses de Lesão	457	424	310	226	1.417
Infiltração	39	18	8	11	76
Limpeza cirúrgica	-	-	1	4	5
Matricectomia	13	-	4	1	18
Onicocriptose	-		4	-	4
Punção	1	-	1	-	2
Reconstituição de Orelha	1	-	1	2	4
Retirada de corpo estranho	3	2	-	-	5
Retirada de pontos	1	-	-	3	4
Sutura	525	405	300	231	1.461
Unicectomia	21	22	4	5	52
Unicoplastia	-	1	2	1	4
Total	2.936	2.407	1.699	1.108	8.150

Fonte: Sala de Pequenas Cirurgias (SPC) / DTS / DEAS

No mesmo período foram realizados 1.222.869 exames. Destes, 923.976 foram encaminhados pela rede credenciada e 298.893 foram realizados no Ambulatório Central.

Tabela 75 - Evolução do quantitativo de exames e procedimentos ambulatoriais na rede credenciada, de 2013 a agosto de 2016.

EXAME / PROCEDIMENTO	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR	4.215	4.589	4.112	2.758	15.674
ATENDIMENTO DOMICILIAR/AMBULÂNCIA	-	-	-	9	9
CINTILOGRAFIA	288	480	493	614	1.875
DENSITOMETRIA	1.538	1.433	1.587	1.368	5.926
ELETOENCEFALOGRAFIA	11	10	3	11	35
ELETRONEUROMIOGRAFIA	379	350	763	646	2.138
ENDOSCOPIA DIAGNOSTICA	3.977	4.043	4.007	2.806	14.833
EXAMES CARDIOLOGICOS	1.075	2.816	6.539	3.098	13.528
EXAMES DE LABORATORIAIS	92.948	183.606	230.827	171.713	679.094
EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA	7.803	12.315	13.016	8.383	41.517
EXAMES DERMATOLOGICOS	278	287	258	144	967
EXAMES EM TISIOPNEUMOLOGIA	114	264	258	265	901
EXAMES FINANCIADOS	-	-	-	104	104
EXAMES FISILTRICOS	100	165	119	63	447
EXAMES GINECOLOGICOS	33	270	271	46	620
EXAMES NEUROLOGICOS	174	582	407	147	1.310
EXAMES OFTALMOLOGICOS	7.032	11.291	12.486	10.420	41.229
EXAMES OTORRINOLARINGOLOGICOS	597	1.915	2.728	1.685	6.925
EXAMES RADIOLOGICOS ESPECIAIS	49	71	160	40	320
EXAMES RADIOLOGICOS SEM CONTRASTE	1.034	4.368	8.301	2.118	15.821
EXAMES UROLOGICOS	94	106	122	153	475
FISIOTERAPIA-SESSOES	4.027	5.578	6.487	4.118	20.210
FONOTERAPIA-SESSOES	154	342	586	276	1.358
HEMODIALISE	151	162	157	139	609
HEMODINAMICA DIAGNOSTICA	88	79	71	45	283
MAMOGRAFIA	3.551	3.623	3.720	6.242	17.136
MAPEAMENTO CEREBRAL	287	230	181	335	1.033
MEDICINA NUCLEAR	32	57	50	19	158
MONIT. AMB. DA PRESSAO ART	723	1.072	1.947	1.110	4.852
PROCEDIMENTOS NÃO COBERTOS				69	69
RAIO-X ODONTOLÓGICO	266	823	738	519	2.346
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA (GF)	-	-	43	1.709	1.752
TESTE DE HOLTER	343	484	710	499	2.036
TESTE ERGOMETRICO	2.244	2.894	3.130	1.966	10.234
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	3.467	4.237	4.761	5.687	18.152
Total	137.072	248.542	309.038	229.324	923.976

Fonte: Sistema Ametista - Ábaco

Tabela 76 - Evolução do quantitativo de exames realizados no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

Exames	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
Laboratoriais	127.235	57.674	21.171	15.956	222.036
Raio-X	13.052	12.541	5.804	4.039	35.436
Ultrassonografias	9.349	4.941	5.229	3.885	23.404
Eletrocardiograma	4.997	5.088	4.434	3.498	18.017
Total	154.633	80.244	36.638	27.378	298.893

Fonte: SIT / DTS / DEAS

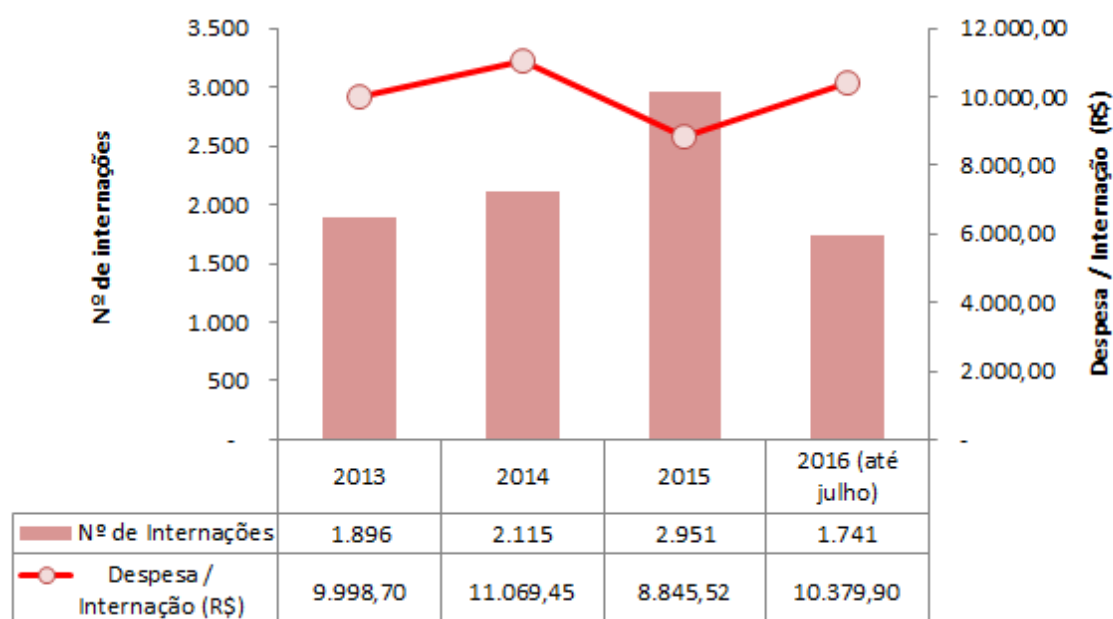
As despesas com internação hospitalares totalizaram R\$ 86.543.972,56, em uma proporção de R\$ 9.944,15 despesas/internação.

Tabela 77 - Evolução do quantitativo de exames realizados no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

ANO	Nº de Internações	Despesa (R\$)	Despesa / Internação (R\$)
2013	1.896	18.957.542,80	9.998,70
2014	2.115	23.411.890,04	11.069,45
2015	2.951	26.103.136,83	8.845,52
2016 (até julho)	1.741	18.071.402,89	10.379,90
Total	8.703	86.543.972,56	9.944,15

Fonte: Sistema Ametista - Ábaco

Figura 57 - Representatividade numero de internações, despesa/internação (IPAMB, 2016).



O IPAMB atua na prevenção à saúde do trabalhador por meio de programas especiais que podem ser acessados por todos os servidores, tanto no atendimento geral quanto em atividades de educação em saúde, tais como: Programa de Aleitamento Materno – PROAME, Programa de Controle a Hipertensão Arterial e Diabetes – PROHID e Programa de Assistência Integral à Mulher - PAISMC.

Tabela 78 - Distribuição dos atendimentos realizados por programa preventivo ao segurados do PABSS no Ambulatório Central, de 2013 a agosto de 2016.

PROGRAMA	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
PROAME	242	281	188	55	766
PAISMC	1.307	1.579	1.380	833	5.099
IMUNIZAÇÃO*	11.170	12.798	12.682	10.503	47.153
PROHID	3.696	5.234	6.391	4.559	19.880
TOTAL	16.415	19.892	20.641	15.950	72.898

Fonte: SPP / CPE / DEAS

Nota: * Programa atende a população em geral.

Tabela 79 - Atividades de educação em saúde realizadas pelos programas preventivos, de 2013 a agosto de 2016.

PROGRAMA	2013	2014	2015	2016 (até agosto)	Total
PROAME	18	9	51	-	78
PAISMC	150	173	-	36	359
PROHID	159	166	182	20	527
TOTAL	327	348	200	56	964

Fonte: SST e SPP/ CPE / DEAS

Foi iniciado o processo de renovação do parque tecnológico do instituto com aquisição de 38 processadores completos e DATACENTER, e instalação completa do cabeamento em fibra óptica. Esta modernização tecnológica proporcionou que 80 do Sistema de Assistência à Saúde – SAS fosse implantado. A operacionalização total do SAS garante maior agilidade no tráfego de informações referentes à biometria, marcação, cancelamento e remarcação de consultas *on line* (e-mail, aplicativo e SMS); além de proporcionar a implantação do Gerenciamento Eletrônico de Documentação – GED para a geração, controle e armazenamento digital de documentos (administrativos, médicos e dos usuários) facilitando o trabalho de recuperação

das informações e conferindo maior eficiência e transparência nos processos internos.

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

O desempenho da economia tem uma forte relação com a arrecadação dos tributos fiscais do município, uma vez que a variação dos índices de desemprego e renda da população impactam diretamente na receita arrecadada. No período de 2013-2016, em meio a crise econômica e política, a dificuldade em manter o equilíbrio das contas foi desafiante para a gestão.

Embora o cenário político e econômico adverso, a Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, manteve o avanço da política fiscal com a reinauguração da Central de Atendimento ao Contribuinte – CFAC em 2014, a mudança da sede administrativa e o programa de modernização da gestão tributária e financeira, garantido pelo Contrato de Financiamento com o BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento.

Assim, a PMB consolidou a política fiscal por meio de ações com efeito a curto, médio e longo prazo, para estimular o crescimento da arrecadação e à racionalização dos processos e a maior proximidade com pequenos e grandes contribuintes para reduzir a evasão fiscal, direcionando atenção especial à arrecadação de receitas próprias desenvolvendo ações focadas no fortalecimento da arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS, do Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – ITBI, acompanhadas das atualizações de valores de mercado, e do Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Predial – IPTU com aplicação nos próximos exercícios.

A partir de 2014, a Gestão Municipal iniciou a integração de sua base de informações sobre os contribuintes, por meio de Convênios de Cooperação Técnica com várias instituições. Em 2015 foi estabelecida a parceria com Junta Comercial, aderindo ao Sistema de Registro Integrado - REGIN cuja finalidade é integrar os órgãos públicos ligados ao Registro Mercantil, nas esferas municipal, estadual e federal. Com a implantação do REGIN foi possível o ingresso de novos empreendimentos na economia formal, simplificando e racionalizando o processo de registro e legalização empresarial; as etapas de registro terão maior agilidade, trazendo benefícios a contadores e empresários que não precisarão se deslocar por diferentes instituições para tratar da abertura de empreendimentos; além de reduzir os custos.

Para o Fisco Municipal a adesão trouxe o domínio da informação que possibilitará a ampliação de sua base de contribuintes e o acesso a cadastros atualizados com registros empresariais novos e antigos, além da identificação da natureza dos serviços empresariais realizados e do quantitativo de Empresas que se enquadram para a cobrança do ISSQN de responsabilidade municipal.

Este processo permitiu a liberação de licenças emitidas pela SEURB, SEMMA e SEFIN na abertura de novos empreendimentos no prazo de 72 horas; além de permitir que as consultas nos trabalhos de campo sejam realizadas por tablets, dando maior celeridade aos procedimentos e com a adoção de arquivos digitais mais adequados às metas da modernização.

Por meio de Contrato de Financiamento com o BNDES na ordem de R\$ 14.095 milhões, sendo R\$ 12.685 milhões financiados pela instituição e o restante como contrapartida do Município foi iniciado o Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT, por meio da atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM, proporcionando ao Fisco Municipal maior domínio sobre as potencialidades da arrecadação para garantir o financiamento de políticas públicas para a cidade, e favorecendo diretamente o contribuinte pela cobrança justa dos tributos baseada em um cadastro imobiliário atualizado.

Em 2015 foi realizado o cadastramento imobiliário com mapeamento aerofotogramétrico, atingindo 100% do estabelecido com a conclusão do recobrimento aerofotogramétrico e do perfilhamento a laser das áreas de ambiente urbano e natural, abrangendo cerca de 300 mil imóveis, dos quais 120 mil foram selecionados para vistoria *in loco* com georreferenciamento de lotes, vetorização das edificações e trechos de logradouros; a aerotriangulação da área urbana; a medição de campo e inclusão no Sistema Tributário; a atualização dos croquis dos imóveis com fotografias frontais de fachadas; a montagem do novo banco de dados com visualizador geoespacial e alfanumérico.

Com a conclusão desta ação foram incorporados no Sistema de Arrecadação Tributária – SAT, aproximadamente, 32.000 novos cadastros imobiliários, sendo que desses, 16% são genuinamente novos e 84% são resultado de alterações nas suas estruturas (desmembramentos, unificações, dentre outras).

No que tange as alterações de uso do imóvel, de residencial para não residencial e de terreno para residencial e não residencial, a atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM proporcionou um aumento de 31% no lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2016.

Com a interligação das áreas fiscais abrangidas pelo PMAT, foi possível iniciar a instalação do Sistema Integrado de Arrecadação Tributária – SIAT, sendo concluídos os módulos Legislação, Revisão de Processos Segurança e Controle de Acesso.

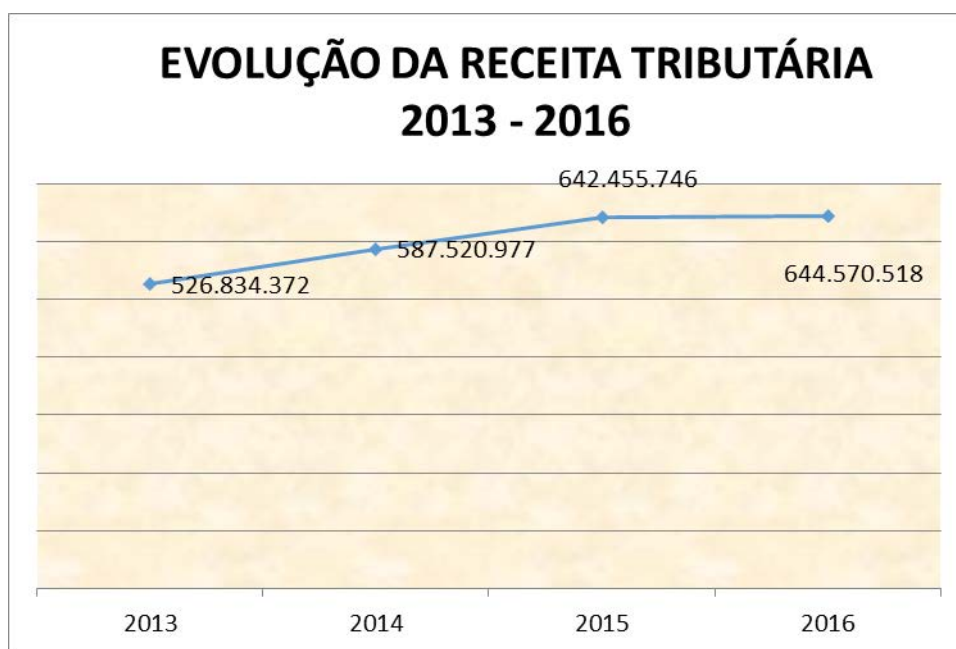
Dentre os módulos em desenvolvimento para homologação está o Cadastro do Contribuinte que estará vinculado o REGIN – Registro integrado, sistema integrador de instituições públicas da REDISIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, garantindo agilidade no processo de abertura de empresas e irá incentivar o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

Em caráter experimental, a SEFIN em parceria com as instituições voltadas para o registro de empresas, como a SESP, SEMAS, SEFA, Bombeiros e Junta Comercial, que integram a REDESIM, testou o REGIN na “Feira do Empreendedor”, promovida pelo SEBRAE em novembro de 2016, onde empreendedores realizaram registros dos seus negócios em até 48h, para aqueles cujas atividades eram de baixo risco, demonstrando a eficácia da integração desses órgãos. Após a implementação completa do SIAT, as licenças via internet serão emitidas em um prazo máximo de até 5 dias úteis.

O PMAT também foi responsável para qualificação do servidor fazendário, especialmente daqueles lotados nos setores de fiscalização, que receberam capacitação promovida pela Escola Superior de Administração

Fazendária – ESAF, o que proporcionou resultados positivos na arrecadação municipal, a exemplo do desempenho dos últimos três anos, onde obteve um acréscimo de 22%, sem aumento da carga tributária.

Figura 58 – Demonstrativo da Arrecadação Tributária 2013 a outubro de 2016 (SEFIN, 2016)



Analisando a arrecadação tributária no período de 2013-2016, houve um crescimento nos principais tributos municipais (IPTU, ISSQN e TLPL), reflexo da ampliação da base cartográfica, por ocasião da expansão imobiliária, uma vez que a referida base estava defasada a mais de 15 anos, assim como ações contínuas voltadas para a fiscalização junto aos grandes contribuintes, shows e entretenimentos, entre outros.

O impulso da Receita Tributária do município otimizado pelo Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU provocou um impacto de mais de 34% na arrecadação no decorrer do período, o qual desde 2013 apresentou pequenos saltos para o crescimento da receita, porém importantes para o incremento da arrecadação. Esse crescimento é resultado de constantes aumentos na receita, onde no período de 2013-2014 obteve uma evolução de 11%, 2014-2015 de 9% e no período de 2015-2016 a evolução corresponde a 11%.

Sem grandes impactos na Receita Tributária, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN cresceu 15% no período de 2013-2016. Embora apresentando queda de 1% no período 2014-2015, devido a conjuntura econômica daquele momento e pelas alterações na legislação do Simples Nacional que ampliou o rol de empresas optante, diminuindo sua alíquota, causando um efeito negativo na arrecadação efetiva do município, em 2016 o ISSQN retomou sua recuperação de 3%.

Outro tributo que alavancou a arrecadação nesses últimos anos foi a Taxa de Licença para Localização - TLPL que incrementou a receita tributária em 28%. No entanto, seu crescimento vem desacelerando, onde no período de 2013/2014 cresceu 13%, de 2014/2015 9,5% e de 2015/2016 4%, o que pode ser atribuído à crise econômica e, conseqüentemente, pelo fechamento de empresas no mercado.

Dentre os tributos municipais que incrementaram a receita tributária do município no período de 2013-2016, se destacou a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, que, arrecadada pela Concessionária de Energia Elétrica na conta de consumo de cada contribuinte observando sua faixa de consumo, incrementou a arrecadação em 52,5%, sendo que no período de 2013-2014 teve um desempenho positivo de mais de 3%, e no período de 2014/2015 destacou-se com um incremento de mais de 36%. No período de 2015-2016, o crescimento foi de 7,5%.

Na contramão do crescimento das receitas tributárias do município, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI apresentou um declínio maior que 16%, onde no período de 2013-2014 obteve uma queda em torno de 6,5%. Diante de acirrada declinação no período anterior, a arrecadação de 2014-2015 adquiriu um fôlego de quase 3%, porém no período seguinte 2015-2016 inclinou em mais de 13%. Portanto, um impacto negativo na arrecadação das receitas do município, devido à retração do mercado imobiliário.

No que tange a Dívida Tributária, pode-se destacar um crescimento de 35% na Receita, que apesar da tênue oscilação no decorrer do período de 2013-2016, se manteve linear, onde no período de 2013-2014 apresentou um declive de quase 6%, no entanto com uma recuperação de quase 34% no

período de 2014-2015. Porém, no período de 2015-2016, o declive foi significativo na faixa de 34%.

Tabela 80 – Demonstrativo da Evolução da Receita Tributária 2013-2016 (SEFIN, 2016).

RECEITA TRIBUTÁRIA	Valores Reais							% Cresc. 2013/2016
	2013	% 2013/2014	2014	% 2014/2015	2015	% 2015/2016	2016	
IPTU	59.847.178	11,22	66.560.831	9,15	72.648.014	10,69	80.411.802	34,36
ISS	240.053.629	12,95	271.151.014	-0,65	269.378.084	2,66	276.535.180	15,20
IRRF	41.243.729	27,28	52.493.914	21,55	63.807.116	0,18	63.923.716	54,99
ITBI	28.976.911	-6,52	27.088.639	2,96	27.890.797	-13,24	24.198.627	-16,49
TLPL	8.189.236	12,70	9.229.308	9,50	10.106.032	3,80	10.490.259	28,10
COSIP	57.908.301	3,97	60.204.469	36,42	82.131.447	7,53	88.316.479	52,51
DIV. ATIVA TRIBUTÁRIA	36.170.238	-5,67	34.120.868	33,80	45.653.318	-34,28	30.001.206	-17,06
OUTRAS (Taxas, Mult. e Jur.)	54.731.325	22,55	67.073.036	5,80	70.965.570	2,77	72.931.620	33,25
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	-286.176	40,16	-401.103	-68,93	-124.632	1.696	-2.238.371	682,17
TOTAL	526.834.372	11,52	587.520.977	9,35	642.455.746	0,33	644.570.518	22,35

Fonte: GIIG

Elaboração: NUSP/SEFIN

* Valores corrigidos pelo IPCA - E - base

Out/16

Para garantir a recuperação dos créditos tributários, e consequentemente, a arrecadação da Dívida Tributária, a SEFIN celebrou articulação com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA para a implantação do Projeto “Semana da Conciliação em Execução Fiscal”.

Institucionalizada em 2013, pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, as Semanas da Conciliação em Execução Fiscal, visam garantir o resgate de parte dos créditos tributários em litígio aos cofres públicos.

As Semanas de Conciliação Fiscal realizadas no período de 2013 a 2015 atraiu um grande volume de contribuintes nas Unidades de Atendimento da SEFIN, por ocasião dos descontos oferecidos sobre multas e juros incidentes nas dívidas dos tributos municipais (IPTU, TLPL e ISSQN), o que contribuiu para dinamizar a arrecadação. Contudo, diante das proibições do

pleito eleitoral estabelecidas pela Lei nº 9.504/1997 – Lei Eleitoral, as Semanas de Conciliações foram suspensas no ano de 2016

Os resultados das Semanas de Conciliação, para a arrecadação municipal, demonstraram números consideráveis no que tange aos recolhimentos de numerários aos cofres públicos, visto que até novembro de 2016, foi recolhido o montante de R\$ 7, 8 milhões no que confere o exercício de 2013, R\$ 9 milhões no que concerne ao exercício de 2014. Em 2015 o valor arrecadado correspondeu a aproximadamente R\$ 22 milhões, visto que, diferente dos anos anteriores, ocorreram quatro Semanas de Conciliação, bem como a chamada de contribuintes via notificação, que contribuiu para o resultado diferenciado dos demais exercícios. Portanto, constata-se que essa ação fiscal se torna uma prática positiva para a administração.

Em pese o impedimento ocasionado por força da Lei eleitoral, as negociações dos anos anteriores repercutiram positivamente no ano corrente, garantindo o recolhimento de mais de R\$ 42 milhões aos cofres, com perspectiva de receita para 2017, no montante superior a R\$ 31 milhões.

Ressalta-se que os resultados negativos do atual momento econômico começam a refletir diretamente na arrecadação do município de Belém a partir de 2014. No entanto, os esforços são constantes a fim de se criar ferramentas para diminuir o impacto negativo da crise e garantir a justiça fiscal.

EQUILÍBRIO FISCAL

O Poder Público Municipal, enquanto responsável pelo atendimento das necessidades da coletividade, de forma a garantir o bem-estar social, empreendeu esforços no sentido de implementar ações planejadas de modo a alocar os recursos públicos com eficiência e equidade.

Os desafios a superar ainda são muitos, razão pela qual, revestido por um vigoroso esforço de planejamento, algumas prioridades foram estabelecidas, visando, essencialmente, de um lado, melhorar a capacidade de gestão administrativa e, de outro, focar em ações direcionadas ao melhor atendimento da população e o funcionamento da cidade.

Para corroborar com estes princípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF surge para regular as finanças públicas com o objetivo de garantir o equilíbrio das receitas e despesas, de forma que o ente público tenha uma atuação mais eficaz em benefício dos interesses sociais, além de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, com a finalidade de reduzir o déficit, estabilizar a economia e controlar o gasto público.

Neste contexto, os agentes políticos devem administrar o dinheiro público de maneira responsável e transparente em todos os níveis de governo, mas é preciso que a sociedade saiba que os municípios brasileiros vivem nos dias de hoje uma situação econômica caracterizada pelo continuado estrangulamento financeiro de graves repercussões sobre toda a população, e Belém não foge a este cenário.

A origem desta crise, cada vez mais profunda, se fundamenta nos graves problemas do modelo federativo, nas políticas de desoneração fiscal (IPI, ICMS, IPVA) promovidas pelo Governo Federal e Estadual e na desaceleração econômica.

Este desequilíbrio afeta de forma negativa a arrecadação das receitas municipais, compelindo a Administração Municipal efetivar o ajuste fiscal concernente aos cortes nas despesas, que muitas vezes, comprometem a prestação de serviços já instalados e a expansão da ação governamental com novos investimentos.

O ano de 2015 é um retrato desta situação. A queda nas atividades econômicas, o aumento nos índices inflacionários, aumento na taxa de câmbio, aumento na taxa de desemprego, determinaram a retração do consumo, refletindo diretamente no ciclo produtivo da economia, afetando, sobremaneira, a arrecadação municipal, principalmente as receitas oriundas de impostos, como o Imposto sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e o Fundo de participação dos Municípios - FPM, conforme pode-se visualizar no quadro 32 abaixo.

Quadro 83 - Evolução das Principais Receitas 2012 a 2016

valores constantes - IPCA nov/2015							Em Milhares
RECEITA	2012	2013	2013/2012	2014	2014/2013	2015	2015/2014
RECEITA PRÓPRIA	557.826	574.394	2,97	595.214	3,62	571.991	-3,90
IPTU	72.405	75.861	4,77	78.952	4,07	78.453	-0,63
ITBI	38.437	40.020	4,12	35.040	-12,44	32.265	-7,92
ISS	339.818	342.238	0,71	358.510	4,75	323.491	-9,77
IRRF	57.228	63.631	11,19	75.097	18,02	81.232	8,17
DÍVIDA ATIVA	49.938	52.645	5,42	47.615	-9,55	56.551	18,77
RECEITA TRANSFERIDA	1.021.069	1.004.135	-1,66	925.675	-7,81	960.745	3,79
Cota-Parte do ICMS	443.651	417.805	-5,83	436.212	4,41	443.915	1,77
Cota-Parte do IPVA	81.447	84.073	3,22	87.245	3,77	87.157	-0,10
Cota Parte do FPM	495.971	502.257	1,27	402.218	-19,92	429.674	6,83
Fonte: 2012 a 2014 - Balanço Geral do Município.							
2015 - GiiG - até o dia 26/12/2015 - valores provisórios							

Verifica-se que o desempenho da arrecadação do Município teve reflexos negativos em algumas receitas, apontando decréscimos desde o ano de 2103, fruto, de um lado, da redução das alíquotas pela redução no nível de arrecadação do Governo Federal e Estadual, e a política econômica adotada pelo Governo Federal.

O principal tributo municipal, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, acompanhou a retração da economia do ano de 2015, e apresentou crescimento negativo em relação ao mesmo período do ano de 2014 de -9,77, acompanhado pelo ITBI de -7,92.

No caso da Cota-Parte do ICMS e da Cota-Parte do FPM, que apresentam crescimento de 1,77 e 6,83, respectivamente, em relação ao ano de 2014, a princípio poder-se-ia inferir num panorama positivo, apesar do Quadro recessivo da economia. Entretanto, há de se ressaltar que as perdas foram compensadas pelo aumento das alíquotas atribuídas ao Município de Belém. A Cota-Parte do ICMS de 17,40 em 2014 passou para 17,74 em 2015, bem como o FPM que em 2014 situava-se em 5,4 e para 2015 teve sua alíquota elevada para 6.

A Prefeitura de Belém convive com perdas sucessivas nos repasses oriundos do FPM, de um lado em função da redução do coeficiente pela engenharia financeira para a distribuição dos impostos federais que compõem o fundo e definição da Cota-Parte dos Municípios e, de outro pela implementação da Política de Isenções Fiscais do Governo Federal que penaliza fortemente os Estados e Municípios da Região Norte e Nordeste, ao conceder, inclusive no decorrer da execução orçamentária, renúncias ou reduções nas alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que se constitui de base para a composição e distribuição dos recursos do FPM.

Para melhor ilustração do exposto, simula-se a apuração dos valores da Cota-Parte do FPM utilizando-se como referência a alíquota do exercício de 2013, que era de 7, e nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 foi reduzida para 5,4, 6 e 5,4 respectivamente, acumulando perdas neste período de, aproximadamente, R\$ 333 milhões.

Este quadro é agravado pela distribuição da Cota-parte do ICMS, que em função da legislação federal e estadual privilegia Estados e Municípios com atividade econômica mais significativa. O critério atual estabelece que a maior parte dos recursos é distribuída proporcionalmente ao valor adicionado. Nem sempre o aumento do valor da Cota-Parte do ICMS para o município privilegiado pela regra, se reveste numa melhor qualidade de vida à população.

A Lei Complementar nº 63/1990, válida em todo o território nacional, estabelece os critérios de distribuição de 25 da arrecadação total do ICMS pertencentes aos municípios, segundo os quais, os Estados creditarão aos respectivos municípios $\frac{3}{4}$, no mínimo, na proporção do valor adicionado gerado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios. O restante ($\frac{1}{4}$) serão creditados de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.

A desoneração tributária criada produz efeitos deletérios ao Estado com um perfil primário-exportador, como no caso do Pará, e ainda provoca graves distorções na distribuição dos 25 do ICMS entre os municípios, uma vez que na base o valor das exportações é isento.

A forma atual de distribuição dá a dimensão injusta na partilha do ICMS criando distorções entre o valor arrecadado de ICMS e o Valor Adicionado Fiscal - VAF, que compõe a base de cálculo da distribuição da cota-parte aos municípios.

Isso provocou a redução do valor médio de ICMS repartido entre os municípios e beneficiou as cidades produtoras de semielaborados, especialmente os de base mineral, em prejuízo, principalmente, de Belém e cidades de médio porte com baixo potencial extrativista-exportador, ensejando escalas sucessivas de reduções nas alíquotas devidas ao município que, pela sua atividade econômica, é penalizado, produzindo efeitos perversos, quando, em 2011, a alíquota do ICMS para Belém situava-se em 20,57, e de 2012 a 2015, as alíquotas foram de 20,19, 18,30, 17,40 e 17,74, respectivamente, representando perdas acumuladas no período da ordem de R\$ 193 milhões.

Este cenário de sucessivas perdas provenientes das distorções advindas das legislações vigentes e das políticas econômica e fiscal implementadas pelo Governo Federal, em especial as de Incentivos Fiscais, redundaram na drástica redução das receitas municipais, que no período, e de forma acumulada, representam cerca de R\$ 526 milhões, comprometendo, sobremaneira, a capacidade de investimentos da Administração Municipal com Recursos do Tesouro Municipal, que hoje se limita a R\$ 90 milhões, bem como restringe a

criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações e serviços ofertados à população.

De modo a minimizar estes efeitos negativos nas finanças públicas municipais, a Gestão atual, através do órgão de finanças, lançou a Semana de Conciliação, que se consolidou como um importante instrumento de política fiscal, e tem o objetivo regularizar débitos fiscais e reduzir o índice de inadimplência dos principais tributos, produzindo efeitos positivos em relação a 2014, de 18,8.

Essas ações de curto prazo são exitosas porque despertam nos inadimplentes a necessidade de quitar seus débitos, atingindo pequenos e grandes contribuintes e mostram que a Prefeitura está aberta às negociações. A 1ª e 2ª Semanas de Conciliação se conseguiu uma quantidade de negociações em todos os tributos, de 54.496 inscrições, com volume total R\$ 161,4 milhões, dos quais, R\$ 26,8 milhões já foram pagos, o que traduz uma relação percentual de 17 sobre o total negociado.

Quando analisamos esse cenário separadamente temos visões particulares de cada conciliação que também nos apontam resultados positivos. Na 1ª Semana Conciliação foi arrecadado até outubro/2015, o percentual de 22 dos tributos negociados. Apurando-se os valores pagos da 2ª Conciliação, até outubro/2015, constatou-se o volume de R\$ 6,4 milhões arrecadados, o equivalente a 9 das negociações, que foram de R\$ 70,4 milhões.

Estes resultados mostram que as conciliações tiveram efeito positivo como estratégia para garantir parcialmente as perdas oriundas da redução das alíquotas do ICMS e do FPM, se constituindo como importante fonte de financiamento para as despesas de investimentos.

O contexto ora apresentado exige do gestor cautela, em especial quando se analisa a estrutura de financiamento das receitas, demonstrando o grau de dependência às receitas transferidas constitucionalmente, legais, voluntárias e de financiamentos internos e externos, conforme se visualiza no quadro a seguir.

Quadro 84 - Estrutura de Financiamento do Município 2016.

Em Milhares

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA REALIZADA	Part. %
RECEITA PRÓPRIA	776.293	32,95
IMPOSTOS	515.440	21,88
TAXAS	64.877	2,75
DIVÍDA PÚBLICA	56.570	2,40
COSIP	100.125	4,25
OUTRAS	39.281	1,67
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	988.970	41,98
UNIÃO	444.320	18,86
FPM	429.674	18,24
AUXILIO FINANCEIRO	-	-
OUTRAS	14.646	0,62
ESTADO	544.650	23,12
ICMS	443.915	18,84
IPVA	87.157	3,70
OUTRAS	13.578	0,58
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	779.875	33,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	61.794	2,62
CONVÊNIOS	2.280	0,10
SUS/FUNDEB/FNDE)	715.801	30,38
DEDUÇÃO FUNDEB E OUTROS	-189.305	-8,04
TOTAL	2.355.833	100,00

Fonte: Balanço Geral do Município - 2012 a 2014

Sistema GiG - até o dia 26/12/2015 - valores provisórios

Nota: Valores corrigidos com Base no IPCA/IBGE - Novembro 2015.

Até os anos 90, a receita repassada aos Estados e Municípios representava 45 do bolo tributário. Atualmente a União fica com 60, os Estados com 24 e os Municípios com 16 da receita, para atender a um crescente aumento das demandas em razão dos serviços públicos municipais.

Portanto, os municípios dependem, sobremaneira, dos repasses de recursos constitucionalmente a eles vinculados, como o FPM, a Cota Parte do ICMS e do IPVA, além do IPI Exportação e do valor da desoneração do ICMS, representando um comprometimento, em 2015, de 41,98 nas Receitas Gerenciáveis do Município¹, evidenciando o grau de dependência aos repasses do Governo Estadual e Federal.

Quando se agrega nos valores arrecadados das transferências constitucionais e legais, os repasses oriundos das Operações de Créditos,

SUS, FUNDEB e Convênios, este comprometimento salta para 75, limitando significativamente a capacidade discricionária do Gestor. ⁵

Quanto à análise do desempenho do ponto de vista da projeção do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 9.075, de 22 de dezembro de 2014, verifica-se uma frustração entre a previsão e a realização da receita gerenciável pelo Tesouro Municipal, da ordem de R\$ 185 milhões, conforme ilustrado no quadro abaixo.

Tabela 81 - Receitas Gerenciáveis do Tesouro Municipal Prevista x Realizada – 2016.

ESPECIFICAÇÃO	LEI ORÇAMENTÁRIA		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
	(a)	(b)	(b-a)
RECEITA PRÓPRIA	873.551	776.293	-97.258
IMPOSTOS	586.039	515.440	-70.599
TAXAS	78.058	64.877	-13.181
DIVÍDA PÚBLICA	89.353	56.570	-32.783
COSIP	66.946	100.125	33.179
OUTRAS	53.155	39.281	-13.874
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.076.552	988.970	-87.582
UNIÃO	506.242	444.320	-61.922
FPM	479.975	429.674	-50.301
AUXÍLIO FINANCEIRO	17.260	-	-17.260
OUTRAS	9.007	14.646	5.639
ESTADO	570.310	544.650	-25.660
ICMS	450.145	443.915	-6.230
IPVA	106.982	87.157	-19.825
OUTRAS	13.183	13.578	395
TOTAL	1.950.103	1.765.263	-184.840

Fonte: Prevista: Lei Orçamentária Anual

Realizada: Sistema GiiG ATÉ 27/12//2015 - Dados Provisórios

Nota: Exclui as Receitas o FUNDEB, SUS , Convênio, Operações de Créditos e Receita da Ad.Indireta

⁵ Receita Gerenciáveis do Município corresponde a Receita do Tesouro Municipal relativo a Receita de Impostos, taxas, Dívida Ativa, Aplicação Financeira, contribuição e as receitas transferidas no âmbito constitucional e legal da União e Estado (FPM, Cota Parte do ICMS, IPVA, IPI Exportação, etc..)

Este quadro levou à Administração Municipal a estabelecer procedimentos para equilibrar as finanças do Município, instituindo o Decreto Municipal nº 83.410/2015 o qual definiu medidas de contenção e redução de despesas e limitação de empenho no âmbito do Poder Executivo, assim como criou o Núcleo de Contenção de Despesa – NCD.

Ao NCD foi atribuída a missão de coordenar e supervisionar o cumprimento das medidas administrativas e das metas estabelecidas no referido Decreto, dentre elas a de instituir medidas administrativas que visem racionalizar as rotinas de trabalho, com vistas a tornar mais eficientes e econômicas as atividades desempenhadas pelos órgãos do Poder Executivo.

O ajuste fiscal se fez necessário não apenas pela frustração na arrecadação das receitas projetadas para o exercício de 2015, como também em decorrência da majoração dos índices econômicos (inflação, IPCA, INPC, Taxa SELIC, cotação do dólar, etc) que norteiam os encargos como o pagamento da Dívida Interna e Externa, os Contratos, gastos com Energia Elétrica, dentre outros.

Este quadro de elevação dos índices econômicos gerou aumento das despesas, sendo agravado, quando, em agosto de 2014, a Gestão atual foi compelida a assumir a dívida de R\$ 90 milhões pelo não recolhimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, dos anos de 2005 a 2008, correspondes a gestões anteriores. Tal fundo é constituído pelas contribuições das empresas e da participação dos entes públicos e que financia o pagamento do seguro desemprego e do abono salarial dos trabalhadores.

A adesão do Município ao Programa de Parcelamento - REFIS possibilitou o redimensionamento da dívida para R\$ 68,7 milhões, com pagamento inicial de R\$ 13 milhões, em 2014, representando 20 do estoque, comprometendo, significativamente, o financiamento dos investimentos programados deste exercício. Além de contribuir para o aumento da dívida dos exercícios subsequentes, já que a negociação implica em um saldo remanescente a ser paga em 180 parcelas.

Ademais, o estoque da dívida municipal poderá ser onerado a partir da potencial cobrança pela Procuradoria Fiscal da União, apresentada no final do exercício de 2015, em fase de cobrança amigável do não recolhimento do PASEP dos exercícios referentes ao período de dez/2005 a dez/2008, com parcelas mensais em torno de R\$ 800 mil, que está em fase de análise e acompanhamento pela Secretaria de Assuntos Jurídicos do Município - SEMAJ.

Apesar de toda a conjuntura financeira em que padecem os municípios, esta Gestão teve como ponto relevante a valorização do servidor público municipal, garantindo a qualificação e concessão de reajustes salariais de todas as categorias funcionais, inclusive o aumento do piso salarial dos professores acima do piso nacional, o que colocou o Município de Belém na 1º posição no ranking das capitais do país em remuneração paga ao magistério com jornada de 40 horas semanais.

Em 2013 o reajuste foi de 9 (Decreto Municipal nº 76.015, de 22 de maio de 2013), representando ganho real de 1,84, considerando a inflação do período de 7,16 medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 2014 o reajuste geral dos servidores foi de 6,78, (Decreto Municipal nº 79.233, de 04 de abril de 2014), com aumento real de 0,97, considerando o IPCA do período de 5,81. Em 2015 o reajuste foi de 8,05 (Decreto Municipal nº 82.775, de 13 de maio de 2015), com aumento real de 2,88, considerando a inflação do período de 5,17 medido pelo IPCA.

A concessão de reajustes, repondo a perda inflacionária do período, bem como as contratações de servidores em áreas estratégicas (educação, assistência, saúde) e a implementação dos Planos de Cargos e Salários dos Procuradores Municipais, da Guarda Municipal e dos Agentes de Trânsito, contribuíram para o gradativo aumento no comportamento dos gastos de pessoal na Receita Corrente Líquida - RCL, nos anos de 2013 a 2015.

Para que isto fosse possível, foram implementadas diversas medidas administrativas temporárias de racionalização, controle orçamentário e contenção de despesas no âmbito dos órgãos do Poder Executivo, dentre elas restrições ao reajuste salarial nos cargos em comissão e nos subsídios dos

agentes políticos; controle rigoroso no uso de linhas telefônicas; redução no consumo de energia elétrica; controle e racionalização na utilização de cópias reprográficas; suspender a celebração de novos contratos de locação de imóveis e de locação de veículos; suspensão da contratação de novos serviços de consultoria de qualquer natureza, dentre outras.

A despeito dos reajustes salariais e da expansão concedidas, o comprometimento da despesa de pessoal na RCL, apresenta-se crescente, conforme quadro a seguir. O ano de 2012 apresentou um comprometimento de 37,60, 43,16, no ano de 2013; 48,88 em 2014 e de 47,10 estimado para 2015 (dados provisórios).

Quadro 85 - Comprometimento de Pessoal na Receita Corrente Líquida - 2012/2016.

			Em milhares	
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015 (1)
1.DESPESA BRUTA COM PESSOAL E ENCARGOS	824.201	952.171	1.243.348	1.321.799
2. DESPESA NÃO COMPUTADAS (-)	126.507	112.818	109.311	122.559
3. DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	697.694	839.353	1.134.037	1.199.240
4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.855.539	1.944.878	2.319.968	2.546.357
5. LIMITE APURADO	37,60	43,16	48,88	47,10
6.LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 54%	1.001.991	1.050.234	1.252.783	1.375.033
7.LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,30%	951.892	997.722	1.190.144	1.306.281
8. LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	901.792	945.211	1.127.504	1.237.530
FONTE: 2012 a 2014 - Relatórios de Gestão Fiscal - consolidado Jan a Dez				
(2) 2015 - Realizado até setembro (RGF 2º Quadrimestre/2015) e projeção até o final do ano (SEGEF)				
Nota: (1) - Incluí da Receita Corrente Líquida - 2014 e 2015, os valores do Teto Municipal SUS - Alta e Média Complexidade que é repassado pela União diretamente aos Prestadores (hospitais (PCEP)) e para os Hospitais Universitários, que não financiam o pagamento da folha de pessoal do Município.				

Nessa esteira, igualmente foram priorizados os serviços voltados para a educação e saúde, dentre outros setores que tiveram atenção diferenciada pela Administração Municipal, destinando-se recursos aos setores estratégicos voltados à prestação dos serviços essenciais à população, destinando recursos ao saneamento, segurança pública, assistência social e mobilidade urbana,

assegurando o desenvolvimento de ações e projetos de fundamental importância aos munícipes.

A aplicação dos recursos no âmbito dos grupos de despesa e por cada Poder apresentaram, em 2015, uma redução em relação ao ano de 2014, de -3,45 relativo ao Poder Executivo, e de -1,74 do Poder Legislativo, tendo em vista a necessidade de contenção dos gastos, conforme visualizados no quadro a seguir.

Quadro 86 - Despesa Realizada – 2014/2015.

Recursos de Todas as Fontes			Em Milhares
GRUPO DE DESPESA	2014	2015	2015/2014
Poder Legislativo	70.740	69.506	-1,74
Pessoal	56.636	57.258	1,10
Outras Despesas Correntes	13.376	12.162	-9,08
Investimentos	728	86	-88,18
Poder Executivo	2.798.376	2.699.336	-3,54
Pessoal	1.316.267	1.321.800	0,42
Outras Despesas Correntes	1.218.535	1.104.240	-9,38
Investimentos	185.046	200.570	8,39
Inversões Financeiras	5.914	4.921	-16,80
Dívida Pública	72.614	67.806	-6,62
Juros e Outros Encargos	25.758	25.518	-0,93
Amortização da Dívida	46.856	42.288	-9,75
DESPESA TOTAL	2.869.116	2.768.842	-3,49

Fonte: Balanço Geral do Município - 2014

Sistema GiiG até 31/12/2014 - Valores provisórios.

Nota: 2014 - Valores constantes IPCA/DEZ-2015

Pode-se verificar que a despesa corrente em 2015 apresentou crescimento negativo em relação a 2014 de -9,38, enquanto que as despesas de investimentos foram superiores em 8,39 em relação ao ano anterior.

Entre os principais investimentos, estão o BRT da Augusto Montenegro/Entroncamento, as obras em andamento das 4 Unidades de

Pronto Atendimento – UPA's, reforma do Pronto Socorro Mario Pinotte e aquisição de equipamentos, construção e reforma de escolas municipais, pavimentação de vias, continuidade de obras na Bacia III e IV da Estrada Nova e ampliação da quantidade de pontos de iluminação pública.

Como resultado de uma Gestão comprometida com o cumprimento dos indicadores fiscais, uma vez que é de fundamental importância para o regular pagamento das despesas compulsórias, como pessoal, financiamento da educação e saúde, pagamento da dívida, bem como para captação de recursos voluntários junto aos governos estadual e federal, e a contratação de empréstimos junto a instituições financeiras, de modo a viabilizar o financiamento dos investimentos públicos necessários à melhoria da qualidade de vida da população, que o Município esteja apresentando resultados fiscais positivos, demonstrados nos Relatórios de Execução Orçamentária e Financeira e de Gestão Fiscal, disponibilizados a cada bimestre e quadrimestre, respectivamente.

Os Relatórios de Execução Orçamentária do 5º Bimestre – RREO e de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre do ano de 2015, em observância aos limites fixados pela LRF, o Governo Municipal se posiciona nos limites estabelecidos para pessoal, dívida, resultado primário, operações de crédito, gastos com educação e saúde, conforme pode-se visualizar no quadro apresentado a seguir.

Quadro 87 - Indicadores Fiscais - 2015

R\$ 1,00

INDICADORES	LIMITE	META PELA LRF	META REALIZADA	% ATINGIDO
PESSOAL LRF	LIMITE PRUDENCIAL 51,30%	1.306.281.357,00	1.170.152.813	45,95
EDUCAÇÃO	25% DA RRI	320.226.570,00	326.873.815,00	25,52
SAÚDE	15% DA RRI	192.135.942,00	241.246.189	19,80
RESULTADO PRIMÁRIO	ESTABELECIDO LDO	-118.978.000,00	147.851.473	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	120% DA RCL	3.055.628.906	313.323.732	12,30
GARANTIAS	22% DA RCL	560.198.632,84	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16% DA RCL	407.417.187,52	10.215.264	0,40

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre/2015

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 5º Bimestre/2015

Nota: RRI - Receita Resultante de Impostos - R\$ 1.280.906.281,00

RCL - Receita Corrente Líquida - R\$ 2.546.357.422,00

O limite de pessoal e encargos sociais, até o 2º Quadrimestre de 2015, apresenta um comprometimento na RCL de 45,95, abaixo do limite prudencial de 51,30. Este limite é o que foi apurado oficialmente de setembro de 2014 a agosto de 2015.

Comparados com a Receita Líquida de Impostos, os gastos com educação e saúde ultrapassaram os limites legais (25 e 15), respectivamente, alcançando os percentuais de 25,5 e 19,80. Implica dizer que os gastos ultrapassaram os limites em R\$ 6,6 milhões e R\$ 49,1 milhões, para educação e saúde.

A Dívida Consolidada Líquida - DCL, que deduz do valor da dívida à disponibilidade financeira e demais haveres financeiros, alcançou o valor de R\$313,3 milhões em 2015. Portanto, a Administração Municipal tem amplo potencial para captar recursos com instituições financeiras nacionais e internacionais, pois o endividamento encontra-se abaixo do limite legal definido pelo Senado Federal.

Cabe ressaltar que, pela LRF, a capacidade de endividamento pode ir até 1,2 vezes da RCL, que é da ordem de R\$ 3,1 bilhões. Porém, a capacidade

de pagamento tem que se aliar ao estoque da dívida, visto que existem outros pagamentos prementes, como a própria manutenção da máquina. Em 2015 foram aplicados no serviço da dívida recursos da ordem de R\$ 67,8 milhões.